

Belmira Magalhães
Helson Flávio da Silva Sobrinho
Luciana Nogueira
(Organizadores)

DISCURSO E CRISE SOCIETÁRIA

Buscando Sentidos para Além do Capital



PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação e revisados por pares.

Equipe Editorial

Editores-chefes

Profa. Dra. Belmira Magalhães
Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho
Profa. Dra. Luciana Nogueira

Preparação de Texto

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho
Profa. Dra. Luciana Nogueira

Revisão

Profa. Dra. Belmira Magalhães
Profa. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann
Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho
Profa. Dra. Lídia Ramires
Profa. Dra. Luciana Nogueira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo – SP)

M189d Magalhães, Belmira; Silva Sobrinho, Helson Flávio da; Nogueira, Luciana (org.).

Discurso e crise societária: buscando sentidos para além do capital /

Organizadores: Belmira Magalhães, Helson Flávio da Silva Sobrinho e Luciana Nogueira.

1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2023;

il.; quadros; fotografias.

E-Book: 7 Mb; PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5637-941-8.

1. Análise do Discurso. 2. Linguística.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso. 401.41

2. Linguística. 410

Belmira Magalhães
Helson Flávio da Silva Sobrinho
Luciana Nogueira
(Organizadores)

DISCURSO E CRISE SOCIETÁRIA

Buscando Sentidos para Além do Capital



Copyright © 2023 – Dos organizadores representantes dos autores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Editoração: Vinnie Graciano

Capa: ACESSA Design

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação e revisados por pares.

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève – Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UNB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas – SP – 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

| APRESENTAÇÃO

Analisar discursos na busca de sentidos para além do capital ____ 9

Belmira Magalhães

Helson Flávio da Silva Sobrinho

Luciana Nogueira

| ENSAIO

DA DECADÊNCIA DA PALAVRA DE UM MUNDO EM CRISE À
PROCURA DOUTRO SENTIDO NALGUM LUGAR _____ 18

Luciano Accioly Lemos Moreira

| PARTE I

CAPITALISMO E CRISE SOCIETÁRIA EM DISCURSOS

PRÁXIS DISCURSIVA E PROCESSOS HISTÓRICOS: O CARÁTER
MATERIAL DO SENTIDO DE “CRISE ECONÔMICA” NO BRASIL ____ 27

Helson Flávio da Silva Sobrinho

Juliana Tereza de Souza Lima Araújo

O PAPEL DO ESTADO NA REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO E NA
CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA 42

Fabiano Duarte Machado

A DISCURSIVIDADE DA/NA SOCIEDADE CAPITALISTA: QUE SENTIDOS PARA “TRABALHADOR”? _____ 63

Débora Massmann
Patrícia Cristina Brasil

“PELO FOGO DE UM TRABALHO CRÍTICO”: UMA TOMADA DE PARTIDO NAS CHAMAS DO DISCURSO _____ 79

Luciana Nogueira
Maria Virgínia Borges Amaral
Sóstenes Ericson

VOZES E SILENCIAMENTOS EM TEMPOS DE PANDEMIA _____ 92

Maria Cleci Venturini
Verli Petri

O (DIS)CURSO DE RESILIÊNCIA E EMPREENDEDORISMO COMO TENTATIVA DE NATURALIZAÇÃO DA ORDEM SOCIAL VIGENTE_ 105

Valci Melo
Lavoisier Almeida dos Santos

PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ANÁLISE DE DISCURSO: GESTOS DE RESISTÊNCIA À LÓGICA DO CAPITAL A PARTIR DO NORTE DO BRASIL _____ 119

Juciele Pereira Dias
Élcio Aloisio Fragoso

PARTE II

CLASSE, GÊNERO E RAÇA NO CAPITALISMO

DISCURSO DE ÓDIO NA POLÍTICA BRASILEIRA E SEUS EFEITOS DE SENTIDO NA REPRODUÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA _____ 137

Belmira Magalhães
Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante

CAPITAL, GÊNERO E TRABALHO _____ 159

Amanda Cavalcante de Macêdo
Diego Lacerda Costa
Samuel Barbosa Silva

MARIELLE FRANCO: NOME QUE RESISTE NUM CORPO QUE
FALA _____ 175

Flavio da Rocha Benayon
Suzy Lagazzi

PRISÃO, CAPITALISMO RACIAL E CRISE: A RESISTÊNCIA,
ENTRE O DENTRO E O FORA _____ 186

Andréia da Silva Daltoé
Luciana Iost Vinhas

“É PRECISO “TIRAR O VERMELHO DA RUA””: MEMÓRIA E
EFEITOS DE SENTIDO SOBRE O COMUNISMO NAS ELEIÇÕES DE
2022 _____ 198

Ana Paula Santos de Oliveira
Karla Janaína Alexandre da Silva

ESCUTA SOCIAL: ESPAÇO URBANO E VIOLÊNCIA NO
TESTEMUNHO DE QUARTO DE DESPEJO _____ 214

Bethania Mariani
Andréa Rodrigues
Aline França de Souza

PARTE III

MÍDIA E A (RE)PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO CAPITALISMO

O NÃO HERÓI NACIONAL: A REPETIÇÃO DO DISCURSO
NEOLIBERAL COMO TRAGICOMÉDIAS _____ 235

Luis Fernando Bulhões Figueira
Phellipe Marcel da Silva Esteves

FOME NA MÍDIA: A CONSTITUIÇÃO DA NOTÍCIA E A IMAGEM
DISCURSIVA DA CRIANÇA _____ 250

Wilton James Bernardo-Santos

“ADOTE UM BANDIDO!”: VIOLAÇÕES MIDIÁTICAS EM
DISCURSOS DE ÓDIO A MINORIAS _____ 264

Mercia Sylvianne Rodrigues Pimentel
Luciano Luiz Araújo

DO EQUÍVOCO À RESISTÊNCIA: PROPAGANDAS DE GOVERNO
EM ANÁLISE _____ 276

Silmara Dela Silva
Fernanda Luzia Lunkes
Ceres Carneiro

É ISSO QUE A GLOBO MOSTRA? OS SENTIDOS DE “ESCOLA” NA
SÉRIE AUDIOVISUAL “SEGUNDA CHAMADA” _____ 290

Matheus Santana Ribeiro
Luiz Carlos Martins de Souza
Fabio Elias Verdiani Tfouni

EXTRA-ORDEM-LIXO E OS CORPOS À MARGEM _____ 305

Nádia Régia Maffi Neckel

SOBRE AS ORGANIZADORAS E O ORGANIZADOR _____ 321

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES _____ 323



|| A P R E S E N T A Ç Ã O ||

Analisar discursos na busca de sentidos para além do capital

É preciso iniciar dizendo que a crise estrutural do capital tem aumentado a exploração e a opressão da classe burguesa sobre a classe trabalhadora. Trata-se de uma conjuntura cruel e devastadora que vivenciamos na atualidade. Portanto, esse real impiedoso nos afeta e exige também de nós uma tomada de posição ética, política e de responsabilidade. Uma tomada de posição que se inscreva, particularmente, na perspectiva teórico-política de classe, ou seja, que leve em consideração o antagonismo de classes na produção de sentidos e sujeitos.

Por compreender que o modo de produção capitalista visa à mercantilização de tudo, inclusive dos sujeitos da classe trabalhadora, e, além disso, produz impactos destruidores que afetam a sociabilidade humana e sua relação com a natureza, esta coletânea busca contribuir para o entendimento das contradições da sociedade capitalista por meio da análise das relações sócio-históricas, mediadas pela materialidade da linguagem, ou seja, pelo discurso em seu imbricamento entre língua, sujeito, história, ideologia.

É nessa direção que compreendemos que os textos aqui reunidos constituem, também, instrumentos de lutas teórico-políticas, a fim de intervir radicalmente nas práticas sócio-históricas visando alcançar a uma sociedade para além do capital.

As/os autoras/res deste *e-book* são pesquisadoras/es que estabelecem constante parcerias científicas com o Grupo de Pesquisa Discurso e Ontologia Marxiana (Gedon), da Linha de Pesquisa: Discurso, sujeito, história e ideologia do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). São estudiosas/os de diversas instituições brasileiras com suas carreiras consolidadas. Ao mesmo tempo, também contamos com a participação de egressas/os do PPGLL-Ufal que já estão inseridas/os em outras instituições, dentro e fora do Estado de Alagoas, desenvolvendo suas pesquisas, questionando a produção de sentidos e de sujeitos na sociedade capitalista.

Nosso livro começa com um texto ensaístico e, depois, segue organizado em três partes, a saber: Parte I: Capitalismo e Crise Societária em Discursos. Parte II: Classe, Gênero e Raça no Capitalismo. Parte III: Mídia e a (Re)produção de Sentidos no Capitalismo. Apresentamos brevemente, a seguir, os textos que compõem cada uma das partes.

O texto que abre o debate, como dissemos, é um ensaio intitulado *Da decadência da palavra de um mundo em crise à procura doutro sentido nalgum lugar*, de autoria de Luciano Accioly Lemos Moreira. O autor nos leva a refletir sobre o angustiante “vazio de sentidos” da expressão “buscando sentidos para além do capital”. Conforme problematiza os sentidos, a linguagem e a história, ele faz um percurso por poemas de Carlos Drummond de Andrade, efetuando um jogo com “palavras distraídas, desavisadas”, de caráter poético. O autor aponta que pode ser na releitura de um poema que podemos descobrir “sentidos para além do capital”, pois “não há palavra sem sentido, sem posição frente às lutas de classes, sem lugar diante da opressão e daquilo que se põe como drama para a humanidade em seu tempo histórico”.

Iniciando a parte I, que reúne os capítulos que tratam do capitalismo e da crise societária na perspectiva discursiva, temos o texto *Práxis discursiva e processos históricos: o caráter material do senti-*

do de “crise econômica” no Brasil, de Helson Flávio da Silva Sobrinho e Juliana Tereza de Souza Lima Araújo. O autor e a autora analisam o discurso sobre a “crise econômica” no Brasil, a partir de matérias publicadas nas revistas Exame e CartaCapital, para compreender como a mídia jornalística significa, diferentemente e, contraditoriamente, a “crise econômica”. O referencial teórico é o da Análise do Discurso e se apoiam também em Mézáros para a discussão da crise estrutural do capital. As análises demonstram que interpretar é também produzir resistências.

Na sequência, temos o texto *O papel do Estado na reprodução do capitalismo e na constituição do sujeito na particularidade brasileira*, de Fabiano Duarte Machado. O autor apresenta a concepção de Estado em Marx e Lenin, demonstrando como os conflitos de classes estão fundados nas estruturas econômicas da sociedade, de maneira que o Estado realiza um duplo papel na reprodução do Modo de Produção Capitalista, sendo um deles o de realizar o processo de individualização do sujeito moderno capitalista.

O texto intitulado *A discursividade da/na sociedade capitalista: que sentidos para “trabalhador”?*, de autoria de Débora Massmann e Patrícia Cristina Brasil, inicia com uma retomada da centralidade do trabalho, na história, e apresenta uma análise dos sentidos das designações “operário”, “colaborador” e “empreendedor”, que ressignificam o “trabalhador” nas condições de produção da contemporaneidade. O material de análise é recortado de uma significativa obra da área de Administração e Gestão, que circula amplamente nos cursos superiores no Brasil.

Na sequência, no texto *“Pelo fogo de um trabalho crítico”: uma tomada de partido nas chamadas do discurso*, de Luciana Nogueira, Maria Virgínia Borges Amaral e Sóstenes Ericson, encontramos uma importante descrição e análise da conjuntura atual sob a lógica do capital que destrói o campo, a floresta e as cidades. Utilizando a metáfora do

“fogo”, os autores problematizam os efeitos de sentidos de “incêndio” e “fogo” na concretude sócio-histórica brasileira e na concretude teórico-política de Pêcheux, assumindo, portanto, uma perspectiva de classe contra a ofensiva neoliberal.

O capítulo *Vozes e silenciamentos em tempos de pandemia*, de autoria de Maria Cleci Venturini e Verli Petri retoma o quadro político da pandemia do novo coronavírus e realiza uma reflexão sobre que é dito e o que é silenciado no contexto histórico brasileiro, considerando discursos institucionais e/ou midiáticos sobre a crise política e sanitária. A partir do enunciado de referência “Se puder, fique em casa”, as autoras, a partir da perspectiva da Análise do Discurso, problematizam questões sobre desigualdade social e sua reprodução a partir dessas discursividades.

Em seguida, temos o texto intitulado *O (dis)curso de resiliência e empreendedorismo como tentativa de naturalização da ordem social vigente*, de Valci Melo e Lavoisier Almeida dos Santos. Os autores apresentam uma discussão sobre a hegemonia do discurso de resiliência e empreendedorismo na política educacional brasileira contemporânea. Para isso, analisam o discurso materializado na Base Nacional Comum Curricular, problematizando seus sentidos que naturalizam a construção dos projetos de vida das juventudes brasileiras. O texto contesta a (re)produção de sentidos da BNCC e enfatiza a necessidade de análises contundentes como uma das formas de luta em busca de outros sentidos para além do capital.

Encerrando a parte I, o texto *Processos de produção de conhecimento na Análise de Discurso: Gestos de resistência à lógica do capital a partir do norte do Brasil*, de Juciele Pereira Dias e Élcio Aloisio Fragoso, questiona como as terminologias de conhecimentos na área das Ciências Humanas e da Linguagem se inscrevem na formação discursiva neoliberal. A autora e o autor fazem uma reflexão sobre como se constitui um espaço de produção de conhecimento na Análise

de Discurso, a partir do Grupo de Pesquisa Conhecimento, História e Língua, sediado na Universidade Federal de Rondônia, e apresentam discussões sobre a produção de gestos de resistência à lógica do capital que afeta a ciência e a educação brasileira.

Abrindo a parte II, que reúne os capítulos que tocam na temática de classe, gênero e raça no capitalismo, temos o capítulo *Discurso de ódio na política brasileira e seus efeitos de sentido na reprodução do sistema capitalista*, de Belmira Magalhães e Maria do Socorro Cavalcante. Inscrito na perspectiva da Análise do Discurso de Michel Pêcheux, o texto desenvolve uma reflexão sobre os discursos de ódio que têm circulado com efeitos de legitimidade na política brasileira nos últimos anos. Nas análises, as autoras levam em consideração as determinações de classes como base da produção desses discursos, cujo efeito é manter as desigualdades sociais, garantir a reprodução do sistema capitalista e reforçar as consequências que a desigualdade social cria para as lutas das categorias de gênero, etnia e de sexualidade.

Na sequência, temos o capítulo *Capital, gênero e trabalho*, de Amanda Macedo, Diego Lacerda Costa e Samuel Barbosa Silva, que trata de como a lógica do capital e suas estruturas opressoras determinam “quem somos” enquanto sujeitos na sociabilidade capitalista. Com fundamentação teórica na AD e na perspectiva de Marx e Lukács, o texto analisa, por meio de recortes discursivos da Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn), o papel da mulher na sociedade capitalista, machista e patriarcal. A autora e os autores finalizam sua reflexão tratando da necessidade de resistência e transformação social.

O texto de Flavio da Rocha Benayon e Suzy Lagazzi, intitulado *Marielle Franco: nome que resiste num corpo que fala*, realiza uma importante análise na qual compreendem que “Marielle se faz presente e materializa, em seu nome e em seu corpo, sentidos que afrontam a manutenção da violência cotidiana vivida nas regiões estigmatizadas”, pois seus gestos e palavras se põem como “insuportáveis”,

já que são tidos como “insolentes” para o poder do Estado e do Capital e suas práticas opressoras. Segundo Flavio e Suzy, o nome e o corpo de Marielle continuam resistindo no social.

Andréia Daltoé e Luciana Vinhas, no capítulo *Prisão, capitalismo racial e crise: a resistência, entre o dentro e o fora*, aborda o sistema prisional levando em consideração o capitalismo estrutural e racial. A análise faz compreender as prisões brasileiras como recalque do racismo, pois “concentram”, “armazenam”, “encarceram” homens e mulheres, negras e negros pobres. As autoras finalizam pensando na resistência pelo simbólico, pela língua, pelo desenho – lugar no qual o sujeito se faz presente pelo sentido fazendo sentido.

No capítulo “*É preciso ‘tirar o vermelho da rua’*”: memória e efeitos de sentido sobre o comunismo nas eleições de 2022, as autoras Ana Paula dos Santos Oliveira e Karla Janaína Alexandra da Silva mostram como o discurso da direita busca execrar o comunismo para preservar o modo de produção capitalista. Esse discurso de combate ao comunismo funciona resgatando memórias “fantasmagóricas”; este dito “fantasma” retornou nas eleições de 2022 na tentativa de “tirar o vermelho” da rua e apagar a luta proletária. As autoras concluem pela resistência: “Embora estejamos longe de ser uma sociedade igualitária, considerando a nossa processualidade histórica, a eleição de 2022 mostrou que, sim, é possível ir de encontro às preferências do capitalismo, ainda que este continue direcionando a nossa prática cotidiana”.

Para encerrar a parte II, temos o texto *Escuta social: Espaço urbano e violência no testemunho de Quarto de despejo*, de Bethania Mariani, Andréa Rodrigues e Aline França de Souza. As autoras tomam como objeto de análise discursiva a obra “Quarto de Despejo” (2014 [1960]), de Carolina Maria de Jesus, para propor, com base na Análise do Discurso Materialista, um conceito de escuta social e cultural. O texto traz importante apontamento teórico sobre a noção de sujeito e sua relação com os processos de subjetivação e individualização, e segue

no gesto de interpretação da escuta dos testemunhos e dos dizeres sobre si, como pistas para a compreensão dos efeitos da violência social, urbana e do Estado nos sujeitos agentes e testemunhas da história.

Iniciando a parte III do livro, que reúne textos que tratam da mídia e da (re)produção de sentidos no capitalismo, Luís Fernando Bulhões Figueira e Phellipe Marcel da Silva Esteves, com o texto *O não herói nacional: a repetição do discurso neoliberal como tragicomédia*, nos apresentam uma instigante e criativa reflexão sobre como o discurso do aparelho midiático, determinado pela ideologia burguesa, atua no assujeitamento dos indivíduos à ideologia do “(super-)herói capitalista”. Eles demonstram, pelas análises – que recortam dois personagens de relevância para a mídia –, como o discurso jornalístico brasileiro faz retornar constantemente um determinado saber ao pensamento direcionando à necessidade de haver heróis para salvar o capitalismo.

Na sequência, o texto *Fome na mídia: a constituição da notícia e a imagem discursiva da criança*, de Wilton James Bernardo-Santos, tem como objeto de análise a circulação, na mídia, do discurso sobre a fome dos que são excluídos da engrenagem de produção capitalista. As análises partem de duas notícias veiculadas: em uma, o relato sobre um trabalho voluntário de alimentar gatos; em outra, uma criança liga para a PM para “denunciar” a falta do que comer. Em sua análise, o autor perpassa pelos caminhos metodológicos da AD pecheutiana para chegar aos sentidos da fome e das condições de produção, expondo a relação necessária da língua com a história, e às imagens produzidas e circuladas sobre a condição (des)humana.

O texto *“Adote um bandido!”: Violações midiáticas em discursos de ódio a minorias*, de Mercia Sylvianne Rodrigues Pimentel e Luciano Luiz Araújo, traz uma análise de enunciados como “Adote um bandido!”, “A favor dos direitos humanos das vítimas” e “CPF cancelado!”, verbalizados em programas televisivos. A autora e o autor discutem

como há, nessa prática discursiva, uma violação dos direitos humanos e a apropriação de discursos de ódio por parte da mídia em relação a minorias. Para analisar o funcionamento interdiscursivo desses enunciados, o texto estabelece uma relação entre a AD e dispositivos da área de comunicação, e aponta, ainda, para reflexões sobre uma prática jornalística respeitosa e ética.

No capítulo *Do equívoco à resistência: propagandas de governo em análise*, Silmara Dela Silva, Fernanda Luzia Lunkes e Ceres Carneiro realizam um estudo sobre o discurso publicitário governamental, trabalhando, especificamente, com a noção teórico-discursiva de equívoco. Analisando o *slogan* “O Brasil voltou, 20 anos em 2”, divulgado no governo impopular e golpista de Temer, as autoras reafirmam a assertiva de Pêcheux de que não há ritual sem falhas, espaço no qual se dá a resistência, rachaduras, marcas da contradição da relação da língua com a história.

O texto *É isso que a Globo mostra? Os sentidos de “escola” na série audiovisual “segunda chamada”*, de Matheus Santana Ribeiro, Luiz Carlos Martins de Souza e Fabio Elias Verdiani Tfouni, reflete sobre as contradições da sociedade capitalista por meio da análise das relações sócio-históricas, mediadas pela sua discursivização em materialidades narrativas audiovisuais. É importante destacar que, para os autores, “visar a uma sociedade para além do capital implica entender o mecanismo de funcionamento ideológico hegemônico do capitalismo, e o alastramento que provoca pobreza e exploração da maioria do nosso povo, mas contraditoriamente, provoca outros modos de formulação de sentidos que fortalecem a resistência e sua transformação das relações de produção”.

Para encerrar a parte III, temos o texto *Extra-ordem-lixo e os corpos à margem*, de Nádia Régia Maffi Neckel, em que a autora retoma a noção de ideologia a partir de Pêcheux, bem como a de acontecimento, para então apresentar seu gesto analítico sobre o documentário

“Lixo Extraordinário” (2010), de Vik Muniz, que é colocado em correlação com outros dois documentários de mesma temática. As retomadas conceituais aparecem como uma força em seu texto para afastar a banalização de conceitos que, por vezes, “são tomados como evidências e sentidos sempre literais”. A autora nos apresenta questionamentos sobre como os “corpos-consumo-trabalho” (se) significam nos “restos”, na história.

Pelo que decorre desta apresentação, podemos dizer que os textos aqui presentes são constatações e análises da perversa discursividade produzida pelo sistema capitalista. Ou seja, para manter sua lógica, o capital necessita aumentar cada mais os lucros, explorar ainda mais a classe trabalhadora e destruir a natureza. Essa forma de ser do capital nos desumaniza e põe em risco todo o planeta. Portanto, estamos vivendo uma conjuntura de barbárie, pois o sistema capitalista nos põe em risco de extinção. Por isso, é uma exigência do real da história que realizemos críticas radicais, como diria Marx, e análises trituradoras, como diria Pêcheux.

Foi justamente para enfrentar a irracionalidade desta sociedade regida pela lógica do lucro que esta coletânea procurou, através das análises discursivas, vislumbrar horizontes para além do capital, produzindo ciência e resistência: ousando pensar, ousando se revoltar!

Resta, por fim, desejar que as/os leitoras/es se sintam, profundamente, convidadas/os/es a realizar conosco os vários trajetos de leituras e inquietações!

Belmira Magalhães (Ufal)

Helson Flávio da Silva Sobrinho (Ufal/CNPq)

Luciana Nogueira (UFSCar)

|| E N S A I O ||

DA DECADÊNCIA DA PALAVRA DE UM MUNDO EM CRISE À PROCURA DOUTRO SENTIDO NALGUM LUGAR

Luciano Accioly Lemos Moreira
Universidade Federal de Alagoas

Chega um tempo em que não se diz mais: meu Deus.
Tempo de absoluta depuração.
Tempo em que não se diz mais: meu amor.
Porque o amor resultou inútil.
E os olhos não choram.
E as mãos tecem apenas o rude trabalho.
E o coração está seco.
Em vão mulheres batem à porta, não abrirás.
Ficaste sozinho, a luz apagou-se,
mas na sombra teus olhos resplandecem enormes.
És todo certeza, já não sabes sofrer.
E nada esperas de teus amigos.
Pouco importa venha a velhice, que é a velhice?
Teus ombros suportam o mundo
e ele não pesa mais que a mão de uma criança.
As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios

provam apenas que a vida prossegue
e nem todos se libertaram ainda.
Alguns, achando bárbaro o espetáculo
prefeririam (os delicados) morrer.
Chegou um tempo em que não adianta morrer.
Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.
A vida apenas, sem mistificação.

*(Os Ombros Suportam o Mundo – Carlos Drummond
de Andrade)*

Ao ser convidado para compor a coletânea “**Discurso e crise societária: buscando sentidos para além do capital**”, fui tomado de pronto por uma certa angústia. A expressão “buscando sentidos para além do capital” revelou um buraco, um tremendo vazio de sentido(s). Como identificar na atualidade, em crise profunda, sentidos outros, palavras que nos indiquem algo para além da própria decadência societal a qual estamos mergulhados?

Por isto, o texto em questão terá como forma e conteúdo a estrutura de um ensaio, de uma reflexão livre, longe das amarras acadêmicas e em busca da fluidez de um dizer ensaístico, provisório, e assim, provocador.

Para se pensar em sentidos outros para além deste mundo visível cotidiano, estreito e decadente, há que se jogar palavras distraídas, desavisadas e, quem sabe, de tom poético. Não por acaso, inicio tal ensaio, com um poema de Carlos Drummond de Andrade.

“Chegou um tempo em que não adianta morrer.
Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.
A vida apenas, sem mistificação.”

Da mesma maneira que o título da coletânea em questão põe a falta, a urgência e a necessidade por “sentidos para além do capital”, o poema em epígrafe, de maneira estética, diz para não morrermos, não evadirmos do mundo como saída, mas extrairmos da própria vida, longe das mistificações, o sentido para continuarmos vivos. Provocado

então pela ausência de uma palavra, fui à procura de outro poema do mesmo autor.

Por muito tempo achei que a ausência é falta.
E lastimava, ignorante, a falta.
Hoje não a lastimo.
Não há falta na ausência.
A ausência é um estar em mim.
E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos meus braços,
que rio e danço e invento exclamações alegres,
porque a ausência, essa ausência assimilada,
ninguém a rouba mais de mim.

(Ausência – Carlos Drummond de Andrade)

A ausência não é falta, como indica Drummond. Porém, ao dar-me conta de que há uma ausência em mim de um sentido para “além do capital”, aponto um vazio que se encontrava imperceptível até então. Sem identificar-me com tal vazio, nada posso desejar para além da mera vida que levo, ao perceber tal ausência em mim, e por conseguinte no mundo, nas palavras que circulam, e que pronuncio em minhas conversas ou em meus pensamentos e sonhos, ponho-me, então, quem sabe, a procurá-las com maior atenção e cuidado.

É, meus caros, a vida não é sim ou não. Nem tampouco, a linguagem que nos veste tem sentido único, absoluto e fixo. Há outros sons, tons, modalidades que deslizam, que podem recompor o banho de linguagem a qual fomos tomados. Não há cura para a vida, nem garantias, nem fim do desamparo, há invenções possíveis para fazermos ilhas de descanso, de parques, de encantos em meio ao desencontro que é a vida.

A gramática que estabelece o uso que fazemos da língua, seus termos, sentidos... é escrita na vida. Na relação, na experiência entre a singularidade que somos, em meio à totalidade da relação com (O)outros. A gramática que nos diz, e que dizemos, escrevemos numa particularidade diversa, pois diversas são as experiências, as vivências, e como cada um de nós registramos cada fato, ato, falta.

Isso não quer dizer que somos átomos, suspensos no ar, sem fios de mediações com o todo, sendo um, diverso, reverso, contrário, humano. Sim, somos um gênero confuso, palavras iguais na boca, sentidos diversos, às vezes sem diálogo, por vezes negociáveis fazer-se entender, ou um esforço em dizer-se ao outro fora de nós, ou ao estranho que insiste em nos habitar.

E assim, vamos (re)escrevendo nossa gramática. Interessante nesse percurso, observarmos os efeitos da linguagem humana. Pensamos ser senhores do dizer, aquilo que falo tem o sentido dito por mim, sob meu controle, e a única forma de entender sou eu quem defino, que codifico, e decodifico. Pura ilusão e ingenuidade. Necessária para que eu possa falar, contudo, efeito imaginário de ser o senhor do sentido daquilo que digo.

Ao falar, digo de mim e do mundo, aliando-me a sítios de sentidos historicamente existentes, amparando-me consciente e inconscientemente em horizontes de sentidos possíveis. Isso não quer dizer que somos vítimas do dizer em outro lugar. Isso quer dizer que nosso dito engendra seus sentidos na história, se objetiva no real, fazendo efeito sobre práticas e sentidos em luta.

Por isso, cuidado ao falar. Observe o efeito, o sentido daquilo que jogo em forma de palavra no real, posso estar defendendo algo que interrompe a história; posso estar dialogando com o passado, com o velho, em detrimento do futuro, e do novo. Não há palavra sem sentido, sem posição frente às lutas de classes, sem lugar diante da opressão e daquilo que se põe como drama para a humanidade em seu tempo histórico.

A linguagem objetiva posição diante da vida, define escolha perante os conflitos, faz e demarca o que somos na relação com o gênero humano. A palavra tem objetividade como uma mesa, um foguete, um romance, um palavrão... É nela que digo, não digo, silêncio e, quem sabe, invento sentidos para além do capital.

Cuidado com um simples enunciado, ele pode conter, a depender da história e do movimento das lutas de classes, um efeito ideológico

no direcionamento de práticas políticas no cotidiano. Cuidado com a palavra que parece ser impossível, absurda e improvável, principalmente em tempos sombrios como o nosso. Um termo, uma palavra, um enunciado, um gesto, uma teoria, um sermão, um discurso em si, não é ideológico. É no interior do processo histórico que um determinado fato pode fazer surgir a união entre estrutura e acontecimento. Prestem atenção aos enunciados. Não são ingênuos, inocentes, e tresloucados. São iscas de significantes lançados nas redes de sentidos, cheios de intenções, indicam formas de ver, sentir e agir no mundo, segundo interesses de poder. Palavras jogadas ao vento, como balas pe(r) didas por demandas reacionárias, irracionais ou, quem sabe, por “sentidos outros para além do capital”. Palavras cheias de razão por existirem, frágeis nas bocas tímidas dos homens e mulheres cotidianas, contudo, prenas doutro mundo por quererem existir/insistir. São estruturas à procura de se fazer acontecimento histórico, colar nas costas de seus seguidores, direcionar sua lógica odiosa em direção ao passado ou, quem sabe, abrir futuros desconhecidos para além do capital.

As palavras fixadas na gramática deste mundo em crise, mortificada no aqui e agora, oscila, entre o possível retorno daquela manipulação indireta (romântica) aprisionada num passado, ou apoia-se na gramática da barbárie. Nessa polaridade, nos movemos entre uma revolta idealista inócua, ou na afirmação dos termos, das palavras e dos sentidos destes tempos decadentes.

Temo que a palavra, e o sentido mais coerente aos tempos atuais, esteja do lado abjeto. Pois aí, nesse lugar, a incoerência se faz e se realiza na prática. O mundo está caduco de uma palavra doutro mundo possível. De sentidos fora dessa binariedade. Recorro mais uma vez a arte, a poesia de Drummond:

Não serei o poeta de um mundo caduco
Também não cantarei o mundo futuro
Estou preso à vida e olho meus companheiros
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças
Entre eles, considero a enorme realidade

O presente é tão grande, não nos afastemos
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história
Não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela
Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida
Não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens
presentes
A vida presente

(Mãos Dadas – Carlos Drummond de Andrade)

A arte deste poema nos alerta para o tempo presente. A realidade concreta, os homens concretos e presentes, a matéria da própria vida. Esta é que deve ser mudada, alterada para dar sentidos outros ao ser, ao modo de viver e de falar sobre a vida.

A linguagem tem a plasticidade de dar, retirar, ampliar, anular, ressignificar sentidos outros, todos eles dentro de alternativas de cada mundo. Novas vestimentas, roupas de linguagem, de significantes, podem ser (a)colhidas ao falarmos do que nos toca, nos tocou, ecoou, e hoje não faz mais sentido. Quem sabe a roupa que me veste, a música das vozes que hoje ouço, e danço, esteja fora de moda? Quem sabe estejamos habitando ilhas de significantes e significados não mais úteis ao desdobramento livre, diverso e genuinamente humano? Proferindo palavras, formas de ser e de existir que emudecem outros sons possíveis, um gozo petrificado numa peça única de linguagem passada e reacionária.

Quem sabe esquecemos que o mundo é grande, maior que as poucas e poucas palavras de hoje; quem sabe precisemos reler o último poema deste ensaio, para então descobrimos “sentidos para além do capital”.

Não, meu coração não é maior que o mundo.
É muito menor.
Nele não cabem nem as minhas dores.
Por isso gosto tanto de me contar.
Por isso me dispo,
por isso me grito,
por isso frequento os jornais, me exponho cruamente nas livra-
rias:
preciso de todos.
Sim, meu coração é muito pequeno.
Só agora vejo que nele não cabem os homens.
Os homens estão cá fora, estão na rua.
A rua é enorme. Maior, muito maior do que eu esperava.
Mas também a rua não cabe todos os homens.
A rua é menor que o mundo.
O mundo é grande.
Tu sabes como é grande o mundo.
Conheces os navios que levam petróleo e livros, carne e algodão.
Viste as diferentes cores dos homens,
as diferentes dores dos homens,
sabes como é difícil sofrer tudo isso, amontoar tudo isso
num só peito de homem... sem que ele estale.
Fecha os olhos e esquece.
Escuta a água nos vidros,
tão calma. Não anuncia nada.
Entretanto escorre nas mãos,
tão calma! vai inundando tudo...
Renascerão as cidades submersas?
Os homens submersos — voltarão?
Meu coração não sabe.
Estúpido, ridículo e frágil é meu coração.
Só agora descubro
como é triste ignorar certas coisas.
(Na solidão de indivíduo
desaprendi a linguagem
com que homens se comunicam.)

Outrora escutei os anjos,
as sonatas, os poemas, as confissões patéticas.

Nunca escutei voz de gente.
Em verdade sou muito pobre.

Outrora viajei
países imaginários, fáceis de habitar,
ilhas sem problemas, não obstante exaustivas e convocando
ao suicídio.

Meus amigos foram às ilhas.

Ilhas perdem o homem.

Entretanto alguns se salvaram e

trouxeram a notícia

de que o mundo, o grande mundo está crescendo todos os dias,
entre o fogo e o amor.

Então, meu coração também pode crescer.

Entre o amor e o fogo,

entre a vida e o fogo,

meu coração cresce dez metros e explode.

— Ó vida futura! nós te criaremos.

(Sentimento do mundo—Carlos Drummond de Andrade)

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Nova Reunião**: 23 livros de poesia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. In: Cadernos de estudos linguísticos, 19. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.



PARTE I

**CAPITALISMO E CRISE
SOCIETÁRIA EM DISCURSOS**



PRÁXIS DISCURSIVA E PROCESSOS HISTÓRICOS: O CARÁTER MATERIAL DO SENTIDO DE “CRISE ECONÔMICA” NO BRASIL

Helson Flávio da Silva Sobrinho
Universidade Federal de Alagoas
Juliana Tereza de Souza Lima Araújo
Universidade Federal de Alagoas

1. Introdução: interpretar é também um gesto de resistência!

Este texto faz parte de uma pesquisa maior, intitulada “Práxis discursiva e processos históricos: o caráter material do sentido de ‘crise econômica’ no Brasil”, financiada pelo CNPq¹. Nosso objetivo foi analisar o discurso sobre a “crise econômica” no Brasil, a partir de matérias publicadas nas revistas Exame e na CartaCapital, buscando compreender o caráter material do sentido da práxis discursiva que, pela mídia jornalística, significa, de diversas maneiras, a “crise econômica”.

Filiados à Teoria materialista do discurso, Análise do Discurso (AD), na perspectiva de Michel Pêcheux, entendemos o discurso como efeitos de sentidos entre interlocutores, produzidos em determinadas condições sócio-históricas de reprodução/transformação das relações

¹ Bolsa produtividade CNPq-PQ2 (2020-2023). O texto foi escrito em coautoria com a pós-doutoranda Juliana Araújo (PPGLL-Ufal/Gedon).

de produção. Os sentidos, nessa perspectiva, são constituídos no imbricamento contraditório entre língua, história e ideologia.

Nessa direção, faremos, primeiramente, um movimento teórico-político sobre a práxis discursiva e os processos históricos, pois, para a AD, como dissemos, o sentido possui caráter material (Pêcheux, 1988; Silva Sobrinho, 2019), uma vez que tem sua gênese nas relações materiais e ideológicas, e retorna a elas para produzir efeitos, orientando as ações (práxis) dos sujeitos em sociedade.

Nessa reflexão, retomamos as considerações de Mészáros (2002) sobre a crise estrutural do capital, buscando fazer apontamentos histórico-sociais para o desvelamento dos mecanismos de sentidos sobre a “crise econômica” nas materialidades discursivas analisadas.

Em seguida, realizamos uma análise de duas sequências discursivas extraídas das revistas Exame e CartaCapital, intentando compreender, a partir das condições de produção, como as discursividades que se materializam nessas revistas mobilizam posições ideológicas distintas e, por isso, realizam interpretações diferentes sobre a “crise econômica” no Brasil.

Por fim, apresentaremos nossas considerações finais, destacando que a tendência do modo de produção capitalista, mesmo em crise estrutural, é a de manter sua reprodução. Assim, o capital se utiliza de estratégias discursivas que se articulam com a mídia hegemônica para reproduzir sentidos e orientar ações. Entretanto, ao mesmo tempo, tais dizeres se movem na contradição porque se deparam com outros gestos de interpretação² que tendem a tocar mais de perto o real da lógica capitalista e a exploração do trabalho. É nessas brechas do funcionamento da ideologia, em suas contradições, que encontra-

2 Estamos também levando em consideração a noção de Orlandi (2012, 1999) de gesto de interpretação e de como a Análise do Discurso teoriza e põe a interpretação em questão para compreender como um objeto simbólico está investido de significância para e por sujeitos na história.

remos (im)possíveis resistências. Por isso, para nós, interpretar é também um gesto de resistência.

| 2. Práxis discursiva e processos históricos

A relação entre sujeito, história, língua e ideologia é fundamental na Análise do Discurso. Como diria Malidier (2003), é o verdadeiro nó das questões que dizem respeito ao discurso. Dessa forma, é a relação entre o dizer e suas condições de produção, bem como sua posição teórica e política, que especifica a prática analítica da AD no campo da linguagem em sua relação ontológica com o trabalho enquanto categoria fundante do ser social³.

Pêcheux (1988, p. 144), fundamentado na perspectiva materialista do discurso, considera que todo processo discursivo está imbricado em condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção (base material), que designam “o caráter contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes, isto é, cujo princípio é a luta de classes”.

O discurso (materialidade específica da ideologia) sofre determinações sócio-históricas e sua movência se dá nas contradições da formação social, no caso em estudo, o sistema capitalista e seu antagonismo de classes. A práxis discursiva é engendrada em condições de produção históricas, sociais, políticas, econômicas e intelectuais que, em seu funcionamento ideológico, operam na constituição dos sentidos e dos sujeitos em determinada forma de sociabilidade.

Assim como a ideologia (interesses de classes de uma determinada conjuntura histórica) tem caráter material e prático, o discurso também é prática dos sujeitos da/na história, e seus efeitos de sentidos possuem caráter material. Na sociedade capitalista, o processo

3 A Análise do Discurso a que nos filiamos inscreve-se na perspectiva marxiana e dialoga com Marx, Engels, Lukács e Mészáros. Desse modo, nosso gesto de análise busca as raízes da crítica à sociedade capitalista (Silva Sobrinho, 2018).

discursivo deve ser trabalhado a partir da compreensão do antagonismo de classes (capital x trabalho), pois sua movência se realiza na contradição. Nessa perspectiva, para Pêcheux (2002), o discurso é **efeito** e **trabalho** nas filiações históricas de sentidos porque tem sua gênese na base material da sociedade e retorna a ela para produzir efeitos sobre o real da história.

Para nós, o discurso é também **movente** e **movido** pelas contradições históricas, pelos interesses de classes e pelas ideologias em luta numa determinada sociedade⁴. Nessa ótica, no que diz respeito à análise discursiva que desenvolveremos mais à frente, é preciso buscar o caráter material do sentido. Dizendo de outra maneira, é preciso articular o dizer com suas condições de produção, buscando compreender como o discurso se processa na conjuntura histórica e como funciona no movimento de reprodução/transformação das relações de produção.

O que afirmamos pode ser sintetizado no que diz Pêcheux (1988):

A objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes (Pêcheux, 1988, p. 147).

Esse movimento dialético (contradição) possui objetividade material, pois se dá no processo de reprodução/transformação das relações de produção. Portanto, quando tratamos de “crise econômica”, estamos nos referindo às contradições de base material (instância econômica), mas também às discursividades que dela derivam. Essas discursividades fazem significar a “crise” na sociedade brasileira, pois seus sentidos estão sustentados por relações de forças, relações de poder, sob a dominância da classe que detém o poder material (capi-

4 Cf. Silva Sobrinho (2018).

tal) e, ao mesmo tempo, sob a hegemonia do poder espiritual (mídia jornalística).

Pensando na concretude da história, podemos dizer que não apenas o Brasil, como o mundo inteiro, vive uma crise estrutural do capital, caracterizada, conforme Mészáros (2002, p. 795), como uma maneira de o capital “progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação”. No entanto, essa expansão do capital encontra barreiras históricas em seu próprio funcionamento que tem por lógica o lucro e não o ser humano.

Diante da “crise”, a ideologia dominante (das classes dominantes) tenta “resolver a crise” e garantir a manutenção da lógica do capital, aumentando os lucros e explorando ainda mais a classe trabalhadora. Para isso, utiliza-se de mecanismos discursivos (que se manifestam na mídia, no jurídico, na publicidade e propaganda, nas escolas, religião etc.) que fazem circular determinadas maneiras de interpretar a “crise econômica” que o mundo atravessa. Essa interpretação é um nó de contradições porque a ideologia dominante precisa falar aos capitalistas e aos trabalhadores, produzindo evidências de sentidos e mascarando o caráter material da discursividade em “crise”.

Como afirma Pêcheux (1988):

É a ideologia que fornece as evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem” aquilo que chamamos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (Pêcheux, 1988, p. 160).

A expressão “crise econômica” funciona como um pré-construído, pois “parece” que todo mundo sabe o que é uma “crise econômica” e que o Estado (governo) deve agir para “solucioná-la”. A “crise econômica” irrompe nos enunciados da mídia jornalística como algo sempre

pensado antes e em outro lugar, a exemplo de falas dos economistas, políticos e jornalistas.

A nosso ver, a “crise econômica” é majoritariamente pensada a partir da posição da classe dominante e suas ideologias, visto que os dizeres que se materializam na mídia jornalística, que iremos analisar mais à frente, revelam uma rede de significantes que, contraditoriamente, naturalizam e/ou denunciam as diferentes vivências da crise econômica em acordo com os lugares sociais e posições de classes dos sujeitos na sociedade.

3. O caráter material do sentido de “crise econômica” no Brasil

Quando falamos em “crise econômica”, pensamos diretamente em desemprego, em aumento da inflação e, também, na queda na taxa de lucros. A ordem do pensamento é também uma ordem ideológica (discursiva), pois parece que todos nós sofremos “igualmente” os efeitos da “crise econômica” e, por isso, “devemos” nos empenhar para “resolvê-la”. Podemos até seguir dois caminhos (im)possíveis de interpretação, pois eles são contraditórios: i) do ponto de vista do capital, aparecem propostas de “reformas” e políticas de austeridade sobre a classe trabalhadora; ii) do ponto de vista do trabalho, seria uma possibilidade de se produzir a ruptura com essa lógica desumanizante.

Dessas possibilidades, a primeira leitura é a dominante, pois, apesar de haver lutas, conflitos e antagonismos que direcionam as práticas dos sujeitos e a produção de sentidos, a lógica do capital continua prevalecendo e a crise aparece como algo que exige que se “salve” o capital para o “bem de todos/as”.

No caso em estudo, vamos analisar alguns recortes publicados na mídia jornalística sobre a “crise econômica”. Seleccionamos, para a nossa análise, dois recortes, a saber: 1) uma publicação da revista Exame; 2) uma publicação da revista CartaCapital. Seleccionamos

as duas revistas porque compreendemos, em hipótese, que tanto a revista Exame como a CartaCapital assumem posições distintas e, supostamente, significam a “crise econômica”, o “Brasil” e os “sujeitos” diferentemente.

Assim, a Exame direciona o olhar para o público empresarial, e a CartaCapital se põe numa posição à esquerda na interpretação do mundo capitalista. Entendemos que possuem diferentes e determinados interesses materiais e ideológicos.

Seguiremos agora com as análises das sequências discursivas (SD):

SD1:

Como algumas indústrias vêm driblando a crise econômica

Com a queda no consumo, a indústria busca maneiras de **driblar a desaceleração e recuperar os resultados** no país.

Em 2014, **o volume de vendas** da fabricante de produtos de limpeza Bombril **aumentou 10,4% em relação ao ano anterior. Mas essa não foi exatamente uma boa notícia.** Em valor, **as receitas ficaram estagnadas em 1,1 bilhão de reais, o mesmo patamar registrado no ano anterior.**

(Exame, 14/5/2015)

SD2:

Informalidade, a cara da crise no Brasil

A legião de informais está de volta: com desemprego em alta, mais de 40 milhões de trabalhadores sem renda fixa e carteira assinada vivem de “bicos”

A legião de trabalhadores informais está de volta. **Trabalhos sem renda fixa viraram rotina para muitos desempregados.** Na última década, grande parte deles estava ocupada em postos com carteira assinada, até que uma onda de demissões começou em 2015.

(CartaCapital, 22/2/2017)

A Análise do Discurso problematiza a leitura/interpretação e o modo como os sentidos são produzidos ideologicamente, visto compreender que a linguagem é opaca e, na relação da língua com a história, produzem-se equívocos. Como explica Orlandi (2012, p. 27), para a AD, “o sentido não está já fixado *a priori* como essência das palavras, e tampouco pode ser qualquer um: há a determinação histórica”.

Nas sequências discursivas em análise, podemos perceber que não há neutralidade no uso das palavras e que elas sofrem os efeitos da história e das práticas ideológicas na (re)produção de sentidos. O trabalho das lutas de classes produz o que Pêcheux (1988) designou como o caráter material do sentido, aspecto constitutivo das práticas discursivas que apontam para as relações histórico-sociais nas quais os discursos são engendrados:

Só quando articulamos o **dizer** com suas **condições de produção** (relações sociais de caráter material e historicamente determinadas) é que as contradições do discurso reaparecem e desvelam [...] o seu real caráter material de sentido (Silva Sobrinho, 2010, p. 255, grifos do autor).

Desse modo, compreender as condições de produção do discurso sobre a “crise econômica” é considerar que ele se inscreve no cenário histórico-social contemporâneo de crise estrutural do capitalismo e suas diversas formas de recuperação como sistema sociometabólico, submetendo todas as esferas da sociedade ao seu domínio na crescente exploração do trabalho.

No Brasil, os efeitos da crise estrutural foram materializados, nos últimos dez anos, especialmente pelas reformas neoliberais implementadas no Estado brasileiro – Reforma do Ensino Médio, Reforma da Previdência Social e Reforma Administrativa –, no aprofundamento do desemprego e com o surgimento de formas de subsistência aliadas à informalidade. A precarização, por meio da desregulamentação,

da flexibilização e da terceirização do trabalho, representa, na prática, o capitalismo e seu caráter destrutivo numa

lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo (Antunes, 2001, p. 38).

Iniciando as análises das sequências apresentadas acima (SD1 e SD2), é possível perceber que as materialidades discursivas foram formuladas e circularam em 2015 e 2017, respectivamente, período no qual o termo “crise” era apresentado, frequentemente, nas mídias jornalísticas, sendo atribuído ao governo da presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores-PT). As SDs foram produzidas nos contextos anterior e posterior ao golpe/*impeachment* iniciado em dezembro de 2015 e concretizado em agosto de 2016.

Considerando, assim como Pêcheux (1988), que uma referência à História deve ser pensada a partir de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre as práticas linguísticas, na **SD1** temos a revista Exame direcionando os sentidos para o conhecimento e as práticas da indústria a fim de “driblar a crise econômica”. O movimento do/no discurso é demonstrar “como” é possível fazer isso para “recuperar os resultados no país”.

No texto da matéria, encontramos a preocupação principal do capital: “**estagnação**”. A “informação” da revista é que a empresa Bombril aumentou o “**volume de vendas**” em relação ao ano anterior. “Mas essa não foi exatamente uma boa notícia” porque em “valor” “**as receitas ficaram estagnadas em 1,1 bilhão de reais, o mesmo patamar registrado no ano anterior**”.

Sabemos que a indústria realiza a transformação da natureza em mercadorias. Sua lógica é produzir mercadorias para vender no mercado capitalista. Para lucrar com essa atividade, a classe burguesa, em tempos de crise, explora ainda mais a classe trabalhadora, pois reduz o valor dos salários, exige reformas para diminuir direitos trabalhistas duramente conquistados, gera desempregos, precariza o trabalho e aprofunda as desigualdades sociais. Essas práticas, por seu turno, produzem uma massa de trabalhadoras/es desempregadas/os que não podem consumir as mercadorias produzidas. Portanto, o ciclo é contraditório.

Vemos, pois, que a crise é um fenômeno complexo porque, à medida que se dá a queda das taxas de lucros ou mesmo a “estagnação”, o capital opera manobras para explorar mais a classe trabalhadora, impondo sacrifícios que também o atingem, uma vez que a classe trabalhadora não poderá consumir as mercadorias postas em circulação no mercado.

Como o interesse do capital não é eliminar sua condição de explorador, ele discursiviza, no nível da evidência (superfície), afirmando que está tentando “driblar a crise”. Utiliza-se de mais “publicidades”, mais “promoções” para garantir que o consumidor volte a comprar (cada vez mais) as mercadorias. O sentido se mostra como um “jogo” estratégico que precisa vencer o adversário (“crise”). Não há crítica, senão uma naturalização do mundo e do sistema capitalista.

Podemos dizer que se trata dos efeitos ideológicos em todos os discursos, mas, nesse caso, “driblar” produz equívocos porque, da perspectiva do trabalho, para superar a crise é preciso também superar a lógica do capital, e isso só se dá através de uma revolução no modo de produção. Entendemos, a partir de uma perspectiva materialista e junto com Pêcheux (1990, p. 16), que “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior e independente”.

Desse modo, “driblar” funciona como efeito de evidência de sentido: jogo, ganhadores, perdedores. Nessa mobilização de sentidos, é preciso questionar a materialidade da linguagem nessa notícia e seu vínculo com a ideologia burguesa.

Vemos, então, que há contradição nesse discurso, pois a “crise econômica” não é produzida pela escassez, mas pelo aumento (superprodução) da produção de mercadorias que não são totalmente consumidas (compradas para o lucro do capitalista). Assim, a crise é produzida pela lógica da sociedade capitalista que visa ao lucro em detrimento do humano.

Na SD1, a posição-sujeito da revista Exame assume que a crise, engendrada na própria forma de produção, pode ser “driblada”, a exemplo das investidas das indústrias com “publicidade”, “promoções” e “novos produtos no mercado” para a valorização do capital.

Como dissemos, conforme Pêcheux (1988), as palavras, expressões e proposições mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. No caso em estudo, a expressão “crise econômica” ganha contornos de sentidos distintos porque é dita em posições-sujeitos também distintas e, por vezes, contraditórias (capital \times trabalho). Por isso, direcionamos o olhar para a **SD2**, a fim de trabalhar nesta contradição.

Na segunda sequência discursiva (SD2), podemos perceber que a revista CartaCapital aponta para a “informalidade” que atinge a classe trabalhadora. O título da matéria vai mais longe se comparado ao título da revista Exame que analisamos há pouco. O título da CartaCapital funciona como uma tradução (substituição): Informalidade = a cara da crise no Brasil. Observamos a língua produzindo sentidos enquanto prática de sujeitos da/na história. Quando se diz que a “informalidade” é a “cara da crise no Brasil”, a revista revela (desvela) como a crise econômica, de modo cruel, dá-se para a classe trabalhadora.

O trabalho informal (precarizado, superexplorado) tem sido dominante nas relações econômicas durante a “crise”. Em nossa leitura/interpretação, a revista faz uma denúncia sobre as relações socioeconômicas que predominam no Brasil neste momento de crise. Não se trata apenas de “comunicação” da notícia, mas de apontar para as condições históricas que sustentam discursos que descrevem aquilo que Antunes (2009) chama de nova morfologia do trabalho: “informalidade”, “desemprego”, “bicos”, “trabalhadores sem renda fixa” e “sem carteira assinada”.

O modo como a revista formula o discurso acaba por dar corpo aos sentidos da impiedade do real sócio-histórico que se entrelaçam às relações de exploração e precarização do trabalho, e constitui, nessa discursividade, a presença da nova configuração da classe trabalhadora.

Ainda segundo Antunes (2009, p. 11), o capitalismo estabelece

uma maquinaria perversa e uma engenharia satânica que vêm gerando um gigantesco contingente de desempregados que assim o são pela própria lógica destrutiva do capital – a qual, ao tempo que expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo gerador do valor em seus trabalhos estáveis e formalizados, recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades informalizadas e precarizadas de geração do mais-valor. Isso depaupera ainda mais, pela expansão da força sobrança de trabalho que não para de crescer, os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando.

Em nossa análise, a SD2 se apropria dos elementos de saber que atingem fortemente a classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2009), dando concretude ao discurso e textualizando as vivências do trabalho informal (bico), em que não se tem garantia de renda fixa e predomina a falta de carteira assinada, sem garantia de direitos no exercício do trabalho e, conseqüentemente, sem aposentadoria.

Portanto, a “crise do sistema capitalista” é vivenciada diferentemente pelas classes sociais. Consideramos, pois, que a “informação” da revista CartaCapital esboça dimensões da práxis perversa que se dá na relação capital *versus* trabalho. Aquele desumaniza, aliena; este último precisa resistir para existir.

4. Considerações finais: interpretar é também produzir (re)existências!

Como vimos em nosso estudo, vivenciamos uma crise econômica de caráter estrutural. Segundo Mézáros (2002), uma crise sem precedentes do sistema capitalista, para a qual não há formas de correção, pois exige a superação radical desta sociedade.

Em nossa análise, compreendemos que a mídia jornalística produz gestos de interpretação determinados pelos conflitos de classes em sua processualidade histórica. A revista Exame apresenta como evidente o funcionamento do sistema capitalista; por isso, sua preocupação está no processo de produção-consumo de mercadorias e de como os capitalistas podem “driblar” a crise e “recuperar” “resultados” (lucros).

A revista CartaCapital mostra as consequências da crise econômica para a classe trabalhadora: “informalidade”, “bicos”, “sem carteira assinada”, “sem salário fixo”. A revista, de uma outra posição-sujeito, nomeia os acontecimentos para fazer aparecer outra perspectiva de interpretação que toca mais diretamente na crueza do real sócio-histórico.

Entretanto, é importante dizer que a CartaCapital também possui seus limites de interpretação, pois não fica “evidente” a reivindicação de um outro mundo ou de que a classe trabalhadora pode/deve revolucionar. A nosso ver, são traços da nossa conjuntura histórica, vestígios das ideologias em lutas, marcas dos pensamentos antagonistas em constantes conflitos.

Antunes (2009), referindo-se à processualidade do trabalho que aliena, explora, mata e, contraditoriamente, humaniza e revolucionária, destaca que o desafio da atualidade é “dar sentido autoconstituente ao trabalho humano e tornar nossa vida fora do trabalho também dotada de sentido” (Antunes, 2009, p. 12).

A nosso ver, dotar a vida humana de sentidos emancipadores passa por gestos de interpretação que precisam ler o mundo para revolucioná-lo. Por isso, alertamos que, no estado das lutas de classes vivenciado na atualidade, analisar o que se diz e como se interpreta a “crise econômica” na mídia jornalística tem consequências cruciais, pois pode direcionar o movimento de reprodução/trans formação das relações de produção.

Quando aprofundamos a reflexão, compreendemos, por um lado, que se a leitura (interpretação) é a da posição dos interesses do capital, o sentido é direcionado para “driblar” a “crise” (estagnação dos lucros do capitalista), ou seja, para manter funcionando o “jogo” da lógica exploradora. Por outro lado, se a leitura é aquela que vai à raiz das contradições e questiona a objetividade e a subjetividade, a tendência é encaminhar a interpretação para críticas superadoras da sociedade fundada pelo capital. Para nós, fazer isso é também produzir (re)existências! É, pois, algo vital.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo.; FRIGOTTO, Gaudêncio. (orgs.). **A Cidadania Negada**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas-SP: Pontes, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas-SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.


PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas-SP, nº 19, p. 7-24, jul./dez., 1990. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/863682>. Acesso em: 8 jan. 2023.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas-SP: Pontes, 2002.

SILVA SOBRINHO, Helson. Os (des)arranjos das lutas entre posições idealistas e materialistas na Análise do Discurso. In: BALDINI, Lauro; BARBOSA FILHO, Fábio. **Análise de discurso e materialismos**: prática política e materialidades. v. 2. Campinas-SP: Pontes, 2018.

SILVA SOBRINHO, Helson. O caráter material do sentido e as classes sociais: uma questão para a Análise do Discurso. **Revista Polifonia**, Cuiabá-MT, v. 26, n. 43, jul./set. 2019. <http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/8307>. Acesso em: 6 mai. 2023.



O PAPEL DO ESTADO NA REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO E NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA

Fabiano Duarte Machado

Instituto Federal de Alagoas–Campus Marechal Deodoro

O presente texto foi retirado da minha tese de doutorado que foi concluída no ano de 2018 com pouquíssimas adaptações, cortes, ajustes e acréscimos para a construção do presente capítulo. O resgate deste texto ocorre devido à atualidade e pertinência da discussão proposta na presente coletânea intitulada **Discurso e crise societária: buscando sentidos para além do capital**, proposta da linha de pesquisa Discurso, sujeito, história e ideologia do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da UFAL. Deste modo, visamos socializar nossas reflexões sobre o tema em questão para um público mais amplo e desta forma contribuir para o entendimento da conjuntura atual.

Para compreender a concepção de Estado fundamentada em Marx é preciso considerar que as relações jurídicas, políticas, culturais não podem ser explicadas por si mesmas, sem uma articulação com a reprodução das condições materiais de existência humana.

A formação e a determinação do caráter do Estado vão além de sua autodeterminação e das justificativas tradicionais elaboradas pela visão dominante. A partir dessa premissa, partimos da perspec-

tiva de que o Estado é uma instituição fundada nas relações sociais estabelecidas num determinado momento histórico. Com isso, procuramos desenvolver os elementos que podem auxiliar na compreensão do movimento que o Estado assume no processo de relação da parte com a totalidade, ou seja, na dinâmica das relações de produção estabelecidas pelo capital.

O Estado, nesse sentido, é uma expressão das atividades humanas, e não um item sobressalente à sociedade; ele é fruto dos processos estabelecidos pelos seres humanos ao longo da história que envolve sociedades de classes.

Lenin, em sua obra *O Estado e a Revolução*, traça as linhas gerais do caráter *coercitivo* e *repressivo* do Estado. É certo que, na conjuntura em que a obra foi escrita, o Capitalismo encontrava-se mergulhado numa guerra imperialista que provocou a exacerbação da degradação social. De fato, após a Segunda Guerra Mundial, o cenário apresentado por Lenin altera-se. Pressionado pela construção do Bloco Soviético¹, que alterou a correlação de forças entre Capital e Trabalho, tem-se como reflexo da luta de classes, nos países centrais do mundo ocidental (com algumas variações), a construção do Estado de Bem-Estar Social. Todavia, apesar de conquistas parciais, como leis trabalhistas, expansão do sistema de saúde e educação pública, mantém-se o caráter de classe no tocante à *coerção* e à *repressão*, que continuam a se reproduzir, neste momento, com uma nova roupagem. Entretanto, as condições gerais que possibilitaram as análises apresentadas por Lenin ainda continuam válidas. Isso nos permite dizer que o Estado de Bem-Estar Social não suprimiu o caráter *coercitivo* e *repressivo* do Estado.

Assim, referindo-se aos limites da ação do Estado na superação das mazelas causadoras da degradação social, Marx afirma:

1 Depois da Revolução de 1917 e principalmente depois de 1945, no período da Guerra Fria, o termo bloco soviético é uma alusão à União Soviética e seus aliados.

O Estado jamais encontrará no “Estado e na organização da sociedade” o fundamento dos males sociais, como o “prussiano” exige do seu rei. Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado (Marx, 2010, p. 58-59).

Em *A crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx apresenta a inversão e a correção da relação existente entre Estado, família e sociedade civil. Como já afirmado anteriormente, pode-se notar que o Estado não é o fundante da família e da sociedade civil, muito menos sobressalente em relação à sociedade. Na realidade, como demonstra Marx, são as relações sociais construídas historicamente que determinam o caráter do Estado. Seus limites/avanços são estabelecidos processualmente em meio à luta de classes, posto, essencialmente, que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (Marx; Engels, 2007, p. 40).

Em Hegel, segundo Marx, há o fato de que o “Estado é, em face das esferas da família e da sociedade civil, uma ‘*necessidade externa*’, uma potência à qual ‘leis’ e ‘interesses’ são ‘subordinados’ e da qual são ‘dependentes’” (Marx, 2011, p. 27, grifos e aspas simples do autor). Desta forma, o Estado é recolocado em sua posição, e perde sua condição de elemento societário fundante, ao mesmo passo em que o inverte como elemento fundado pela família e pela sociedade civil.

À medida que não se considera o real movimento causado pelo desenvolvimento das relações de produção e sua implicação direta nos fenômenos societários, nota-se uma ofuscação do próprio entendimento da engrenagem social como um todo. Logo, no nosso entendimento, ancorado numa perspectiva materialista histórico-dialética,

o Estado não é uma “necessidade externa” em relação à família e à sociedade civil, e sim, são as relações sociais e suas necessidades materiais que o determinam historicamente.

Assim, estudar as condições que fizeram com que o Estado fosse construído/moldado e os motivos para que ele se mantivesse ao longo da história – onde houve lutas de classes – é condição imperativa para o entendimento do funcionamento da sociedade e do seu papel no processo de constituição dos sujeitos na sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, deve-se observar que o Estado, assim como outros fenômenos societários, não é a-histórico e nem imutável, e muito menos está deslocado das relações sociais. Por isso, é imprescindível entender a relação do Estado – em suas diversas formas – com base no movimento das relações de produção da vida social.

O trabalho, enquanto categoria que funda o ser social, conecta os homens, construindo a totalidade destes a partir da sociedade; conseqüentemente, distintos modos de produção estão para diferentes sociedades. As relações de trabalho alteram os modos de produção e todos estes convergem para um aspecto em comum: a objetivação dos interesses dos seres humanos através de relações socialmente construídas.

O excedente econômico é determinante para a divisão da sociedade em classes. Surge, com essa divisão, a possibilidade de uma parcela minoritária da população usufruir a maior parte da riqueza coletiva sem necessariamente ter que trabalhar na produção de forma direta, enquanto para a outra – a maioria – resta o trabalho manual e uma parcela mínima da riqueza coletiva, que serve apenas para assegurar sua sobrevivência. Diante disso, Engels (2010, p. 123) afirma que “o Estado pressupõe um poder público especial distinto do conjunto dos cidadãos que o compõem”; este se distanciou das condições realmente democráticas e socialmente justas que se puderam encontrar anteriormente nas organizações gentílicas. Como já dito, o Estado e o

conflito de classes fazem parte da mesma unidade que está fundada no desenvolvimento das relações sociais. Marx e Engels (2001, p. 23-24) afirmam, no *Manifesto do Partido Comunista*:

A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua ora velada, ora aberta, luta que a cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto.

O Estado é fundado a partir da base material da sociedade. Seu surgimento é determinado pelo grau de desenvolvimento das relações de produção, momento no qual o ser humano amplia seu domínio sobre a natureza e molda-a conforme suas necessidades sociais, a fim de garantir a superação das mesmas, ao passo que possibilita maiores saltos em seu desenvolvimento e em sua liberdade. Nessa esteira, soma-se o surgimento da exploração do homem pelo homem.

As modificações na forma como a riqueza social era produzida e distribuída condicionam alterações também na subjetividade dos seres sociais ao passo em que se produz todo um movimento em torno das novas demandas impostas no seio da comunidade. Deste modo, a consolidação da propriedade privada e a posterior edificação do Estado compõem uma totalidade: fazem parte de uma unidade denominada sociedade, que possui fundação na síntese da casualidade e da consciência produzida no interior das relações de trabalho. Entender esse processo, portanto, significa desvelar todas as outras relações sociais em seus distintos momentos e formas, pois compõem a mesma unidade contraditória consolidada agora em um novo patamar, com a exaltação e a afirmação de uma classe hegemônica e com uma instituição

voltada centralmente para a manutenção dos interesses desta classe. Com base no Materialismo histórico-dialético, podemos notar que:

Nas mais remotas épocas da história, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma Antiga, encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres das corporações, aprendizes, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, outras gradações particulares (Marx; Engels, 1998, p. 40).

O Estado, deste modo, molda-se como síntese da processualidade das sociedades de classes e da forma como o trabalho é organizado. Com base nisso, podemos afirmar que ele é fundamental para a garantia da reprodução e da exploração do trabalho alienado em suas várias formas e na constituição da subjetividade no processo de individuação do sujeito. A análise do Estado, então, só é possível mediante a compreensão do seu processo fundante: o antagonismo estabelecido entre as classes sociais. Lenin (2010, p. 27) afirma que:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. [...] Para Marx, o Estado não poderia surgir nem subsistir se a conciliação de classes fosse possível. [...] o Estado é um órgão de dominação de classes, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma 'ordem' que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes.

Ao observar o desenvolvimento histórico da humanidade, nota-se que, a partir do momento em que o ser humano é capaz de ampliar

seu domínio sobre a natureza, moldando-a a partir de suas necessidades, surgem as condições para a produção do excedente de riqueza.

Com isso, entendemos que os conflitos de classes estão fundados nas estruturas econômicas da sociedade, a partir de relações desiguais de propriedade que serão sacramentadas por instituições como o Estado. A desproporção na apropriação da riqueza produzida coletivamente possibilita o surgimento da primeira aristocracia greco-romana que começa a dominar o conselho da gens. Para Engels (2010, p. 199), “a força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada”.

A disputa entre classes não poderia acontecer de maneira direta por muito tempo, surgindo daí as instituições que foram responsáveis pela adequação e justificação do *status quo*, garantindo a permanência da classe exploradora como hegemônica. Denota-se que o aparelho estatal surge e se aperfeiçoa do e para o conflito indissolúvel das classes sociais: isso indica os limites do Estado e a necessidade da sua superação. Lukács (2012, p. 77) nos chama a atenção no tocante a esta questão:

[...] Por um lado, ela aparece como luta *pelo* poder do Estado e, por outro, o próprio Estado torna-se claramente *um participante* da luta. Não se luta apenas *contra* o Estado, mas o Estado mesmo revela seu caráter como *arma da luta de classes*, como um dos mais importantes instrumentos para a manutenção da dominação de classes.

Na medida em que as relações de produção se desenvolvem com base na propriedade privada, o antagonismo entre as classes vai se aprofundando e uma classe vai se confirmando como contradição da outra, visto que a apropriação privada da riqueza produzida coletivamente, além de gerar a desproporcionalidade e a criação

de classes, também dá condições para o desenvolvimento dos embates sociais. Essa dinâmica social faz com que o Estado se torne cada vez mais necessário para a manutenção, através da *coerção* e da *repressão*, da sociedade de classes, afinal ele serve para garantir a opressão do capital sobre o trabalho na reprodução das relações econômicas e essa função, obviamente, não funciona a partir de acordo tranquilo entre as duas classes ontologicamente antagônicas.

O antagonismo de classes – ou seja, sua luta – está relacionado à disputa pela hegemonia do modo como as relações de produção serão estabelecidas e, por consequência, incide diretamente nas relações de propriedade, determinando o caráter de coerção e de repressão do Estado. Diante desse fator, pode-se entender que, enquanto houver classes sociais em disputa pela hegemonia de um projeto de sociedade, haverá, necessariamente, a utilização de instituições para formular e justificar o projeto de mundo da classe dominante, onde, neste caso, o Estado é central.

O Estado, assim, compõe a unidade das relações opostas de classes a partir de um determinado momento das relações de produção – neste caso, desde o aparecimento da propriedade privada. De forma geral, levamos em consideração o entendimento de Marx (2011, p. 55) na sua obra *Guerra Civil na França*:

[...] o poder do Estado foi assumindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina do despotismo de classe, notando que essa “ferramenta” terá suas variações particulares a cada momento histórico das relações de produção, tendo sua forma variando ao mesmo passo que a forma de propriedade privada desenvolve-se em cada localidade. Por isso, o Estado precisa ser analisado em duas condições fundamentais: uma para a sua essência e outra para a sua aparência. A primeira, como forma nuclear, geral, é o “em si” e determinante da aparência. Todavia, nesta

ocasião, a aparência não é exclusivamente determinada pela essência; há, ainda, a interação social estabelecida, determinando-a num dado momento histórico, ou seja, a forma do Estado varia de acordo com o antagonismo entre as classes, sem deixar, no entanto, de estar ligadas.

Deste modo, o Estado é uma síntese de uma unidade contraditória composta pelas classes sociais; sendo assim, o antagonismo inconciliável que surge destas classes é o fundamento da substância do aparelho estatal, ao mesmo tempo em que serve de arma para a manutenção da hegemonia da classe dominante. A cada forma de sociabilidade fundada na luta de classes, haverá uma maneira de explorar a classe dominada, impondo para esta toda uma forma e significação do mundo, ao passo de mantê-la submissa aos ditames da classe dominante. A forma como as relações de trabalho são estabelecidas historicamente determina o conflito entre as classes e, deste, ter-se-á uma forma de Estado particular.

Assim, gostaríamos de ressaltar que os aspectos estruturais da particularidade do desenvolvimento do Capitalismo no Brasil, marcado pela escravidão e agroexportação, criam condições, dentro das condições gerais da reprodução social do capital em sua fase imperialista, particulares da formação social brasileira, que delineiam à condição periférica e dependente, na longa duração e na conjuntura atual da luta entre o capital e o trabalho.

A forma como se articulam as frações da burguesia local e as imperialistas, numa relação de associação para garantir a superexploração das massas proletárias, mesmo as primeiras tendo uma condição de subalternidade às segundas, essa relação perpetua a dependência econômica e tecnológica dos tempos coloniais, produzindo, assim, um desenvolvimento atrofiado das estruturas da sociedade brasileira, pois só assim é possível manter as condições estruturais da reprodução da miséria que alimenta essa associação subserviente das classes dominantes locais com as dos países centrais do capitalismo.

Desta forma, a perversidade social estrutural dos países dependentes periféricos, como é o caso do Brasil, tem sua relação ontogênica com o modo particular como o Capital se universaliza e adapta, no seu desenvolvimento desigual e combinado, aos mecanismos de repressão e coerção social. Logo, o Estado, no caso brasileiro, tem sua determinação estrutural inscrita num processo histórico marcado por um *capitalismo de “via prussiana-colonial”*². Assim, com base nesses pressupostos, defendemos que ocorre a impossibilidade de lhe conferir outra forma, que não uma modelagem autocrática. Mesmo reconhecendo o caráter contraditório das disputas engendradas pela luta de classes, o seu particular processo histórico engolfa a sua capacidade de absorver as demandas históricas das classes subalternas, o que faz a sua natureza autocrática, garantia *sine qua non* do consórcio das classes dominantes locais e internacionais, se manifestar constantemente no funcionamento do Estado e de seu regime político. Assim sendo,

A questão do papel do Estado completa esse complexo quadro. Na experiência histórica brasileira o Estado não “deve ser” um ente impulsionado pela “vocação nacionalista” e “democrática”, como se poderia supor. O Estado, ao contrário, passa a ser “veículo por excelência do poder burguês”, com o que não se verifica uma irradia o desse poder para a sociedade como um todo (senão para pequena parcela mais rica), mas sim a autoridade estatal como autoridade burguesa. Essa “autocracia burguesa”, como a define Fernandes, significa que o Estado brasileiro é dimensionado para exercer uma política estatal e um tipo de interven o econômica essenciais para a viabiliza o do capitalismo monopolista (cf. Fernandes, 1975, p. 261-268). Diz ainda o autor [Fernandes]: “Vindo de fora, ele (o capitalismo monopolista) se sobrepõe, como o super moderno ou o atual, ao que vinha de antes, ou seja, o ‘moderno’, o ‘antigo’ e o ‘arcaico’, aos quais nem sempre pode destruir e, com frequência, precisa conservar (p. 269) (Minto, 2014, p. 107).

2 Ver MAZZEO, Ant nio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: as origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2016.

Com isso, a aparência assumida pelo Estado num dado momento histórico é a derivação das particularidades dos antagonismos entre as classes sociais que se desenvolvem em um modo de produção. Daí, podemos afirmar a possibilidade de existir distintas formas de Estado em um mesmo momento histórico, com as mesmas classes antagônicas, só que em localidades diferentes. Tendo em vista que o conflito entre essas classes também ocorre de forma desigual e combinada. Sendo assim, as classes assumem particularidades, a classe dominante demandará uma forma de Estado – mais reacionário, populista, republicano, bonapartista etc. –, isso dependerá da correlação de forças com a classe dominada, mantendo, portanto, sempre seu caráter *coercitivo e repressivo*.

Por tudo isso, pode-se notar, de forma geral, o quão o Estado tem sua natureza fundada na economia. Sua aparência (forma política) irá variar de acordo com a formação social estabelecida em um determinado estágio das relações de produção e seu conteúdo está silenciado pelo antagonismo entre as classes que fazem parte de uma unidade antagonicamente inconciliável. Por fim, com as relações de produção fundadas na propriedade privada, as classes antagônicas compõem uma totalidade dialética, na qual as formas de Estado são a expressão fenomênica da contradição inconciliável entre as classes e também resultado do poder organizado hegemônico para oprimir o outro polo da população.

A discussão central que queremos colocar ao recuperar essas obras do materialismo histórico-dialético, é que o Estado, por sua natureza e, por isso, dentro dos seus próprios limites, não consegue satisfazer a totalidade dos interesses em meio à luta de classes. Portanto, com base na sua natureza de classe, o Estado realiza o seu duplo papel na reprodução do Modo de Produção Capitalista em zelar por uma sociedade estabelecida na exploração da *mais valia* e garantir, com seus aparelhos e “especialistas/técnicos”, o processo de individualização – objetivação da subjetividade – do sujeito moderno capitalista. Sujeito este que ao ser interpelado pela ideologia,

[...] faz intervir o direito, a lógica, a identificação (ORLANDI, 1987). Nela não há separação entre exterioridade e interioridade, mesmo se, para o sujeito, essa separação continue a ser uma evidência sobre a qual ele constrói, duplamente, sua ilusão: a de que ele é origem de seu dizer (logo, ele diz o que quer) e a da literalidade (aquilo que ele diz só pode ser aquilo) como se houvesse uma relação termo-a-termo entre linguagem, pensamento e mundo.

O sujeito moderno – capitalista – é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinante (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade. Não só dos outros mas até de si mesmo. Bastando ter poder... (Orlandi³, 1999, p. 14).

Aqui, nesta questão específica do papel do Estado, fundamental para compreender o seu papel na reprodução do capitalismo e na constituição do sujeito na particularidade brasileira, mais uma vez se faz fértil a interlocução permanente com a Análise do Discurso e sua teorização sobre o duplo movimento na constituição da subjetividade, e em especial, na sociedade capitalista moderna:

Em um segundo momento (que não corresponde necessariamente, deve-se ressaltar, a uma temporalidade expressa em dias ou anos), **ocorre o “estabelecimento (e o deslocamento) das formas de individua(liza)ção do sujeito em relação ao Estado.”** (ORLANDI, 2001, p. 106). Em outras palavras, **ocorre uma individua(liza)ção histórica da forma-sujeito em função da inserção do sujeito nas relações sociais regidas pelas instituições que são reguladas pelo Estado.** Do indivíduo interpelado em sujeito (I¹) resulta o sujeito em **“sua forma individualizada concreta (I²)”**, ou seja, aquela visível e a partir da qual é possível adaptar

3 Cf. <https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos4.pdf>

o sujeito ao social. Como afirma a autora, “**no caso do capitalismo, que é o caso presente, [é] a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), diante do Estado e de outros homens.**” (ORLANDI, 2002, p. 72). [...] Em Orlandi, portanto, o movimento pendular de passagem de 1 para 2 supõe uma inscrição no simbólico, nas leis do simbólico, ou seja, na linguagem enquanto lugar de produção de sentidos, no qual a história e a cultura intervêm. (Magalhães; Mariani, 2010, p. 392-393, grifo nosso).

Deste modo, colocou-se o caráter *coercitivo* e *repressivo* do Estado em outro patamar, digamos, de forma mais sofisticada, até mesmo porque a determinação do Estado é feita por intermédio das relações de produção. Nesse caso, elas se readaptaram a uma nova fase de acumulação de capital que, por suas taxas de lucro, possibilitou também mecanismos para cooptação de amplos setores do movimento operário, a fim de assegurar uma redução na tensão direta da luta de classes potencializada pela construção do Bloco Soviético, mas sua essência *coercitiva* e *repressiva* manteve-se inalterada, antes, especializou-se.

Quando pensamos o Brasil, o Estado cumpre um papel ainda mais determinante, pois o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo cria suas desigualdades, e na sua dinâmica, as nações centrais do capital integram as mais variadas nações periféricas de forma subordinada e dependente, logo o desenvolvimento do capitalismo no Brasil vai determinar um padrão de funcionamento do Estado, que, como dito mais acima, na articulação do seu duplo papel, por um lado visa garantir a expansão e a integração subordinada e dependente ao mercado mundial e por outro constituir “sujeitos modernos” em “**sua forma individualizada concreta (I²)**”, ou seja, como diria Pêcheux (2014, p. 80) nas “**formas históricas de assujeitamento do indivíduo**”, adicionaríamos **na particularidade da via prussiana-colonial do Capitalismo brasileiro** (grifos nossos).

O capitalismo dependente brasileiro, no seu desenvolvimento desigual e combinado, engrenou uma configuração de organização socioeconômica com uma profunda heteronomia com as nações capitalistas centrais, porém com a direção subalternizada das frações burguesas autóctones. O processo de acumulação do capital, em sua constituição, foi e é marcado pela associação subordinada das burguesias locais com as dos países imperialistas, resultando na partilha desigual entre esse consórcio do excedente econômico fruto da expropriação e exploração do trabalho.

Este processo é garantido por uma infame superexploração. Por isso, Florestan Fernandes (1976, p. 304) denomina o capitalismo periférico de “capitalismo selvagem”: “um capitalismo que associa luxo, poder e riqueza, de um lado, à extrema miséria, opróbrio e opressão de outro”. Deste modo, as frações burguesas brasileiras, com sua dependência periférica ontogenética, “usam o Estado exatamente para criar e manter uma dualidade intrínseca da ordem legal e política, graças à qual o que é oligarquia e opressão para a maioria submetida, é automaticamente democracia e liberdade para a minoria dominante” (Fernandes, 1976, p. 350).

A via de entificação do capitalismo brasileiro desenvolveu-se com base na dupla articulação, sendo no plano interno entre o setor arcaico rural-agrário escravista representante dos interesses das oligarquias tradicionais em articulação com as frações das burguesias industriais e comerciais; e no plano externo uma associação subalternizada com as burguesias dos países centrais. A sequela dessa dupla articulação, ou dualidade intrínseca, resulta no aborto da realização das “tarefas democráticas”.

Por isso, a ausência e simultaneamente a disseminação do ódio das elites à realização da reforma agrária, que através de sua *forma individualizada concreta (I²)* de seus aparelhos ideológicos⁴ e do monopólio do Estado difundem o ódio à mesma e ainda tentam “na-

4 Ver Cf. ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

turalizar”, como sendo “vital para a realização da economia nacional”, a compressão dos salários das classes trabalhadoras, o que fica manifesto na degradação salarial com o objetivo de elevar ao máximo a expropriação do sobretrabalho a ser repartido entre as frações burguesas locais e externas/imperialistas. Como podemos observar nos sentidos circulantes nas sequências discursivas das figuras 1, 2 e 3 abaixo, que respectivamente tratam das condições de produção discursiva do pós abolição formal da escravidão em 1888, implementação do 13º salário em 1962, criação do FGTS em 1964 e que são retomados nos dias atuais quando o ex-presidente, Jair Bolsonaro, quando candidato em entrevista ao Jornal Nacional da Rede Globo afirma que: “O trabalhador terá que escolher entre mais direito e menos emprego, ou menos direito e mais emprego”.

Figura 1⁵

Figura 2⁶

Figura 3⁷



Desse modo, as classes dominantes brasileiras buscam operar um profundo monopólio do controle do Estado em aliança com a burguesia imperialista e as classes médias, para assim, assumir, a burguesia brasileira, sua subalternidade diante das burguesias imperia-

5 <https://pensarpiaui.com/noticia/acabou-a-escravidao-criou-se-o-13o-salario-mercado-rea-ge-mal.html>. Acesso: 15 de jun. 2023.
6 <https://pensarpiaui.com/noticia/acabou-a-escravidao-criou-se-o-13o-salario-mercado-rea-ge-mal.html>. Acesso: 15 de jun. 2023.
7 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/05/em-1967-fgts-substituiu-estabilidade-no-emprego>. Acesso: 20 jun. 2023.

listas e garantir uma superexploração das classes subalternas, fator que termina realçando, ainda mais, o já intrínseco caráter coercitivo e repressivo do Estado e determinando decisivamente a debilidade das políticas públicas, e em especial, a educação da classe trabalhadora, que passa a ser uma dimensão decisiva da construção da hegemonia da classe dominante num país com as particularidades históricas do Brasil. Como afirma Mazzeo,

Se temos, portanto, um processo acumulador pelo campo que se aproxima do “caso alemão”, podemos ir ainda mais além. Na Alemanha, como no Brasil, a unidade nacional é imposta de cima para baixo. A nobreza **junker** constitui-se, na verdade, numa burguesia com o título de nobreza; algo similar ocorre com a “nobreza” brasileira, que herda o aspecto da fidalguia portuguesa. O processo de construção do Estado Nacional é excludente para as massas, tanto na Alemanha como no Brasil. No entanto, **essas semelhanças formais guardam diferenças de cunho estrutural** e, aí, a dimensão colonial se coloca com a legalidade que a história lhe confere. Entretanto, o aspecto formal, que, no sentido marxiano, não se dissocia de seu conteúdo, elevado à sua expressão concreta dá à morfologia brasileira sua real dimensão. O aspecto “prussiano” aparece, assim, no sentido de caracterização de um processo tardio de acumulação de capital, consagrado na análise leniniana como uma **forma de desenvolvimento burguês, que se enquadra nas grandes tendências gerais de análise da entificação do capitalismo**. Pensamos então que, para melhor conceituar o processo brasileiro, a noção de “*via prussiana-colonial*” é a que mais expressa sua geneticidade, porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia (ou “hipertardia”, como pontua Chasin) e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil. (Mazzeo, 2015, p. 105, grifo nosso)

Portanto, partindo da noção de “via prussiana-colonial” e buscando respeitar a legalidade histórica da condição colonial da particularidade do capitalismo brasileiro, resgatamos o caráter histórico/social da ideologia na sua função de “elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir” (Lukács, 2013, p. 465). Assim, visamos enfatizar que o processo de entificação do capitalismo, com seu desenvolvimento desigual e combinado, transformou a sociedade brasileira e com isso as formas de atuação das subjetividades entre si e suas formas de objetivação. Como afirma Magalhães (2001, p. 34-35):

Sem a interferência da subjetividade é impossível qualquer escolha entre as alternativas existentes na objetividade, que funcionaria apenas com sua lógica interna ou ao sabor do acaso [...]. Na verdade, é o surgimento da subjetividade que instaura o ser social; e a história do gênero humano é a história da intervenção da subjetividade na objetividade. É nessa relação que se consubstancia a força do sujeito. O limite da subjetividade é dado pela objetividade que não permite qualquer tipo de intervenção, mas apenas aquelas que condizem com sua legalidade.

Assim, resgatando o raciocínio desenvolvido anteriormente por Orlandi (1999), o sujeito moderno capitalista determinado pela exterioridade e sob o efeito da ilusão/determinador do que diz, é ao mesmo tempo livre e submisso. Ou seja, como afirma Orlandi (1999, p. 61) “[...] esse sujeito uma vez constituído, sofre diferentes processos de individualização (e de socialização) pelo Estado”. Logo, no funcionamento da ideologia pelo equívoco e estruturado na contradição, pensando nos efeitos que constituem a subjetividade na particularidade da via prussiana-colonial, procuramos fazer aqui uma reflexão dessa dinâmica do equívoco e contradição no modo de funcionamento do discurso na **forma histórica de “assujeitamento na particularidade brasileira”**.

Com essas afirmações aparece como central a imbricação entre determinismo e liberdade; do ponto de vista do sujeito do discurso diremos que o assujeitamento e a autoria possuem um entrelaçamento que não se desfaz nunca. “Sem dúvida continua a subsistir a indissolúvel coexistência entre o determinismo por parte da realidade social e a liberdade da decisão alternativa” (LUKÁCS, 1997, p. 84). No caso particular do discurso, essa lógica não se altera. O discurso é a objetividade feita subjetividade, através de um pôr social feito de linguagem (Magalhães; Mariani, 2010, p. 401)

Desse modo, a forma histórica de “objetivação da subjetividade na particularidade brasileira”, como resultado do profundo monopólio do controle do Estado estruturado pelas classes dominantes brasileiras e as classes médias em aliança subalternizada com a burguesia imperialista, configuram por um lado a garantia da superexploração das classes subalternas, e por outro uma forma histórica particular de constituição da subjetividade de um tipo de sujeito capitalista moderno especialmente centrado e cheio de certezas que vão das corriqueiras questões nas redes sociais até questões complexas teórico-científicas, profundamente imerso na ilusão da autonomia, ou como é lugar comum na discursividade da formação social brasileira, que atravessa todas as classes sociais, enunciados como: “ninguém me manipula”; “ideologia de gênero”; “doutrinação comunista nas escolas”; “Deus, Pátria, Família”; “eu sou imparcial”; “Brasil livre”; “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”; aqui nos auxilia destacar, sobre este processo e o funcionamento da ideologia, o que diz Orlandi (1999, p.14)⁸:

O que aparece ao sujeito como sua definição mais interna e essencial é justamente o que o submete: quanto mais centrado o sujeito, mais ideologicamente determinado, mais cegamente preso à sua ilusão de autonomia. Quanto mais certezas, menos possibilidade de falhas: não é no conteúdo

8 Cf. <https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos4.pdf>.

que a ideologia afeta o sujeito, é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona. Como já tivemos ocasião de dizer (E. Orlandi, 1990): não é em “x” que está a ideologia é no mecanismo (imaginário) de produzir “x”, sendo “x” um objeto simbólico. Isso tudo derivando do fato de que não há sentido se a língua não se inscreve na história.

Portanto, o entendimento dos elementos que determinam a constituição e o funcionamento do Estado é um fator imprescindível para notar os limites e a circunstância da *coerção* e da *repressão* contidas em seu interior. Mesmo que, numa determinada conjuntura, haja espaço para que o capital possa dissimular, ou mediar de maneira mais complexa o seu caráter de classe através de concessões/conquistas cedidas a uma parcela do proletariado, mantém-se ainda outra parcela que não poderá ser contemplada por essas concessões, o caso do proletariado brasileiro é exemplar quando observadas as diferenças entre os que vivem no meio urbano e no meio rural. Assim, como afirma Orlandi (1999, p. 61),

[...] se temos o indivíduo como ponto de partida para o assujeitamento ao simbólico – e, quanto a esse assujeitamento o sujeito não tem controle pois ele se passa “antes, em outro lugar e independentemente” – temos sobre esse sujeito processos que o individualizam e que derivam das diferentes formas de poder. E aí as Instituições e o Poder constituído têm um papel determinante. É nessa instância que se dão as lutas, os confrontos e onde podemos observar os mecanismos de imposição, de exclusão e os de resistência.

Logo, podemos concluir que, através deste movimento, notamos a diferença da intervenção estatal em variadas localidades e regiões. Isso se explica pelo próprio movimento totalizante do capitalismo, que necessita da degradação física e moral do proletariado para que se produza a satisfação da cada vez menor parcela da população personificada na burguesia.

Referências

- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LUKÁCS, György. **Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAGALHÃES, Belmira; MARIANI, Bethania. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. **Linguagem em (dis)curso**, Palhoça, SC, v. 10, n. 2, p. 391-408, mai./ago. 2010.
- MARX, Karl. **A guerra Civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao “Rei da Prússia e à Reforma Social”**. De um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MAZZEO, Antônio. **Burguesia e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1988.
- MAZZEO, Antônio. **Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da miséria: particularidade capitalista e educação superior no Brasil**. São Paulo: Outras expressões, 2014.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- ORLANDI, Eni. Maio de 1968: os silêncios da memória. *In*: ACHARD, Pierre. *et al.* (org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.
- ORLANDI, Eni. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel [1984]. Foi “propaganda” mesmo que você disse? *In*: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes, 2014. p. 73-92.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre. *et al.* (org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

A DISCURSIVIDADE DA/NA SOCIEDADE CAPITALISTA: QUE SENTIDOS PARA “TRABALHADOR”?

Débora Massmann
Universidade Federal de Alagoas
Patrícia Cristina Brasil
Universidade Estadual de Campinas

Proletários de todos os países, uni-vos.

Karl Marx

| 1. Considerações iniciais¹

A efervescência dos processos de significação em torno do trabalho pode ser observada em todas as dimensões do cotidiano da maioria da população do Brasil e de boa parte do mundo. Decisões das mais simples até as mais complexas são determinadas pelo trabalho. A hora de dormir e acordar, a hora de se alimentar, o tipo de alimento, o lugar de fixação de residência, a saída do local de nascimento, a formação educacional desde a tenra idade, o desenvolvimento de aptidões

1 Uma versão preliminar deste texto compõe o Dossiê Temático Estudos Linguísticos: Análise do Discurso da/na sociedade capitalista, publicado na Revista Leitura, disponível em <https://seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/issue/view/681>.

nas crianças, a linguagem, a forma de vestir e tantas outras facetas do dia a dia são diretamente determinadas para e pela formação de seres laborais. Essas escolhas, distantes de serem absolutamente livres, perpassam a regulamentação pelo Estado e os discursos empresariais.

Considerando a centralidade do trabalho para o capitalismo e o papel do Estado em sua regulamentação, o processo de reconhecimento de cidadania, que consiste na qualificação Estatal dos indivíduos – a dizer, na sua constituição enquanto sujeitos de direito –, passou pela instância dos direitos sociais, dos quais o direito ao trabalho é destaque (Carvalho, 2013). O trabalho também teve seu reconhecimento como direito humano fundamental no âmbito do direito internacional (Comparato, 2015).

Dizeres como “o trabalho dignifica o homem”² e “o trabalho liberta”³, por muito tempo, embasaram a argumentação de diferentes discursos que serviam para justificar a necessidade de trabalhar. O trabalho formal, no Brasil simbolizado pela “carteirinha azul” que é a Carteira de Trabalho e Previdência Social, funcionou, durante muito tempo, como uma certidão de cidadania, de antecedentes e boa conduta. Imagem, inclusive, facilmente identificada em programas policiais de massa.

O trabalho assalariado, como fenômeno do capitalismo, entretanto, é constituído pelas relações concretas de produção com características específicas em cada ciclo ou fase econômica que, por sua vez, corresponde aos diferentes regimes de acumulação capitalista. O trabalho se articula reciprocamente com as formas de organização da sociedade em si e com o regime de acumulação vigente. Significa dizer que os efeitos dos reflexos da organização do trabalho e suas alterações impactam nas práticas sociais concretas do dia a dia, e vice-ver-

2 Expressão atribuída a Weber e a passagens bíblicas não encontradas, de autoria incerta, difundida no período industrial fordista e repetida até hoje.

3 Inscrição em alemão “Arbeit macht frei” na porta do campo de concentração nazista de Dachau, na Alemanha. Disponível em: <http://www.tsf.pt/internacional/interior/portao-de-dachau-com-inscricao-o-trabalho-liberta-devolvido-ao-antigo-campo-5684791.html>. Acesso em: 15 out. 2022.

sa, permeados pelas escolhas econômicas em vigor (se é que podemos falar em escolhas). Um exemplo disso se encontra no reconhecimento da cidadania das mulheres após o seu ingresso na produção industrial como meia força (Feliciano, 2013; Carvalho; Bertolin, 2013; Saffioti, 2013; Pósthuma; Lombardi, 1997).

Essa centralidade do trabalho também ocupa o plano teórico/filosófico, seja na posição de combate, seja na reafirmação de sua imprescindibilidade. Teóricos do final da década de 1990 e início de 2000, dentre eles De Masi (2000) e Rifkin (2004), chegaram inclusive a prever o fim do trabalho. Mesclando visões críticas com leituras mais romanizadas da realidade de transformação do ciclo de produção industrial fordista, para o ciclo pós-fordista ou pós-industrial, esses teóricos abordam o impacto das novas formas do capitalismo sobre o modelo de trabalho assalariado e sobre a divisão do trabalho, consequentemente sobre as relações sociais concretas. De Masi (2000), por exemplo, chegou a discorrer sobre a flexibilização do trabalho como celebração do tempo livre e do trabalho criativo que, na pós-industrialização, seria a sua nova característica, saudando a tecnologia como libertadora.

É possível identificar as alterações dos ciclos e modos de acumulação capitalista tanto nos discursos de gestão, como na própria legislação laboral de produção pelo Estado. Nesse sentido, interessa-nos refletir sobre o modo como as designações, “operário”, “colaborador” e “empreendedor”, utilizadas, atualmente, para designar o “trabalhador”, são constitutivas desses sujeitos de direito, na medida em que estabelecem garantias conferidas pelo Estado e uma memória de sentidos sobre o homem laboral. Assim, tomando por base a teoria da regulação, essas designações traduzem propriamente as fases da regulação laboral no Brasil, como articulação necessária às fases de organização, reorganização produtivas e de acumulação do capitalismo em âmbito global.

Trata-se de tema bastante complexo, porém de extrema relevância para se compreender as efetivas proposições e efeitos de sentido

encartados na Lei Nº 13.467/17 que trouxe reformas no sistema de proteção laboral no Brasil. Reformas estas que coadunam com a inserção do país no ciclo global de mundialização do capital e financeirização da acumulação, que optamos neste artigo por designar como segunda fase do pós-fordismo. Diante do exposto, cabe destacar que nosso olhar analítico, neste estudo, está direcionado para as designações “operário”, “colaborador” e “empreendedor” como objetos simbólicos de cada uma das fases do capitalismo no Brasil, relacionando-os com duas das cinco formas institucionais básicas de qualquer fase capitalista, a saber: a relação salarial e a forma de intervenção estatal.

Assim, fundamentadas na teoria discursiva, nesta reflexão, analisamos os sentidos produzidos em torno das designações “operário”, “colaborador” e “empreendedor” que ressignificam o “trabalhador” nas condições de produção da contemporaneidade. Para isso, selecionamos como *corpus* de pesquisa alguns recortes retirados da obra “Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações”, de Idalberto Chiavenato⁴, autor com vasta produção científica, pesquisador reconhecido pela excelência de seus trabalhos na área e idealizador de noções inovadoras sobre o funcionamento administrativo e a gestão de pessoas aplicados às organizações. A obra foi publicada em 2014 e, atualmente, está na quinta edição. Referência obrigatória nos cursos de graduação e pós-graduação que tratam do tema, a referida publicação dá a conhecer as características e o perfil atual das áreas administrativas, em especial, daquela de Gestão de Pessoas. Para desenvolver nossa análise, apresentamos dois recortes discursivos materializados sob a forma de tabelas apresentadas no livro. Trata-se, pois, de um corpus que coloca em funcionamento uma discursividade sobre as formas de significar e de designar o “trabalhador” nas nuances do sistema capitalista e que encontra espessura no processo de produção de sentidos sobre as relações de trabalho da/na contempora-

4 É mestre e doutor em Administração pela *City University of Los Angeles*, nos Estados Unidos; especialista em Administração de Empresas pela FGV-EAESP; graduado em Filosofia e Pedagogia, com especialização em Psicologia Educacional pela USP e em Direito pela Universidade Mackenzie.

neidade. Dedicamo-nos assim a compreender as novas formas de designação em torno do “trabalhador” que têm circulado na sociedade capitalista e que vêm, inclusive, sendo legitimadas em obras de referência da área de Administração de Empresas, Recursos Humanos e Gestão de Pessoas.

Nota-se que a seleção do *corpus* e do(s) recorte(s) já aponta para gestos de análise fundamentais: o *corpus*, descrito como um conjunto de documentos, de formulações, já é o resultado (o produto) de um processo de análise e de interpretação do discurso na sua relação com as condições de produção, ou melhor, na “relação com a materialidade da língua, com a história, com o real” (Guillaumou; Maldidier, 2014, p. 177); o recorte, por sua vez, definido como a unidade de análise discursiva, é também resultado de um olhar analítico do pesquisador, “varia segundo os tipos de discurso, segundo a configuração das condições de produção e, mesmo, o objetivo e o alcance da análise (Orlandi, 1984, p. 14). Significa dizer que a escolha dos recortes também põe em funcionamento gestos de análise e de interpretação (tal como o *corpus*), em função da sua relação com a língua, com a história, com os sujeitos e com os sentidos de e sobre o “trabalhador” na sociedade brasileira.

Nesse sentido, a análise ora proposta busca estabelecer uma correlação inicial entre os sentidos propostos em obra de referência acadêmica da área de gestão de pessoas e as modulações legislativas na seara das relações laborais, refletindo a dinâmica da permeabilidade e aplicação do direito na vida social.

2. Nos movimentos da história: processos de significação em torno do “trabalhador”

A primeira fase do pós-fordismo foi inaugurada a partir da década de 1970 e significou uma profunda alteração no regime de acumulação capitalista e, conseqüentemente, no regime de regulação social. O regime de acumulação do capital e o regime de regulação social

constituem os dois pilares ou conceitos-chave da Teoria de Regulação de linha Francesa.

Segundo Lipietz (1985), um dos principais teóricos da regulação, o regime de acumulação consiste em um

modo de distribuição sistemático e realocação do produto social, o qual, durante longos períodos de tempo, gera determinadas relações de correspondência entre as mudanças nas condições de produção (o volume de capital disponível, a distribuição entre ramos e níveis de produção), de um lado, e, de outro, as mudanças nas condições de consumo final (as normas de consumo dos assalariados e de outras classes, as despesas coletivas sociais, etc.) (Lipietz, 1985, p. 120).

Em relação ao modo de regulação, Lipietz destaca que

a totalidade das formas institucionais, seu entrelaçamento e as normas explícitas ou implícitas que asseguram a compatibilidade entre os modos de comportamento internos à estrutura de um regime de acumulação, correspondendo ao estado das relações sociais, bem como às suas propriedades de luta e conflito (Lipietz, 1985, p. 120).

Em outras palavras, o sistema de acumulação se refere aos arranjos econômicos que determinarão a forma de acumulação do capital, tais como taxas de juros, preço, condições de consumo etc. Já o modo de regulação trata da forma como o Estado intervém para garantir a estabilidade de um regime de acumulação, seja do ponto de vista jurídico, seja ideologicamente.

Desse modo, o Estado assume uma posição central para a regulação, pois, como afirma Hirsh (1998, p. 56), é em seu cenário institucional que se encontra a concentração das “relações sociais de poder e de classe, nas quais os compromissos de classe estão codificados e vigorosamente estabilizados”. Assim, o pós-fordismo, como produto

da crise do sistema fordista, significou o rompimento ou a transformação no sistema de acumulação e no modo de regulação do fordismo. A recordar, relativamente ao sistema de acumulação fordista se iniciou também como resultado de uma crise do sistema capitalista e perdurou por quase todo o século XX. O apogeu do sistema, segundo Pedroso (2015, p. 29), deu-se após a Segunda-Guerra Mundial com a forma dos Estados-Nação.

Fato é que durante boa parte do século passado, o sistema Fordista (ou Taylorista/Fordista) organizou as regras do sistema de acumulação do capital. Uma das principais características do Fordismo concentrou-se na organização racional do trabalho, a partir do modelo empregado nas fábricas de Henry Ford. Pedroso afirma que “O empresário lançou as bases de um sistema em que os trabalhadores, que até então eram vistos apenas como mão de obra a ser utilizada no limite de suas capacidades, poderiam também ser considerados consumidores” (Pedroso, 2015, p. 30).

Já Taylor, por sua vez, foi responsável por inaugurar o conceito de eficiência, totalmente afeito à organização do local do trabalho, a partir da divisão ou fracionamento das atividades de cada trabalhador, medindo seu desempenho pelo tempo dispendido na realização de cada tarefa. Esse método ficou conhecido como organização científica da produção (Rifkin, 2004, p. 50-51).

A ideia básica era de que produtividade e trabalho poderiam ser aumentados exponencialmente através da simplificação do trabalho, fracionando-o em tarefas simples e repetitivas, eliminando tempos ociosos e aumentando o volume de produção (Pedroso, 2015, p. 31). Além disso, o Fordismo também foi responsável pela separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, isto é, entre direção/gestão e chão de fábrica/operários.

O sistema de acumulação se baseava na produção e consumo de massas, na *standardização* ou padronização do consumo e da produção em larga escala. Há uma célebre passagem atribuída a Henry Ford

sobre a uniformização dos produtos, reproduzida por Rifkin (2004, p. 95), a saber, “quando a fábrica produzia aproximadamente 2 milhões de carros absolutamente iguais por ano, Henry Ford afirmou “ironicamente, que seus clientes podiam escolher qualquer cor que quisessem para seu modelo T, contanto que fosse preto””.

No plano social, o fordismo representou uma nova concepção de vida, segundo modelos e papéis estruturados, padronizados, como família, igreja etc., combinando trabalho e cultura. A necessidade de expansão do consumo para dar conta da produção em massa criou a chamada cultura do tempo livre, amparada em políticas de estímulo ao consumo. Um dos reflexos desse modo de organização social, descrito por Harvey (1992), é a divisão de horas do dia em frações de oito horas, cada fração corresponderia a trabalho, descanso e lazer/consumo, respectivamente. A isto também se atrelava a política salarial, prevendo-se o estabelecimento de remunerações mínimas que garantissem o equilíbrio do consumo de massa (Pedroso, 2015).

Conforme destacado anteriormente, a primeira grande dificuldade do sistema fordista aconteceu na década de 1920, culminando na grande crise de 1929. A suprir as dificuldades, manteve-se o regime de acumulação, no entanto, alterou-se o modo de regulação, a partir da atuação direta do Estado no modelo proposto por Keynes (Harvey, 2002).

Em conformidade com o exposto acima, compreendemos que as formas de nomear e de designar as atividades humanas, sobretudo àquelas relacionadas ao trabalhador, vão sendo modificadas e (re) significadas em função de determinadas condições de produção e de conjunturas sociais, políticas e ideológicas. Nesta etapa de nosso estudo, faz-se necessário refletir sobre o modo como “operário”, “colaborador” e “empreendedor” têm sido significados no(s) discurso(s) trabalhistas da contemporaneidade. De fato, se observamos o desenvolvimento do capitalismo na sua relação com o trabalho, verificamos que há uma tendência de se criar novas formas de denominar funções,

relações e atividades laborais. Essas novas formas de dizer as funções e atividades laborais tornaram-se ainda mais homogêneas, sobretudo com a globalização, ponto alto do capitalismo mundial. Com efeito, essas formas de significar e nomear o *savoir-faire* do trabalhador foram e ainda são impulsionadas pela ideologia capitalista e seus discursos de mercado, de produtividade e de gestão (de lucros e de pessoas). Um exemplo disso, como se destacou anteriormente, é o Fordismo que trouxe consigo formas de divisão de tarefas, de funções e de atividades estabelecendo uma cisão entre trabalho intelectual e trabalho manual (Pedroso, 2015, p. 31).

A historicização dessas denominações laborais pode ser mais bem visualizada no recorte apresentado no quadro abaixo, extraído da obra “Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações” (Chiavenato, 2014). Nesta imagem, o autor expõe a diversidade terminológica que coloca em funcionamento a memória de sentidos da divisão fordista destacada acima, bem como uma questão ideológica que merece ser observada.

Figura 1 – Colaborador

Denominação	Papel sugerido pela denominação
Mão de obra	
Operário	
Trabalhador	
Empregado	
Funcionário	
Recurso humano	
Colaborador	
Parceiro	
Talento humano	
Capital humano	
Capital intelectual	
Outras denominações	

Fonte: Chiavenato (2014)

Gostaríamos de colocar em destaque as seguintes designações: “operário”, “colaborador” e “empreendedor” (que pode ser categorizado em “Outras designações”). A questão que se coloca aqui é: entre “operário”, “colaborador” e “empreendedor” temos uma desigualdade a ser reduzida ou uma igualdade a ser confirmada (Rancière, 1996)? Ou ainda, discursivamente, quais são os efeitos de sentido postos em funcionamento quando o “trabalhador” passa a ser significado por meio dessas designações? Na busca por respostas para esses questionamentos, é preciso retomar os sentidos que, historicamente, foram sendo construídos para cada um dos termos em estudo.

O termo “operário” traz consigo uma memória de sentido que remete à revolução industrial, sendo o termo empregado para fazer referência aos trabalhadores que executavam atividades manuais cuja força física era elemento importante. Estes trabalhadores atuavam principalmente na linha de produção (o chamado “chão de fábrica”) e muito raramente conseguiam alcançar funções de cunho burocrático como aquelas de gestão, de administração e/ou de chefia. Em outras palavras, o sentido de “operário” coloca em funcionamento uma divisão no processo de significação do trabalho, produzindo assim uma ruptura que se sustenta em uma hierarquia que foi ideológica e historicamente construída para marcar relações de classe, de poder, de subordinação. Considerando as condições de produção da época, ao se empregar tal terminologia se reforçam as desigualdades sociais e laborais.

Em relação ao termo “colaborador”, os sentidos que são produzidos apontam para uma ‘suposta’ igualdade entre indivíduos e funções/atividades laborais. Dito de outra forma, o termo põe em funcionamento um efeito de equidade entre os diferentes trabalhadores (e suas respectivas classes) que compõem uma empresa, uma indústria ou uma organização, a saber, desde altos cargos de chefia até cargos que estariam na base da hierarquia, como, por exemplo, aqueles ocupados por prestadores de serviços e/ou de serviços gerais. Assim, quando

se utiliza “colaborador” prevalece o sentido da igualdade de valor, isto é, todos os trabalhadores estariam alinhados horizontalmente e não verticalmente à medida que são designados “colaboradores”. Observa-se que, em tese, há um apagamento das relações hierárquicas e das relações de poder: todos colaboram, cada um com sua habilidade garantindo assim o funcionamento da empresa, da indústria ou da organização. Em outras palavras, “colaborador” parece produzir um efeito de sentido de que o “trabalhador” está incluído, é parte importante da engrenagem organizacional. Ao se perceber parte da engrenagem, o “trabalhador” se inscreve naquela posição de partícipe de modo que seu desempenho pode ser aumentado já que ele se sente valorizado pelo empregador.

Outros e novos sentidos são produzidos quando o termo “empreendedor” começa a circular nos discursos de e sobre as relações de trabalho. Atrelado ao conceito de empreendedorismo, palavra de ordem no mercado mundial de nossos tempos, o “empreendedor” ganha destaque não só nas práticas laborais, mas também na formação de profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento: todos parecem ter de “aprender” a ser um empreendedor (em muitos cursos de ensino superior, o empreendedorismo constitui um componente curricular obrigatório, inclusive nos cursos de licenciatura, por exemplo).

O advento do par empreendedorismo/empreendedor também é impulsionado pelo movimento da economia mundial, pela globalização e seus efeitos no mercado de trabalho. Nesse sentido, o surgimento do “empreendedor” parece estar diretamente relacionado à diminuição de postos de emprego formal e precarização das relações de trabalho. Compreende-se assim que o termo “empreendedor” foi sendo incorporado ao vocabulário de empresas e de trabalhadores não como uma substituição aos termos descritos acima, mas como uma nova forma de significar o trabalhador valorizando suas competências proativas.

Avançando na reflexão em torno da proposta apresentada na obra “Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações” (Chiavenato, 2014), interessa-nos analisar ainda o quadro de objetivos produzido pelo autor a fim de dar visibilidade ao conjunto de objetivos de cada uma das partes envolvidas e inter-relacionadas nas questões laborais.

Figura 2 – Quadro de objetivos



Fonte: Chiavenato (2014).

Observamos já de início que há uma divisão entre os objetivos organizacionais e os objetivos individuais. O modo como este quadro se apresenta faz funcionar a memória do fordismo, destacado anteriormente. Lá, como foi observado, havia uma separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, ou seja, entre os trabalhadores que exerciam posições de “poder” como de direção/gerência e aqueles que ocupavam o chão de fábrica, a saber, os operários (Pedroso, 2015, p. 31).

Ampliando essa proposta de divisão que parece ser constitutiva das relações de trabalho, independentemente da configuração hierárquica, isto é, vertical ou horizontal, os objetivos que se apresentam para este par empresa/trabalhador (organização/indivíduo) não apontam,

necessariamente, para a mesma direção. De fato, enquanto para a empresa interessa alcançar sustentabilidade, crescimento, lucratividade, produtividade, qualidade de produtos, redução de custos, ampliação do mercado, otimização da imagem/marca de seus produtos e competitividade, para o trabalhador importa melhorar seus rendimentos, conquistar mais benefícios, estabilidade, segurança no e do trabalho, respeito, qualidade nas condições de trabalho, progressão na carreira, entre outros.

Assim, ao observarmos os propósitos de cada uma das partes envolvidas neste binômio empresa/trabalhador, é possível compreender que a empresa se inscreve numa posição capitalista em que a voracidade do mercado, a necessidade de ampliar o lucro parece ser a principal bandeira. Cabe destacar que, dentre os objetivos da organização, apontados na tabela em análise, em nenhum momento, o trabalhador e suas condições de trabalho foram indicados na lista de objetivos. Isso nos conduz a compreender que, neste discurso, “trabalhador” é significado pela sua ‘insignificância’: ou seja, ele não é a prioridade da empresa (nem mesmo parte dessa prioridade). Há, pois, um apagamento do “trabalhador” no quadro de objetivos organizacionais. O interesse está relacionado ao produto final, ao lucro, ao mercado.

Em relação aos objetivos individuais, apresentados no recorte acima, verifica-se que “trabalhador” tem demandas muito particulares que se inscrevem numa memória de sentidos que faz significar os movimentos trabalhistas, sindicalistas e tantos outros que historicamente marcam a luta pelo Direito do Trabalho. O efeito de sentido que se produz, a partir dos objetivos individuais que são apresentados neste quadro, é aquele de um “trabalhador” comprometido com a sua atividade, com seus direitos, com sua classe (a classe dos trabalhadores). Mas não é só isso. Ao contrário do que observou nos objetivos da organização que apagava o trabalhador de seus propósitos, aqui, nos objetivos individuais, a organização está representada, especialmente,

nos temas que remetem à satisfação, ao orgulho e ao pertencimento/filiação.

Tem-se assim que, se por um lado, a empresa produz um efeito de apagamento em torno do “trabalhador” de seu plano de objetivos, sequer inserindo-o em seu plano estratégico, por outro lado, o “trabalhador” se inscreve como parte da organização e produz sentidos para si e para o seu trabalho a partir desta organização: ou seja, ele é interpelado pela ideologia da empresa e é a partir dessa interpelação que ele se significa como sujeito, como trabalhador, como cidadão. Não podemos esquecer que, como destacado anteriormente, é no e pelo trabalho que todas as relações sociais, ideológicas, políticas, subjetivas e interpessoais se organizam, se constituem e se produzem.

3. Considerações finais

Neste estudo, inscritas em uma posição de entremeio, localizada entre o jurídico e o discursivo, dedicamo-nos a analisar o modo como o “trabalhador” tem sido designado e (re)significado no discurso capitalista contemporâneo produzindo efeitos sobre e para ele na sociedade e nas relações jurídicas. A análise apresentada levou em consideração recortes discursivos, materializados sob a forma de tabela, que foram retirados de uma obra de referência para a área de Administração e Gestão de Pessoas. O estudo proposto permitiu compreender as nuances de um processo de gourmetização das designações em torno do “trabalhador” e das relações de trabalho na discursividade do mercado. Compreendemos que, dadas as condições de produção do mundo capitalista, tais recortes dimensionam a complexidade das relações de trabalho e repercutem na forma da tutela jurídica das relações de trabalho, mitigando proteções inerentes aos sentidos antes postos de vulnerabilidade do trabalhador.

A partir das análises, observamos que as formas de designar “trabalhador” no discurso capitalista contemporâneo funcionam como

modos de regulação para garantir a estabilidade do regime ou modo de produção, num processo de articulação e reciprocidade, em que a linguagem, a subjetividade e a ideologia são fundamentais para a conformação e sobrevivência do sistema de acumulação.

Referências

CARVALHO, Suzete; BERTOLIN, Patricia Tuma Martins. Igualdade Jurídica: verdade ou sofisma? *In*: BERTOLIN, Patricia Tuma Martins; ANDREUCCI, Ana Claudia Pompeu Torezan (org.). **Mulher, sociedade e direitos humanos**. São Paulo: Rideel, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. São Paulo: Editora Manole, 2014.

COMPARATO, Fabio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2015.

DE MASI, Domenico. **O Ócio Criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Curso Crítico do Direito do Trabalho: Teoria Geral do Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. *In*: ORLANDI, Eni. **Gestos de leitura**. Da história no discurso. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stella Gonçalves. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estados**. Trad. Luciano Cavini Martorano. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I: processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysso Leandro. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2016.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Notas a Respeito da Escola Francesa da Regulação. **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 2 (50), abr/jun, 1993, 120-136. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/50-7.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

OHNO, Taiichi. **O Sistema Toyota de Produção**: além da produção em larga escala. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; ORLANDI, Eni. **Discurso e Textualidade**. Coleção Introdução às Ciências da Linguagem. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni. **Gestos de leitura**. Da história no discurso. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso (AAD-69)**. In: GADET, Françoise; HAK, Tom (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Trad. Coletiva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PEDROSO, Márcia Naiar Cerdote. **O Trabalho e Suas Transformações**: um olhar sobre o Brasil no final do século XX. Bauru: Canal 6, 2015.

POSSAS, Mario Luiz. O Projeto Teórico da Escola da Regulação. **Novos Estudos**, n. 21, p. 195-213, jul. 1988. Disponível em: http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/55/20090701_o_projeto_teorico_da_escola_da_regulacao.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Trad. Rita Lima. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições para emancipação intelectual. São Paulo: Autêntica, 1996.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos**: o declínio inevitável dos níveis de emprego e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1996.

“PELO FOGO DE UM TRABALHO CRÍTICO”: UMA TOMADA DE PARTIDO NAS CHAMAS DO DISCURSO¹

Luciana Nogueira

Universidade Federal de São Carlos

Maria Virgínia Borges Amaral

Universidade Federal de Alagoas

Sóstenes Ericson

Universidade Federal de Alagoas

1. Considerações Iniciais

Compreendemos o mundo hoje como um lugar de expropriação de direitos, revelando-se, no cenário político, econômico e social, em movimentos de luta e de resistências, em suas diferentes formas, diante do avanço sem precedentes do Grande Capital. Enquanto a sociedade burguesa comemora o acúmulo de riqueza por uma minoria, a população adocece e morre contaminada pelos resíduos (pelos vírus e bactérias a que está exposta) da ação destrutiva do modo de produção

¹ Uma versão inicial deste texto foi apresentada por ocasião da abertura do *Simpósio III – Discurso, Lutas, Resistências: campo, floresta, cidade*, coordenado por Luciana Nogueira e Maria Virgínia Borges Amaral, durante o X SEAD, realizado virtualmente em Recife/PE, em 2021.

capitalista. Com a pandemia da covid-19, vimos, de forma escancarada, como essa exposição também atinge os mais vulneráveis. Essa condição deletéria da sociedade contemporânea espraia-se indignamente pelos campos, florestas e cidades, promovendo expressiva agressão, objetiva e subjetiva, aos sujeitos tomados por esse movimento predatório e pela necropolítica de deixar morrer (Mbembe, 2018).

A falta de políticas públicas consequentes e comprometidas é ocupada por políticas de “ir passando a boiada”² como disse o então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na fatídica reunião ministerial de 22 de abril de 2020, por ocasião da proposição de políticas de afrouxamento de regras de preservação, numa espécie de legitimação da destruição do campo e da floresta, como também das populações, extremamente desassistidas, que habitam esses espaços.

Se pensarmos nas epidemias de malária e da doença de Chagas, por exemplo, quando olhamos para a Amazônia, considerando o processo de mercantilização pela qual é afetada, podemos levar em conta as *determinações sociais de saúde*³, comumente ignoradas. A invasão e a destruição da floresta não implicam somente (como se fosse pouco) nas mudanças climáticas, ambientais, mas também favorecem o surgimento e disseminação de diversos agentes biológicos que atingem as populações mais vulneráveis.

A vulnerabilidade das populações parece ser a condição de vida na sociedade dos tempos atuais. Tal condição espraia-se, geograficamente, por todos os lugares, dos espaços urbanos aos campos e florestas, acelerando e aprofundando a exploração do homem pelo sistema capitalista, acirrando o processo de mercantilização no mundo e, particularmente, no Brasil. A esse respeito, Amaral e Hauradou (2020) analisam o discurso sobre a mineração na Amazônia brasileira e iden-

2 Disponível em: Ministro do Meio Ambiente defende passar ‘a boiada’ e ‘mudar’ regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19 | Política | G1 (globo.com). Acesso em: 20 dez. 2022.

3 Nos termos definidos por Souza, Silva e Silva (2013), em crítica à teoria dos Determinantes Sociais de Saúde (DSS).

tificam o que eles denominam de sítio de exploração e fetiche. De acordo com os referidos autores, a cada época, “as formas de exploração da natureza pelo homem e do homem pelo homem por meio do trabalho são renovadas, sofisticadas e aperfeiçoadas hodiernamente” (p. 2).

A ação exploratória do capitalismo tem consequências nefastas; implica a destruição da própria sociedade. Esse capitalismo, destrutivo pela própria natureza, “tende a impor à humanidade o mais perverso tipo de existência imediatista” (Mészáros, 1989, p. 20), determinada pelo “imperativo da lucratividade” que se sobrepõe a toda e qualquer condição humana. Por isso é tão perturbador o processo de exploração e destruição das florestas como a Amazônica, sobretudo a brasileira, cuja grandeza não esconde a sua fragilidade causada pela dependência de um ecossistema submetido ao extrativismo dos seres vivos – a flora e a fauna – e de suas propriedades físico-químicas – compostas pelos “famosos minerais”.

A região da Amazônia é perpassada por inúmeras diversidades; as vidas de homens e mulheres são impactadas, no dia a dia, pela presença de agentes exógenos à região que avançam, mais e mais, para devastar a floresta e atender ao capital alicerçado no discurso do desenvolvimento e do progresso sob a ordem de uma sociedade moderna-conservadora, contrariando a dureza da realidade social da região.

É nesse sentido que os referidos pesquisadores definem a região amazônica como um sítio de exploração, para entender os diversos impactos destrutivos neste sítio que se expressam em adoecimento, dependência de drogas, prostituição, exploração sexual infantil – produzindo sentidos que ecoam no discurso da exploração do trabalho pelo capital. Os autores reconhecem que “o avanço do capital na região amazônica tem ocorrido sob a tutela do Estado brasileiro, porta-voz do “discurso oficial”⁴, numa relação que expropria, anula e dissolve

4 Aqui entendido o “discurso oficial” como relativo ao discurso documental jurídico, conforme apontado por Silva (2015).

relações seculares, sobrepondo um modo de ser alheio à cultura e aos costumes locais” (Amaral; Haraudou, 2020, p. 15).

Com base nesses pressupostos, buscamos contribuir com os estudos discursivos que se debruçam sobre a interface ambiente e sociedade, numa perspectiva materialista. Do ponto de vista metafórico, tratamos dos efeitos de sentido enquanto chamadas do discurso neoliberal sobre o ambiente, considerando que a destruição ambiental põe em causa não apenas o caráter finito dos recursos naturais, como também, e fundamentalmente, a própria existência da humanidade.

2. Desordem e retrocesso: um receituário para a destruição do verde sob o manto neoliberal

Em tempos em que a bandeira brasileira e as cores verde e amarela, sob o disfarce do patriotismo, têm sido tomadas para servir de símbolo do movimento fascista que vem se ampliando no Brasil nos últimos anos, de viés antidemocrático, racista, xenófobo, misógino, entre tantos outros adjetivos de pesada lembrança, “ordem e progresso”, nos termos do ideário positivista, assume por antinomia um receituário endereçado à destruição da natureza, sob a lógica da desordem do aparato de Estado, que impõe pelo retrocesso a instauração do caos.

Infelizmente, há muitas outras questões envolvendo a destruição de campos e florestas. Vivemos, de fato, uma emergência ambiental não só no Brasil, mas no mundo. A enorme quantidade de queimadas e desmatamentos ocasionando a poluição da atmosfera expressa algumas das consequências do atual modo de produção, que coloca toda a humanidade em risco com as mudanças climáticas e os desastres ecológicos. Tal condição ficou escancarada com a pandemia do novo coronavírus. Nos últimos anos, estamos vendo o Brasil em chamas. O Pantanal pede socorro, a Mata Atlântica é vítima de projetos “empreendedores” que avançam na sua destruição. Apesar de sua evidente importância, a Mata Atlântica vem de um longo e histórico processo

de fragmentação e devastação, radicalmente aprofundado no último governo, e com consequências duradouras.

Diante disso, não estamos falando em desastres naturais, mas sim em crimes ambientais alinhados à atual necropolítica neoliberal. Nesse sentido, ao falarmos de crime ambiental, não tem como não falarmos da Amazônia e dos povos da floresta. O avanço do agronegócio e de garimpos ilegais em territórios indígenas é constante. O assassinato de lideranças camponesas é brutal. Há em curso um genocídio, comprometendo também ecossistemas e etnias. O último governo (2019-2022) não só não apagou o fogo das florestas como desmontou os órgãos ambientais que poderiam aí atuar progressivamente.

Desse modo, se por um lado enxergamos os responsáveis direitos por esses crimes, os que querem/querem “ir passando a boiada” por cima das nossas vidas, a qualquer custo, em nome do agronegócio, por outro lado, há uma exaltação do agro, que implica, inclusive, no problema dos agrotóxicos e do veneno na mesa de cada dia, além dos conflitos no campo, que continuam a ceifar dezenas de vidas todos os anos. Face a este cenário de destruição, a palavra de ordem “terra para quem nela vive e trabalha”⁵ continua um imperativo.

Por sua vez, na cidade pandêmica há o aumento da pobreza, da exclusão, dos processos de gentrificação, que aprofundam o problema da moradia. A desigualdade e o desemprego, assim como a retirada de direitos, em decorrência da reforma trabalhista e previdenciária, faz aumentar o exército industrial de reserva e dos que estão abaixo dele, além dos desalentados, conforme análise discursiva desenvolvida por Ericson (2019, 2020, 2021). Nesses tempos difíceis, com o fogo da pólvora assassinam os que resistem, para não nos esquecermos, entre outras e outros, de Marielle Franco.

5 Trata-se de um dos lemas construídos por ocasião do I Congresso Nacional do Movimento Sem-Terra (MST), realizado de 19 a 31 de janeiro de 1985, pondo em relevo a relação constitutiva entre reforma agrária e transformação social.

Não apenas por fogo, mas também por chuvas, somos tomados pelo noticiário da mídia televisiva em cobertura sempre recorrente das chamadas “catástrofes naturais”, conforme analisado por Ericson (2023), quando tratou da relação metafórica entre Estado, lama e efeitos de sentido, no que ficou conhecida como “Maior tragédia do século em Pernambuco”, ocorrida em maio de 2022. No referido trabalho, o autor demonstrou que “as narrativas em disputa, por um lado, apontam as fortes chuvas como causa dos deslizamentos e alagamentos, mas, por outro, permitem considerar tal condição como efeito da ação humana” (p. 46).

Na perspectiva do discurso neoliberal, nos termos apresentados por Guilbert (2020), a destruição ambiental é apreendida segundo a lógica do processo de acumulação e expansão do capital, tendo no Estado a superestrutura indispensável ao seu funcionamento, na esfera política e jurídica, conforme as imposições econômicas em presença. Desse modo, as diversas esferas de reprodução social são importantes, tanto para contribuir com a naturalização dos crimes ambientais, sob o ideário de “catástrofe”, como para a manutenção dos mecanismos de controle do capital sobre os ecossistemas e populações.

As condições históricas brasileiras recentes são um exemplo do avanço da ofensiva neoliberal sobre o campo, haja vista a constituição e desdobramentos do agronegócio no país, espaço no qual situamos o retrocesso representado pelo “Marco Temporal”⁶, atualmente em votação no Senado e no Supremo Tribunal Federal. No âmbito da cidade, não são poucas as ocorrências que atestam as contradições e consequências no processo de construção do espaço urbano. Isso pode ser observado desde a relação morro e asfalto, passando pela expulsão de populações ribeirinhas do litoral em prol da especulação

6 De acordo com a Agência Câmara de Notícias, o Marco Temporal é uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição Federal.

imobiliária na ressignificação do espaço urbano em áreas tipicamente rurais, até a segregação de comunidades ditas periféricas e a discriminação cultural e violência aí presentes.

3. Na metáfora do fogo, os efeitos de sentido nas chamas do discurso

Apostando no fogo do trabalho crítico, não só o campo e a floresta estão em chamas, como muito significativamente alguns lugares da cidade quando pensamos nos lamentáveis incêndios recentes no país: Museu Nacional (RJ)/2018, Museu da Língua Portuguesa (SP)/2015, Cinemateca Brasileira em São Paulo/2021. O incêndio que produz um apagamento da história, da cultura, da ciência junto a um certo revisionismo histórico sobre a ditadura militar, uma tentativa de “resgatar” o Brasil “cristão e ocidental” como uma proposta de apagar aquilo que lhes incomoda: o negro africano, o indígena nativo, o Brasil que (r)existe.

Temos aí a “figura do incêndio” para falarmos da destruição não do Estado burguês, como tratou tão brilhantemente Pêcheux em seu texto “Metáfora e Interdiscurso”, mas de um incêndio de outra ordem. Podemos pensar aqui no incêndio como um efeito metafórico de interdiscurso, considerando que os elementos da sequência textual, que funcionam numa formação discursiva dada, “podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente” (Pêcheux, 2011, p. 158). O efeito é colocar em relação imediata Incêndio/Destruição (no sentido de retrocesso/apagamento). Isso para mostrar que a metáfora Incêndio/Destruição tende a se metonimizar, também por uma construção teórica que vai articular esse par. Uma metonimização da destruição, tendo o incêndio como prática política da destruição, como parte da necropolítica.

Na perspectiva trazida por Pêcheux (2011, p. 160), a metáfora aparece fundamentalmente como uma *perturbação* que pode produzir um efeito enigmático, enquanto a metonímia apareceria como uma “tentativa de tratar esta perturbação” e, assim como podemos entender, efetivando-se o movimento de ressignificação e de deslocamento no discurso.

Desse modo, diversos dizeres vão se constituindo em processos de (re)formulação e circulação, nos quais diferentes elementos de saber são mobilizados para produzir determinados sentidos alinhados ao modo como a sociedade burguesa mercadoriza a natureza e, ao mesmo tempo, tenta naturalizar as relações sociais capitalistas, em torno do ideário neoliberal.

Se tomarmos o fogo numa perspectiva bíblica, por exemplo, seu sentido está voltado ao poder, ao juízo, como elemento simbólico da justiça divina, a exemplo do que vemos na destruição das cidades de Sodoma e Gomorra com uma chuva de enxofre e fogo (Gênesis 19: 24) e mesmo em se tratando do sentido apocalíptico do “fim do mundo” pelo fogo (Apocalipse 20: 9), ou ainda nas sucessivas referências ao inferno.

Para além do ideário religioso, cumpre situar o modo como outros dizeres compõem o imaginário social do lastro de destruição que se perpetua na constituição histórica das cidades brasileiras e do modo como o fogo vai sendo significado em associação ao que comparece como “desastre natural”, “incêndio”, “acidente”, entre outros dizeres mobilizados em dadas condições de produção, conforme damos a ver nas imagens a seguir.

**Imagem 1 – O fogo e a constituição das favelas no Rio de Janeiro
– 1904/2022**



Fonte: Labirinto Brasil/Correio do Estado. Acesso em: 23 fev. 2023.

Assim como encontramos em *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo/1890, no Brasil, a ocupação do espaço urbano em face do processo de desenvolvimento das cidades foi conduzida conforme os interesses imobiliários das classes dominantes. Desse modo, é possível observar, nas diferentes estratégias de expulsão das camadas pauperizadas, a recorrente utilização do fogo, enquanto agente característico de um dos *modus operandis* mais conhecidos: o incêndio.

Imagem 2 – Favelas em bairros caros/São Paulo, 2022

Favelas em bairros caros sofrem até 3 vezes mais com incêndios, mostra estudo em São Paulo

Thais Corrêa - @tcorrea
Da BBC News (Brasil) em São Paulo
21 novembro 2022



Fonte: BBC News, São Paulo. Acesso em: 23 fev. 2023.

Sem nos ocuparmos das nuances apresentadas pelo estudo referido na Imagem 2, voltamos nosso interesse à relação de classe social posta pela contradição constitutiva na relação favelas – bairros caros e como a preposição “em” instaura na língua o lugar do desconforto pela presença incômoda da favela, como o exato oposto daquilo que o preço da terra no espaço urbano procurou afastar.

Em se tratando do campo, por sua vez, a extensão do dano ambiental, provocada pelas sucessivas queimadas, transcende a relação imediata fauna e flora e alcança também as suas consequências, incluindo as próximas gerações, em face dos severos danos ambientais, caso do aumento do ritmo do processo de desertificação no semiárido brasileiro, comprometendo a vida no bioma da caatinga. Como estamos tratando de um fenômeno que ocorre num determinado tempo histórico, interessa realçar como o discurso se constitui enquanto materialidade das relações contraditórias situadas na relação antagônica ambiente e capital, mesmo nas formulações pretensamente suavizadas, a exemplo do que comparece em expressões como “economia solidária”, “capital humano” e “desenvolvimento sustentável”.

Tendo em conta os limites deste trabalho, voltamos o nosso gesto de análise ao modo como esses dizeres circulam em diferentes formações discursivas e comparecem de maneira importante como parte das estratégias de enfrentamento das mazelas sociais provocadas pelo capitalismo, incluindo os arranjos produtivos voltados à geração de emprego e renda de populações ditas vulnerabilizadas⁷, a exemplo de populações quilombolas, indígenas, ribeirinhos, povos das florestas, ciganos, comunidades de periferia, entre outros.

Não menos importante é apontar também que a extensão das queimadas está prevista como parâmetro para acordos financeiros internacionais, como demonstram os compromissos firmados (e des-

7 Na perspectiva do materialismo histórico, remetemos a chamada vulnerabilidade social às expressões do pauperismo contemporâneo, em suas raízes humano-materiais nos termos desenvolvidos por Pimentel (2007).

cumpridos) pelos países. Nessa perspectiva, em se tratando do Brasil, a redução do desmatamento (incluindo as áreas que não são queimadas) provocada pela extensão das áreas de pastagens, pelo garimpo (i) legal, pela extração de madeira põe em perspectiva um limite aceitável e joga com a impossibilidade de sua eliminação. É precisamente na linha tênue desse limite que o “desenvolvimento sustentável” comparece, por exemplo, tornando-se uma condição viável de manter a exploração dos recursos naturais em níveis aceitáveis ao padrão de desenvolvimento exigido pela dinâmica do mercado capitalista, apreendida como conciliável aos interesses e necessidades das populações aí constituídas.

Desse modo, o mercado do “ecologicamente correto” vai sendo fortalecido pelo estímulo ao consumo dos produtos biodegradáveis, produzidos em áreas de preservação ambiental, decorrentes de produção orgânica e de áreas de reflorestamento etc. A despeito dos estratagemas engendrados pela sociedade burguesa para a perpetuação do lucro, tanto na degradação quanto na suposta preservação, interessa observar também que outros sentidos vão sendo apagados, dos quais a fumaça constitui uma evidência do fogo que os precedeu na disputa pelo poder contraditório de produzir destruindo.

| 4. “Pelo fogo de um trabalho crítico” – um efeito de conclusão

A tomada de posição “pelo fogo de um trabalho crítico”, conforme nos ensinou Pêcheux, implica considerar os diversos complexos sociais a partir de sua relação constitutiva com o trabalho, situando aí a linguagem e, em termos mais específicos, o discurso, enquanto práxis social. É, portanto, a partir de uma perspectiva de classe social, que tomamos o par ambiente-sociedade capitalista, tendo em conta a ofensiva neoliberal e seus efeitos, tanto no campo quanto na cidade, guardadas aqui as devidas especificidades e imbricações da função social do Estado no capitalismo contemporâneo.

O enfrentamento do caos do nosso tempo histórico precisa ser considerado do ponto de vista da coletividade (em contraponto à onda do voluntarismo individual) e seu fundamento teórico-político parte da crítica ao antagonismo capital – trabalho, considerando a indissociabilidade entre economia e política, sob a regência da primeira. Desse modo, afastar o véu nebuloso da fumaça tóxica que ronda os movimentos sociais que se ocupam da “questão ambiental”, buscando sufocar o ar revolucionário da luta histórica da classe trabalhadora, deve ser um objetivo dos ventos de esperança que nos tomam nesse momento, espalhando em nós as fagulhas de que é possível ser feliz de novo!

Referências

AMARAL, Maria Virgínia Borges; HAURADOU, Gladson Rosas. O discurso da/sobre a mineração na Amazônia brasileira: sítio de exploração e fetiche. **Organon**, Porto Alegre, v. 35, n. 70, p. 1–17, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/103593>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BÍBLIA SAGRADA. Trad. em Português por João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada. Barueri/SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2015.

ERICSON, Sóstenes. Desalento: efeito de sentido da ofensiva neoliberal sobre o trabalho. **Revista Entremeios**: Revista de Estudos do Discurso, v. 20, especial, p.45-60, dez. 2019.

ERICSON, Sóstenes. “Desalentadas”: subjetivação em dizeres sobre as mulheres que *desistiram* de procurar trabalho. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 707-719, set./dez., 2020.

ERICSON, Sóstenes. “Maior tragédia do século em Pernambuco”: Estado, lama e efeitos de sentido. In: ROCHA, Max Silva da *et al.* (org.). **Entre a língua, o texto e o discurso**. Teresina: Editora Pathos, 2023. p. 36-48.

ERICSON, Sóstenes. Processos de subjetivação de homens face ao desalento. In: GALLI, Fernanda *et al.* (Org.). **Práticas contemporâneas em Análise do Discurso**: gestos (d)e leituras. Recife: Editora da UFPE, 2021. p. 454-469.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Trad. Guilherme Adorno *et al.* Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MÉSZAROS, Istvan. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e Interdiscurso. *In*: ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso** – Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas/SP: Pontes, 2011. p. 151-161.

PIMENTEL, Edlene. **Uma Nova Questão Social?** Raízes materiais e humanossociais do pauperismo de ontem e de hoje. Maceió: Edufal, 2007.

SILVA, Sóstenes Ericson Vicente. **Agronegócio e Agricultura Familiar: a desfaçatez do Estado e a insustentabilidade do discurso do capital**. Maceió: Edufal, 2015.

SOUZA, Diego de Oliveira; SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da; SILVA, Neuzianne de Oliveira. Determinantes Sociais da Saúde: reflexões a partir das raízes da “questão social”. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 44-56, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/YJcDtBH4hX3prjZDtXCSPk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2022.

VOZES E SILENCIAMENTOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Maria Cleci Venturini
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná
Verli Petri
Univerisdade Federal de Santa Maria

1. Situando questões, destacando embates

A segunda metade do século XXI chegou com a pandemia do novo coronavírus e assolou o mundo. O Brasil já enfrentava uma crise política, social e econômica de proporções desastrosas desde o golpe que depôs a Presidenta Dilma Roussef, em 2017, e da implementação do governo de extrema direita capitaneado por Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018. A pandemia encontrou um Brasil emocionalmente frágil, adoecido; um Brasil que primava pelo armamento da população e destituía direitos trabalhistas em prol de uma pretensa aceleração econômica à moda neoliberal. Tudo isso acrescido do descrédito à educação e ao fazer científico. A pandemia toma de assalto uma nação que não financiaria pesquisas para a produção de soluções científicas para a crise sanitária de proporções catastróficas e isso resultou em milhares de mortos.

É a partir deste quadro político e social que propomos nossa reflexão acerca do que é dito e o que é silenciado em tempos de pandemia, focando no contexto brasileiro e trazendo à baila enunciados institucionais e/ou midiáticos que explicitem um pouco da discursivização da crise política e sanitária que nos forjou e nos trouxe até aqui enquanto sujeitos que resistem e que, pelo voto, criam outras possibilidades para o devir.

Num esforço em dar conta de vozes e de silenciamentos nos tempos de pandemia, evento que representa um tempo difícil para todos, selecionamos um enunciado de referência, já abordado em alguns trabalhos de Análise de Discurso (Silva; Branco, 2021; Esteves, 2020), e que se caracteriza por ser bastante polêmico, trata-se do “Se puder, fique em casa”. Silva e Branco (2021, p. 284), ao estudarem o verbete “casa” em dicionários e em manchetes jornalísticas mostram as alterações de sentidos que o enunciado que estamos estudando produziu durante a pandemia e nos alertam que “ficar em casa não é uma opção segura para todos” ao que acrescentamos que nem todos têm “casa” para ficar em segurança. Já Esteves (2020, p. 79) explicita o quanto tal enunciado que pode ser caracterizado como “dividido”, no sentido que lhe empresta Courtine, “coloca trabalhador contra trabalhador”: de um lado os que “podem” ficar em casa e de outro “os que não podem”, demonstrando o antagonismo instalado no interior do enunciado que produz efeitos e que silencia o sujeito que não estaria inserido no sistema capitalista: lançamos nosso olhar também para aquele sujeito que está à margem, sem emprego e sem casa para “poder ficar”.

Como dissemos no título: há silenciamentos, e eles nos incomodam. Neste caso entendemos, com Orlandi ([2002] 2007, p. 17), que “o funcionamento do silêncio atesta o movimento do discurso que se faz na contradição entre o ‘um’ e o ‘múltiplo’, o mesmo e o diferente, entre paráfrase e polissemia”. No enunciado, “Se puder, fique em casa”, as redes parafrásticas dão visibilidade a sentidos interditados, ao que

não se diz, isto é, que ficar em casa foi uma ‘promessa’ não cumprida diante dos invisíveis.

Estamos diante de um enunciado imperativo que explicita a fragilidade social e econômica da nossa sociedade e que dá visibilidade à luta de classes, nos termos de Althusser (1978). Tal enunciado circulou durante o período pandêmico como discurso em funcionamento, sofrendo alterações de sentidos e reverberando de diferentes maneiras. É um pouco desse processo que desejamos mostrar nesta breve reflexão.

A desigualdade entre as classes sociais e a luta de classes torna-se mais evidente diante de crises, que reverberam em todos os domínios e irrompem no e pelo enunciado ‘Se puder, fique em casa’, que circulou nas mídias a partir de diferentes sujeitos e lugares. Dito isso, colocamos em suspenso o funcionamento do verbo “poder”, pelo qual faz eco um refrão que povoa as memórias da infância e retorna sem cessar: “quem pode, pode e quem não pode se sacode”, sinalizando para algumas constatações relativas à importância que os sujeitos dão ao outro, sinalizando indiferença, insensibilidade. Nem todos podem ficar em casa por diferentes razões: porque não possuem casa, ou ainda porque a casa não é o seu lugar de ficar e até porque a casa não oferece condições de os membros da família permanecerem juntos¹. Assim, ‘se puder’ está condicionado a ‘ter casa’ e, tendo casa, funcionam as proibições e as impossibilidades de nela ficar, muitas vezes por razões econômicas, outras por questões pessoais e pelo imperativo profissional de sair de casa (como foi o caso dos profissionais de saúde).

Nesta intervenção, consideramos os deslizamentos de sentidos, as rupturas e equívocos, tendo em conta, conforme Orlandi (2021, p. 5), que “a interpretação é sujeita a uma variação que não se controla. Mesmo que, ao cair no mundo, seja pega por sujeitos ou por grupos que se inscrevem e aos sentidos em uma ou outra formação dis-

1 Destaque para o crescimento da violência doméstica nesse período da nossa história. Cf. Silva e Branco (2021).

cursiva determinada e isto vai significar por estes grupos, por estes sujeitos em suas posições”. As palavras são, de acordo com a mesma autora ‘contaminadas’ por outras palavras. Diante disso e atendendo aos pressupostos metodológicos da Análise de Discurso, propomos a problematização das seguintes questões:

1. Como pelo verbo “poder” se constituem efeitos de sentidos de que “o poder”, assim substantivado, está restrito a poucos privilegiados, que têm direito à saúde e a tratamentos?
2. E quando “a casa” não está materialmente posta, quando ela é casa/rua, qual seria o funcionamento de “Se puder, fique em casa”?

As duas questões propostas dizem respeito ao funcionamento do enunciado destacado e às redes de memória que se constituem sob diferentes condições de produção, para diferentes sujeitos do discurso. De fato, há um imaginário acerca do que seja casa e o poder ficar em casa em pleno funcionamento. Todo o dito compreende em si mesmo o que não foi dito, portanto, funcionam, igualmente, os silenciamentos dos sujeitos que ‘poderiam’ querer ficar em casa e não de têm tal “poder”, extrapolando os embates dicotômicos explorados pelo capitalismo.

2. Condições de produção de circulação do enunciado “Se puder, fique em casa”: discussões

De fato, interessa discutir como esse enunciado significa e como, a partir dele, fica visível a divisão social dos sentidos e a desigualdade imposta pelo capitalismo, o que observamos ao mobilizarmos a noção de real sócio-histórico (Pêcheux, [1990] 2002), em que o discurso se efetiva pela língua na história—um real que é o próprio da língua e um real que é exterior. Conforme Gadet e Pêcheux ([1984] 2004), a divisão entre o real da língua e o real da história é o que vai instaurando as direções de sentido, a contradição e até o antagonismo.

O enunciado “Se puder, fique em casa” constitui redes de memória visíveis e analisáveis por redes parafrásticas que dão visibilidade às contradições–e ao antagonismo, instaurando equívocos. Se por um lado temos o imperativo do ‘fique em casa’, por outro lado temos o condicional do ‘se puder’, acrescido da vírgula que une e separa as direções de sentidos engendradas nesse dizer. É preciso considerar que tendo em conta que ‘se puder’ mostra que nem todos poderiam ficar em casa e que se trata de uma recomendação seguida de uma ordem, configurando o já mencionado enunciado dividido (Esteves, 2020).

O ‘se puder’ anuncia que não há a univocidade de sentidos, demandando pensar, a partir de Pêcheux (1980), na divisão do mundo em dois; de um lado os que podem’ ficar em casa e de outro aqueles que estão impedidos de ‘ficar em casa’. A ordem é geral, mas não se aplica a todos. Dentro desse encaminhamento propomos analisar e recuperar as redes de memória em funcionamento no que tange a ficar em casa, que está condicionado, por um lado, à possibilidade e, por outro, ao jogo de obrigatoriedade/não obrigatoriedade. Assim, ‘ficar em casa’ não significa e nem é da mesma ordem para todos os sujeitos, nem constitui as mesmas redes de memória. Faz trabalhar – a partir de dadas condições materiais de existência–saberes distintos, dependentes de sujeitos, de classes sociais dadas, de filiações ideológicas e das condições de produção nas quais o enunciado se realiza e circula. Para ficar em casa é preciso ter casa! Isso ficou ressoando em nós a partir do número de sujeitos em situação de rua no Brasil no período da pandemia, quase 300 mil pessoas².

No Brasil, especialmente, durante o período crítico da pandemia (2020), os embates aconteceram entre pelo menos duas tomadas de posições: a do então presidente (extrema-direta) e a da oposição (esquerdas). A tomada de posição do Ministério da Saúde, especial-

2 Cf. dados do IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=fa-a83eb1-f7fb-44d9-ba91-341a7672611d>. Acesso em: 28 jan. 2023

mente, do ministro Luiz Henrique Mandetta – aliado do então presidente – indica que ele assumiu uma posição de dissidência, permanecendo na mesma formação discursiva, mas resistindo, distanciando-se dos posicionamentos do presidente. O litígio instalava-se, sobretudo no tocante à defesa que o presidente fazia da economia em detrimento da saúde pública, e do seu posicionamento contrário à vacinação em massa contra a Covid-19, o que prejudicou muito o combate à doença. O então ministro da saúde instaurou embates, chegando a promover rupturas, em defesa da vida dos brasileiros acima de tudo. Em estudo anterior demonstramos que em seu discurso, o ministro significou-se como “um sujeito que, ao tomar posição, produz a desacomodação dos sentidos já-estabilizados, promovendo a crise política que culmina com a sua demissão” (Petri; Venturini, 2021, p. 75). Importa destacar, nesse caso, a recorrente estratégia governamental do presidente do Brasil de priorizar a economia, destacando o isolamento e o medo da doença como coisa de ‘maricas’³. A contradição instalada torna-se intransponível, a discordância entre as duas posições no interior da mesma formação discursiva tornou-se insuportável: o presidente, investido de poder, decide ‘eliminar’ a contradição, seja o que for e quem a faz ressoar. Destituíu o ministro, já que a pandemia continuava em alta.

No que tange ao enunciado, em tela, as duas tomadas de posição entraram em rota de colisão: a que se debatia em defesa do isolamento horizontal, em que todos podiam/deveriam ficar em casa, evitando aglomerações e contágios – posição do Ministro da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS)– e a outra que defendia o isolamento vertical, em que apenas os grupos de riscos poderiam/deveriam ficar em casa (idosos, portadores de comorbidades e os infectados), conforme defendia o Presidente com o apoio de setores defensores

3 Referência ao Brasil como país de ‘maricas’. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>. Acesso em: 29 jan. 2023. Voltaremos a essa matéria para destacar os sujeitos ‘invisíveis’.

da economia acima de tudo e de todos. Tal premissa foi defendida pelo Presidente até o final de seu mandato em 2022, contrário a tudo o que os especialistas indicavam, ele afirma em entrevista, em Betim, que o “Fique em casa foi uma mentira”⁴, sustentando seus dizeres, como o fez com frequência em defesa da economia. O dizer que ficar em casa foi uma mentira arrancou aplausos dos apoiadores do então presidente que o ovacionavam e gritavam “o vírus mata, mas a fome mata muito mais”.

De fato, o litígio instaurado na instância governamental, também encontrava eco no interior do grupo social, também dividido. É possível identificar as vozes dos favoráveis e dos contrários à prática social do ficar ou não em casa, o silêncio reside efetivamente entre aqueles que estão à margem desse litígio: os que não têm casa! Quase 300 mil brasileiros. O presidente repete e referenda o seu posicionamento, já que estava em campanha, em agosto de 2022, quando ao desconstruir a defesa do “fique em casa”, defende-se da acusação de genocida e reafirma a defesa da economia e ao mesmo tempo procura instaurar redes de memória em que esquerda e miséria estão no mesmo eixo, assim como comunismo e PT se recobrem, para isso afirma: “Vocês puderam sentir o gosto de um governo comunista. A igualdade do lado de lá é na miséria e na fome”⁵. Entendemos, juntamente com Orlandi (2021), que a tomada de posição, a contradição e o antagonismo, nesse caso, não é somente uma prática política, nos remetendo a posicionamentos em defesa de direitos à vida, à saúde e aos bens públicos.

Importa destacar que, no ano de 2020, o “Se puder, fique em casa” teve um funcionamento compulsório, quando morriam de COVID-19 mais de mil pessoas por dia e esse permanecer em isolamento era cha-

4 Cf. https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/08/24/interna_politica,1388711/bolsonaro-em-betim-o-fique-em-casa-se-puder-e-uma-mentira.shtml. Acesso em: 27 jan. 2023.

5 Com esse enunciado os apoiadores mostram a concordância, buscando colocar argumentos que ancorem o dizer de Bolsonaro de que “O fique em casa foi mentira”, ressoando que ‘a esquerda’ é falaciosa.

mado de ‘quarentena’ e, conforme Venturini, Teixeira e Tafuri (2021), essa designação faz retornar outras memórias e discursos e se desloca das práticas históricas em que se inscrevia para práticas discursivas, deslizando da sua associação com quarenta, passando para quinze, depois para sete e cinco dias. Com o passar dos anos e com a vacinação em massa, o “se puder, fique em casa” deixa de ressoar com tanta força: todos podem aglomerar-se (inclusive os infectados), sem preocupar-se com o contágio. Trata-se, portanto, de práticas sociais e languageiras, sinalizando que “as palavras estão em processo de constituição de sentidos, permeadas/investidas por mudanças/transformações/filiações e desfiliações” (Venturini; Teixeira; Tafuri, 2021, p. 194). Um mesmo enunciado posto em circulação em diferentes momentos sócio-históricos e sob dadas condições de produção vai ressoando e pode sempre produzir diferentes efeitos de sentido. Para nós, o silêncio sobre os sujeitos em situação de rua é recorrente, aqueles que não têm casa são silenciados antes e durante a pandemia, invisíveis aos olhos de governantes e do sistema capitalista em vigência.

O que atinge os sujeitos-cidadãos não diz respeito apenas a ‘querer’ ficar em casa, mas de ‘poder’, de ter uma casa para ficar. Vemos, por essas razões, que funcionam ‘dois mundos em um só’, tal como foi referido por Pêcheux (1980). Em janeiro de 2023, pesquisamos no Google esse enunciado e obtivemos aproximadamente 3.000.000 de resultados (0,36 segundos), dando visibilidade para as redes parafrásticas. De acordo com Orlandi (2021, p. 5), não há verdades, mas versões e o lugar de significação é o texto, destacado pela autora como sendo “lugar de variantes, de variação, e, na abertura do simbólico, o texto se presta a vastos gestos de interpretação, tanto de repetição quanto de diferença, de paráfrases (o mesmo) e de polissemia (o múltiplo)”.

“Se puder, fique em casa” funcionou como ordem, como um *slogan*, que se repetiu, transformou-se, foi se deslocando e significando de acordo com o espaço de circulação e a filiação ideológica dos sujeitos,

chegando mesmo a parecer como ‘sem efeito’⁶. As práticas preventivas demandadas pelo enunciado popularizarem-se a partir de Mandetta e foi sempre criticada por Bolsonaro. É importante, para poder recuperar redes de memória que se formam, levar em conta que as restrições de convívio social começaram na China. Em 31 de dezembro de 2019,⁷ a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi “alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China”.

A partir daí, o mundo começou a tomar conhecimento da pandemia e, em 07 de janeiro de 2020, a China confirmou a informação de que havia muitas pessoas infectadas por SARS-CoV-2. As informações e providências foram ocorrendo. Em 30 de janeiro de 2020, “a OMS informa que o coronavírus se apresenta como uma Emergência de Saúde Pública Internacional” e publica o Regulamento de Saúde Internacional (RSI), com recomendações e em 11 de março de 2020, reconhece o vírus e a infecção como pandemia. Em 11 de maio de 2020⁸, o Conselho Nacional de Saúde publicou a recomendação de *lockdown*, circulando junto recomendações associadas de evitar aglomentação, de manter distância de dois metros e de as pessoas com sintomas evitarem contatos físicos, cuidando, também da alimentação⁹. A perspectiva de *lockdown* anuncia a necessidade do “ficar em casa”.

A recomendação de cuidados deu muita visibilidade aos embates dentre o presidente e o ministro e entre o presidente e as instituições

6 Cf. <https://www.poder360.com.br/opiniaio/o-colapso-do-fique-em-casa-por-hamilton-carvalho/>. Acesso em: 28 jan. 2023. O “Se puder, fique em casa”, ‘colapsou, de acordo com Hamilton de Carvalho, por quatro razões: 1) incapacidade do governo de coordenar o auxílio emergencial; 2) os sujeitos voltaram à vida normal por ‘cansaço’ com a pandemia; 3) tornou-se um apelo genérico, sem especificações, determinações acerca de restrições, entre outras; 4) a terceirização da responsabilidade, tornando-se, assim como os sinais de trânsito, sem efeito. Segundo o texto de opinião, porque poucos cumprem regras.

7 Cf. <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 29 jan. 2023.

8 Cf. <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>. Acesso em: 29 jan. 2023.

9 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus/se-puder-fique-em-casa-diz-material-do-ministerio-da-saude-24756510>. Acesso em: 22 jan. 2023.

responsáveis pela saúde pública, dentre tantas afirmações destacamos: “Quem não quiser trabalhar que fique em casa, porra”¹⁰. Por esse enunciado, mais do que antagonismo, há um dissenso entre o sujeito que diz eu e o mundo, em que diante de uma pandemia se colocam junto ou no lugar do outro. Trata-se do antagonismo em que as tomadas de posição mais do que se embatem, rompem com o que se espera de quem representa um país, um povo. Poderíamos dizer que o antagonismo ocorre entre os representantes da extrema-direita e as esquerdas, mostrando que os sentidos ocorrem em direções distintas. Já o embate entre Bolsonaro e Mandetta dá visibilidade à contradição, em que os sujeitos inscrevem-se em uma mesma formação discursiva, mas as tomadas de posição indicam a resistência, no caso do então Ministro da Saúde, tendo em conta a posição-sujeito médico que o interpela e da qual ele não escapa.

É importante destacar, em torno desse enunciado e para efeito de análise, o imaginário de casa que funciona nele. Entendendo o imaginário, a partir de Pêcheux ([1969] 2019, p. 39) que tratou de formações imaginárias “que designam o lugar que A e B se atribuem cada um *a si* e *ao outro*, a imagem que eles se fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro”. O autor destaca, no discurso, “a exigência das formações imaginárias” ([1969] 2019, p. 39) e a remissão às condições de produção em que o imaginário que se constitui refere-se ao ponto de vista do sujeito, sem referência à realidade.

Orlandi (2011, p. 45) traz de Pêcheux e, desse texto de 1969, a relação imaginário e língua, sinalizando que “em toda a língua há mecanismos que presidem a projeção imaginária da situação e do sujeito para a sua posição no discurso”. A autora entende, tomando de Courtine as discussões acerca “do modo como a ideologia está na língua e esta na ideologia”, que ela compreende como “a relação estrutura/ideo-

10 Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/13/interna_politica,854347/bolsonaro-que-m-nao-quiser-trabalhar-que-fique-em-casa-porra.shtml. Acesso em: 29 jan. 2023.

logia/funcionamento”. No enunciado “Se puder, fique em casa”, vale nos questionarmos sobre o imaginário de casa de Mandetta e dos que defendem e pensam na saúde pública. Conforme já referido, ‘ficar em casa’ e ‘poder ficar em casa’ demanda ter uma casa em que se possa permanecer em segurança e com distanciamento de mais de dois metros das pessoas da família ou que convivem juntos. Então, a primeira condição para “ficar em casa” é não estar em situação de rua e que a casa tenha espaço físico para os que moram nela. As redes de memória que se constituem em “Se puder, fique em casa”, vindo de órgãos oficiais, no momento em que morriam mais de mil pessoas por dia são:

1. Todos têm casa e se não a possuem, o poder público vai lhes oferecer um lugar para chamar de ‘casa’;
2. Todos devem querer e se quiserem “poder” ficar em casa;
3. Todas as casas são amplas, arejadas e apresentam-se habitáveis (com luz, água, sanitários, segurança) etc.

Além das condições de produção, do funcionamento do imaginário, determinamos as redes de memória, que se constituem na relação entre sujeitos na relação deles mesmos e o Outro. Trata-se de um processo de identificação e de filiação, de modo que as redes de memória se constituem a partir do que faz sentido para eles e de suas inscrições em formações discursivas, que determinam o que podem/devem dizer (Pêcheux, [1975] 1997) e pelas suas posições ideológicas.

| 3. Buscando pontas e para ‘atar’ nós

Talvez não encontremos todas as pontas e, muito provavelmente, algumas fiquem soltas e perdidas, nem emaranhado de possibilidades. Propusemos responder duas questões, que dizem respeito ao como pela palavra/verbo “poder” se constituem efeitos de sentidos, considerando que “o poder”, já substantivado, está restrito a poucos e que os sujeitos em situação de rua são invisíveis, não tem voz, não existem

e não “contam”. Dizer, “Se puder, fique em casa”, não é tomar posição e isso fica posto quando vemos que para poder ficar em casa, é preciso ‘ter’ uma casa, um lugar, ser visto, considerado, podendo proceder a uma luta de classes. Para Rancière (1996, p. 33) “a política é a instituição do litígio entre classes que são verdadeiramente classes. Classes ‘verdadeira’ – isso quer dizer – quereria dizer partes reais da sociedade, categorias que correspondem a suas funções”. Os sujeitos em situação de rua, são invisíveis, não fazem parte, pois a casa que poderiam ficar, a casa ‘imaginada’ pelas instituições em face da pandemia não existe para eles. É a rua e na rua todos ficam juntos e se juntam mais diante do frio e da chuva. Portanto, não podem ficar em casa.

A segunda questão se relaciona com a primeira e perguntamos pelo funcionamento de “Se puder, fique em casa”, quando a casa é a rua e respondemos, considerando o funcionamento do imaginário daqueles que divulgaram esse slogan e “esqueceram” daqueles que estão sem casa e estão longe da casa que os sujeitos que respondem pelas instituições concebem como ‘casa’. Conforme destacamos, mesmo os que possuem uma casa, viveram embates e situações de violência doméstica, de falta de privacidade e muitas vezes de falta de espaço. Voltando à questão, dizemos que o enunciado em tela funciona dando visibilidade às diferenças, à falta de igualdade, pois como sinaliza Rancière (1996), a desigualdade (r)existe quando há a sonhada igualdade. Quando os sujeitos são invisíveis e não contam, não são considerados, não há política e nem desigualdade, o que há são contradições, antagonismos, embates, silenciamentos.

| Referências

ALTHUSSER, Louis. **Sobre o trabalho teórico**. Trad. Joaquim José Moura Ramos. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, [1967]1978.

ESTEVES, Phellipe Marcel da S. “Fique em casa”, “Se puder, fique em casa”, “Se precisar sair, use máscara”: imperativos e condicionais de uma pandemia.

In: BAALBAKI, Ângela.; ANDRADE, Luiz. (orgs.). **Discursos da Pandemia:** entre dores e incertezas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 69-80.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível:** O discurso na História e na Linguística. Campinas/SP: Pontes editores, [1984] 2004.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas/SP: Editora Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 5 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ORLANDI, Eni. Volatilidade, interpretação: político, imaginário e fantasia. **Revista Estudos Linguísticos**, ABRALIN, v. 02, n. 01, 2021.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi. Campinas /SP: Editora da UNICAMP, [1975] 1997.

PÊCHEUX, Michel. Remontémons de Foucault a Spinoza. In: TOLEDO, Mário Monforte. **El discurso político.** México: Universidad Autónoma de México, Editorial Nueva Imagen, 1980. p. 181-197.


PÊCHEUX, Michel. **O Discurso** – Estrutura ou Acontecimento. Trad. Eni Orlandi. 6. ed. Campinas, SP: Pontes editores, [1983] 2002.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento:** política e filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora Três, 1996.

SILVA, Kelly.; BRANCO, Natieli. Quando fica em casa (não) é opção: os efeitos de sentido em movimento sobre a palavra “casa” na pandemia. In: PETRI, Verli *et al.* (orgs.). **Ditos e não-ditos:** discursos da, na e sobre a pandemia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021. p. 271-291.

PETRI, Verli; VENTURINI, Maria Cleci. “E sou o presidente”: os ditos, não ditos dichos e reditos na política brasileira em tempos de pandemia. **Signo Y seña**, n. 38, 2021.

VENTURINI, Maria Cleci; TEIXEIRA, M^a Cláudia.; TAFURI, Leandro. Memória e história em (dis)curso: deslizamentos, rupturas e equívocos da palavra quarentena. In: PETRI, Verli. *et al.* (orgs.). **Ditos e não-ditos:** discursos da, na e sobre a pandemia. Campinas, SP: Pontes editores, 2021. p. 191-218.



O (DIS)CURSO DE RESILIÊNCIA E EMPREENDEDORISMO COMO TENTATIVA DE NATURALIZAÇÃO DA ORDEM SOCIAL VIGENTE

Valci Melo
Universidade Federal de Alagoas
Lavoisier Almeida dos Santos
Universidade Federal de Alagoas

| 1. Introdução

Embora o termo empreendedorismo tenha surgido ainda no século XVII e faça parte da pauta dos organismos internacionais para a educação dos países em desenvolvimento desde o final dos anos 1990 (Dias, 2019), no Brasil, somente a partir dos anos 2000 foram intensificadas medidas governamentais e teóricas na direção de fomentar uma práxis empreendedora no meio popular brasileiro.

Apesar das disputas clássicas e contemporâneas em torno do conceito de empreendedorismo, esse pode ser entendido, parafraseando Weber (2004), como “o espírito do capitalismo”, tendo em vista tratar-se de uma forma de conduta econômica dita criativa e ousada na medida em que, supostamente orientada pelo desejo de sucesso, arrisca-se na criação constante de bens e/ou serviços a serem comercializados.

Atualmente, o tema do empreendedorismo, acompanhado da defesa psicológica da resiliência¹, ocupa lugar central no debate econômico e administrativo, nas coberturas jornalísticas e nas políticas educacionais, a exemplo da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Neste capítulo, por sua vez, objetivamos analisar a hegemonia do discurso de resiliência e empreendedorismo na política educacional brasileira contemporânea, problematizando seu efeito de naturalização da ordem social vigente na construção dos projetos de vida da juventude brasileira. A escolha da BNCC como materialidade discursiva justifica-se por tratar-se atualmente do principal documento orientador da política curricular no País, como destacado pelo então Ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva, na Apresentação do documento:

Com a **Base**, vamos garantir o **conjunto de aprendizagens essenciais** aos estudantes brasileiros, seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais para a Educação Básica, apoiando as escolhas necessárias para a concretização dos seus **projetos de vida** e a continuidade dos estudos (Silva, 2018, p. 5, grifos nossos).

Vejamos que, conforme o ministro, o que há de mais importante para ser aprendido na escolarização básica brasileira está garantido na BNCC. Esse discurso, portanto, toma partido na dubiedade semântica do lema/subtítulo do referido documento: “educação é a base”, sinalizando que mais do que educação é o alicerce da sociedade, o lema/subtítulo significa que o que não está na BNCC é porque não é fundamental para a educação.

Assim, diante da centralidade que ocupa a BNCC na condução da política curricular brasileira, analisaremos no presente capítulo

1 Importada da teoria psicológica como capacidade de sobressair-se face às adversidades, o conceito de resiliência tem ocupado lugar estratégico no discurso de defesa da ordem social vigente, na medida em que incentiva a resignação e a paciência para com fenômenos sociais injustos e opressivos.

o discurso sobre resiliência e empreendedorismo materializado na discursividade da BNCC e seus efeitos de naturalização da ordem social vigente. Discurso é entendido aqui, na esteira de Pêcheux (2014), como efeitos de sentidos produzidos pelos sujeitos em sua relação com a linguagem e independente do seu grau de consciência ou tentativa de controle deles.

2. Resiliência e empreendedorismo na política educacional brasileira: categorias para a construção ou a redução de projetos de vida?

Antes de analisarmos o discurso sobre resiliência e empreendedorismo materializado na BNCC, faz-se necessário compreendermos quais são as condições de produção desse discurso, tendo em vista o papel central destas na configuração de sentidos. Segundo Orlandi (2007, p. 30), nessa categoria de análise podem ser consideradas: “as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”. Aqui, daremos prioridade ao contexto amplo, analisando os reflexos da crise do capitalismo contemporâneo no âmbito educacional, especialmente, na reorganização do Ensino Médio.

2.1 A BNCC e a Reforma do Ensino Médio como respostas no campo das políticas educacionais à exigência neoliberal de reorganização da força de trabalho

É amplamente debatida no campo acadêmico a influência de organismos internacionais nas políticas educacionais do Estado brasileiro através de um discurso supostamente modernizador (Cavalcante, 2007). Esse discurso é focado na adequação da escola às exigências neoliberais de diminuição da responsabilidade estatal para com os direitos sociais e trabalhistas, na naturalização do capitalismo como forma de organização da vida social e na interpretação das desigualdades

sociais e do desemprego como problemas individuais de talento ou má gestão dos recursos privados ou públicos.

Dias (2019), ao analisar a relação entre empreendedorismo, educação e sociabilidade, destaca que, desde o final dos anos 2000, documentos de organismos internacionais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU) já pautavam o empreendedorismo como uma atitude, uma habilidade social que a educação escolar deveria ajudar a desenvolver. Esse posicionamento, em última instância, já apontava na direção de individualização dos problemas societários e responsabilidade do sujeito por seu sucesso ou fracasso. Na perspectiva desses documentos, conforme a autora (2019, p. 179):

[...] Ser empreendedor implicaria sempre no correr riscos, assumindo as responsabilidades pelo sucesso e insucessos. O que não se apresenta de forma clara é que esta assunção de riscos e a responsabilização individual nada mais são do que uma forma que o discurso do empreendedorismo se vale, para criar uma sociabilidade, a qual as contradições do sistema capitalista não seriam mais resolvidas no âmbito macroeconômico, mas microeconômico, pelo menos no plano fenomênico.

Analisando as disputas em torno da elaboração da BNCC, Bittencourt (2017, p. 566) destaca: “[...] na arena da política curricular, venceram os agentes [...] que têm ditado os propósitos para a educação mundial por meio de políticas públicas de ordenação e regulação, que visam à obtenção de resultados”. Os agentes a que a autora se refere são: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Da primeira instituição a BNCC teria sofrido influência explícita tanto do **Glossário de Terminologia Curricular**²,

2 Publicação do Bureau Internacional de Educação (BIE) que, desde 1999, atua como um órgão especializado da Unesco voltado a questões como conteúdos educacionais, métodos e estratégias de ensino e desenvolvimento curricular.

como também do documento **Educação para a Cidadania Global**, publicação na qual a Unesco condensa suas diretrizes acerca de uma educação mundial supostamente “[...] humanista, inclusiva, intercultural, baseada na sustentabilidade, na aprendizagem ao longo da vida, baseada em competências” (Bittencourt, 2017, p. 562). Já da OCDE, conforme a autora, a influência vem do documento **Competência global para um mundo inclusivo**³, no qual a Organização apresenta o que seriam as competências globais necessárias para que a educação mundial possa formar pessoas adaptadas às exigências do mundo contemporâneo.

Com relação à reforma do Ensino Médio, o Banco Mundial não apenas a elogiou, como também garantiu financiamento de 250 milhões de dólares para a sua implementação. Na avaliação do diretor do Banco para o Brasil, o senhor Martin Raiser, trata-se de uma “reforma educacional histórica” que o Organismo tem orgulho de apoiá-la, uma vez que ela “ajudará a reduzir as desigualdades existentes nos resultados educacionais e a construir o capital humano necessário para o crescimento inclusivo”⁴.

Assim, as políticas educacionais do Estado brasileiro, no interior das quais situam-se a BNCC e a Reforma do Ensino Médio, não podem ser analisadas de forma isolada, seja no que diz respeito às condições sócio-históricas nas quais se inserem, seja no tocante ao peso da influência internacional em sua concepção e desenvolvimento. Em ambos os casos, destaca-se o ideário neoliberal de conciliação de classes e a tentativa de se estabilizar um projeto societário de reconfiguração econômica da relação existente entre capital, trabalho e Estado no Brasil. Nesse contexto, como observam Castro, Gawryszewski e Dias (2022, p. 2):

3 Tradução livre nossa para o título original em inglês: *Global competency for an inclusive world*.

4 Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2017/12/14/brazil-program-for-results-supports-upper-secondary-education-reform>. Acesso em: 18 ago. 2018.

O discurso do empreendedorismo [...] procura legitimar a integração dita harmoniosa entre trabalhador e mundo do trabalho precário. Essa compreensão, particular ao sistema do capital, não ignora que o trabalhador pode não assimilar esse discurso pacificamente e, premeditadamente, a própria sociabilidade do capital impõe a ele que se eduque para, enfim, integrar-se à precariedade. Nessa conjuntura é que se forjam fartos os projetos formativos, colocados em prática na educação escolar, bem como em outros processos formativos, com o intuito de formar jovens dotados de competências empreendedoras que procriem valor.

Conforme destacam os autores, é preciso fazer com que os próprios trabalhadores acreditem no discurso segundo o qual a causa essencial das mazelas sociais não tem relação alguma com a lógica econômica do Capital, que tem por base a divisão social em classes e a conseqüente exploração de um ser humano por outro. Para serem colaboradores, eles precisam acreditar que as desigualdades sociais resultam da incompetência individual ou estatal na criação e/ou oferta adequada de bens e serviços.

Nesse contexto, entende-se por que a resiliência e o empreendedorismo ocupam um lugar de destaque na formação escolar da juventude brasileira, especialmente, na elaboração de seus projetos de vida. É, portanto, no desvelamento desse discurso de naturalização da ordem social vigente que dedicar-nos-emos na seção seguinte.

2.2 Resiliência e empreendedorismo como discurso de naturalização da ordem social vigente

Resiliência e empreendedorismo são conceitos que aparecem, cada um, cinco vezes no texto da BNCC. A sua identificação foi realizada na versão digital do documento, através da utilização da ferramenta localizar, do software **Adobe Reader**. Os termos consultados foram: “resiliência” e “resiliente”, para o primeiro caso; e o radical

“empreend”, para o segundo caso. Ao localizarmos a palavra consultada, imediatamente procedemos com a leitura do contexto no qual ela estava inserida para verificarmos como o seu uso operava a produção de sentidos.

A partir desse procedimento, pudemos constatar que das cinco vezes em que aparece a palavra resiliência no texto da BNCC, três delas refere-se a uma qualidade do agir individual e/ou coletivo. Isso acontece no texto da competência geral n. 10 (p. 10), competência específica n. 8 da área Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental (p. 324) e competência específica n. 7 da disciplina Geografia, também para o Ensino Fundamental. As duas outras aparições do verbete acontecem na página 14, relacionada a uma qualidade esperada dos cidadãos do mundo contemporâneo cujo cenário “[...] requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender [...]” (Brasil, 2018, p. 14); e a outra na página 466, como uma atitude/capacidade promotora do empreendedorismo.

Apesar de somente na última aparição a palavra resiliência ter sido associada diretamente ao empreendedorismo, é possível afirmar que a conexão entre os dois conceitos está para além da expressão literal. Isto é, sendo o empreendedorismo compreendido, no bojo da BNCC, como: “[...] competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade” (Brasil, p. 466), este não se faz sem resiliência, entendido como a capacidade de “tirar leite de pedra”, de “transformar limão em limonada”, de usar os obstáculos ao próprio favor.

As outras quatro vezes em que o empreendedorismo é tratado na BNCC é como uma postura, um comportamento, uma atitude (p. 466); citando em tom de concordância a concepção de empreendedorismo presente no inciso IV, art. 12, § 2º da Resolução CNE/CEB n. 3/2018) (p. 479); como solução para o cenário atual face às transformações que circundam o mundo do trabalho (p. 568); como uma das

estratégias de identificação e combate aos diferentes tipos de desigualdade, preconceito e injustiça, tendo em vista ser um valor da sociedade contemporânea igual a liberdade, a cooperação, a autonomia, a convivência democrática e a solidariedade (p. 577).

Interessa-nos, aqui, analisar como o uso desses dois conceitos produz sentidos de naturalização da ordem social vigente. Portanto, a partir do mapeamento acima indicado, selecionamos da BNCC três sequências discursivas (SD) nas quais os verbetes se cruzam, possibilitando compreendê-los de forma mais clara do que quando aparecem isoladamente. Isso acontece quando o documento, ao tratar sobre o Ensino Médio em um mundo do trabalho por ele diagnosticado como “complexo e imprevisível”, destaca ser a finalidade de preparação escolar da juventude brasileira nessa etapa educacional cumprida através do desenvolvimento de competências adaptativas e da autocriação de oportunidades. Respondendo às críticas de indução da Reforma do Ensino Médio à profissionalização precoce e precária da juventude e adequação da escola média às exigências imediatas do mercado de trabalho, argumenta o documento:

SD1–[...] Ao contrário, supõe o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível, criando possibilidades para viabilizar seu projeto de vida e continuar aprendendo, de modo a ser capazes de se **adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores** (Brasil, 2018, p. 465-466, grifos nossos).

Para isso, a escola deve, conforme o referido documento, adotar as seguintes medidas:

SD2–proporcionar uma **cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam**

o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade (Brasil, 2018, p. 466, grifos nossos).

SD3–prever o suporte aos jovens para que reconheçam suas **potencialidades e vocações**, identifiquem perspectivas e possibilidades, construam aspirações e metas de formação e inserção profissional presentes e/ou futuras, e **desenvolvam uma postura empreendedora**, ética e responsável para transitar no mundo do trabalho e na sociedade em geral (BNCC, p. 466, grifos nossos).

Como se vê nas sequências discursivas acima elencadas, o discurso da resiliência e do empreendedorismo materializado na BNCC advoga a preparação de sujeitos para a autorresponsabilização de seu projeto de vida, convocando-os à adaptação “com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (SD1); à “empregabilidade” (SD2) e ao desenvolvimento de “uma postura empreendedora” (SD3). Face ao diagnóstico de uma sociedade na qual há desemprego estrutural, precarização das condições de trabalho e concentração da riqueza, a BNCC opta por inculcar nos jovens estudantes, através do discurso de resiliência e empreendedorismo, que o mundo é assim mesmo e que cabe a cada um, a partir da sua capacidade de resistência e do seu talento individual, superar tais obstáculos.

É, portanto, nesse ponto que a BNCC e a Reforma do Ensino Médio se conectam como duas faces da mesma moeda. Vejamos se não é nessa direção que apontam as orientações oficiais para a produção de obras didáticas voltadas à implementação da reforma do Ensino Médio, dadas pelo consultor da **Diretoria de Articulação e Apoio às Redes de Educação Básica (DARE)**, do Ministério da Educação

(MEC), o senhor João Rodrigues Quaresma Neto, em audiência pública sobre o PNLD 2021 com os representantes do mercado editorial:

SD4–[...] Por que que **essa obra ela é tão [...] extraordinária?** [...] **Porque ela me ensina** duas coisas. Isso eu queria que vocês [...] tivessem muito atentos nisso. Ela me ensina a tal da **resiliência**, que a Base preconiza, no sentido de: eu preciso sonhar, mas eu preciso também ter pé no chão. E eu... **Caso o meu projeto de vida não dê certo eu preciso ter um plano B: tentar outra coisa.** E não me desesperar, **porque a vida é assim:** a vida é movimento, a vida é inconstância. Existem os imponderáveis da vida cotidiana. **E isso tem que tá (sic) nesse livro.** De: não, beleza, eu queria isso, mas eu não consigo, eu vou fazer outra coisa. Ou, não sei... É... **Eu queria fazer um curso superior, mas eu não tenho dinheiro para pagar. Então, eu vou fazer outro curso** que me... **Isso tudo é a construção de um [...] de um jovem resiliente**, ou seja, que é aquele que é capaz de sofrer um baque e levantar. Então, esses projetos, eles têm que ter planos B, planos C... E que tudo bem: tudo bem falhar, tudo bem mudar de rota... Mas a ideia de que você tenha entendimento de que **a frustração faz parte da vida** (Quaresma Neto, 2019, online, 1h01min46seg a 1h02min27seg, grifos nossos).

Conforme orientado por Quaresma Neto às editoras, as obras didáticas Projeto de Vida, que são centrais no Novo Ensino Médio, devem auxiliar na construção de um jovem que consiga adaptar-se às mazelas da ordem social vigente como se elas fossem naturais e insuperáveis no plano social. Ao invés de problematizar as desigualdades de oportunidades e analisar criticamente os limites e as possibilidades individuais e coletivas no interior da sociedade capitalista, o discurso da resiliência e do empreendedorismo como alicerces dos projetos de vida tenta naturalizar a ordem social vigente, apresentando-a como a alternativa societária possível, cabendo aos jovens estudantes entender

que sucesso e fracasso não apenas fazem parte da vida, como dependem apenas das escolhas individuais. Assim, como observam Castro, Gawryszewski e Dias (2022, p. 19, grifos dos autores):

Torna-se evidente a lógica do *aprender a se virar* em uma conjuntura difícil, de crise do capitalismo, na qual a juventude deve aprender paulatinamente a não se enxergar em sua condição de classe trabalhadora, para ver-se como empreendedora. Isso significa ter nas escolas conhecimentos subordinados às necessidades individuais de *geração de renda*, realizar apenas *objetivos pessoais*, o que, por sua vez, obstrui sobremaneira qualquer possibilidade crítica à ordem social.

Pelo exposto, entendemos que o discurso da resiliência e do empreendedorismo materializado na BNCC, além de apelar ao pragmatismo do conhecimento e à subordinação do currículo às demandas individuais, reforça o individualismo e o imediatismo. Mais que isso: entendemos que ele busca naturalizar a ordem social vigente, tomando os jovens brasileiros como um grupo homogêneo de iguais e dando-lhes total responsabilidade pela construção de seu sucesso ou insucesso. Com isso, esse discurso tenta apagar a realidade de classes vivida pelas juventudes do Brasil no cotidiano social de cada uma, bem como os limites postos, por essa realidade, à ascensão social delas.

Pensamos ser importante explicitar que, ao mencionarmos a realidade de classes, estamos apontando para relações sociais como as de gênero, de trabalho, de estudo etc., às quais os jovens brasileiros estão submetidos e que geram uma limitação ao acesso a bens materiais, culturais e intelectuais por parte daqueles pertencentes à classe trabalhadora. Nesse sentido, destacamos que à medida que o discurso de resiliência e empreendedorismo, presente na Reforma do Ensino Médio e na BNCC, evidencia as potencialidades do sujeito individual com sua pseudocapacidade de se autodeterminar na história, ele silencia proporcionalmente a luta de classes, bem como os mecanismos de opres-

são e reprodução desse modelo antagônico de sociabilidade burguesa a serviço do Capital na sociedade brasileira.

| 3. **Considerações finais**

Ao longo desse capítulo, procuramos demonstrar que o discurso de resiliência e empreendedorismo materializado na BNCC produz efeito de sentido de naturalização da ordem social vigente na construção dos projetos de vida da juventude brasileira.

Como destacamos em Melo e Santos (2022), entendemos ser importante reafirmar aqui que, por si só, não vemos problema na justa e necessária discussão, com os adolescentes e jovens estudantes, de seus anseios e perspectivas de futuro nem no reconhecimento do empreendedorismo e da resiliência como temas de estudo e/ou práticas de vida. O problema está na redução dos projetos de vida da juventude brasileira à lógica perversa da adaptação flexível, da auto-empregabilidade e da resignação em uma sociedade estruturalmente desigual, como se essa fosse a única alternativa possível. Neste sentido, concordamos com Castro, Gawryszewski e Dias (2022) que,

Por óbvio, estamos cientes de que as iniciativas empreendedoras não só têm origem pela burguesia, como são apoiadas por expressivo segmento da classe trabalhadora, até porque existe uma base material que permite sustentar que um contingente significativo da população garante a sua subsistência a partir de empreendimentos próprios. Aqui, contestamos que o empreendedorismo seja o horizonte para garantir um futuro mais próspero economicamente àqueles que vivem da sua própria força de trabalho, e que também seja capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico do capitalismo dependente brasileiro (Castro; Gawryszewski; Dias, 2022, p. 10).

Noutras palavras: o que problematizamos, nesse capítulo, é o discurso de naturalização da ordem social vigente materializado na BNCC e na reforma do Ensino Médio como se não existisse possibilidade de vida para além da resiliência e do empreendedorismo. E esse trabalho de desvelamento e contestação dos discursos hegemônicos no âmbito das políticas educacionais é, a nosso ver, uma das formas de luta e construção de sentidos para além do Capital.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 de fevereiro de 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

CASTRO, Matheus Rufino; GAWRYSZEWSKI, Bruno; DIAS, Catarina Azevedo. A ideologia do empreendedorismo na reforma do Ensino Médio brasileiro. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, mai.–ago. 2022.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira**: o simulacro de um discurso modernizador. Maceió: Edufal, 2007.

BITTENCOURT, Jane. A Base Nacional Comum Curricular: uma análise a partir do ciclo de políticas. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 14., 2017, Curitiba. **Anais eletrônicos** [...]. Curitiba: PUC-PR, CIERS-ed, FCC, 2017. p. 553-569.

DIAS, Graziany Penna. **Empreendedorismo, educação e sociabilidade**: a reprodução do indivíduo como sócio majoritário de si. 2019. 567 f. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

MELO, Valci.; SANTOS, Lavoisier Almeida dos. A (in)adequação da formação acadêmica dos autores das obras do objeto 1 do PNL 2021 aos componentes curriculares do Ensino Médio. **Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS**, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2022.


ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

QUARESMA NETO, João Rodrigues **Audiência Pública PNLD 2021**. Brasília, 03 de outubro de 2019. Publicado pelo canal FNDE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SriWT2O3s3Q>. Acesso em: 26 maio 2021.

SILVA, Rossieli Soares. Apresentação. *In*: BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2018, p. 5.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ANÁLISE DE DISCURSO: GESTOS DE RESISTÊNCIA À LÓGICA DO CAPITAL A PARTIR DO NORTE DO BRASIL

Juciele Pereira Dias
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Élcio Aloisio Fragoso
Universidade Federal de Rondônia

| 1. Considerações iniciais

De diferentes formas, historicamente, a questão dos processos de produção dos conhecimentos se faz presente em políticas públicas de ensino de línguas e mais recentemente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outros documentos a ela correlacionados. Inscritos de certo modo em uma lógica do capital da atual conjuntura sócio-histórica do neoliberalismo, esses processos têm demandado por gestos de resistência de diferentes ordens que, por sua vez, só se produzem a partir de gestos de leitura, de interpretação. De tempos em tempos há mudanças nas políticas de educação e políticas linguísticas e esse discurso da mudança se faz por uma adaptação da estrutura linguística em relação às condições sócio-históricas vigentes de algum documento de referência na atualidade, a exemplo de recentes reformulações

de currículos da educação básica e da graduação, mas que também afetam a pesquisa e a pós-graduação *stricto sensu* pelas demandas de produção de conhecimento, de formação de professores e de pesquisadores no Brasil. Considerando que o texto documental da BNCC não apresenta referências bibliográficas (cf. Dias; Nogueira; Souza, 2021), em sua textualidade complexa há uma dispersão de terminologias que nos leva a perguntar: essas não estariam representando algo da própria discursividade da pesquisa e da formação de pesquisadores do século XXI? E por uma terceira via, perguntamos: De que maneira o próprio enlaçamento entre pesquisa e educação, formação de pesquisadores e formação de professores pode produzir deslocamentos nos processos de produção de conhecimento? Por outro lado, caberia confrontar com a pergunta sobre como a conjuntura atual da lógica do capital determina esses processos de produção dos conhecimentos?

Nessa perspectiva é possível questionar sobre como as terminologias de conhecimentos produzidos na área das ciências humanas e da linguagem dissimulam sentidos dessa formação discursiva da área em uma formação discursiva neoliberal (cf. Dias; Nogueira; Fonseca, 2023). Para essas e outras possíveis perguntas não pretendemos trazer respostas, mas problematizamos o próprio modo como as perguntas são produzidas e tocamos em caminhos de possíveis sentidos correlacionados a elas, que são constitutivas desta nossa reflexão sobre os gestos de resistência à lógica do capital nos processos de produção do conhecimento científico na universidade e seus efeitos na formação de pesquisadores e de professores.

Por essa via, nos últimos anos vem sendo produzida uma problematização que tem por base os gestos de leituras sobre a maneira como os próprios processos de produção dos conhecimentos e de formação de professores e pesquisadores são afetados por demandas utilitaristas do capitalismo neoliberal, as quais reduzem o conhecimento a pacotes de informações, a técnicas aplicáveis, em nome de certa flexibilidade para juntar/unir para aumentar ou reduzir, tal como

vem sendo discutido por Dias e Nogueira (desde 2017), Orlandi (2014), Sobrinho, Araújo e Araújo (2023), Fragoso e Oliveira Júnior (2023). Para isso, vamos produzir uma reflexão sobre como nossas pesquisas, atividades acadêmicas, estão se inscrevendo enquanto relações de trabalho voltadas para professores e pesquisadores em formação, enlaçados em uma rede de produção de conhecimento instituída a partir do Grupo de Pesquisa Conhecimento, História e Língua (GPeChEli) na UNIR. Trata-se, sobretudo, de um grupo de relações de trabalho interinstitucional¹, com a efetiva participação de docentes, discentes e técnicos que não se rendem às evidências de classificações burocráticas e promovem condições de possibilidade de que o sujeito em formação se aproprie do conhecimento, de modo a constituir-se enquanto sujeito autor na relação com o outro e com os outros de outros lugares, outras temporalidades.

| 2. A constituição de um espaço de produção do conhecimento

Para este estudo, voltamo-nos a uma leitura sobre a singularidade da maneira como se dão os processos de produção do conhecimento em História das Ideias Linguísticas no seu encontro com a Análise de Discurso na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), uma instituição pública da região norte do Brasil, criada pela Lei n. 7011 de 8 de julho de 1982. Se considerarmos que as universidades brasileiras passaram a ser criadas nas décadas de 1920 e 1930 nas cidades do Rio de Janeiro (então capital do Brasil)² e de São Paulo e a pós-graduação em Letras e Linguística teve início nas décadas de 1960 e 1970 em Brasília (nova capital do Brasil, nova universidade) e no Rio de Janeiro, é recente a fundação da UNIR em uma capital e de sua pós-gra-

1 Não falamos em redes de pesquisa, mas em relações de trabalho que se dão de diferentes maneiras (projetos, grupos de pesquisa, coorientações, coautorias, organização de eventos etc.), dando forma a práticas científicas de produção do conhecimento.

2 Dias (2009) analisa a relação entre os processos de produção do conhecimento linguístico e os gestos de institucionalização da Linguística e de fundação das primeiras universidades brasileiras.

duação em Letras no século XXI ou ainda em Ciências da Linguagem nos anos 1990 se comparada ao sistema implementado no sudeste ou na capital do país. Há, de certa forma, uma produção de consenso sobre o que é diverso, o que nos leva a questionar sobre como são produzidos os sentidos de diferenças de climas, de línguas, na fauna e na flora do norte ao sul do país e de que modo essas diferenças se inscrevem nos processos de produção do conhecimento científico na área das humanidades e da linguagem? E como a lógica do capital determina esses processos de inscrição? Trataremos neste trabalho mais de trazer pontos possíveis de gestos de leitura produzidos nas práticas de trabalho, de pesquisa, pelo coletivo do GPeCheli, sediado na UNIR, mas proposto institucionalmente como uma via para produzir intervenções nesse sistema de produção de evidências sobre o efeito de unidade (modelo) dos próprios processos de produção de conhecimento sobre a língua, sobre a formação do sujeito nas universidades brasileiras.

A referência dos gestos fundadores das universidades, da Linguística no Brasil e dos seus cursos de pós-graduação está relacionado ao fato de problematizar as formas como os sujeitos e as produções de conhecimento do norte comparecem quase reduzidos à posição de objeto de conhecimento, de colaboradores, uma realidade que advém dos processos de colonização (Dias; Souza; Nogueira, 2022) e seus modelos dominantes, entretanto deve e vem sendo ressignificada no século XXI por pesquisadores do norte e o modo como suas relações se dão com pares.

É do lugar de pesquisadores e professores das ciências da linguagem e que atuam na formação de sujeitos e também de pesquisadores, com nossas inquietações voltadas às políticas linguísticas, que, por sua vez, são significadas nas políticas de educação linguística e são significadas na própria ordem das diferenças presentes no espaço de constituição do sujeito brasileiro na universidade que se deu a organização do Grupo de Pesquisas Conhecimento, História e Língua (GPeCheli) no ano de 2017, em torno da organização do I Encontro Nacional

em Análise de Discurso (Enadis), realizado na UNIR (Oliveira Junior, 2018). Há muitos caminhos para se chegar a esse encontro entre pesquisadores e pesquisadores em formação que se lançaram no desafio de criar condições de possibilidade para uma produção de conhecimento no coletivo, voltado à formação de professores de língua e de pesquisadores em Análise de Discurso. Essa relação se deu tendo por base um processo de formação de pesquisadores no Sudeste, em torno de projetos que faziam parte do Programa de Pesquisa em História das Ideias Linguísticas da Unicamp e estavam presentes em diferentes instituições brasileiras, de diferentes regiões.

Na UNIR, antes de 2017 havia pesquisadores vinculados a diferentes perspectivas teórico-metodológicas denominadas de Análise de Discurso (Amaral *et al.*, 2015; Sampaio; Nogueira; Pimentel, 2018), entretanto o gesto produzido a partir de tal ano veio a consolidar um espaço de trabalho na Análise de Discurso na perspectiva teórico-metodológica de Michel Pêcheux, tal como vem sendo desenvolvida por Eni Orlandi desde os anos 1970 no Brasil. Daquele encontro destacamos a frente de trabalho mobilizada pelo Prof. Dr. Élcio Aloisio Fragoso juntamente com seu então orientando Carlos Barroso de Oliveira Junior (UNIR) em parceria com a Profa. Dra. Juciele Dias (CAp-UERJ), que era professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Univás, então sob a coordenação de Eni Orlandi. E fizeram parte desse trabalho o Prof. Dr. Rodrigo Oliveira Fonseca (UFSB) e a Profa. Dra. Ana Claudia Fernandes Ferreira (IEL-Unicamp), dando uma forma própria a um modo de se trabalhar com os processos de produção do conhecimento, pela língua, na sociedade e na história.

Das pesquisas em História das Ideias Linguísticas, na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso de Michel Pêcheux (1982) e de Eni Orlandi (1983), propomos uma compreensão dos processos de produção de sentidos sobre o que tem sido denominado de “diversidade brasileira” em diferentes objetos históricos de conhecimento, sobre as línguas do/no Brasil e sobre a sociedade. Nosso olhar

inicialmente se voltou para atividades nos estados de Minas Gerais e de Rondônia, mas enlaçados em parcerias com pesquisadores de outros estados como Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Amazonas. Perguntávamos se os sentidos de diversidade, de diversidade linguística, eram os mesmos no Norte e no Sul? No Nordeste, no Centro-oeste, no Sudeste? Quais os efeitos de sentido de “unidade” nas políticas linguísticas e políticas acadêmico-científicas no Brasil? Como significa o batimento “unidade” e “diversidade” nessas políticas?

Ressalta-se a importância de uma reflexão sobre a língua e o conhecimento produzido sobre a diversidade na história do Brasil, tomando as leis e as instituições onde elas são formuladas, em espaços discursivos tais como patrimônios culturais e turísticos como: a Estrada de Ferro Madeira Mamoré (Rondônia), o Rio Madeira (Rondônia), a Serra da Mantiqueira (Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro), etc., enquanto lugares políticos, de sentidos em disputa, interpretados, instituídos e significados, pelo trabalho com a memória e de arquivos, mas que também demandam por uma compreensão sobre o próprio dessa divisão social do trabalho científico. A contribuição possível diz respeito ao seu aspecto diferenciado de trabalho de leitura do arquivo sobre a diversidade brasileira: um mapeamento das produções de políticas públicas sobre as línguas brasileiras e outras línguas presentes no Brasil, bem como as diferentes manifestações linguísticas (e também de outras materialidades) na sociedade e na história (músicas, contos, causos) divulgando-os sob a forma de produções audiovisuais (documentários). Trazemos a proposta de inserir nas discussões a questão do sujeito no momento histórico em que vivemos, ou seja, momento em que há evidências de que todos estão em relacionamentos na ordem do digital, todavia outras formas de manifestações não lógicas se fazem presentes nas fronteiras entre diversidades de línguas (co)oficiais, línguas do urbano, da floresta, da serra, na sociedade e na história. Trata-se, diríamos, de um gesto de produção no coletivo que funciona como instrumento de luta te-

órico-política, a fim de intervir nas práticas históricas visando a uma sociedade para além do capital. Como resultados parciais dessas pesquisas contamos com o livro **Língua, conhecimento e história**, publicado em 2022, sob a organização de Élcio Fragoso (UNIR) e Juciele Dias (UERJ), com apresentação de Rodrigo Fonseca (UFSB) e textos de Eni Orlandi (Unicamp), Carlos Barroso de Oliveira Junior (UNIR), Luiz Carlos Martins de Souza (UFAM), Mara Genecy Centeno Nogueira (UNIR), Sônia Maria Gomes Sampaio (UNIR), Ana Cláudia Fernandes Ferreira (Unicamp), Tania Conceição Clemente de Souza (MN-UFRJ), Quesler Fagundes Camargos (UNIR) e Atilio Catosso Salles (UNIVÁS). São pesquisadores que participaram de atividades do GPeCheli promovidas entre 2017 e 2019, antes da pandemia. Dentre as atividades destacam-se: Enadis- Encontro Nacional em Análise de Discurso (duas edições³), SIMCHEL–Simpósio Conhecimento, História e Língua (3 edições⁴), coorientações, bancas de defesa, organização de Anais de evento etc.

Ao propormos, assim, como objeto de estudo as ciências humanas, recortando a produção de conhecimento em nossa atualidade sobre a diversidade social e linguística brasileira na região Amazônica, estamos dando visibilidade a um dizer que é representado imaginariamente como científico em condições de produção específicas. Sob o nome de ciências humanas (uma das grandes áreas do conhecimento atual) uma prática de produção do conhecimento descreve/interpreta a diversidade social e linguística brasileira constituindo um arquivo sobre esta questão no campo disciplinar específico da linguística. Trata-se de uma questão posta fortemente em Programas de Pós-Graduação, acadêmicos e profissionais, em Letras e Linguística, em nível de mestrado e doutorado, na região Norte ou em projetos e pesquisas voltados ao Norte. Com o GPeCheli e, por sua vez, com o Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Letras da UNIR, fazemos

3 Sobre edições do Enadis, acessar: <https://enadis.unir.br/>.

4 Sobre edições do SIMCHEL, acessar: <https://enadis.unir.br/pagina/exibir/13819>.

um recorte de nossa pesquisa em um Projeto maior que trata também das práticas de produção de conhecimento de pesquisadores por outros estados brasileiros, o que é diferente de dizer que esses pesquisadores são de outros estados brasileiros. E passamos a nos questionar: os espaços discursivos e os lugares institucionais de formação determinam as diferenças, o que é diverso, os próprios sentidos de diversidade? Como a temporalidade se inscreve nessa historicidade desses espaços discursivos, determinados pelas diferentes condições de produção de sentidos? E a conjuntura do neoliberalismo, como incide sobre os processos de produção de sentidos nesses coletivos de trabalho?

É constitutiva da formação de pesquisadores e de professores no século XXI a mobilidade acadêmica nacional e internacional que incidem sobre as formações imaginárias de pertencimento a x ou y instituição ou a w ou z orientador, pesquisador, professor. Poderíamos colocar essa mobilidade possibilitada por diferentes programas de agências de fomento tais como o antigo Programa de Doutorado com Estágio no Exterior (PDEE até setembro de 2011), substituído pelo Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE); Ciências sem Fronteiras, Convênios Nacionais e Internacionais, coorientação de mestrados e de doutorados, bem como as políticas de expansão e de interiorização da educação superior no Brasil o que possibilitou um aumento progressivo de jovens com graduação e em busca de continuar seus estudos, suas pesquisas na pós-graduação e recém doutores se institucionalizarem. Entendemos, por conseguinte, que a produção de conhecimento em universidades brasileiras, por meio de seus Programas de Pós-Graduação, constitui a representação imaginária do científico em condições reais de produção de um determinado momento na história. Esta questão compreende também, a nosso ver, a prática teórica das ciências humanas na universidade no momento atual em que a crise estrutural do capital tem aumentado as relações de exploração mesmo do Estado sobre a classe trabalhadora. Essas relações se apresentam de formas veladas muitas vezes como incentivos à pesquisa

com dedicação exclusiva do pesquisador em formação (bolsista) de iniciação científica ao pós-doutorado, sem quaisquer garantias presentes de estabilidade ou futuras na ordem do *mercado-lógico*.

Há um imaginário que confunde formação com capacitação ou remuneração presente/futura, não compreendendo que a formação está na relação com o trabalho e não com o mercado, ou seja, pela formação podemos não tão somente saber como demandar por condições de trabalho, mas também de produzirmos condições de trabalho ao transformar os modos atuais de produção no coletivo. As relações entre Linguagem, Educação, Trabalho e História são basilares dessa problematização e da própria base epistemológica da Análise de Discurso.

Considerando o contexto epistemológico da Análise de Discurso na França, na década de 60, Luciana Nogueira e Mariana Cestari (2013) anotam:

A questão do revisionismo no marxismo então se direcionava ao tema da leitura na proposição do confronto do teórico com o político. Era essencial (re)ler O Capital, dizia Althusser (Orlandi, 2012). Para um grupo de pesquisadores militantes ou próximos do Partido Comunista Francês, à época, seria necessário a transformação da prática teórica das ciências humanas. No calor da conjuntura de Maio de 68, Pêcheux (1969), a partir da análise da conjuntura de irrupção dos movimentos sociais e universitários franceses, defende a posição de que mudar o lugar da ciência como produtora de instrumentos conceituais a serviço do sistema de dominação implicava romper com as bases do trabalho científico e da dualidade homem/técnica. O desafio era de operar uma “mudança de terreno”. A contestação do discurso positivista dominante deveria conduzir a um trabalho de redefinição das categorias que constituem o campo das ciências humanas (e não simplesmente despolitizar ou “superpolitizar” a ciência), o que exigia reconhecer e conhecer essas bases (Nogueira; Cestari, 2013, p. 1).

Neste sentido, que relação a Análise de Discurso de filiação materialista estabelece com as ciências humanas? Essa pergunta continua atual desde o momento em que esta disciplina é fundada por Michel Pêcheux, na década de 60 do século passado. E em diferentes momentos de sua constituição e formulação teórica, na França, com Pêcheux, a Análise de Discurso se confronta com a necessidade de abrir conjuntamente a problemática do simbólico e do político. Na produção de conhecimento da/sobre a Análise de Discurso, a noção de leitura adquire o sentido da produção de um dispositivo teórico.

Um trabalho que coloca como questão a reflexão sobre as ciências da linguagem, as ciências humanas em seu momento atual devem descrever as categorias constitutivas do campo dessas ciências, de modo que isso, conforme Pêcheux (2014, p. 181)⁵, não poderá se efetuar se não produzindo efetivamente resultados científicos sobre estas bases, o que exige ao mesmo tempo que se os *conheça* e que se os *reconheça* como bases. Para além de encontrar soluções ou ditar resultados para o trabalho com essas ciências e a produção de conhecimento nesta área, pensamos, como Pêcheux (Idem), que é preciso analisar discursivamente problemas a resolver ali onde se crê, às vezes, encontrar soluções. Pêcheux (2014) defende que:

Todo um trabalho de desintrincação é então necessário para traçar, no conjunto das ciências humanas e, ao mesmo tempo, no interior mesmo de uma disciplina, a linha de demarcação entre o que diz respeito à *força do trabalho* enquanto elemento humano do processo de trabalho, e ao que concerne às *relações sociais de produção* e seus efeitos político-jurídicos e ideológicos (Pêcheux, 2014, p. 199).

5 Considerando que estas ideias de Pêcheux que estamos retomando neste trabalho foram publicadas em texto, "As ciências humanas e o 'momento atual'", em *La Pensée* (143, 1969, p. 62-79, Paris), não tem como não articularmos essa reflexão com o contexto epistemológico do surgimento da Análise de Discurso, na França, fundada por este autor e seu grupo. Mas realçamos a atualidade desta reflexão em torno de uma temática cara para a Análise de Discurso.

Nesta direção, entendemos que:

o setor de estudo da *força de trabalho* domina atualmente aquele do estudo das *relações sociais de produção*, a tal ponto que certas questões, como aquela do assujeitamento do sujeito ao inconsciente, ou aquela da luta de classes em uma formação social, se encontram literalmente recalçadas e ‘substituídas’ por questões como a da adaptação do indivíduo a seu meio ou aquela da organização social das unidades de produção (Pêcheux, 2014, p. 199).

A questão/dificuldade que nos colocamos, então, a partir da perspectiva teórica aberta por Pêcheux (2014) é aquela da transformação das formas atuais da prática teórica das ciências humanas e, por sua vez, das ciências da linguagem. É Pêcheux (Idem) quem lança esta pergunta: Como é possível, *nas circunstâncias atuais*, estimular uma transformação? Pêcheux (2014) ainda menciona duas hipóteses que explicariam, entre outras coisas, as dificuldades de uma transformação da prática teórica nessas ciências, isto é, a intolerância do trabalho científico sobre outras bases que aquelas que o suportam atualmente. Segundo o autor:

Poderíamos dizer que na primeira hipótese, as ciências humanas se alinham, sem outra forma de processo, com a posição das *ciências da natureza*, não obstante que, na segunda, elas tendem a coincidir com um *efeito político* ao ponto de se tornarem o núcleo vital determinante (Pêcheux, 2014, p. 180).

Na primeira hipótese, teríamos a racionalidade positivista dominando o trabalho efetivamente produzido. Na segunda hipótese, a filosofia antropológica preenche o tempo cientificamente vazio da “contestação” (Pêcheux, 2014, p. 185). Seguindo ainda o que nos diz Pêcheux (2014), “esta dupla anomalia parece assim tocar em uma *crise epistemológica* na qual o ‘triunfo do pensamento positivo’ esteja

recolocado em questão” (Pêcheux, 2014, p. 180). Desse modo, a conjuntura atual abre a possibilidade de uma transformação da prática teórica nas ciências humanas e esta “mudança de base” (epistemológica) exige um trabalho de redefinição das categorias constitutivas do campo das ciências humanas. Destacando que o setor de estudo da *força de trabalho* domina atualmente aquele do estudo das *relações sociais de produção*, Pêcheux (2014) vai nos dizer que a transformação desta situação é verdadeiramente um dos objetivos primordiais da luta teórica sobre o terreno das ciências humanas, e é sem dúvida por aí que o materialismo histórico pode marcar, enquanto teoria científica, sua distinção com o que chamamos de a “Koiné” internacional (Pêcheux, 2014, p. 199). Ainda sobre esta questão, Pêcheux destaca dois papéis distintos que a “teoria marxista” tem para cumprir: o papel da *filosofia marxista* e o papel do *materialismo histórico*, sendo que pela primeira deve se dar a intervenção no modo como as filosofias espontâneas e as ideologias teóricas desenvolvem as ciências humanas, ou seja, isso traz à cena uma luta teórica, luta dos conceitos, para incidir sobre evidências de como se enunciam os problemas e não para ditar soluções ou resultados. Já no segundo papel, o materialismo histórico é tomado como o núcleo científico das formações sociais e sua transformação. Por fim, Pêcheux (2014) anota que:

Seria em vão pensar que se possa, por esse meio, induzir uma modificação imediata da *linha dominante* que caracteriza as ciências humanas atuais: não se trata de assegurar a “hegemonia” do pensamento marxista, nas condições e práticas atuais, mas sim de lhe permitir intervir efetivamente no processo de produção dos conhecimentos (Pêcheux, 2014, p. 200).

Pêcheux (2014) sugere igualmente que se observe a divisão do trabalho tal como ele existe atualmente entre o que em diferentes momentos de sua produção definiu como parte de uma cultura literária, dos literatos (solitários, autores, nomes próprios) e uma cultura cien-

tífica, dos cientistas (massificação, técnicas, anônimos). Neste sentido, a reflexão desenvolvida pelo autor no texto “As ciências humanas e o ‘momento atual’” também implica em uma modificação nesta divisão do modo como ela está posta. Estas transformações supõem, segundo Pêcheux (2014, p. 198), uma luta contra o habitual, luta cuja saída não depende somente de uma organização das instituições universitárias, reorganização/transformação, aliás, indispensável.

Não pensamos que a Análise de Discurso seja a solução para os problemas que ela aponta em relação às práticas das ciências humanas, entendidas aqui também como ciências da linguagem. A Análise de Discurso não tem como escopo “resolver problemas”, pelo contrário, ela busca compreendê-los e, dessa forma, contribuir como uma análise do gesto de interpretação investido no objeto de estudo/de conhecimento. Ou seja, ela se propõe, por outro lado, trazer à baila o modo como são colocados em evidência determinados problemas e não outros, buscando compreender como são formulados, determinados sócio-historicamente.

Em nossas relações de trabalho, de pesquisa, voltados para a formação de professores e de pesquisadores, buscamos apresentar brevemente como temos trabalhado situando nosso grupo de pesquisa na UNIR, em Análise de Discurso e em História das Ideias Linguísticas, contribuindo de maneira singular com as diferentes formas de produzir conhecimento na sociedade e na história. Mariani (2022, p. 179) observa que “A Análise de Discurso, no Brasil, tem contribuído para uma intervenção no campo das ciências humanas e sociais, como pretendia Pêcheux e tal contribuição passa pela discussão do próprio modo como se fala sobre ciência no momento em que vivemos”. Nessa perspectiva, a autora retoma a noção de *socialização* de Orlandi (2020) que é uma forma de relativizar o sentido da produção do conhecimento como mercado e, em um gesto político, trazê-la de volta para a relação do homem com a história, a sociedade e a natureza, na direção de sua transformação.

| 3. Considerações finais

Nossa reflexão buscou situar brevemente como se constitui um espaço de produção de conhecimento na Análise de Discurso formalizado enquanto Grupo de Pesquisa Conhecimento, História e Língua e sediado na Universidade Federal de Rondônia, na região norte do Brasil, por onde buscamos produzir gestos de resistência à lógica do capital que afeta a ciência e a educação brasileira. Esta lógica do capital, *mercado-lógica* (Dias; Nogueira; Fonseca, 2023), faz-se presente por modelos padronizados, advindos ainda de processos de colonização, segmentados e hierarquizados. No GPeCheli, espaço de formação de pesquisadores e de professores, as relações de trabalho entre quem é da instituição e quem é de outra instituição, quem é docente, discente, técnico, entre outros, são constitutivas na ordem administrativa, porém não sobredeterminam as posições-sujeito que cada um toma nas divisões de trabalho acadêmico, científico. Trata-se de um trabalho cooperativo, contínuo, em que as relações produzem conhecimento no espaço e no tempo das disponibilidades e possibilidades de cada um, no um a um, do um com o todo.

Observamos, em nossa leitura, que os processos de produção de conhecimento e de formação de pesquisadores e de professores são móveis⁶, significados/territorializados conforme demandas institucionais de nomeação a x instituição, mas na prática há uma mobilidade acadêmica de formação e de trabalho que ressignifica esses lugares de pertencimento. Há, sobretudo, de se salientar as demandas de interpretação dos sentidos, dos conhecimentos, produzidos pelo Norte, tendo em vista a historicidade das suas gentes no Brasil, os silenciamentos, os estereótipos. O próprio gesto de situar nossos processos de produção dos conhecimentos a partir do Norte é um gesto

6 Dizer móveis, mobilidade é sobre a possibilidade de vir a significar de outra maneira, ser outro, historicizando-se nas relações. Diferente de dizer flexível, flexibilidade, de uma formação discursiva neoliberal, o que pressupõe uma rigidez que deve se desdobrar para dar abertura a outros sentidos externos, não necessariamente inscritos ou que venham a se inscrever, historicizar.

singular de resistência à lógica do capital que reafirma grandes centros ou grandes instituições desde já legitimadas na história.

A Análise de Discurso, portanto, abre para a constituição de um saber que na conjuntura de sua fundação, e mesmo no momento atual, possibilita a transformação da prática teórica nas ciências humanas. Esta “mudança de base”, diz-nos Pêcheux (2014) exige um trabalho de redefinição das categorias constitutivas do campo das ciências humanas, trabalho que não poderá se efetuar senão produzindo efetivamente resultados científicos sobre estas bases, o que exige ao mesmo tempo que se os *conheça* e que se os *reconheça* como bases. Nesta direção, a produção de conhecimento em Análise de Discurso articulada à História das Ideias Linguísticas que praticamos na Unir, conforme explicitam nossas atividades de ensino, em realizações de projetos, em nosso Grupo de Pesquisa, em eventos que realizamos etc., se inscreve nesta proposta inaugurada por Pêcheux de intervenção no campo das ciências humanas e sociais e que trazemos para a conjuntura dos processos de produção dos conhecimentos a partir do GPeCheli.

Referências

AMARAL, Nair Ferreira Gurgel; GRANGEIRO, Glória Valladares; GABLER, Iracema.; SANTOS, Neusa Tezzari dos (org.) **Farinha pouca, meu pirão Primeiro**: à mesa com os ribeirinhos. 2. ed. Porto Velho: Temática Editora, 2015.

DIAS, Juciele Pereira. **O lugar e o funcionamento do título na obra de Joaquim Mattoso Câmara Junior**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

DIAS, Juciele Pereira; SOUZA, Tania Clemente de; NOGUEIRA, Luciana. As línguas brasileiras na BNCC: entre o real da história e a fabricação do consenso. In: FRAGOSO, Elcio Aloisio; CAMARGOS, Quesler Fagundes; FACUNDES, Sidney da Silva. **Conhecimento, Ensino e Política de Línguas na Amazônia**. Campinas: Pontes, 2022.

DIAS, Juciele Pereira; NOGUEIRA, Luciana. O político-ideológico na (nova) Base Nacional Comum Curricular: uma análise discursiva das “competências” e “habilidades”. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO–SEAD*, 8., 2017, Recife-PE. **Anais do VIII Seminário de Estudos em Análise do Discurso–SEAD**. Recife–PE: UFPE, 2017. v. 1. p. 1-6. Disponível em: https://www.discoursead.com.br/_files/ugd/27fcd2_3f01dc611229415592de82d3f90a4e72.pdf. Acesso em: 05 jan. 2023.

DIAS, Juciele Pereira; NOGUEIRA, Luciana; SOUZA, Tania Clemente. Sentidos de Línguas Brasileiras na BNCC: tensões entre imaginários de unidade e de diversidade. **Policromias–Revista de Estudos do Discurso, imagem e Som**, v. 6, n. 3, p. 318-339, set.-dez. 2021.

DIAS, Juciele; NOGUEIRA, Luciana; FONSECA, Rodrigo Oliveira. O empreendedorismo na textualidade da BNCC. *In: RODRIGUES, Andréa; DEUSDARÁ, Bruno; DIAS, Juciele Pereira (Org.). Discursos em análise do no presente*. Curitiba-PR: Editora CRV, 2023.

GRIGOLETTO, Evandra; MARIANI, Bethania. Entrevista com Eni Orlandi. **Revista da Abralin**. v. 19, n. 3, p. 247-268, 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1778>. Acesso em: 5 jan. 2023.

FRAGOSO, Élcio Aloisio; OLIVEIRA JUNIOR, Carlos Barroso de. Sobre os efeitos de sentido de literatura na BNCC: os anos finais do ensino fundamental. *In: RODRIGUES, Andréa; DEUSDARÁ, Bruno; DIAS, Juciele Pereira (org.). Discursos em análise do/no presente*. Curitiba-PR: Editora CRV, 2023.

MARIANI, Bethania. As ciências humanas, a Análise do Discurso e o momento atual: discursos sobre ciência aberta, políticas públicas e periódicos científicos. **Policromias–Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, v. 7, n. 3, p. 164-181, set./dez. 2022.

NOGUEIRA, Luciana; CESTARI, Mariana, J. Análise de Discurso e militância política. *In: SEMINÁRIO EM ANÁLISE DO DISCURSO*, 5., Porto Alegre, 2013. **Anais do VI SEAD (2013)–1983-2013 Michel Pêcheux: 30 anos de uma presença**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

NOGUEIRA, Luciana; CESTARI, Mariana, J. Análise de Discurso e militância política. *In: BARBOSA FILHO, Fábio; BALDINI, Lauro J. S. (org.). Análise de*

Discurso e Materialismos: prática política e materialidades. Campinas–SP: Pontes Editores, 2018. p. 115-138.

ORLANDI, Eni. Formação ou Capacitação? Duas formas de ligar sociedade e conhecimento. *In:* FERREIRA, Eliana.; ORLANDI, Eni. (org.) **Discursos sobre a inclusão**. Niterói: Ed. Intertextos, 2014.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. 2. ed. Campinas: Pontes, [1983] 1987.

OLIVEIRA JÚNIOR, Carlos Barroso de. **O processo de institucionalização do direito à língua:** uma análise discursiva dos sentidos de línguas (co)oficiais em legislações municipais brasileiras. 2018. 137f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir), Porto Velho, 2018.

PÊCHEUX, Michel. As ciências humanas e o “momento atual”. *In:* PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso–Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Ler o Arquivo Hoje. Tradução: Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. *In:* Orlandi, Eni (org.). **Gestos de Leitura**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 55-66.


SAMPAIO, Sônia Maria Gomes; NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno.; PIMENTEL, Marília Lima. **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas: NEPO, 2018.

SOBRINHO, Helson Flávio da Silva; ARAÚJO, Juliana Tereza de Souza Lima; ARAÚJO, Micilane Pereira de. Ideologia de mercado e educação: uma análise discursiva sobre “projeto de vida” no Novo Ensino Médio. *In:* RODRIGUES, Andréa; DEUSDARÁ, Bruno; DIAS, Juciele Pereira (org.). **Discursos em análise do/no presente**. Curitiba-PR: Editora CRV, 2023.



PARTE II

CLASSE, GÊNERO E RAÇA NO CAPITALISMO



DISCURSO DE ÓDIO NA POLÍTICA BRASILEIRA E SEUS EFEITOS DE SENTIDO NA REPRODUÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA

Belmira Magalhães
Universidade Federal de Alagoas
Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante
Universidade Federal de Alagoas

Eu quisera ser claro de tal forma
Que ao dizer: Rosa!
Todos soubessem o que haviam de pensar.
Mais: quisera ser claro de tal forma
Que ao dizer – Já!
Todos soubessem o que haviam de fazer.
(Geir Campos)

| 1. O objeto a ser investigado e o caminho teórico a trilhar

Este artigo está filiado à perspectiva da Análise do Discurso materialista e, conseqüentemente, implica realizar “uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar ‘as práticas linguísticas’” (Pêcheux, 2009, p. 24). Nessa direção, nosso

objetivo é analisar como se dá a articulação do discurso de ódio, hoje cada vez mais em “evidência” no Brasil, com os interesses de reprodução do capital.

A Análise do Discurso de perspectiva pecheutiana, por seu caráter materialista, articula o discurso e suas condições sócio-históricas de produção. As condições sócio-históricas de produção instalam determinados processos de produção de sentidos possíveis e/ou impossíveis em dado momento histórico, em suas relações com as lutas de classes. Em nosso entendimento, os discursos que iremos analisar são possíveis no sistema capitalista, em razão da forma de ser da sociedade sob a ordem do capital, pois seus fundamentos estão na propriedade privada, na exploração da classe trabalhadora, na produção de mercadorias e na lógica do lucro. Além disso, para refletir sobre esses discursos, há de se considerar a existência de uma crise econômica estrutural cada vez mais profunda, que impõe formas de produzir sentidos sobre determinados sujeitos e práticas sociais, para manter a reprodução da lógica do capital.

Dessa forma, para continuar dominante, o sistema capitalista tende a buscar o aumento de seus lucros através da exploração da classe trabalhadora, produzindo determinadas ofensivas que atingem os seres humanos, intensificando a exploração, reproduzindo desigualdades, violências e mortes. Nessa direção, podemos compreender que a crise capitalista tem implicações fortes nas condições de produção do discurso de ódio que iremos analisar mais à frente.

O discurso como o entendemos, conforme Pêcheux (2014), enquanto efeitos de sentidos entre interlocutores em determinadas condições de produção, funciona ideologicamente nas práticas sociais. Cabe destacar que seu funcionamento se produz de forma dialética, isto porque o discurso é efeito (tem sua gênese nas práticas sociais) e produz efeito de retorno sobre essas mesmas práticas, reproduzindo-as ou transformando-as.

Essas práticas materiais e ideológicas expressam “a contradição do funcionamento da reprodução/transformação que constitui a luta de classes” (Pêcheux, 1996, p. 146). É dessa perspectiva que estamos mobilizando a noção de discurso em relação às classes sociais, pois como diz Pêcheux todo discurso se inscreve em relações de classes.

No tocante ao discurso de ódio podemos compreendê-lo como uma face das lutas de classes em determinadas condições sociais. São discursos que desqualificam e violentam determinados sujeitos; no caso em estudo, estamos a nos referir aos discursos que discriminam e violentam os negros, as mulheres e as pessoas LGBTQIA+¹, como na materialidade produzida em uma entrevista do então candidato à presidência em 2018. **“Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitada da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense”** (Jair Bolsonaro, candidato à presidência, em entrevista, em 2018).

O efeito ideológico e material desse discurso é continuar a submeter essas pessoas à exploração, como mão de obra mais barata ou mesmo tomá-los/as como sujeitos passíveis de eliminação (extermínio), muitas vezes sob o discurso que diz defender a “família”, a “segurança” e a “moral” daqueles que são “humanos direitos”.²

Assim, numa conjuntura histórica em que a pobreza e o desemprego crescem exponencialmente, reproduzir e disseminar o ódio parece ficar mais fácil, quando legitimado pelo representante do poder do Estado, pois o outro é tido como inimigo, uma ameaça ou mesmo um perigo para o “bem-estar” dos sujeitos em posição de dominação.

Para o presente estudo, selecionamos alguns dizeres de Jair Bolsonaro, antes e depois de sua eleição a presidente em 2018, como

1 Adotar-se-á, neste artigo, a sigla LGBTQIA+ para designar os sujeitos que se identificam com os discursos e as expressões Lésbicas, Gays, Trans, Queer, Intersexual e Assexual/Agênero, o sinal de mais destaca a necessidade de se considerar outras expressões sexuais que, por mera questão notacional, não se veem representadas na sigla.

2 Segundo o presidente e seus ministros, só “os humanos direitos merecem direitos humanos”.

“exemplares” da materialização do discurso de ódio em circulação na sociedade brasileira. Em termos metodológicos não se trata de tomar esses discursos como espaço fechado, principalmente, porque o nosso foco não é o Presidente da República, mas os efeitos de sentido de seus discursos, pois ao ocupar o lugar de poder mais importante do Estado brasileiro, seus pronunciamentos, enquanto tomadas de posição assumidas (sempre posições ideológicas), abrem caminho, ou mesmo, favorecem a reprodução e disseminação de discursos de ódio e de ações beligerantes em toda a sociedade, tais como: o aumento da homofobia, do feminicídio, do racismo etc.

Os conceitos de condições de produção, formação ideológica, formação discursiva, ideologia e sujeito do discurso serão os norteadores das análises.

2. As condições de produção do discurso de exaltação ao ódio

Partimos do enfrentamento por que passa o sistema capitalista, em razão de uma crise econômica estrutural que se mostra cada vez mais duradoura e profunda. A crise de 2008 ainda não foi totalmente debelada e, provavelmente não será, pois os dados econômicos mostram novas crises se formando.

Mas o que, afinal, significa uma crise do sistema capitalista? Significa diminuição do lucro dos capitalistas. E como se estabelece o lucro capitalista? A partir da exploração dos trabalhadores e da exploração do meio ambiente. As manobras dos países desenvolvidos para se servir dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos estão mais claras. Como exemplo entre nós, temos o enaltecimento do agronegócio, que desmata nossas florestas, e a quebra das indústrias já estabelecidas³.

3 Em três anos, 13,8 mil indústrias foram fechadas no Brasil, aponta o IBGE (G1 – O portal de notícias da Globo).

O Brasil está novamente se tornando o que era no período colonial, ainda que de formas diferentes: exportador de produtos agrícolas e pecuários que valem muito menos no mercado, com uso da mais-valia absoluta, que explora a energia do trabalhador à exaustão, quando não lança mão do trabalho escravo “moderno”.

A partir de 2016, a política brasileira aprovou várias reformas: a da previdência; a do trabalho e outras mais, que permitem uma exploração muito maior dos trabalhadores. Para isso usa a ideologia da “liberdade” de escolha, de modo que os sujeitos de direitos se veem não mais como empregados, mas como empreendedores, isto é, são seus próprios patrões. Assim, enquanto a informalidade cresce, a pobreza aumenta de forma logarítmica. Numa fase em que a produção de alimentos e de remédios daria para toda a humanidade, o que se percebe é a morte por fome e por falta de remédios e equipamentos médicos.

A ideologia individualista que afirma a liberdade de escolha aparece em todas as áreas sem analisar as condições de cada um para poder escolher. Na educação do aluno, que agora, segundo a atual reforma do ensino médio “pode” escolher o que vai estudar, sem levar em consideração a precariedade da escola pública, que não tem condições físicas para oferecer ao aluno várias possibilidades de formação consistente para enfrentar o mercado. Silencia-se para o aluno que ele não poderá fazer a “escolha” que quer a partir do que gosta, mas apenas as alternativas de que a escola dispõe. Assim, as determinações já estão dadas; todas as escolhas para o sujeito estão predeterminadas pela realidade individual e social. O apagamento é feito no sentido de direcionar e, ao mesmo tempo, proclamar a individualidade autônoma, sempre tomando o indivíduo responsável por suas escolhas.

O tipo de estratégia explícita nesse discurso é exemplar do funcionamento ideológico neoliberal, que precisa criar subjetividades que se percebam como autônomas, que acreditem que podem decidir suas vidas, sem nenhuma relação com as condições sociais, sem se

dar conta de que estão seguindo as regras que o próprio sistema determina. O chamado de várias propagandas e o apelo de programas televisivos do tipo “Você Pode” fazem parte da ideologia liberal, no sentido de dizer ao indivíduo que cabe a ele querer as coisas e conquistá-las. Se ele não o fizer, a culpa será exclusivamente dele, que fez as escolhas erradas e não das relações sociais desiguais. Essa é mais uma estratégia retórica de que se vale o discurso neoliberal para a consolidação de sua hegemonia política. É o que Silva (1996) denomina culpabilização das vítimas. Ou seja, a culpa pela pobreza, pela miséria, pela exclusão não pode ser atribuída ao modo de produção capitalista, mas às “escolhas” e “decisões” “inadequadas” dos sujeitos.

Assim, o que se tem chamado de discurso de ódio é uma pequena face das lutas de classes—desqualificando determinados segmentos como pobres, negros, indígenas, mulheres, LGBTQIA+ etc. Num momento em que a pobreza e o desemprego crescem exponencialmente, cultivar o ódio fica mais fácil, pois todos acabam vendo o outro como inimigo e como um perigo para seu bem-estar. Para que toda essa política seja realizada, a função do Estado no capitalismo é manter o sistema e não ser um árbitro neutro a julgar os acontecimentos. Assim, mantém as desigualdades e se sustenta essas contradições sociais, de modo que acabar com tais contradições resultaria em acabar com o próprio Estado.

O Estado não pode eliminar a contradição entre função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre a vida privada e pública, sobre a contradição entre interesses gerais e os interesses particulares (Marx, 1995, p. 80)

As crises do capitalismo contemporâneo mostram, cada vez mais, a assertiva da análise de Marx sobre a relação entre Estado e a sociedade civil.

Com certeza, apologistas da ordem estabelecida saúdam cada escapada da crise como uma vitória final e como a refutação definitiva do marxismo. Já que eles não podem e não vão pensar em termos históricos, também não conseguem compreender que os limites do sistema do capital podem de fato expandir-se historicamente (Mészáros, 2002, p. 586).

Na verdade, todos os poderes do Estado estão à mercê da lógica capitalista, comportando-se de formas diferentes, mas mantendo o capital como legislador de todas as ações.

| 3. O poder presidencial e os discursos de ódio

Embora criticado por uma maioria de pessoas e por algumas instituições do Estado e da vida civil, não há nenhuma ação que obrigue a Presidência da República a parar com seus discursos machistas, racistas, classistas e homofóbicos. O racismo, por exemplo, está na Constituição como crime inafiançável, mas o presidente continua a pronunciar frases de cunho racista, no entanto nada acontece de efetivo no âmbito jurídico e institucional. Os efeitos de sentido de ódios abrem caminho para novos discursos de ódio e ações beligerantes em toda a sociedade, como o aumento da homofobia, do feminicídio, do racismo etc.

Apresentamos, a seguir, algumas sequências discursivas ocorridas antes e depois da eleição de 2018.

| 4. O discurso de ódio contra as pessoas LGBTQIA+

⁴“Para mim é a morte. Digo mais: prefiro que morra num acidente do que apareça (sic) com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo.” (2011)

4 E entrevista à revista *Playboy* (2011), Bolsonaro afirmou que “seria incapaz” de amar um filho homossexual. Bolsonaro afirma que ter um vizinho *gay* desvaloriza o imóvel

“Sim, desvaloriza! Se eles andarem de mãos dadas, derem beijinho, vai desvalorizar”.

⁵ O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento dele. Tá certo?” (2010).

“Não sou obrigado a gostar de ninguém. Tenho que respeitar, mas, gostar, eu não gosto.”

“90% desses meninos adotados [por um casal gay] vão ser homossexuais e vão ser garotos de programa com toda certeza”

A Análise do Discurso de Pêcheux observa que o óbvio não precisa ser explicado pela ciência; Marx afirma, também, que se fosse só para explicar o óbvio não haveria necessidade da ciência. É sob essas perspectivas que vamos analisar as sequências discursivas que selecionamos para este artigo, isto é, “mostrar para além do óbvio”.

Vejamos as análises do conjunto dessas cinco sequências discursivas e suas referências sobre como as cenas permitiram os discursos. A primeira constatação é que o discurso pertence à Formação Discursiva Homofóbica. Isto significa que ao participar de cargos políticos que necessitam de votação, uma gama de seus eleitores deve aceitar suas ideias e, provavelmente repeti-las, resultando numa cadeia de ódio, pois o sujeito do discurso abominaria um filho gay. Para ele era melhor que morresse. É importante ressaltar que suas entrevistas são realizadas pela imprensa em geral, são viralizadas, amplamente difundidas pelas mídias.

Podemos observar que no raciocínio do sujeito do discurso a convivência em lugares em que há gays cria danos financeiros, pois, como ele afirma: “Sim, desvaloriza! Se eles andarem de mãos dadas, derem beijinho, vai desvalorizar”. A lógica capitalista, que a todos desumaniza, está clara nessa sentença. Há uma coisificação do ser social, que é

⁵ Deputado pelo PP, Bolsonaro fez essa declaração no programa Participação Popular, da TV Câmara, que discutia um projeto de lei para proibir a punição corporal na educação de crianças. À época, ele fazia parte da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Casa. Conhecida como Lei da Palmada ou Lei Menino Bernardo, a regra entrou em vigor em 2014.

visto apenas como objeto que precisa ser descartado para não acarretar prejuízo. Da mesma forma, há o discurso sobre a desvalorização de pobres e suburbanos, novos ricos, em áreas diferenciadas das classes altas.

Além disso, cabe ressaltar que, ao definir a expressão da homossexualidade como critério de desvalorização imobiliária, o então Deputado Federal, estabelece em seu discurso os espaços ou lugares dos sujeitos homossexuais, ou até mesmo os lugares de interdição, isso acontece por questões econômicas e preconceitos.

Ao delimitar esses lugares, o discurso político segrega espaços e legitima a existência de guetos, onde os sujeitos LGBTQIA+ possam se expressar, sem que isso cause prejuízos à classe dominante, mesmo que reconheçamos a existência de sujeitos homossexuais nessa mesma classe, como aqueles que se desidentificam ou se contraidentificam com os discursos de inclusão e diversidade sexual.

Os discursos em análises mostram que o ódio também se manifesta na forma de tratar o filho, caso apresente alguns atos que podem sugerir que ele pode “se tornar” um homossexual. O remédio apresentado pelo sujeito do discurso para a “cura” do “homossexualismo” é a agressão física, a surra. “O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento dele. Tá certo?” (2010). Não é por acaso que a violência contra homossexuais e o aumento de morte de travestis tem aumentado muito nos últimos anos no Brasil. O terror instituído pelo discurso violento contra a pessoa LGBTQIA+ é tanto que o país tem despontado como um dos líderes no *ranking* mundial de países que mais matam LGBTQIA+.

Para o sujeito do discurso em análise, a dimensão de país de maior destino do turismo gay seria abominável. Entretanto, se o turismo usar as mulheres, será até bom, como se vê em sua recente fala, já como Presidente da República: “Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade”. Ou seja, turismo sexual com mulheres é bom

para o país, já que elas são feitas para isso, como a *Geni* de Chico Buarque. Num só discurso, mais da metade dos seres humanos é tratada como coisas a serem usadas, abusadas, descartadas e manipuladas.

Continuando a reflexão sobre o discurso homofóbico, trazemos mais uma sequência em que o jornalista é “acusado” de ser homossexual. Temos a seguinte afirmação: “Você tem uma cara de homossexual terrível, mas nem por isso eu te acuso de ser homossexual.” (2019). O profissional que está trabalhando, exercendo sua função de jornalista, é tratado dessa forma pelo sujeito do discurso.

Nessa sequência, percebe-se a criminalização do homossexualidade que se explicita de forma acusativa. A negação torna-se uma afirmativa ao mostrar que os homossexuais têm “uma cara específica” e merecem ser denunciados e punidos por se imiscuírem entre pessoas heterossexuais – consideradas normais. O efeito de sentido desse discurso é que a homossexualidade é um crime (passível de acusação) e, por isso, o sujeito deve ser punido, retirado da sociabilidade, sem direito a exercer certas profissões. Criam-se assim guetos de empregos.

Precisamos enfatizar novamente, que não nos interessa o indivíduo que está falando, mas o lugar do presidente de um país que se diz democrata, mas declara a homossexualidade um crime que deve ser combatido por todos. A influência do cargo é muito abrangente e poderosa, pois muitos de seus adeptos já se colocaram abertamente no mesmo lugar discursivo. O número de ataques violentos a homossexuais cresceu muito em 2019, no Brasil⁶. Temos, então, nessas sequências, uma posição de discriminação da homossexualidade em geral, que gera ódio e violência.

Além disso, é preciso compreender que as expressões de sexualidades sofrem as opressões em conjunto com outras opressões em sociedade. Desse modo, vale ressaltar o entendimento de que, na for-

6 Segundo dados do Relatório Anual do Grupo Gay da Bahia, em 2018, um LGBTQIA+ é morto/a a cada 19 horas, no Brasil.

ma de sociabilidade capitalista, deve-se compreender as opressões de modo consubstancial ou coextensivo, considerando a dinamicidade das opressões. Assim, o sujeito experimenta as opressões em sociedade na medida em que se identifica e se afirma como pertencente a espaços de significação de classe, raça e gênero (incluindo diferentes expressões das sexualidades) tal como preconizam Cisne e Santos, citados a seguir.

Entendemos a importância e o desafio de não hierarquizar categorias ou mesmo relações sociais. Defendemos, entretanto, a determinação econômica, em última instância, que a classe empreende o que, para nós, não significa hierarquizar, mas reconhecer que mulheres, homens, a população LGBT, negra e indígenas são divididos entre si pela estrutura das classes sociais. Assim, embora tenham dimensões em cada um desses grupos que os identificam e os particularizam, a classe não apenas os divide irremediavelmente, como também diferencia a própria vivência das opressões. (Cisne; Santos, 2018, p. 88)

Dessa forma, a dinamicidade das opressões na sociedade capitalista ressalta o caráter regional das formações ideológicas e a porosidade das formações discursivas, que, por sua vez, nos levam a compreender as contradições do real dos discursos sobre as sexualidades e os gêneros.

| 5. O discurso de ódio contra mulheres

“Eu jamais ia estuprar você, porque você não merece.” (2003 e 2014)

Essa frase foi dirigida à deputada Maria do Rosário (PT-RS), primeiro durante uma discussão nos corredores da Câmara em 2003, diante de vários jornalistas, depois repetida em 2014, dessa vez na tribuna

da Casa. Em esclarecimento ao jornal Zero Hora. Bolsonaro disse que a colega: “não merece (ser estuprada) porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria.”⁷.

Dizer a uma colega de trabalho: “eu jamais ia estuprar você, porque você não merece” (2003 e 2014), coloca as mulheres num lugar em que todas elas “querem” ser estupradas por ele, mas nem todas “merecem”, porque são “feias”, por exemplo. As mulheres são colocadas no lugar de coisas que se escolhem numa prateleira, com o agravante de que serão violentadas. Os estupros no Brasil têm aumentado nesses últimos três anos, e discursos como esses ditos pela instituição Presidência da República são uma forma de aprovação a esse ato criminoso.

Este tipo de comportamento por parte de um deputado federal que se tornou presidente tem como efeito discursivo permitir que tal discurso se repita nas ruas das cidades brasileiras, e obsta que mulheres denunciem o acontecido e lutem para que os estupradores sejam condenados, já que o estupro é um crime que não pode passar em branco.

Ainda sobre a questão da mulher, podemos dizer que a discriminação contra a mulher não para por aí. Ela é inferiorizada também no trabalho. Vejamos a sequência que segue:

“Por isso o cara paga menos para a mulher (porque ela engravidou)” (2014)

Em entrevista ao jornal Zero Hora, Bolsonaro sugeriu que o Brasil tem muitos direitos trabalhistas e, por isso, é uma “desgraça ser patrão no nosso país”. “Quando [a mulher] voltar [da licença-maternidade], vai ter mais um mês de férias. Então, no ano, ela vai trabalhar cinco meses”, afirmou. “Quem vai pagar a conta? É o empregador.”

7 Em 2015, o então deputado foi condenado a pagar uma indenização de 10 mil reais à parlamentar petista por danos morais. Em relação ao mesmo caso, ele é réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por prática de apologia ao crime e injúria.

Em 2016, ele asseverou, em entrevista ao programa Superpop, da RedeTV, que “não empregaria [homens e mulheres] com o mesmo salário”. “Mas tem muita mulher que é competente”.

A luta pela igualdade das mulheres no trabalho é colocada pelo sujeito do discurso como injusta, já que as mulheres que “trabalham menos”, segundo ele, não deveriam receber o mesmo que os homens. A maternidade é responsabilizada pela “falta” das mulheres ao trabalho; da mesma forma, o fato de cuidar e amamentar os filhos recém-nascidos é visto como algo prejudicial ao mercado o que justifica pagar salários menores às mulheres e reduzir ou acabar com a licença maternidade.

Esse tipo de posição não leva em consideração que a licença maternidade não é para a mulher, mas para as crianças, futuros cidadãos que precisam de cuidados, como o aleitamento que só as mães podem realizar e que evita várias doenças nos recém-nascidos. Todas as pesquisas mostram que há necessidade para os bebês do aconchego da mãe, nos primeiros meses de suas vidas.

Na sequência discursiva em análise, o sujeito do discurso defende que as mulheres ganhem menos que os homens porque ficam grávidas e têm ainda quatro meses de licença e mais um de férias. Segundo o sujeito discursivo, o capitalista não aguenta o fardo financeiro decorrente de direitos trabalhistas e humanos, por isso tem de pagar menos as mulheres. “Coitado”, o patrão passa a ser o coitado, nessas relações trabalhistas.

A Constituição de 1988 estabeleceu que todos são iguais perante a lei, mas o sujeito discursivo, que se insere na formação discursiva machista e na formação ideológica do neoliberalismo, assegura que o sofredor é o capitalista e não a mulher que, na maioria das vezes, deve cuidar sozinha dos filhos, porque essa não é “uma tarefa de homens”. Assim se propaga mais discriminação e desigualdade entre homens e mulheres. A partir dessa ótica, gerar uma filha não é motivo

de orgulho, mas de fraqueza, como se pode constatar na materialidade que segue.

“Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada, e veio uma mulher.” (2017)

Essa declaração, referindo-se a seus cinco filhos foi umas das diversas frases polêmicas proferidas pelo então deputado do PSC durante uma palestra no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, em abril de 2017. Ele já havia se lançado como candidato ao Planalto.

O tratamento dado às mulheres identifica-se com a forma como os colonizadores tratavam as mulheres desde o século XVI, embasados no poder conferido aos homens pelo patriarcalismo que, na verdade, nunca abandonou o Brasil, embora os movimentos feministas tenham conseguido grandes mudanças. São muitos os exemplos que a imprensa mostra todos os dias.

Nesse momento, temos a sequência que retrata o que é ser um homem de fato. Homem que é homem deve fazer filhos homens, mas como já tinha quatro filhos e estava mais velho, pode dar uma “fraquejada” e “fazer uma mulher”. As mulheres não têm, nesse caso, nenhuma participação, é o homem que faz os filhos. Quando um pai diz que ter uma filha é um fracasso e que prefere um filho morto a um filho gay, e quando esse sujeito discursivo ocupa o maior cargo político numa República, não é de estranhar que a sociedade seja homofóbica e machista e que passe por um momento de conservadorismo que, cada vez mais, estende-se a todos os setores.

Para finalizar este item, vamos analisar as últimas sequências sobre as mulheres. Elas nos apresentam a mulher como uma Cinderela que ainda espera por seu príncipe e uma mulher profissional que gosta do “furo”, fazendo uma ligação com relações sexuais. Assim, temos a santa e a prostituta que Chico Buarque retratou numa de suas canções, e que sofrem nas posições que lhes são significadas.

“Todo mundo gostaria de passar a tarde com um príncipe. Principalmente vocês mulheres, né?” (2019)

Começamos a análise pela afirmação de que, ao falar de “todo o mundo”, o sujeito do discurso se inclui e inclui também os homens. Além disso, o que seria passar uma tarde com um príncipe? Várias interpretações podem ser feitas, mas ressaltamos a imagem da realeza que ainda, para alguns, aparece como uma coisa maravilhosa, uma imagem que traduz as posses e possibilidades de riqueza, um *status* de nobreza. Estar perto de um príncipe enaltece a pessoa, gerando um imaginário social a favor das ilusões de grandezas e *status* que a formação ideológica neoliberal repassa para toda a sociedade, mostrando que todos querem, mas só alguns podem chegar lá. A maioria não merece estar nesses lugares.

No final da sequência discursiva, o sujeito se dirige somente às mulheres: “Principalmente vocês mulheres, né?”. Voltamos aos contos de fadas que já mostraram que são apenas formas de fazer com que as mulheres não possam viver sem um príncipe, ainda que ele se transforme num sapo. A luta do feminismo no tocante à autonomia feminina esbarra nesses imaginários machistas, que ainda predominam nas sociedades patriarcais. Essa é a imagem que o governo deixa para as mulheres, contrapondo-se a suas lutas.

Assim, a interlocutora desse discurso é a mesma, que sob a égide do patriarcalismo, foi submetida a uma educação voltada para a formação de mulheres “princesas”, com comportamentos moldados ao que os homens julgam ser de mulheres corretas e “honestas” que servem para casar e constituir famílias. Nesse aspecto, os contos de fadas sempre serviram para essa educação patriarcal, ao ter como protagonistas mulheres que precisam passar por essa educação sexista e aprenderem a se comportar como mulheres dignas de ocuparem espaços “privilegiados” de submissão. As que não se submetem são desqualificadas, como podemos ver abaixo:

“Ela queria um furo, ela queria dar o furo a qualquer preço.”
(2020)

Nessa sequência, verificamos a forma de desqualificar as mulheres para que não respondam às questões postas. Após falar sobre o “furo”, o sujeito do discurso fica rindo, deslocando a profissional para outro lugar que não é o de sua profissão. O riso só tem força quando parte dos oprimidos; ele escancara o ridículo e a opressão dos dominantes, fazendo com que haja uma conscientização de toda a sociedade. O riso provocado pelos dominantes é uma forma de fugir do real da história, e silenciar.

Dessa forma, temos o “riso do outro” como estratégia de opressão de classe; de gênero e de raça. O discurso autoritário que convoca o dominante a silenciar o discurso de resistência dos sujeitos dominados. É o que podemos constatar a seguir.

| 6. Discurso de ódio contra etnia/raça

“Fui num quilombola (*sic*) em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Acho que nem para procriadores servem mais.” (2017)

Nessa sequência discursiva, o povo quilombola é tratado de forma desumana, pois o peso em arrobas destina-se aos animais. O discurso enfatiza que os quilombolas são preguiçosos, “não fazem nada”. Fechando a sequência discursiva, afirma que nem como procriadores servem, colocando-os novamente num lugar de animais.

“Não fazer nada”, “não servir”, discurso também recorrente contra os povos indígenas, compõe a “mentalidade ‘casa-grande e senzala’ no país em que, nas senzalas e nos quartos de empregada, a cor foi e é negra” (Ribeiro, 2019, p. 11). Esse discurso desloca a quilombagem do lugar de resistência negra à escravização, para um lugar de inutili-

dade-“preguiça de trabalhar” -, somada a um efeito de sentido de que negros não têm o direito de manter sua cultura, servem apenas para serviços braçais.

O que nos perturba como analistas do discurso é que um grande número de pessoas, comandadas por esses discursos, acham que deve ser assim mesmo. Esse é o efeito do discurso que se espalha pela nação, com a reprodução desses discursos nas mídias em geral. Temos uma igualdade formal e uma desigualdade real. O sistema capitalista necessita que essa ideologia racista, conservadora e classista viabilize, cada vez mais, a exploração dos trabalhadores e a produção de mais lucro (mais-valia).

No Brasil, assim como em demais países da periferia ou do centro do capital, a produção de mais valia acontece via racismo estrutural, que, conforme Almeida (2019), citado por Ribeiro (2019): “[...] não necessita de *intenção* para se manifestar”, pois o silêncio basta para tornar o indivíduo “ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo” (Almeida, 2019 *apud* Ribeiro, 2019, p. 13), o que pode ser agravado considerando-se o lugar político ocupado pelo sujeito do discurso.

| 7. O discurso de ódio na política

Para iniciarmos essas análises, precisamos primeiro entender a função do Estado na sociedade capitalista. Não há Estado neutro, pois sua função na sociedade de classes, como já dissemos, é manter as desigualdades, através de medidas que favorecem os dominantes. O capitalismo cria a democracia como uma forma de expor ideologicamente uma igualdade que não existe na prática cotidiana.

A redação da Constituição dos Estados Unidos é o exemplo clássico desse trabalho de composição de forças e equilíbrio dos mecanismos institucionais destinados a tirar o melhor que se podia tirar dele, mas ao mesmo tempo contê-lo estri-

tamente para preservar dois bens considerados sinônimos: o governo dos melhores e a defesa da ordem proprietária (Rancière, 2014, p. 9).

O que percebemos é que essa democracia, em momentos de crise que o sistema capitalista experimenta desde o final do século XX, não mais favorece as necessidades do capital. Vivemos no Brasil atual uma grande movimentação política para uma volta à ditadura. Vislumbra-se um ódio à democracia que é corroborado pelo sujeito de discurso de nossas análises.

Apresentaremos, assim, algumas materialidades que foram expostos nas redes sociais. Essas sequências foram todas produzidas pelo sujeito do discurso antes de sua candidatura à presidência da República.

“O erro da ditadura foi torturar e não matar.” (2008 e 2016)

“Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, se um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez: matando uns 30 mil, começando com o FHC, não deixar para fora não, matando! Se vai (sic) morrer alguns inocentes, tudo bem; tudo quanto (sic) é guerra morre inocente.” (1999)

“A atual Constituição garante a intervenção das Forças Armadas para a manutenção da lei e da ordem. Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo.” (1999)

Bolsonaro reiterou seu posicionamento sobre a ditadura civil-militar no Brasil em entrevista no programa *Pânico*, da Rádio Jovem Pan, em julho de 2016, repetindo a mesma declaração proferida anos antes, em agosto de 2008, numa discussão com manifestantes em fren-

te ao Clube Militar, no Rio de Janeiro. O ato, na ocasião, protestava contra militares que se opunham a uma revisão da Lei da Anistia, a fim de levar à Justiça oficiais acusados de terem cometido crimes durante a ditadura.

Em 2020 o presidente retorna a esse tema, propondo uma manifestação de seus seguidores. No dia 25 de fevereiro, o presidente compartilhou um vídeo no *WhatsApp* convocando a população para protestos a favor dos militares e do governo e contra o Congresso e o STF no dia 15 de março.

Vale ressaltar que desde que assumiu como chefe do executivo, tal sujeito tem utilizado de forma intensa as redes sociais, especialmente o *Twitter* para proferir seus discursos. Dessa forma, há uma ilusão de que o sujeito se coloca como isento por não optar pelas emissoras de maior audiência. Entretanto, mesmo com grande circulação, os discursos presidenciais se mostram carregados de sentidos que provocam o ódio e o preconceito nas redes.

Essas duas sequências produzem efeitos de sentido de culpabilização da democracia pelas mazelas da sociedade. Contraditoriamente, apresenta soluções constitucionais para tornar o país um regime totalitário. Durante os anos que antecedem as eleições de 2018, as ruas das cidades mais importantes do país mostraram várias pessoas “pedindo” a volta dos militares ao poder.

A ideologia do neoliberalismo foca no individualismo e ressalta o ódio à igualdade. Essas sequências se inserem na formação ideológica da política fascista e na formação discursiva do conservadorismo. Esta questão é de grande força, pois evidencia como as relações de classes estão mantidas de forma bastante clara, embora sejam silenciadas, o que dificulta a sua compreensão. Tudo é passado como algo “ruim” de cada pessoa. A questão da igualdade impossível resta explícita na sequência que segue.

“[O policial] entra, resolve o problema, e se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado, e não processado.” (2018) – em entrevista ao *Jornal Nacional*, da TV Globo.

Esse discurso refere-se a uma ação das polícias no Rio de Janeiro em uma favela. Nele fica explícito o ódio ao pobre, pois nas favelas não moram somente “bandidos”. O número de famílias que não pode morar em outro lugar é enorme. São todos pobres, a vida é muito difícil, mas eles reivindicam melhores condições de vida. Como na lógica capitalista o Estado é um braço fundamental para a manutenção de exploração, a fala de sujeito do discurso que é oriunda do maior posto da democracia propõe aplaudir a morte dos pobres e condecorar os militares.

Essa é a contradição do neoliberalismo: embora se fale em direitos e deveres, não se explicita o que são os deveres. Defende-se que se deve viver com desigualdades cada vez maiores e se recusa o que o sujeito do discurso chama de “privilégios”.

| 8. Considerações finais

Nossa reflexão demonstra que o Estado, nas sociedades capitalistas, acha-se a serviço das classes dominantes, mantendo uma democracia, hoje, no Brasil, que cultua a segregação de vários grupos e dos pobres em geral.

Em nossa análise, buscamos demonstrar como tais posições-sujeitos com sua perspectiva de interpretação podem produzir sentidos na conjuntura histórica, pois os discursos que analisamos estão em funcionamento na formação social brasileira em sua historicidade advindas da colonização, do patriarcado, do machismo e da escravidão. Esses traços materiais que aparecem nos discursos não são “apenas” preconceituosos, mas derivam do antagonismo de classe. Assim,

em acordo com suas determinações históricas, os processos de significação desses discursos contribuem para a reprodução do sistema capitalista.

Como vimos, não é estranho que o discurso enunciado pelo representante do Estado produza ressonâncias com repetições entre vários sujeitos, pois o Estado, nas sociedades capitalistas, está a serviço das classes dominantes, mantendo uma democracia, hoje, no Brasil, que cultua a segregação de vários grupos e dos pobres em geral. Por isso, não é à toa que a presidência e seus ministros, da mesma posição-sujeito, disseminam ódio generalizado com formas insultuosas para se referir às pessoas das classes baixas, quando, por exemplo, o ministro da Economia disse que agora acabou a brincadeira de até empregada doméstica poder ir a Disney com os filhos.

Não poderíamos deixar de alertar, nessas considerações finais, que o ódio de classes já foi e continua a ser responsável por genocídios entre os humanos. O ódio de classes produzido pela desigualdade e pelos mecanismos de exploração do sistema capitalista recusa-se a admitir as diferentes condições históricas que são destinadas a uns e a outros. Por isso, é preciso discordar desses discursos de ódio, falar diferentemente, resistir à opressão, e como diz Pêcheux: “ousar se revoltar”.

Referências

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano. **Revista Práxis**, Belo Horizonte, Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. *In*: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 143-152.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). *In*: GADET, Fraçoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1997. p. 61-161.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à Democracia**. São Paulo, Boitempo, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras: 2019.

SILVA, Tomás. O projeto educacional da nova direita e a retórica da Qualidade total. *In*: SILVA, Tomás; GENTILLI, Pablo (org.). **ESCOLA S.A.** Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE. 1996.

CAPITAL, GÊNERO E TRABALHO

Amanda Cavalcante de Macêdo

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas

Diego Lacerda Costa

Secretaria de Educação do Estado de Alagoas

Samuel Barbosa Silva

Instituto Federal do Ceará

| 1. A lógica do capital determinando o que somos

A ordem do capital dita as regras da sociabilidade humana. Essa afirmação é importante para a compreensão de como as categorias de análise passam, na Análise do Discurso (AD) de base materialista, a considerar as estruturas de opressão inerentes ao capitalismo, como as relações sociais de sexo, as desigualdades de gênero, heteronormatividade e patriarcalismo, relações de classe e relações étnico-raciais determinadas pelo racismo.

O funcionamento dessas estruturas de opressão, próprias do modo de produção capitalista, é legitimada pelo Estado, que atua no sentido de regular as relações sociais desiguais e silenciar os conflitos e contradições, apagando as determinações socioeconômicas. Para tal fim, o Estado conta com seus aparelhos, cujas atuações são imprescindíveis

na formulação e circulação de discursos de igualdade, homogeneidade e não contradições sociais.

A partir desses apontamentos, faz-se necessário um esclarecimento didático sobre a diferença entre capital e capitalismo, e como a dinâmica e o funcionamento do sistema capitalista configuram o momento histórico atual e, portanto, as condições de produção amplas dos discursos contemporâneos analisados.

Por capital, entendemos os meios de produção. O capital já existia antes mesmo de ser estudado e é anterior, também, ao capitalismo, sistema que reúne e centraliza os diferentes meios de produção; constituindo, assim, um modo de produção pautado na exploração do trabalho e no lucro, que mantém as desigualdades em uma sociedade dividida em classes. Segundo Ghosh (2020, p. 63):

A questão central sobre o capital para Marx é que esse não é um recurso em si mesmo, mas uma expressão de relações sociais de produção muito específicas, em determinados contextos históricos. Assim, todos os meios de produção não precisam ser capital. [...] O que faz dos meios de produção ser capital são as relações sociais que constituem a base do processo de produção.

Dessa forma, o sistema capitalista se apropria dos modos de significação da sociedade regida por esta ordem, de modo que, mesmo nas peças informativas (publicitárias, midiáticas etc.) mais transgressoras, o fim será o de cooptar sujeitos ao consumo. É o que temos acompanhado nas campanhas publicitárias de produtos de limpeza que expõem vídeos de homens utilizando tais produtos, as que mulheres vendem carros (como consumidoras, não no papel de objetificação delas junto ao produto).

Com isso, as materialidades discursivas extraídas e analisadas no contexto da contemporaneidade não fogem dos domínios ca-

pitalistas, mesmo que tais discursos sejam de resistência, haja vista que a resistência dos sujeitos ocorre no interior da estrutura do capital. Com base neste entendimento, fundamentamos a inscrição da língua na história e como os sujeitos fazem história e são determinados por ela, por meio das relações sociais.

Por isso que o conceito de História é tão caro à Análise do Discurso pecheutiana, pois não há como compreender a constituição do sujeito desvinculado das relações sociais, nem mesmo compreender tais relações desvinculadas da história. Nesse sentido, fundamentamos o exposto destacando que,

A riqueza do homem é a riqueza de suas relações sociais. Na perspectiva marxista, ele é, ao mesmo tempo, produto da história e seu criador. O verdadeiro eu, na teoria marxista, é um eu social e em decorrência a compreensão da individualidade não pode ser calcada em qualidades abstratas inerentes ao indivíduo, mas em análise histórica concreta do caráter de sociabilidade (Orlandi, 2012a, p. 217).

Nessa perspectiva, ressaltamos a primazia da objetividade (as relações sociais determinadas pela lógica do capital) sobre a subjetividade (a individualidade, a identidade). No entanto, essa relação entre objetividade e subjetividade não é uma via de mão única, ou seja, a primazia da primeira sobre a segunda não significa que os sujeitos deixem de atuar em seu meio, posto que temos ações, reações, resistências e possamos passar pelos processos de identificação, desidentificação e contraidentificação a formações discursivas no interior de dada formação ideológica em determinada formação social.

2. Mulher e Trabalho Doméstico no sistema Capitalista: gênero e trabalho improdutivo

Nesta subseção, enfatizamos a discussão sobre o trabalho improdutivo e sua relação com o trabalho doméstico e a família. É importante salientar que em nossa perspectiva há trabalhos que são desenvolvidos por mulheres no espaço público que se iniciaram como uma extensão do trabalho doméstico (como as enfermeiras, professoras, assistentes sociais, visitadoras sanitárias dentre outros) e que, de forma geral, seguem lógica e atravessamentos similares ao trabalho doméstico.

Neste sentido, salientamos que, para Marx (2013, p. 211), o Trabalho – aprendido enquanto intercâmbio material entre homem e natureza – tem por finalidade a satisfação das necessidades humanas, o que se dá através de um processo no qual o homem transforma natureza e ao mesmo tempo transforma-se a si mesmo. Para Lukács (2013), a categoria do Trabalho é a protoforma – a forma originária, primária – do agir humano, não significando categoria *primeira*, mas sim a categoria originária, mais simples, primária.

É importante frisar, que quando trazemos o Trabalho enquanto categoria fundante do ser social, não estamos dizendo que todos os atos humanos sejam redutíveis ao Trabalho. Lukács argumentou que inúmeros atos humanos não podem ser reduzidos a atos de Trabalho, em que pese o fato de o Trabalho ser a forma originária e o fundamento ontológico das diferentes formas da práxis social (Lukács, 2013). Para ele, a reprodução social admite e requer outros tipos de ação que não os vinculados apenas ao Trabalho. Contudo, sem o Trabalho, as inúmeras e variadas formas de atividades humanas e sociais não poderiam existir.

Um aspecto relevante para também considerarmos é a influência do modo de produção na práxis social. Temos que o desenvolvimento da capacidade humana em transformar a natureza – a potenciação do Trabalho humano – é o momento predominante da passagem

do feudalismo ao capitalismo. As formas historicamente concretas dessa passagem sofrem determinações decisivas pelo fato de a potenciação do Trabalho ocorrer no interior de totalidades sociais distintas (por exemplo, França e Inglaterra), que reagem exercendo uma pressão diversa sobre o desenvolvimento do próprio Trabalho (Lukács, 2013). Temos assim que se o Trabalho é a categoria fundante do devir-humano, o desenvolvimento de cada sociedade é determinado pelas suas particularidades.

O sistema capitalista se apoia, por meio da família monogâmica, para destinar à(s) mulher(es) o lugar do espaço doméstico, utilizando-se de uma “servidão consentida”, colocando, assim, o núcleo familiar como *locus* central para a reprodução do sistema.

Considerando o trabalho, do ponto de vista ontológico, como atividade que funda o modelo de toda a práxis social, conforme já asseguram Marx (1987) e Lukács (2013), trazemos a discussão sobre o trabalho doméstico como fundamental para compreender as relações sociais humanas na sociedade capitalista. Magalhães (2005, p. 41) nos diz que “a sociedade capitalista é a única dentro da história da humanidade que necessitou construir uma ideologia através de um discurso que precisa negar para falar”.

Dessa forma, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres é construído dentro dessa lógica do capital, que é por meio da negação com aparência de igualdade entre os gêneros que a divisão das atividades laborais no espaço privado e público vai se constituindo e, conseqüentemente, reflete nas relações de produção afirmando o que é o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo.

O trabalho doméstico consiste em lavar, passar, cozinhar, faxinar, cuidar das crianças/adolescentes, idosos e doentes, mantendo assim a sociabilização das pessoas que vivem neste espaço. A responsabilidade com o trabalho doméstico exige oferecer condições de sobrevivência e atuação em sociedade, por meio da educação, da higienização,

da alimentação saudável, do cuidado com o outro, etc. É um trabalho realizado primordialmente pelas mulheres e é caracterizado como não produtivo.

O trabalho doméstico é fundamental para manutenção do trabalho vivo e, conseqüentemente, para as relações de mercado, pois é por meio do trabalho vivo que se instaura a criação de valor e de trabalho produtivo. Por isso, Marx (2011, p. 212) nos diz que “[...] como deve existir como trabalho no tempo, vivo, só pode existir como sujeito vivo, no qual existe como capacidade, como possibilidade; logo, como trabalhador. Por isso, o único valor de uso que pode constituir uma antítese ao capital é o trabalho”.

O campo do trabalho e o espaço político nos auxiliam a compreender o funcionamento das atividades cotidianas, pois, em uma sociedade capitalista e patriarcal, entendemos que o Estado precisa assumir determinadas posições nestes dois âmbitos para fortalecer a lógica do sistema, apropriando-se das noções de trabalho produtivo e não produtivo.

3. A formação discursiva patriarcal-capitalista na produção de sentido sobre o papel da Mulher na sociedade

Para compreender como a formação discursiva patriarcal-capitalista atua na produção de sentido sobre o papel da mulher na sociedade contemporânea brasileira, apontamos três materialidades de épocas distintas que foram produzidas por veículos informativos no Estado brasileiro.

Como primeira materialidade para a análise, trazemos recortes textuais da Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn), principal veículo de publicação da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), entidade representativa da Enfermagem, classe que, majoritariamente, é composta por trabalhadoras/mulheres. Na referida revista se manifestou o ideário sobre Enfermagem e o Ser Enfermeira no cenário

brasileiro. Tais recortes circularam no espaço “editorial” da revista no período de 1948 a 1964. A partir da materialidade, elencou-se quatro sequências discursivas (SD) para esta análise.

Nas SD 1 a 4, parte-se da problematização da perpetuação ideológica engendrada pelas escolas de Enfermagem durante o período de formação sobre o ser e o agir das futuras enfermeiras, a qual favoreceu à dissimulação da apropriação exercida sobre seus corpos.

SD 1: Com a atual crise de habitação e elevado custo de vida, trabalhar em saúde pública torna-se difícil para aquelas moças, cujas famílias residem em outros estados. É, portanto, uma solução muito mais fácil **permanecer na escola ou aceitar um cargo hospitalar, onde, na maioria dos casos, a moradia ou ao menos a alimentação está garantida.** (EDITORIAL, 1948, ano I, v. 2, p. 55).

SD 2: [...] Eis aqui algumas dessas normas: [...] que mantivesse para os componentes do grupo **etiquetas especiais**, não observadas por outros estudantes; o costume de dar **atenção enfática ao traje** [...]; o regime diferente de provas, **de férias, de repouso semanal**, de horário dos exercícios escolares, com plantão noturno e **horários diurnos dilatados demais.** (EDITORIAL, 1952, ano V, n. 2, p. 145-6).

SD 3: A escola de Enfermagem deve ser um local de **moral religiosa** e treinamento prático, um local de **formação do caráter**, de **hábitos** e da inteligência, tanto quanto de aquisição de conhecimentos [...]. (EDITORIAL, 1961, ano 14, n3, p. 191-2).

SD 4: Para cumprir os postulados acima mencionados, os cursos de Enfermagem e de auxiliar de Enfermagem procuram dar uma **formação moral** ao estudante; [...] promovem oportunidades para as enfermeiras e auxiliares de Enfermagem aprimorarem seus **conhecimentos de religião e intensificarem sua vida espiritual**, baluarte contra as **tentações de materializar**

o Trabalho e de procurar só o progresso técnico. (EDITORIAL, 1964, ano 17, n. 3 e 4, p. 80).

Notemos que os dizeres “etiquetas especiais”, “nível de vida considerado adequado”, “moral”, “formação de caráter, de hábitos e de inteligência”, remetem a algo necessário e positivo. O uso de tais termos produzem um efeito ideológico que dissimula o funcionamento da formação ideológica patriarcal-capitalista. O efeito de evidência é um dos sinais de que a ideologia está funcionando, inclusive, promovendo a ilusão do sujeito, de que é a origem de seu dizer, quando, em verdade, está reproduzindo dizeres dentro de uma Formação Ideológica que o domina, na qual funciona uma memória discursiva sobre o Trabalho da enfermeira.

Um dos não-ditos que podemos verificar através das SD é que ser enfermeira, nesse modelo, exigia romper não só com os preconceitos morais que tinham identificado a enfermeira com sensualidade e vida secular, como também com qualquer tipo de permissividade. Nesse sentido, conforme apontado por Passos (2012), a Enfermagem brasileira absorveu a mística do autoritarismo e da dureza como sinônimos de competência e de respeitabilidade. A prescrição de vestimenta, do sorriso, dos cabelos presos sem cortes excêntricos, da postura contida, além de se relacionar com a higiene e a prevenção de doenças, relaciona-se também com a disciplina das emoções e com a tranquilidade, que deve ser transmitida para que o outro também se sinta bem, “tranquilo”.

Outro não-dito presente nas SD 1 a 4 diz respeito à anulação do corpo da mulher-enfermeira. Como um Trabalho que se faz sobre e com o corpo, para se tornar uma ferramenta eficaz, o corpo das enfermeiras deve, em primeiro lugar, anular-se. O cansaço, a vulnerabilidade, a irritação e o sofrimento devem desaparecer para que a sua presença seja calmante. O aspecto sereno das enfermeiras é uma das garantias da docilidade dos pacientes (Molinier, 2008).

Sarti (2001) adverte para o caráter sempre social do corpo e das representações sobre ele, em que realidade objetiva e simbólica não existem uma sem a outra. As clivagens de classe, cor, etnia, gênero, entre outras, são destacadas pela autora como elementos constitutivos das construções simbólicas e expectativas em relação ao corpo do outro e às relações de cada um com o próprio corpo.

Em torno da categoria de exploração se convencionou associar a dimensão da exploração da força de Trabalho, e a apropriação é algo que vai além disso. Antes do sistema capitalista, na escravidão, por exemplo, há uma apropriação do indivíduo como um todo, não só da sua força de Trabalho: do seu corpo, da sua vida, do seu tempo, integralmente, não só no momento em que ele está sendo explorado no Trabalho. No caso das mulheres, o que entendemos é que essa relação de apropriação não foi eliminada, sendo reproduzida nos âmbitos público e privado de sua atuação. Cisne (2015) afirma que, embora a mulher viva nessa dita sociedade do Trabalho livre, do Trabalho assalariado, as relações de apropriação sobre a mulher permanecem.

Através da materialidade é possível verificar que existiu um movimento da revista de legitimar o processo de formação desenvolvido pelas escolas de Enfermagem à época. Nesse movimento, acontecia um enaltecimento da forma de direcionamento das “alunas”, trazendo dizeres ancorados em um discurso religioso e que, ao mesmo tempo, expunham a contradição desse processo, pois a ideologia dissimula o processo de exploração-dominação-apropriação no qual está inserido o sujeito “mulher”.

Para a segunda análise, trazemos um recorte do ano de 2013 em que o discurso sobre a aprovação da “PEC das domésticas” passa a ganhar novas significações, que são produzidas no trabalho doméstico remunerado e, conseqüentemente, afetam a realidade dos sujeitos envolvidos (a trabalhadora doméstica assalariada e a empregadora). A materialidade discursiva é da mídia digital e trata-se de uma reporta-

gem realizada pela TV FOLHA, que tem por título “*Patroas e funcionárias avaliam PEC das empregadas*”, publicada em 31 de março de 2013. Chamaremos a patroa de Joana e a trabalhadora doméstica de Maria.

SD 5: [Maria]! Vem cá! Tá sabendo da história da PEC das empregadas? Quê que cê tá achando? Vai melhorar a sua vida? Vai ficar igual? O quê que cê acha? [Joana]

O processo de significação em torno do pré-construído sobre a *história da PEC das empregadas* escamoteia as relações de exploração/dominação sobre o outro, que advém da memória escravista, recuperando efeitos de sentido no jogo do interdiscurso/intradiscurso de que a *empregada doméstica* é um objeto de posse. Amaral (2016, p. 52) afirma ser “por meio desses dois domínios, o do inter e do intradiscurso, que o discurso é produzido e aparece como um resultado”.

O discurso sobre a *PEC das domésticas* é construído como uma possível novidade na ordem do dia. Contudo, trata-se de um movimento entre o *já-dito* e o *dito*, próprio dos processos discursivos, que silenciam uma história de luta das trabalhadoras domésticas remuneradas para ter seu trabalho legalizado pelo Estado. Para Mészáros (2002), o Estado capitalista corresponde a uma estrutura política controlada pelo capital, sendo este último o seu real fundamento.

A PEC das domésticas produz efeitos de sentido distintos para a patroa de classe média e para a trabalhadora doméstica remunerada, corroborando com as contradições inscritas na ordem da língua, no fio do discurso. Elas “são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente entre si e ‘os processos discursivos’, à medida que se inscrevem em relações ideológicas de classes” (Pêcheux, 2014, p. 83-84).

Para a patroa de classe média, a *PEC das domésticas*, em certa medida, retém o poder/controla/exploração sobre a trabalhadora doméstica assalariada, afinal, se não tiver como mantê-la, conforme a lei, terá

de executar ela mesma o trabalho doméstico ou recorrerá à informalidade do trabalho doméstico; além disso, a chegada da *PEC das domésticas* visibiliza o não pertencimento destas patroas à classe burguesa.

Em contrapartida, para a trabalhadora doméstica assalariada este discurso produz efeitos de liberdade e, de certo modo, autonomia ao visibilizar o pertencimento das domésticas à classe trabalhadora. Contudo, este mesmo discurso também pode significar maior exploração da força de trabalho por meio da contratação informal, especialmente em tempos de crise econômica e sanitária.

No procedimento de análise, destacamos que, na SD 5, as posições-sujeito se confundem na produção do enunciado, uma vez que as perguntas realizadas não só se inscrevem na posição-sujeito de patroa, mas também na posição-sujeito de jornalista. Orlandi (2012b) afirma que os modos de individuação do sujeito ocorrem pelo Estado (ou pela falha do Estado), sendo assim, a posição-sujeito se inscreve na formação social que o constitui, assumindo assim diferentes posições.

SD 6: Ah, sim! [...] Eu **trabalhei** na casa de um casal, era **trinta e poucos anos** da minha **vida**. E eu ficava de **oito horas, a hora** que eu entrava e eu **ia até dez horas** da **noite**. Ia servir o jantar de **nove horas e dez horas** acabava de ir arrumar a cozinha e ia dormir. [Maria]

No trecho “*eu trabalhei na casa de um casal, era trinta e poucos anos da minha vida. E eu ficava de oito horas, a hora que eu entrava. Eu ia até dez horas da noite. Ia servir o jantar de nove horas e dez horas acabava de ir arrumar a cozinha e ia dormir*”, existe uma indignação da diarista que tem a ver diretamente com a exploração de trabalho e a dominação dos patrões sobre a sua *vida*, através da força de trabalho excedente refletida por meio do *tempo de trabalho*.

A *vida*, na posição discursiva assumida pela diarista, não se relaciona diretamente a melhores condições de salário. Inauguram-se

outras maneiras de ler o trabalho doméstico remunerado que estão na tessitura do texto. O discurso, nesta sequência discursiva, desestabiliza para novos sentidos associados inicialmente ao tempo desregulado para a produção do seu trabalho.

Em outras palavras, sua indignação é porque não havia um horário fixo previsto em lei como os demais trabalhadores de outras categorias profissionais, que pudesse regulamentar o seu trabalho, permitindo uma maior exploração dos patrões da sua força de trabalho no ambiente doméstico. Neste discurso, podemos depreender três questões importantes: o trabalho improdutivo, o tempo de trabalho e a reprodução. Tais categorias são apontadas por Marx como fundamentais para compreender a dinâmica do funcionamento da sociedade capitalista no que se refere à produção mercantil, ou seja, ao que agrega valor de mercado, nas palavras de Marx (2006): valor de troca.

O trabalho doméstico, seja remunerado ou gratuito, compreende na sociedade capitalista o trabalho improdutivo, isto é, não gera mais valia direta para a empregadora, pois, como já afirma Marx (1987, p. 132), “só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital”. Além disso, o espaço do trabalho doméstico constitui a “estrutura familiar advinda do capitalismo em que se dá a reprodução social fundamentalmente necessária para a reprodução do capital” (Magalhães; Silva, 2015, p. 219). Na SD 6 destacamos como o tempo de trabalho excedente também trouxe reflexos na *vida* da diarista, uma vez que foram mais de *trinta* anos realizando um trabalho em 14 horas por dia, que não possibilita alguma flexibilização de horas máximas a serem trabalhadas por dia.

Para o capital, a *vida de uma trabalhadora doméstica* importa apenas enquanto força de trabalho, uma vez que “o capital é trabalho morto que apenas se anima, à maneira de um vampiro, pela sucção de trabalho vivo, e que vive tanto mais quanto mais dele sugar” (Marx, 2006, p. 169). O sentido de vida para o capital é outro (atende exclu-

sivamente a lógica do mercado) e difere do sentido de vida atribuído pela diarista.

A trabalhadora doméstica remunerada, ao realizar suas atividades no espaço do lar, possibilita que sua patroa possa ter tempo disponível para trabalhar no espaço público ou realizar outras atividades no cotidiano, principalmente em setores que possibilitem a produção material das mercadorias que vão gerar o valor de troca. O trabalho doméstico remunerado, além de utilizar-se da *força de trabalho* necessária para que haja o deslocamento da patroa para o espaço da produção, também age, através do *tempo*, de forma diferente na *vida* destas mulheres.

Passemos à terceira análise considerando o discurso materializado na fala da jornalista Eliane Catanhede, que em 11 de novembro de 2022, no telejornal Em Pauta, da Globonews, poucos dias depois da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) na eleição presidencial, criticou o que ela considera como excessiva participação da então futura primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, popularmente conhecida como Janja. Transcrevemos abaixo trechos da fala da citada jornalista.

SD 7: Quando o Lula fez aquele discurso em que ele chorou, quando falou da fome, quando ele derrapou ao criticar a estabilidade fiscal, o teto de gastos e etc., ela estava ali sentada. Mas ela não é presidente do PT, ela não é líder política, não é presidente de partido, enfim, por que ela estava ali? Qual é o papel da primeira-dama?¹

SD 8: Eu acho que o bom exemplo de primeira-dama foi a Ruth Cardoso, que, como a Janja, tinha o brilho próprio. Era professora universitária, uma mulher respeitada na área dela, mas não tinha protagonismo, não tinha voz nas decisões políticas e, se tinha, era a quatro chaves dentro do quarto do casal.

1 Veja mais em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/11/12/vai-dar-palpite-diz-eliane-catanhede-sobre-janja-ao-lado-de-lula.htm?cmpid>. Acesso em: 10 dez. 22.

Nas SD 7 e 8, já na superfície textual, nos deparamos com um discurso que questiona o protagonismo da mulher frente às decisões políticas. O cargo ou papel de primeira-dama, funciona como um rótulo com funções bem delimitadas nas relações desiguais de gênero. O impacto de tais palavras advém, primeiramente, do fato de ter sido dito por uma mulher, por isso, qualquer análise sobre gênero não prescinde das determinações de classe e do enredo heteropatriarcalnormativo que se instaura nas narrativas de poder.

A posição-sujeito ocupada pela jornalista é liberal, cuja ordem seguida é a do mercado. Assim, mesmo sendo uma mulher que trabalha com a expressão de suas análises no campo político e que assume certo protagonismo e notoriedade em sua área de atuação profissional, a referida jornalista critica o protagonismo supostamente assumido por uma mulher que está prestes a ocupar a posição de primeira-dama.

Quando questiona por que Janja “estava ali”, sentada próxima ao presidente eleito em seu discurso sobre assuntos econômicos, políticos e sociais, a jornalista expõe as contradições entre a lógica liberal do mercado com a ordem conservadora patriarcal. São posições que devem ser bem demarcadas, posto que o protagonismo das mulheres não pode significar obstáculos para o capital.

Por sua vez, Janja, mulher, brasileira, socióloga, filiada a convicções políticas progressistas, mesmo que assuma o protagonismo, não pode, segundo as bases patriarcais, machistas e misóginas, que durante séculos estruturam as relações sociais de sexo e de poder no nosso capitalismo tardio e colonizado, transgredir aos limites impostos pelo mercado. Assim, ainda que assuma um papel de ruptura com uma formação discursiva conservadora, está atrelada a uma formação social que a oprime por ser mulher.

| 4. Considerações Finais

Foi possível verificar que embora provenientes de décadas distintas, as SD analisadas revelam o funcionamento da formação discursiva

patriarcal-capitalista na produção de sentido sobre o papel da mulher na sociedade brasileira. Esse lapso temporal entre as diferentes materialidades permite a compreensão de distintas condições de produção restritas do discurso.

Assim, a ordem do capital funciona como um amálgama, cujo funcionamento e dinâmica possibilita a retomada de uma memória discursiva da opressão, das desigualdades entre gêneros e, de modo interseccional, as relações de classe, de raça e as relações sociais de sexo.

As posições assumidas pela mulher na sociedade de classe vão mudando e adquirindo novos contornos, mas as contradições sócio-históricas levam a constantes questionamentos em torno dos lugares de existência e resistência dessas mulheres, desde o trabalho doméstico não remunerado, o trabalho doméstico remunerado, passando pelas profissões relacionadas aos cuidados com a classe trabalhadora, que são atribuídas/impostas às mulheres.

Destacamos, portanto, que o funcionamento discursivo da opressão e das relações desiguais de gênero estabiliza-se numa sociedade de classes, patriarcal, colonial, heteronormativa. Urge uma luta que vise à emancipação humana, de modo que a resistência possa criar condições propícias para a transformação radical da sociedade, a conquista revolucionária da luta anticapitalista.

Referências

AMARAL, Maria Virgínia Borges. **Discurso e relações de trabalho**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

CISNE, Mirla. **A própria história do capitalismo foi fundida com a lógica de exploração do patriarcado e do racismo**. Entrevista – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2015.

GHOSH, Jayati. **Verbete: Capital**. In: FINE, Ben.; SAAD FILHO, Alfredo. **Dicionário de economia política marxista**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LUKÁCS, Gyorge. **Para uma ontologia do ser social 2**. Trad. Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAGALHÃES, Belmira; SILVA, Geice. Capitalismo e patriarcalismo: trabalho doméstico não remunerado. *In*: VEDDA, Miguel.; COSTA, Gilmaisa.; ALCÂNTARA, Norma. (org.). **Anuário Lukács 2015**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

MARX, Karl. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857- 1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 25. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia**. História crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOLINIER, Pascale. A dimensão do cuidar no trabalho hospitalar: abordagem psicodinâmica do trabalho de enfermagem e dos serviços de manutenção. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 33, n. 118, p. 6-16, 2008.

ORLANDI, Eni. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012a.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação de sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2012b.

PASSOS, Elizete. **De anjos a mulheres**: ideologias e valores na formação de enfermeiras [online]. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2012.

SARTI, Cynthia. Feminismo e Contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.16, p. 31-48, 2001.

MARIELLE FRANCO: NOME QUE RESISTE NUM CORPO QUE FALA

Flavio da Rocha Benayon
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Suzy Lagazzi
Universidade Estadual de Campinas

1. Considerações iniciais sobre a insolência em Marielle Franco

Marielle Franco. Mulher, negra, moradora da favela da Maré, foi eleita vereadora no Rio de Janeiro pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) em 2016, com a quinta maior votação. Relatora da comissão que monitorou a intervenção federal no estado, intervenção essa comandada pelo militar Braga Neto, candidato a vice-presidente de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022, Marielle denunciou incisivamente a violência empregada pela polícia nas favelas. Marielle se fez presente em todos os seus gestos e seu assassinato, chorado por muitos e festejado por outros tantos, é um divisor entre a sensibilidade e o descaso social, principalmente no que concerne à população das favelas no Rio de Janeiro. Integrante da Câmara de Vereadores, Marielle se faz presente e materializa, em seu nome e em seu corpo, sentidos que afrontam a manutenção da violência cotidiana vivida nas regiões estigmatizadas do Rio.

As favelas cariocas estão profundamente marcadas pelo controle estatal do espaço a partir da presença das forças de segurança, que as constitui em território de exceção, impondo um regime de sentidos excepcional a seus moradores. Conforme Anjos (2021, p.120), a esse território estão atados os sujeitos de exceção, identificados a critérios jurídico-administrativos diferenciais, distintos das leis que vigoram no asfalto. Para a autora, aos corpos dos sujeitos de exceção é imposta a descartabilidade biológica reproduzida de diferentes modos, entre os quais, a violência militar.

A constante ameaça ao regime de exceção imposto ao Rio de Janeiro, atualizada pelos gestos e palavras de Marielle, foi se tornando cada vez mais insuportável para a reprodução dos sentidos desse regime, culminando na morte da vereadora. Na noite de 14 de março de 2018, Marielle deixa a Casa das Pretas, espaço de discussão de e sobre mulheres negras na Lapa, acompanhada de uma assessora e do motorista que as conduzia. O carro em que estava Marielle foi (per) seguido por outro veículo e a vereadora, juntamente com seu motorista, assassinados em um bairro central do Rio, o Estácio. O assassinato configurou a interdição da vida, na tentativa de interditar também os sentidos inscritos em Marielle.

Em um insistente diálogo com o invisível, o alhures, o não-sentido, Marielle tensionou a administração dos sentidos existentes, ameaçando forças que torturam, prendem e matam pela reprodução do que é vil no atual estágio da nossa formação social. Pêcheux (1990, p. 9) afirma: “[...] se no espaço revolucionário tem-se a questão da passagem de um mundo a outro, a relação com o invisível é aí inevitavelmente colocada [...]”. O espaço revolucionário coloca a questão da passagem do mundo existente para um cuja formação não se conhece ainda, mundo ainda não existente que aproxima e tensiona o visível e o invisível, o que está e o que pode vir a ser.

Marielle insolente. Insolência (Benayon, 2021) constituída em sua presença, em seu nome, em seu corpo, inscrevendo gestos que desa-

fiam a estabilidade do existente, configurando o acontecimento da resistência no social, ameaçando os sentidos administrados pela ordem vigente. Uma vida assassinada cujo nome e corpo ressoam dialogando com o invisível, o não-sentido, o não realizado de um mundo outro, onde o corpo negro, pobre, favelado possa ser identificado não mais como sujeito de exceção, descartável, passível de morte.

Após o trágico acontecimento, inúmeras notícias falsas circularam nas redes como forma de justificar ou amenizar a gravidade do ato criminoso. No fio do dizer, formularam que Marielle havia se casado com traficante, fazia parte de facção criminosa, era usuária de drogas, defendia bandido (Instituto Marielle Franco). “O foco na insensibilidade do social pelo viés das contingências que afetam a vida dos sujeitos é bastante reiterado e reafirma a negação do equívoco na responsabilização dos indivíduos em nosso sistema capitalista”, aponta Lagazzi (2015, p. 183), ao analisar cenas de sequestro em fotogramas de filmes. A criminalização, tendo ocorrido crime ou não, funciona como forma eficaz de silenciamento, negando o equívoco que desenha fronteiras entre sujeitos de exceção e sujeitos do e no capitalismo.

As formulações contra Marielle reproduzem o regime de sentidos existente ao responsabilizar, em sua individualidade, os que são identificados como sujeitos de exceção. Também atualizam o engodo que reproduz a divisão estanque entre cidadão de bem e bandido, polícia e traficante, bom e mau. Sentidos naturalizados, que criminalizam espaços, corpos e práticas, sem dar consequência à contradição estruturante do sistema capitalista. Algumas das notícias falsas, que tanto dizem das posições de sujeito às quais seus compartilhadores são filia-dos, foram retiradas do ar por decisão judicial, após familiares processarem redes sociais, como o Facebook.

A vida de Marielle Franco foi interrompida, contudo, seu corpo e seu nome materializam uma presença que insiste, produzindo sentidos que retornam sobre os mandantes, os executores do assassinato e também sobre as forças que reproduzem a administração da violên-

cia estatal e paraestatal no Rio de Janeiro. Um retorno que reconvoca pela ferida aberta, pela dor que ainda rasga, pela impunidade, pela covardia... um retorno que não se despreza, tal como a sombra que prolonga o corpo, que ameaça pela insistência da pergunta: Quem mandou matar Marielle?

| 2. O nome e o corpo de Marielle Franco

O ato criminoso contra Marielle Franco mirava, mais do que a vida da vereadora, os sentidos inscritos em um corpo negro, de mulher, LGBT, favelado, investido na coragem de denunciar as violações cometidas pelas forças repressivas estatais e paraestatais. Apesar da tentativa, a morte da vereadora não impediu que a insolência nela materializada continuasse a circular.

Ao falarmos de insolência, compreendemos:

o acontecimento da resistência no social, contrária aos sentidos administrados pelo Estado, ocorrendo como forma de aparição fugidia de alguma coisa “de uma outra ordem”, como um lapso, como falhas do ritual e inscrevendo, nos movimentos do social, gestos que desafiam a estabilidade do estado de coisas existente (Benayon, no prelo).

A insolência inscrita em Marielle desafia a estabilidade dos sentidos reproduzidos pela ordem vigente. Em ato na Cinelândia, bairro onde está localizada a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, foi instalada uma placa de rua com o nome de Marielle, colocada por cima da placa com o nome oficial da praça Marechal Floriano. O nome Marielle Franco foi sobreposto a Floriano Peixoto, militar e segundo presidente da República, acusado de tomar o poder de forma indevida, já que deveria convocar novas eleições em vez de assumir a presidência. Em comício realizado durante as eleições de 2018, a placa sobreposta foi quebrada ao meio por candidatos bolsonaristas. Um dos filhos do presidente da República justificou a quebra da placa: “Na verdade,

eles [os candidatos bolsonaristas] nada mais fizeram do que restaurar a ordem. Havia uma placa de Marechal Floriano. O PSOL acha que está acima da lei e pode mudar nome de rua na marra. Eles só tiraram a placa que estava lá ilegalmente” (Maia, 2018).

A quebra da placa em homenagem a Marielle e a manutenção da placa com o nome de um militar são práticas significadas como restauração da ordem, reação à ilegalidade. O nome de Marielle ameaça a ordem da administração dos sentidos, concorrendo para a interdição da renomeação da praça. Essa ordem reproduz os sentidos que garantem a normalidade do capitalismo brasileiro, constituído entre sujeitos que podem circular e ser lembrados e sujeitos de exceção, que devem ser apagados. Apesar do gesto truculento, novas placas foram produzidas, distribuídas e também comercializadas em lojas virtuais. A resistência fica materializada e circula.

Vida tirada e placa quebrada: tentativas de interditar os sentidos inscritos em Marielle Franco. Corpo e nome atualizam sentidos que ameaçam a reprodução de práticas engendradas pelas forças detentoras do poder. Um corpo negro, de mulher LGBT e favelada rompeu a tradicional composição da Câmara de Vereadores, formada majoritariamente por homens brancos, héteros e moradores de bairros nobres. Marielle, sujeito de exceção, apenas por sua presença desafiava a normalidade do poder legislativo. Suas práticas, qualificadas pela formulação “defensora dos direitos humanos”, também eram destoantes, pois significavam a oposição às violências policiais que atentam contra os sujeitos de exceção.

O assassinato de Marielle, a difusão de notícias falsas e a quebra da placa são diferentes gestos que significam contraditoriamente em seus efeitos: configuram a tentativa de silenciamento às violências sofridas nas favelas, a reafirmação do perigo do corpo negro e, ao mesmo tempo, de sua descartabilidade, a tentativa de interdição à circulação da memória que atualiza o sofrimento do sujeito de exceção. A insolente ausência-presença de Marielle continua incomodan-

do, tensionando realizado e não realizado, mundo existente e mundo alhures. A supressão do corpo e a interdição do nome da vereadora são tentativas de silenciar sentidos que ameaçam a ordem existente, gestos de violência que tentam apagar a memória que esses sentidos inscrevem na história.

Após o episódio da placa quebrada por bolsonaristas e três anos após o assassinato de Marielle, em 14 de março de 2021, uma placa de rua com o nome da vereadora foi oficialmente instalada em frente à Câmara dos Vereadores, na praça Marechal Floriano. O nome de rua é acompanhado pela seguinte descrição: “(1979-2018) Mulher negra, favelada, LGBT e defensora dos direitos humanos”. E ainda: “Brutalmente assassinada em 14 de março de 2018 por lutar por uma sociedade mais justa”.

Figura 1 – Placa de rua com o nome de Marielle Franco



Autor: Prefeitura do Rio de Janeiro¹

1 PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura inaugura placa em homenagem a Marielle Franco nos três anos de sua morte. **Prefeitura do Rio de Janeiro**, 2021. Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-inaugura-placa-na-cinelandia-em-homenagem-a-marielle-franco-nos-tres-anos-de-sua-morte/>. Acesso em: 30 set. 2022.

A inscrição “Vereadora Marielle Franco” traz materialmente enlaçada a conquista eleitoral e a ocupação de um cargo público por uma mulher negra, favelada, LGBT e defensora dos direitos humanos. Um enunciado que reitera, a cada mirada, um laço improvável, mas realizado, numa sociedade machista, racista, neoliberal, homofóbica e meritocrática. A placa em homenagem à Vereadora Marielle Franco adjetiva e data seu assassinato em razão de sua luta por uma sociedade mais justa. Enunciados insolentes, que vieram para marcar, incomodar, e fazer ler o alhures realizado. Algo resiste no social, apesar das tentativas de interdição de Marielle. A instalação oficial de uma placa na praça em frente à Câmara de Vereadores atualiza incômodos que sistematicamente sofrem tentativas de apagamento: a presença de um corpo negro, favelado, de mulher, LGBT em um espaço de poder; a denúncia aos abusos policiais contra sujeitos de exceção; a questão ainda sem resposta sobre quem mandou matar Marielle. A placa de rua, ao atualizar esses sentidos insuportáveis, afronta a onipotência das forças estatais e paraestatais cariocas. A insolência merece a nossa atenção!

A vereadora também teve sua insolente ausência-presença inscrita na cidade por uma estátua, em julho de 2022. O monumento, instalado na movimentada Praça Mário Lago, localizada no Centro do Rio de Janeiro, apresenta Marielle de punho cerrado, erguendo o braço esquerdo em gesto de protesto, com o olhar fixado no horizonte.

Figura 2 – Estátua em homenagem a Marielle Franco



Autor: Metrôpoles²

Um corpo eloquente, tanto quanto o foi Marielle! Suas lutas estão presentes no braço em riste, no punho cerrado, no olhar que busca o que está mais além, o que de novo pode vir a ser. É um corpo que se levanta, pronto a dar mais um passo. Um corpo em movimento. A estátua de Marielle inquieta, na contradição de uma homenagem que se materializa num monumento estático convidando à insolência.

Insolência insuportável para o Estado, levando-o a interditá-la pela força policial ou pela força de decisões judiciais. No entanto, mesmo inscritas na insolência, a placa de rua e a estátua em homenagem à Marielle foram instaladas em ruas movimentadas com o aval da gestão pública. O nome e a descrição presentes na placa de rua incomodam, tensionam o insuportável do corpo de mulher, negro, favelado, LGBT no poder. O gesto da estátua de Marielle, de punho erguido, em luta, com seu corpo em movimento – diferentemente das estátuas de busto ou de corpo imóvel – coloca sentidos outros, reafirmando

2 VENTURA, Giulia. Estátua de Marielle Franco tem segurança reforçada contra vandalismo. **Metrôpoles**, 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/estatua-de-marielle-franco-tem-seguranca-reforcada-contra-vandalismo>. Acesso em: 01 out. 2022.

a insolência. Apesar da insurgência inscrita nas instalações, elas continuam de pé, sem sofrer a intervenção do Estado.

A resistência no social incomoda a administração dos sentidos que reproduzem o sistema político e econômico existente, pois convoca sentidos alhures, não realizados, tensionando o estabilizado. A negociação com o Estado a ponto de viabilizar a instalação de intervenções que atualizam o insuportável à reprodução dos sentidos dominantes faz presente a tensão entre a potência da resistência no social e sua tentativa de absorção pelo poder estatal. Como o insuportável vem a ser suportado?

As relações de forças configuradas na formação social tensionam a disputa entre o apagamento e a manutenção da insolência em Marielle. O assassinato da deputada, expondo possíveis relações entre a milícia e a política carioca, percorreu o mundo, dando visibilidade internacional ao caso e incentivando inúmeras homenagens, em diferentes línguas e países.³ A tentativa de apagamento da memória de Marielle, e da insolência atrelada a seu nome, atualiza as relações criminosas constitutivas do poder, acentuando o inaceitável que continua a ecoar em seu assassinato.

A repercussão do crime concorreu para a impossibilidade de calar a insolência inscrita na placa de rua e na estátua, levando o Estado a ter que suportar o insuportável diálogo com sentidos alhures. Marielle continua a afrontar a dominação dos sentidos que tentam inviabilizar a sujeitos de exceção significarem de outro modo, que não como corpo a ser eliminado.

3 Além do Rio de Janeiro, homenagens à Marielle foram registradas em São Paulo, Buenos Aires, Berlim, Lisboa, Paris, Florença, Amsterdã, Washington, entre outros lugares, como indicam notícias em diferentes portais, entre os quais: 1. LIMA, Tatiana. Marielle Franco presente ao redor do mundo: 'não serei interrompida!'. **Rio On Watch**, 2021. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=54103>. Acesso em: 12 nov. 2022. 2. MANIERO, Valéria. Marielle Franco recebe homenagens na Itália e Suíça três anos após assassinato. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/14/marielle-franco-recebe-homenagens-na-italia-e-suica-tres-anos-apos-assassinato.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2022.

O assassinato da vereadora não só não conseguiu interditar os sentidos inscritos em seu corpo e em seu nome, como reconvoca esses sentidos em cada olhar que se vê no encontro com a placa e a estátua. O monumento e a placa inscrevem nas ruas da cidade uma presença que faz memória e que afeta o sujeito contraditoriamente na relação com os sentidos atualizados por essas inscrições.

3. Considerações finais

A ausência-presença incômoda de Marielle desafia os sentidos administrados pela ordem vigente, tensionando o contato entre o mundo existente e o invisível, o não realizado. Nas diferentes instalações que ocupam a cidade, a força da vereadora perdura na contradição entre a insolência materializada e as negociações que levaram o Estado a aceitar o insuportável.

A placa de rua, instalada em frente à Câmara de Vereadores, materializa enunciados incômodos, atualizando indefinidamente sentidos que devem ser apagados, tais como a presença de um corpo de exceção em um espaço de poder; a denúncia dos abusos policiais; a questão não respondida sobre quem mandou matar Marielle. A estátua de Marielle, em seu movimento estático, atualiza a luta pelo não realizado no gesto de braço em riste, no punho cerrado, no olhar direcionado para o horizonte.

O nome e o corpo de Marielle resistem ao brutal crime cometido, aos enunciados que tentam deslegitimá-la, ao marasmo conivente das investigações realizadas pelo poder público, à criminalização das lutas que tensionam o não realizado no social, ao apagamento da possibilidade de o sujeito de exceção vir a ser outro, não descartável. A força de Marielle resiste no sussurro que escutamos vindo alhures.

Referências

ANJOS, Liliane. **O funcionamento discursivo da promessa de pacificação**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. 181p.

BENAYON, Flavio. **Movimentos insolentes interditados**: uma análise discursiva de sentenças judiciais. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. 147p.

BENAYON, Flavio. A insolência nos movimentos do social: sentidos interditados na favela do Jacarezinho. **Leitura**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFAL), v. 76, p. 250-266, 2023.

LAGAZZI, Suzy. Paráfrases da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória e do equívoco. In: FLORES, Giovana; NECKEL, Nádia; GALLO, Solange (org.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 177-189.

MAIA, Gustavo. Placa de Marielle foi quebrada para restaurar a ordem, diz Flávio Bolsonaro. **UOL**, 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/04/placa-de-marielle-foi-quebrada-para-restaurar-a-ordem-diz-flavio-bolsonaro.htm>. Acesso em: 30 set. 2022.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

VERDADE sobre Marielle Franco. **Instituto Marielle Franco**. Disponível em: <https://www.institutomariellefranco.org/verdade-sobre-marielle>. Acesso em: 24 set. 2022.

PRISÃO, CAPITALISMO RACIAL E CRISE: A RESISTÊNCIA, ENTRE O DENTRO E O FORA

Andréia da Silva Daltoé
Universidade do Sul de Santa Catarina
Luciana Iost Vinhas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Cadeia guarda o que o sistema não quis

Esconde o que a novela não diz

Racionais MC's

1. Considerações iniciais

O sociólogo Loïc Wacquant, em sua obra *As prisões da miséria*, apresenta uma definição das prisões brasileiras, com a qual tentaremos começar a presente reflexão. Segundo ele, os presídios do Brasil são “campos de concentração para pobres” (Wacquant, 2011, p. 13). E acrescenta: nossos processos penais são atravessados por relações de discriminação baseada na cor. Esses elementos, colocados em prática por nosso aparelhamento jurídico-penal, tornam as prisões lugares ocupados principalmente por indivíduos pretos, aprisionados por um

*defeito de cor*¹, condenados antes mesmo de serem julgados: *aquilo que o sistema não quis* é tornado objeto de recalque pelo Estado branco-burguês. O agenciamento de quem entra e de quem sai dos presídios brasileiros é, portanto, determinado pelo que se tem chamado *racismo estrutural* (Almeida, 2021) e, neste artigo, será compreendido em termos de *capitalismo racial* (Bento, 2022).

Tal designação nos parece importante, considerando que o modo de produção capitalista, em sua versão neoliberal, é sobredeterminado tanto por relações de gênero quanto por relações de raça, reproduzindo relações de opressão e, também, relações de exploração de classe. Designar o modo de produção como *racial* imprime uma diferença importante na forma como a reprodução das relações de produção se configura, o que produz efeitos nos processos de subjetivação. Assim, tornar-se sujeito em determinadas condições de produção, alicerçadas em processos de reprodução de relações de opressão e de exploração, significa inscrever-se na língua sob a determinação desses processos, ou seja, identificar-se com sentidos que podem, à revelia do lugar de enunciação, conformar uma relação de identificação com os saberes que subjagam o sujeito a uma posição dominada.

Cabe, neste momento, trazer a definição de Bento (2022, p. 41) sobre o capitalismo racial. Para a autora,

O capitalismo racial elucidada como o capitalismo funciona por meio de uma lógica de exploração do trabalho assalariado, ao mesmo tempo que se baseia em lógicas de raça, etnia e de gênero para expropriação, que vão desde a toma-

1 Tomamos a expressão *defeito de cor* a partir do apresentado por Modesto (2019, p. 111-112, grifos do autor): "A história conta que, no décimo dia do mês de junho do ano de 1791, José Maurício Nunes Garcia pedia, junto à Câmara Eclesiástica do Bispado do Rio de Janeiro, pela continuação de seu processo de ordenação sacerdotal. Tal pedido seria encaminhado por meio de uma petição a partir da qual o supracitado requerente rogava para ser *dispensado da cor*, gesto pelo qual se desculpava por ter a cor de um *mulato*. [...] Ele alegava ainda ser merecedor da graça divina já que não se encontrava em qualquer impedimento moral, a não ser o seu *defeito de cor*, uma vez que era filho de dois mulatos libertos". A expressão apresentada também toma como referência o romance histórico homônimo de Ana Maria Gonçalves.

da de terras indígenas e quilombolas até o que chamamos de trabalho escravo ou o trabalho reprodutivo de gênero etc.

Unindo a posição de Bento (2022) à reflexão de Gonzalez (2020), temos nossa formação social capitalista determinada pelo recalque do racismo (a *neurose cultural brasileira*), o que produz efeitos na forma como os indivíduos são interpelados em sujeitos. Apesar de práticas cotidianas nos mostrarem o tempo todo marcas deste racismo e suas consequências deletérias, há um trabalho, uma tentativa permanente, portanto, de apagamento desta estrutura que nos determina e organiza, de modo a menorizar sua importância, seus efeitos na esfera pública e, principalmente, deixar ver as contradições abissais de uma sociedade desigual como a nossa.

Sob o alibi de que somos um povo hospitaleiro, pacífico e acolhedor, o racismo se organiza a partir de uma “série de marcadores sociais da diferença” como nos traz Schwarcz (2019, p. 174), condicionando a população afro-brasileira a condições precárias de saúde, emprego, educação, transporte, habitação, disparidade salarial no mercado de trabalho em relação aos brancos, tempo de vida, violência etária, por sexo e gênero. Enfim, marcadores que, segundo a autora, “funcionam, pois, ainda mais traiçoeiramente, quando interseccionados” (Schwarcz, 2019, p. 176).

Se não é possível apagar, portanto, o sentido de diferença social a partir da recorrência apaziguadora do “somos todos iguais perante a lei”, uma formação neoliberal como a nossa trata de convocar o princípio da liberdade aliado ao da meritocracia como justificativa dos modos como de segregação, novamente se eximindo (e recalcando) das suas responsabilidades sociais e políticas.

É nessa perspectiva que compreendemos as prisões no Brasil como um desdobramento do próprio recalque do racismo: o armazenamento e a expropriação dos corpos negros que não podem aparecer porque presentificam toda a violência justificada na diferença de cor.

Desse modo, uma das principais configurações materiais que sustenta o capitalismo racial e o legítima é o sistema penitenciário. Entendemos que o *campo de concentração de pobres*, conforme os dados do Infopen (Santos, 2017), é um campo de concentração de negros e negras pobres. A maior parte da população encarcerada no Brasil é de pessoas negras, o que representa, indiscutivelmente, que esse funcionamento configura um projeto de Estado, um projeto de eliminação (tanto simbólica quanto em ato) da população negra. Segundo Borges (2019, p. 21),

Tanto o cárcere quanto o pós-encarceramento significam a morte social desses indivíduos negros e negras que, dificilmente, por conta do estigma social, terão restituído o seu status, já maculado pela opressão racial em todos os campos da vida, de cidadania ou possibilidade de alcançá-la. Essa é uma das instituições mais fundamentais no processo de genocídio contra a população negra em curso no país.

O cárcere pode ser compreendido como um depósito, como uma instituição, legitimada pelo Estado, que coloca em prática o racismo com aparência de normalidade. Ele guarda o que o sistema não quis e lá armazena os corpos que não produzem nem consomem; lá está o exército industrial de reserva que não mais serve ao capitalismo; lá estão escondidos os corpos não mostrados na novela (conforme nos dizem os Racionais) nem em outras mídias possíveis para a denúncia do efeito superestrutural sobre os corpos negros; lá se materializa, concretamente, o recalque do racismo em nossa formação social.

A crise do capitalismo passa, portanto, por uma crise do encarceramento, sendo que chegaremos, em breve, à marca de 1 milhão de pessoas presas. Conforme Wacquant (2011), a solução para a redução da criminalidade no capitalismo neoliberal é investir em mais Estado policial e penitenciário. O neoliberalismo não tem o objetivo

de eliminar o Estado, mas, na verdade, de aparelhar, cada vez mais, a sua face repressora.

Para Silva Junior (2021, p. 265), precisamos pensar aí a própria questão do desemprego que, como necessário à manutenção do neoliberalismo de modo a manter salários baixos e outras formas de precarização do trabalho, inevitavelmente levará à precarização social e ao aumento dos índices de criminalidade. Todavia, ainda segundo o autor, na concepção neoliberal de Estado, o custo estatal do sistema penitenciário pode ser revertido em lucro corporativo pela privatização desse sistema, assim como as doenças ligadas ao desemprego alimentam o lucro nos negócios dos planos de saúde, da indústria farmacêutica, etc. Tudo isso não se escancararia à luz do dia porque denuncia interesses políticos, econômicos e sociais de uma minoria que se beneficia e que precisa subjugar toda uma leva da população para isso.

O que estamos tentando trazer é que todo o racismo estrutural que nos organiza acontece entre duas grandes forças, abreviadamente falando: a que se escancara em práticas cotidianas de preconceito e morte; e a que procura dar conta de um discurso que tenta silenciar tudo isso, de modo a justificar, conforme Schwarcz (2019, p. 177-178), a existência consentida de práticas sociais e perniciosas de exclusão, naturalizadas no cotidiano.

Isso não acontece, sem dúvida, sem o lastro na nossa constituição histórica e as tentativas de silenciamento, inclusive, flertam com o próprio negacionismo, como no caso da escravização: se não se consegue apagar esta marca da nossa história e suas reverberações no presente por políticas do esquecimento (Indursky, 2015), em toda violência que isso produz, ainda se insiste numa justificativa no plano geográfico e biológico: de que o corpo negro veio de outro continente para o trabalho duro porque fisiologicamente constituído para isso.

Em Carvalho (2010 *apud* Fernandes, 2016), encontramos outro lastro, o deixado pela Ditadura civil-militar no Brasil, mostrando-nos a reformulação do inimigo interno como sua herança. Esse novo inimigo, antes entendido como o subversivo (inimigo interno político), transforma-se no traficante (inimigo interno político-criminal). Na forma como as prisões são configuradas em nossa formação social, parece-nos, portanto, que ali se mantém a memória da ditadura viva no Brasil, tanto como efeito da coerção de Estado sobre os corpos negros, quanto da violência e tortura física e psicológica como normalidade institucionalizada principalmente e também sobre estes corpos.

Todavia, é necessário que tudo isso se mantenha isolado do olhar dos que aqui fora clamam por justiça sem questionar a estrutura social que produz a criminalidade. Cercada por muros e grades, não se sabe (não se quer saber) o que acontece lá dentro. É como se uma parede de concreto garantisse a segregação social que separa quem merece ou não merece viver “livre”, economizando quem não está preso de ver aquilo que nem se quer que exista.

Daí a nossa pergunta neste ensaio: que saberes determinam a separação entre o criminoso e o “cidadão de bem”, naturalizada em nossa formação social? O que fica dentro e o que fica fora das grades se enlaça de algum modo? Alimentamos o imaginário de que as prisões desempenham o papel de afastar quem oferece risco à ordem social e nos perguntamos sobre as condições materiais que levam milhões de pessoas à miséria e, por aí, talvez ao crime? E, por fim: o que fica fora das grades nos conta algo sobre o sistema carcerário e sobre a própria constituição da nossa formação social?

É por tudo isso, então, que se torna extremamente importante, ao pensar sobre o capitalismo na formação social brasileira, olhar para o funcionamento das prisões, como parte fundamental e determinante da instância repressiva do funcionamento superestrutural (Althusser, 2008).

Para pensar sobre a questão, trazemos a experiência que aconteceu em 2018, quando a Professora Andréia participou, a convite de/e com sua orientanda² Juliene Marques³, do Projeto de Extensão “Mulheres Sim! Empoderar Mulheres é Libertar: educação integral, arte e trabalho”, do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus Tubarão/SC, desenvolvido no Presídio Feminino do mesmo município, que atende a mulheres em caráter provisório de liberdade.

O Projeto, organizado em torno da temática da vida da artista mexicana Frida Kahlo, atendia a um grupo de mulheres encarceradas, em encontros semanais, para oficinas de arte, bijuterias, produção escrita e palestras sobre empreendedorismo, saúde, etc.

Durante o convívio com as mulheres, foi possível conhecer mais de perto o vínculo do encarceramento com o racismo, os preconceitos de classe e, no caso das mulheres atendidas pelo Projeto, a questão de gênero nos chama atenção pelo modo como muitas delas estão ali e os companheiros estão no presídio masculino. São mulheres que acabam participando do crime por condições de sobrevivência e de submissão à vida que seus companheiros oferecem. Mas são mulheres também que se envolveram no tráfico para garantir sustento aos filhos, ou, ainda, por conta do vício à droga.

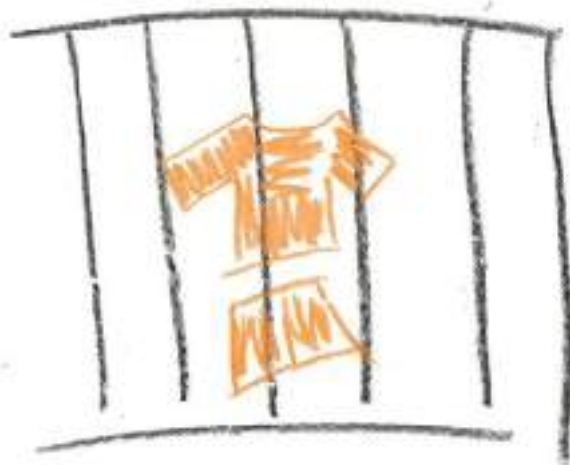
Tomando como base teórica a Análise Materialista de Discurso, vamos discutir, a partir das considerações acima desenvolvidas acerca do capitalismo racial brasileiro em relação com as prisões, sobre os efeitos de sentido que podem ser estabelecidos a partir da imagem produzida por uma das mulheres participantes do Projeto em questão⁴, numa das oficinas desenvolvidas—imagem também trabalhada na tese de Marques (2020, p. 98).

2 Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL/Unisul, Campus de Tubarão/SC.

3 Marques (2020) discute o Projeto amplamente em sua tese *Mulheres encarceradas: discurso, voz e resistência*, defendida em 2020.

4 O texto foi retirado do banco de dados da pesquisa desenvolvida por Marques (2020). Agradecemos à autora por nos ter concedido autorização para o trabalho com a imagem.

Figura 1



Fonte: Marques (2020, p. 98).

A imagem apresenta seis linhas paralelas na vertical e duas linhas paralelas na horizontal, as quais delimitam e bordeiam as pontas das linhas verticais. Considerando que se trata de uma imagem produzida por uma mulher encarcerada, os sentidos que se produzem a partir dessa configuração de linhas reconstrói uma imagem de uma cela, através do trabalho da memória discursiva, que vem restabelecer os implícitos, conforme Pêcheux (1999). Tomando, então, essas linhas como a forma material da cela de uma prisão, conseguimos seguir nossa análise para o outro elemento visual que compõe a imagem: duas peças de vestuário, em suspenso, que parecem estar, indefinidamente, entre a parte interna e a parte externa das grades da cela.

Uma camiseta e uma bermuda, desenhados com uma cor marrom alaranjada, podem, nessas condições de produção do discurso – ou seja, referidas à prisão – restabelecer uma relação com o uniforme vestido pelas mulheres em situação de privação de liberdade no Presídio Feminino de Tubarão. Temos, então, materialmente representados pelo desenho, o espaço do aprisionamento dos corpos das mulheres e as roupas que costumam usar no interior desses espaços.

O que nos chama a atenção, remetendo a um gesto interpretativo relacionado ao estranhamento (Ernst, 2009), diz respeito à ausência de um corpo preenchendo as roupas colocadas em suspenso; além disso, há outro elemento importante que precisa ser considerado na análise da imagem. Esse elemento concerne à forma como a roupa parece entremear-se às linhas das grades, como se estivesse, ao mesmo tempo, dentro e fora, no interior e no exterior da cela, em uma espécie de não-lugar, em um lugar impossível de ser ocupado ao mesmo tempo. Olhamos a imagem e compreendemos que, materialmente, se marca algo da ordem do impossível, do real, que produz seus efeitos no simbólico pela forma material da linguagem visual. Questão esta que nos leva ao trabalho de Orlandi (2007, p. 70), para quem “O silêncio do sentido torna presente não só a iminência do não-dito que se pode dizer mas o indizível da presença: do sujeito e do sentido”.

Ao não ter um corpo, podemos compreender que a roupa desenhada funciona como uma metonímia do corpo. Visualizamos, mesmo sem estar presente materialmente, o corpo de uma mulher, por se tratar de um Presídio Feminino. Seria uma mulher negra? Não há como afirmá-lo. Talvez, pelo funcionamento da memória discursiva, considerando que o número de mulheres encarceradas no país é prioritariamente de mulheres negras, pudéssemos resgatar essa imagem; no entanto, a ausência do corpo também materializa uma ausência de cor. Ao não se colocar, com o lápis *de cor*, uma tonalidade de pele que representasse os contornos do corpo de uma mulher, a imagem nega o relato da cor da pessoa presa. E a questão que colocamos é se este corpo que se invisibiliza aí dentro não é o mesmo que é invisibilizado lá fora; se o corpo condenado daqui de dentro não é o mesmo condenado lá de fora; “o enjeitado da vila enjeitada” nas palavras de Brum (2006, p. 27).

A pessoa presa, representada pelo uniforme, apesar de vesti-lo no interior da prisão, não é somente um uniforme, não significa somente a situação de enclausuramento. Apesar de viver sob o estigma

do cárcere, o qual seguirá produzindo efeitos mesmo em situação de liberdade (Borges, 2019), ela o nega, não sendo o seu corpo transportado para um outro lugar, para um outro espaço significativo que não o espaço da prisão. O que existe, efetivamente, é uma roupa em um corpo – ao contrário de ser um corpo em uma roupa. Esta roupa, metonomicamente, representa a mulher presa, mas em suspenso, pois logo poderá deixar de ocupar aquele espaço. Está entre um dentro e um fora, está com a vida (des)limitada por aquilo que a prisão deseja que ela seja: somente uma roupa. Com isso, com a ausência do corpo em um espaço não determinado, por entre as grades, podemos compreender que emerge a resistência: existe a possibilidade de ser sujeito fora da roupa exposta, e é essa a direção dos sentidos (Orlandi, 1996) a que precisa se vincular, para que siga viva, para que siga viva fora da prisão.

Com isso, encerramos a presente reflexão, alinhadas às pesquisas desenvolvidas por Vinhas (2014) e Marques (2020), lançando um olhar para a forma como a resistência se inscreve mesmo em espaços onde a circulação da palavra, os processos de simbolização, são interditados. Onde há sujeito, há resistência, mesmo que o Estado se arme para evitá-la, configurando os limites possíveis dos corpos, dos sujeitos, daquilo que pode e deve ser dito. Ser sujeito encarcerado no Brasil é estar sob a determinação de um sistema que não somente aprisiona o corpo, mas dá limites àquilo que se pode *ser*.

Nesse sentido, a partir de Orlandi (2007, p. 58), podemos dizer que silenciar o corpo no desenho, não deixar que ele fale “do lugar que se ‘espera’ que ele fale”, é uma pista das formas de resistência que o sujeito encontra para dar conta da vida dentro das grades, tão dura quanto a vida lá fora.

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

ERNST, Aracy. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição do corpus discursivo. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 4. 2009, Porto Alegre-RS. **Anais do IV SEAD** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FERNANDES, Daniel Fonseca. O grande encarceramento brasileiro: política criminal e prisão no século XXI. **Revista do CEPEJ**, v. 18, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

INDURSKY, Freda. Políticas do esquecimento X Políticas de resgate da memória. In: FLORES, Giovanna; NECKEL, Nadia; GALLO, Solange (orgs.). **Análise de Discurso em Rede**: cultura e mídia. v. 1. Campinas: Pontes Editores, 2015.

MARQUES, Juliene da Silva. **Mulheres encarceradas**: discurso, voz e resistência. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão-SC, 2020.

MODESTO, Rogério. Gritar, denunciar, resistir: “como mulher, como negra”. In: ADORNO, Guilherme *et al.* (orgs.). **O discurso nas fronteiras com o social**: uma homenagem à Suzy Lagazzi. v 2. Campinas: Pontes, 2019. p. 111-134.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* (orgs.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

SANTOS, Thandara (org.). **Levantamento Nacional de informações penitenciárias**: INFOPEN Atualização – Junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017.

SILVA JUNIOR, Nelson da. O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do “Pacto edípico e pacto social, de Hélio Pellegrino, ai “E daí?”, de Jair Bolsonaro. *In*: SAFATLE, Wladimir; SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021

SCHWARCZ, Lilia M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VINHAS, Luciana Iost. **Discurso, corpo e linguagem**: processos de subjetivação no cárcere feminino. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

“É PRECISO ‘TIRAR O VERMELHO DA RUA’”: MEMÓRIA E EFEITOS DE SENTIDO SOBRE O COMUNISMO NAS ELEIÇÕES DE 2022¹

Ana Paula Santos de Oliveira
Instituto Federal de Roraima
Karla Janaína Alexandre da Silva
Instituto Federal de Pernambuco

| 1. Introdução

Em junho de 2013, durante a gestão federal do Partido dos Trabalhadores (PT), brasileiros de todo país saíram às ruas para exigir a redução nas tarifas de transporte público e a melhoria na qualidade de outros serviços prestados pelo Estado. O ano seguinte também foi marcado por protestos dessa ordem, desta vez relacionados à suposta corrupção do governo na organização da Copa do Mundo que seria sediada no país. Os manifestantes questionavam a falta de controle dos gastos públicos na estruturação do evento internacional. Posteriormente, denúncias de corrupção envolvendo a Petrobras foram amplamente noticiadas pela imprensa nacional, contribuindo para o clima hostil instaurado desde as Jornadas de junho.

1 “É preciso” é parte do subtítulo da coluna escrita por Mônica Bergamo na *Folha de São Paulo*, na qual notícia que Simone Tebet havia sugerido ao PT “tirar o vermelho da rua” no segundo turno das eleições de 2022.

Essa atmosfera de revolta popular possui outra característica: o contorno do conservadorismo que, aos poucos, foi ganhando força nas ruas e nas redes sociais. Dizeres como “Intervenção militar já” e “Fora Dilma comunista, PT nunca mais” passaram a ser reproduzidos massivamente. Uma conjuntura que se configurou como o cenário perfeito para o golpe institucional responsável pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), em 2016.

Desde então, junto à aprovação de reformas estruturais que prejudicam ainda mais o trabalhador brasileiro, as narrativas favoráveis ao capitalismo, alimentadas pela mídia comercial, são reforçadas por esse discurso conservador que, além de atuar na suposta defesa da moral e dos bons costumes, procura convencer a massa da necessidade de confrontar qualquer prática de sujeitos identificados ao discurso contra-hegemônico, ou comunista.

Esse discurso de “combate ao comunismo” revela uma memória discursiva que, atualizada num momento de crise do capital, funciona como estratégia para a preservação deste modo de produção e o apagamento da sua determinação histórica. Constitutiva do imaginário social brasileiro, a memória sobre o comunismo ressurge, pois, a serviço do capital. “[...] trata-se do velho truque de fantasmagoria, destinado a produzir, para o público espectador, a ilusão de uma presença irreal, que se relaciona, em cena, com atores de carne e osso”, conforme Pêcheux (1990, p. 8).

Em 2018, o “truque de fantasmagoria” contribuiu para a ascensão da extrema-direita ao poder. Jair Messias Bolsonaro, conhecido pelo seu discurso saudosista da ditadura militar, é eleito presidente do Brasil pelo Partido Social Liberal (PSL). Suscetível ao avanço da agenda neoliberal no país, o seu mandato resultou em altas taxas de inflação e desemprego, aumento do número de brasileiros no Mapa da fome, cortes de recursos para a educação e para o desenvolvimento científico e mais de 600 mil mortos durante a pandemia de Covid-19.

A partir dessa conjuntura política e econômica, o fantasma do comunismo também se materializa nas eleições de 2022. Contudo, chama atenção por inaugurar *outro* funcionamento discursivo. Não se trata apenas de combatê-lo como um inimigo, mas de não evocá-lo como um aliado, como sugeriu Simone Tebet, senadora pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No segundo turno das eleições, após declarar apoio à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva (PT), Tebet indicou a necessidade de “tirar o vermelho da rua”, sob a justificativa de que a cor característica do PT assustava os eleitores conservadores do interior do estado de São Paulo e das regiões Sul, Centro-Oeste e Norte do país, como relatou a jornalista Mônica Bergamo, em sua coluna no jornal *Folha de São Paulo*, no dia 10 de outubro de 2022.

A afirmação parece coerente quando associada ao momento atual, em que a extrema direita vem conquistando um espaço político maior, a exemplo de Donald Trump nos EUA e da vitória de uma coalizão de extrema direita nas eleições italianas de 2022. Além disso, para vencer as eleições, Lula precisava conquistar os votos dos eleitores que resistiam à sua candidatura. Entretanto, ao pensarmos o funcionamento discursivo desse enunciado, percebemos que ele também provoca um estranhamento. “Tirar o vermelho da rua” soa, no mínimo, contraditório à história de um partido que se configurou pela ação dos movimentos sindicais.

Neste estudo, sob o marco teórico da Análise de Discurso pecheutiano, refletimos sobre a contradição presente nesse enunciado, que revela não apenas uma opinião da senadora, mas o posicionamento discursivo de um sujeito. Posicionamento que, na atual conjuntura político-econômica, aponta para os modos de atualização da memória discursiva sobre o comunismo e os indícios da sua presença no imaginário social brasileiro, sempre alimentado pela mídia.

Para dar sequência ao texto, discorreremos brevemente sobre as noções teóricas de memória discursiva e de formação imaginária, fundamentais à realização da análise proposta.

2. Memória discursiva e a construção do imaginário social sobre o comunismo no Brasil

Na obra *Manifesto do Partido Comunista*, cuja primeira edição remonta a 1848, Marx e Engels (2010, p. 21) discorrem sobre como a ideologia contra-hegemônica era representada pela classe dominante na época: “Um espectro ronda a Europa—o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa aliaram-se para uma Santa Caçada a esse espectro: o papa e o czar, Metternich e Guizot, radicais franceses e policiais alemães”. As palavras dos autores indicam as primeiras narrativas documentadas sobre um discurso anticomunista que, volta e meia, ressurge, com novos contornos, apontando para luta de classes ao longo da história.

Representado como “inimigo”, a partir de um discurso estrategicamente construído pela deturpação de seus ideais, essa memória discursiva sobre o comunismo é atualizada a cada crise estrutural do capital. Sua presença—irreal, fantasmagórica—é capaz de atravessar os tempos. Para Courtine (1999), trata-se de um discurso produzido pelas “línguas de Estado” e que opera a favor da manutenção da divisão de classes e sua relação com os aparelhos ideológicos de Estado.

Indo para a segunda metade do século XX, os fantasmas-espantelhos do comunismo (Pêcheux, 1990) são evocados novamente, dessa vez para corroborar na destituição de governos constitucionais em países latino-americanos através de golpes militares. No Brasil, a justificativa apresentada pelos militares brasileiros para a destituição de João Goulart da presidência da República, em 31 de março de 1964, estava centrada no combate ao “inimigo”. Era fundamental vincular o seu go-

verno aos “ideais” comunistas para legitimar a ruptura com o regime democrático, apagando a ideia de golpe e suas reais determinações.

Nos últimos anos, em razão das novas diretrizes impostas pelo capital (novamente em crise), temos visto essa memória discursiva sendo atualizada e, em alguns momentos, produzindo um efeito inesperado, como no posicionamento de Simone Tebet. Mas, no que consiste a noção de memória discursiva? Para a teoria pecheutiana, o conceito diz respeito “aos sentidos entrecruzados de memória mítica, de memória social inscrita em práticas e de memória do historiador” (Pêcheux, 2015, p. 50). Ela remete ao campo de dissenções múltiplas, o lugar dos sentidos em jogo, que é o interdiscurso. Revela-se como um domínio que “constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciatador na formação dos enunciados pré-construídos, de que sua enunciação apropria-se” (Courtine, 1999, p. 18).

Para tornar mais clara a definição, retomamos a noção de sujeito do discurso, também proposta pela teoria. Essa noção não corresponde ao sujeito falante, senhor de si e das suas vontades, mas refere-se ao modo como o indivíduo, afetado pelo simbólico, se converte em sujeito. Nessa perspectiva, o sujeito do discurso é resultado de um processo de assujeitamento ideológico, marcado por atravessamentos de outras duas ordens: o inconsciente e a língua.

Pelo assujeitamento ideológico, a teoria justifica a inserção (via forma-sujeito) do sujeito no campo do interdiscurso através da sua identificação com uma formação discursiva (FD). O sujeito não detém o controle desse processo, pois este é da ordem do inconsciente. Imerso no interdiscurso, em consonância com a FD que lhe é constitutiva e inscrito na história, o sujeito se marca na língua para assumir posições discursivas (Orlandi, 2012).

Portanto, a memória discursiva representa o exterior enunciável, isto é, aquilo que no dizer do sujeito remete ao interdiscurso, o que aponta para o seu processo de constituição discursiva no espaço

de uma FD. Dito de outro modo, a memória discursiva refere-se ao sentido que é anterior ao sujeito, com o qual ele se identifica e atualiza em *suas palavras* no ato da enunciação.

No percurso da história, a memória discursiva sobre o comunismo representa uma disputa de narrativas, reflexo da luta de classes. Considerando que “não há discurso que não se relacione com outros” e que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (Orlandi, 2012, p. 39), no interior de uma formação social que funciona de forma hierárquica, cabe levantar alguns pontos sobre as formações imaginárias, através das quais se evidencia, a partir de mecanismos de produção de sentidos, o lugar do sujeito no discurso.

Segundo Pêcheux (2014), mais do que a transmissão de informação entre A e B, o que se destaca no processo discursivo é o efeito de sentidos entre A e B. Nesse processo, afirma o autor, os sujeitos projetam seus discursos através de mecanismos de antecipação em torno do lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, ou da imagem que fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro. Nessa perspectiva, um enunciado pode vir a ter *outros* sentidos, de acordo com FD constitutiva do sujeito. Eis o movimento que indica a sua posição ideológica (do sujeito). Em outras palavras, o discurso ganhará sentido a partir do modo como o sujeito se situa no jogo entre o contexto sócio-histórico e a memória do dizer (Orlandi, 2012).

Em relação ao discurso anticomunista no Brasil, este foi ganhando novos contornos a cada onda de “ameaça comunista”. Suas primeiras narrativas, ainda incipientes, começaram a chegar à imprensa brasileira antes mesmo da Revolução de outubro de 1917. Mariani (1998, p. 143) observa que a representação do comunista como inimigo, reproduzida pelos jornais brasileiros na segunda década do século XX, já projetava no imaginário social “antecipações alarmistas”, que vinculavam os primeiros e poucos comunistas do país a essa representação.

Portanto, não é difícil concluir que, às vésperas de 31 de março de 1964, em um país cuja maioria dos sujeitos se identifica com o discurso cristão, a circulação de dizeres contra a esquerda, a exemplo do “comunista é ateu”, foi de suma importância para a manutenção da ditadura militar por 21 anos no Brasil. Décadas após o seu fim, essa imagem segue fincada no imaginário social brasileiro e ressurge com muita força em 2013, com as Jornadas de junho.

Voltando à noção de memória discursiva, retomamos Achard *et al.* (2015, p. 22) para destacar que, para que a memória funcione, “é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer impressão”. Assim, situamos as manifestações realizadas pela oposição às vésperas da destituição de João Goulart e nos três anos anteriores ao impeachment de Dilma Rousseff, 52 anos depois, em uma mesma rede de filiação de sentidos.

Considerando as condições de produção discursiva dos dois períodos, cabe observar que ambos têm em comum o fato de serem determinados pelo modo de produção capitalista. Este, para manter seu *status quo*, necessita, sobretudo, durante as crises que lhe são inerentes, do apoio dos aparelhos ideológicos do Estado (AIE). Diante das reformas que legitimam a precarização das relações de trabalho, por exemplo, é a mídia comercial que assume o papel de convencer o povo da necessidade dessas mudanças para o desenvolvimento do país, através de falácias que apagam a causa das contradições sociais—de caráter hegemônico.

Assim, às vésperas dos golpes de 1964 e 2016, a mídia alimentou de forma incessante nos brasileiros “o sentimento de pessimismo, desesperança e descrédito no governo”, destaca Assis (2016, p. 95). Desse modo, carregadas de desinformações, suas exposições apresentam

a mesma essência, a ver: “a defesa do capital, dos interesses da elite” (Assis, 2016, p. 95).

As estruturas reprodutivas exercem influência “desde os instrumentos rigorosamente repressivos/materiais e as instituições jurídicas do Estado, até as teorizações ideológicas e políticas mais mediadas de sua *raison d'être* e de sua proclamada legitimidade”, esclarece Mézáros (2011, p. 125). Portanto, as reformas estruturais implementadas no Brasil logo após o golpe de 2016, começando pela reforma do trabalho, que precarizou ainda mais a vida do trabalhador brasileiro, foram estrategicamente orientadas pela classe hegemônica. Para isso, contou com o apoio dos poderes constituintes e da mídia burguesa, tal como em 1964.

Nessa rede de sentidos, inscrevem-se os desdobramentos políticos que assistiremos no Brasil nos anos posteriores, com a chegada da extrema-direita ao poder em 2018. Bolsonaro, cuja vitória no pleito eleitoral de 2018 foi impulsionada pela operação Lava Jato, instrumento político que resultou na prisão do ex-presidente Lula e impossibilitou a sua candidatura, consolidou a sua campanha através de um discurso que entrelaçava os valores religiosos a uma promessa de combate à corrupção e à desconstrução de iniciativas dos governos petistas, sempre vinculando essas ações ao comunismo, como ocorreu com o governo de Goulart.

Assim, tendo como principais características o apelo à religião, o culto à violência e o ódio à esquerda, o discurso anticomunista no Brasil ressurgiu nos últimos anos através do vínculo que mantém com os movimentos da extrema-direita que avançam no mundo ocidental desde a crise econômica de 2008. Nesse processo de retomada do discurso anticomunista, destacamos também o papel das redes sociais como molas propulsoras à desinformação das massas. Como afirma Magalhães (2019, p. 87), trata-se de um discurso intrínseco ao sistema do capital e que, impulsionado pelas mídias sociais, como *Facebook*

e *WhatsApp*, converge para o irracionalismo: “a língua de metal que é disseminada nas mídias é o melhor exemplo dessa forma de formar as mentalidades: muita informação sem nenhum aprofundamento”.

Produzindo efeitos nas eleições de 2022, o discurso anticomunista atravessou tanto o discurso de Bolsonaro como o de seus opositores, em vista da necessidade de desvincular suas campanhas de um imaginário que segue forte no Brasil, reproduzindo-se no “interior de práticas discursivas regradadas por aparelhos ideológicos” (Courtine, 2009, p. 105).

Para discutir essa questão, analisaremos os efeitos de sentido provocados pela fala de Simone Tebet no segundo turno das eleições presidenciais de 2022. Quando, ao projetar-se em direção aos apoiadores da candidatura de Lula, sugeriu “Tirar o vermelho da rua” para não assustar os eleitores conservadores. Passemos ao nosso gesto de interpretação.

3. O apagamento do “vermelho” e seus efeitos de sentido nas eleições de 2022

Pela análise da materialidade discursiva em destaque neste estudo, buscamos refletir sobre como, na atual conjuntura político-econômica brasileira, a memória discursiva sobre o comunismo no país é atualizada na fala de Simone Tebet, que sugeriu aos apoiadores do PT, no segundo turno das eleições presidenciais de 2022, “tirar o vermelho da rua”. Para isso, partimos de sua posição-sujeito em direção ao funcionamento dos mecanismos de produção do seu discurso.

O enunciado, posto em circulação pela jornalista Mônica Bergamo, do jornal *Folha de São Paulo*, em 10 de outubro de 2022, tem o seu sentido constituído no interior da ideologia dominante (capitalista), responsável, como dito anteriormente, pela reprodução de narrativas que visam deturpar os ideais da ideologia contra-hegemônica. A mesma discursividade se volta também para a descarac-

terização de posições de base hegemônica quando estas não atendem os interesses do mercado em crise, quando vão de encontro aos valores defendidos pela extrema direita ou ao seu representante maior, por exemplo, situando-as na mesma rede de significados que recai na projeção do comunismo como algo a ser combatido.²

Símbolo da esquerda revolucionária, o vermelho ao qual se referiu a senadora aponta para uma narrativa que associa o PT ao comunismo, atualizando uma memória discursiva que circula no país desde a fundação do partido (1980), cujo discurso se caracteriza pela defesa do trabalhador. A constituição desse imaginário, não por acaso, estende-se ao personagem mais importante do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, um de seus fundadores e principal liderança do sindicalismo brasileiro do final da década de 1970, durante o regime militar.

Por outro lado, é importante observar que o PT, e aqui nos voltamos, especialmente, para o período em que governou o Brasil (2003-2016), mesmo com a instauração de políticas públicas a favor da diminuição das desigualdades sociais no país, não deixou de obedecer à agenda neoliberal. Em sua gestão não houve nenhum movimento de ruptura institucional. As alianças embaraçosas do PT com partidos de direita, por exemplo, realçam os efeitos da ideologia dominante sobre os sujeitos interpelados pela ordem do capital, inclusive, sobre os que se opõem a essa ordem, identificados ao discurso contra-hegemônico.

Em termos teóricos, essa “contradição” presente no discurso do PT remete ao ritual do assujeitamento ideológico, naquilo que afirma Pêcheux (2014, p. 277), de que “não há ritual sem falhas”. É a falha no processo de interpelação que nos permite pensar sobre o modo como se dá a identificação do sujeito do discurso com a FD que lhe é constitutiva. Pela origem no interdiscurso (o palco dos sentidos em jogo), a FD se configura como um campo heterogêneo (Indursky, 2008). Disso

2 Um exemplo desse efeito discursivo é o modo como o bolsonarismo se voltou contra veículos de comunicação e outros aliados, classificando-os como “comunistas” toda vez que a gestão de Bolsonaro foi alvo de críticas.

resulta a possibilidade de o sujeito se identificar ou não com sentidos constitutivos desse espaço que o configuram ideologicamente e de ser a contradição inerente ao dizer. Nos exemplos que trazemos aqui, essa contradição discursiva se materializa através de gestos políticos.

Para compreender a contradição presente no discurso de Simone Tebet ao se aliar ao PT, faz-se necessário que observemos a sua posição-sujeito, vinculando o seu discurso às condições de produção discursiva já apresentadas. Ao afirmar que o PT deveria “tirar o vermelho da rua” para não assustar os eleitores conservadores, as palavras da senadora projetam um imaginário sobre o comunismo que não compete somente ao discurso dos eleitores resistentes à candidatura do Lula, mas à sua própria posição-sujeito em relação ao Partido dos Trabalhadores.

Tendo em vista que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições dadas”, com o sujeito “situado no interior da relação de forças existentes” (Pêcheux, 2014, p. 76), é preciso lembrar que a senadora saiu fortalecida do primeiro turno das eleições, ganhando maior visibilidade na mídia brasileira ao apoiar a candidatura do PT no segundo turno.

Por outro lado, é notória a preferência da mídia comercial brasileira por partidos tradicionais de direita, mais flexíveis aos interesses do mercado financeiro. A repercussão dos posicionamentos de Tebet na imprensa nacional, a exemplo do título da coluna (“Alguém tem que colocar juízo na campanha do Lula, diz Simone Tebet”) que abre o enunciado em análise, aponta para essa direção de sentidos. Portanto, ao afirmar que a senadora havia sugerido aos apoiadores do PT, através de conversas privadas, vazadas à colunista, que era “preciso” [colocação de Bergamo] “tirar o vermelho da rua” [colocação de Tebet] para não assustar os eleitores conservadores do país, a *Folha* reforça a narrativa estigmatizada sobre o partido.

Pertencente ao MDB, a senadora pautou o seu discurso no segundo turno em torno da necessidade de salvar a democracia do perigo representado pela reeleição de Jair Bolsonaro, principal beneficiado da crise institucional gerada no país a partir de 2013 e que resultou no golpe institucional três anos depois. Aliás, nesse momento, Simone Tebet, assim como o então deputado federal Jair Bolsonaro, votou pelo impeachment de Dilma Rousseff (PT).

Pelos posicionamentos de Tebet e de Bolsonaro, evidenciam-se os diferentes modos de os sujeitos se relacionarem e se identificarem com o discurso hegemônico, o que reforça o caráter heterogêneo de uma FD (Indursky, 2008). Desse modo, se para ambos os políticos é da ordem do possível dizer *sim* para um gesto antidemocrático como o representado pelo golpe de 2016, para a senadora é da ordem do impossível dizê-lo frente à derrocada final da democracia no país, caso a extrema direita ganhasse as eleições em 2022.

Entretanto, o fato de Tebet ter se colocado de forma contrária a Bolsonaro no pleito eleitoral de 2022 não significa que o seu posicionamento corresponda a uma desidentificação, enquanto sujeito, com o discurso hegemônico. O seu discurso, ao sugerir o apagamento da cor símbolo do PT no segundo turno, demarca a sua posição identificada à ideologia dominante e ao discurso anticomunista. De fato, em sua fala, a senadora busca moldar o partido não somente às expectativas dos eleitores que rejeitam tanto Lula como Bolsonaro, mas, em especial, aos 4,9 milhões de eleitores que conquistou no primeiro turno (TSE, 2022).

Mais do que reproduzir uma imagem forjada pela mídia de um partido surgido dos movimentos sindicais, e cujo principal fundador, vindo da classe operária, ganhou projeção ao liderar greves em plena ditadura militar no ABC Paulista, o enunciado em estudo vai de encontro à própria história do partido, visto que “tirar o vermelho da rua”, num movimento de derivas do sentido, produz o apagamento da classe

trabalhadora em sua luta por melhores condições salariais e de trabalho numa sociedade atravessada por fortes desigualdades sociais. Nesse sentido, trazemos Pêcheux (2019, p. 308) para afirmar o que temos reforçado ao longo deste estudo—que as palavras “fazem sentido, e não necessariamente *um* sentido”.

Definido em “referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso”, ou às suas condições de produção, o funcionamento do discurso, segundo Pêcheux (2014, p. 78), supõe a existência de formações imaginárias, em seu vínculo com uma memória discursiva. Assim, Pêcheux (2014, p. 75) explica que, quando o sujeito evoca um dado acontecimento, “ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as ‘deformações’ que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido.”

Logo, embora a faça de modo indireto, diferente de Bolsonaro, que anuncia de forma aberta e provocativa o vínculo entre o PT e o comunismo, Tebet também evoca essa memória discursiva. Tendo em vista que o sujeito não tem controle sobre o que diz, não percebendo que é o interdiscurso que o constitui, sofrendo cegamente as suas determinações, segundo se identifique ou não com a ordem hegemônica (Pêcheux, 2014), é válido reforçar que é a memória discursiva, em seu processo, que possibilita o retorno de tempos e lugares.

Nessa perspectiva, concluímos as nossas análises com Mariani (1998, p. 34), que vincula a memória a um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações com a dominância de uma delas. “Naturaliza-se, assim, um sentido ‘comum’ à sociedade, ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa”, indica a autora, que, por outro lado, adverte que as direções de sentidos, independentemente de suas posições, podem ser modificadas ou mesmo confluir, em razão da heterogeneidade da FD.

| 3. Conclusão

Neste breve estudo, colocamos em evidência o funcionamento de um discurso sobre o comunismo que atravessa a história do Brasil republicano e que representa uma memória discursiva sempre atualizada em períodos de crise estrutural do capital. Constitutiva do imaginário social brasileiro, essa memória impulsiona a circulação de discursos que vão de encontro aos ideais contra-hegemônicos, buscando formar uma barreira de proteção a um modo de produção essencialmente excludente. Em nosso gesto de análise, observamos que essa proteção envolve diferentes posições-sujeito, responsáveis por alimentar uma narrativa que, em sua contradição, costuma ser endossada por parte da classe trabalhadora, a partir de estratégias legitimadas pelos aparelhos ideológicos de Estado, a exemplo da mídia comercial.

Vimos ainda que “tirar o vermelho da rua”, embora inaugure *outro* funcionamento discursivo, o de não evocação do comunismo como aliado, é parte de uma memória que representa o comunismo como inimigo. Para compreender o funcionamento discursivo desse vínculo, partimos da noção teórica de assujeitamento ideológico, que, da ordem do inconsciente, é um processo sobre o qual o sujeito não tem controle, e que é responsável pela sua identificação com uma formação discursiva a partir de uma determinada posição-sujeito, em detrimentos de outras posições, dentro de condições de produção específicas do discurso.

Simone Tebet, mesmo sob a justificativa de atrair eleitores para o PT, na condição de sujeito do discurso, identificado ao discurso hegemônico, assume uma posição de confronto com o partido, atualizando essa memória discursiva que irá associá-lo ao comunismo. Corroboramos, pois, para a reprodução de uma narrativa da qual a ideologia dominante lança mão quando a manutenção de seus *status quo* é ameaçada. Um discurso endossado pela mídia comercial brasileira, a exemplo da *Folha de São Paulo*, apoiadora dos golpes de 1964 e 2016.

Entretanto, ainda que o seu posicionamento discursivo contribua para deslegitimar toda ação que beneficie o trabalhador brasileiro, pois sugere o apagamento da luta proletária (“tirar o vermelho da rua”), a sua identificação à ideologia dominante não chega a produzir, através do seu discurso, um gesto antidemocrático, ao contrário do discurso bolsonarista.

Nesse sentido, como foi mostrado em nossas análises, a sua aliança com o PT revela modos de assujeitamento à ideologia dominante que não são idênticos. Dessa vez, atores sociais pertencentes a mesma formação social, porém identificados de diferentes formas ao discurso hegemônico, uniram-se, em sinal de resistência, ao avanço da barbárie no Brasil. Embora estejamos longe de sermos uma sociedade igualitária, considerando a nossa processualidade histórica, a eleição de 2022 mostrou que, sim, é possível ir de encontro às preferências do capitalismo, ainda que este continue direcionando a nossa prática cotidiana.

Referências

ACHARD, Pierre *et al.* Memória e produção discursiva do sentido. *In:* ACHARD, Pierre *et al.* (orgs.). **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. 4 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 11-17.

ASSIS, Denise. Mídia e novo golpe. *In:* PRONER, Carol *et al.* (orgs.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru, SP: Clacso/Projeto Editorial Praxis, 2016. p. 95-96.

BERGAMO, Mônica. ‘Alguém tem que colocar juízo na campanha do Lula’, diz Simone Tebet. **Folha de S. Paulo**, 10 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/10/alguem-tem-que-colocar-juizo-na-campanha-do-lula-diz-simone-tebet.shtml> Acesso em: 21 out. 2022.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. São Carlos, SP: EduFSCar, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. *In:* INDURSKY,

Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. p.15-22.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange *et al.* **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

MAGALHÃES, Belmira. A crise estrutural do capitalismo e o irracionalismo. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 14, n. 22, p. 81-91, jul.-dez. 2019.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Trad. Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2012.


PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. de José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, jul./dez, 1990. p. 7-24.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani *et al.* 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. p. 59-148.

PÊCHEUX, Michel. Formações ideológicas, aparelhos ideológicos de Estado, formações discursivas. In: OLIVEIRA, Guilherme Adorno de; NOGUEIRA, Luciana. Encontros na **Análise de Discurso: efeitos de sentidos entre continentes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019. p. 307-325.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 49-56.

TSE. **Resultado das eleições 2022**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/administracao/menu-superior/eleitor-eleicoes/eleicoes/resultados-das-eleicoes-2022>. Acesso em: 12 nov. 2022.



ESCUTA SOCIAL: ESPAÇO URBANO E VIOLÊNCIA NO TESTEMUNHO DE QUARTO DE DESPEJO

Bethania Mariani
Universidade Federal Fluminense/CNPq/FAPERJ
Andréa Rodrigues
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Aline França de Souza
Câmara Municipal de Duque de Caxias–RJ

| 1. Introdução

Pretende-se, com este texto, dar continuidade a estudos que se propõem a realizar uma “escuta social” (Pêcheux, 1966; Mariani, 2011, 2021) sobre situações de violência urbana e do Estado. Situadas no campo teórico e analítico da Análise do Discurso Materialista, visamos retomar e ampliar uma teorização sobre relatos de si e testemunhos, propondo, como objeto de análise, a obra *Quarto de despejo* – diário de uma favelada, de Carolina de Jesus (2014 [1960]).

Do ponto de vista discursivo, inicialmente trazemos como temática geral uma discussão ampla sobre a noção de sujeito em relação a processos de subjetivação e individualização (Orlandi, 2001a; Mariani, 2011; Mariani; Guimarães, 2010; Mariani; Fonseca, 2021).

Para o texto em tela, tal discussão é relevante, pois visa problematizar a enunciação desse “eu” que toma a palavra para fazer um relato de si. Em seguida, vamos retomar uma proposta de conceituação sobre *escuta social* e sobre *cultura*, além da distinção entre relato de si e testemunho (Mariani, 2011, 2021; Mariani; Fonseca, 2021), enfatizando a concepção de que testemunhos são da ordem do memorável, ou seja, remetem para um relato de si que visa transmitir algo que aconteceu por um determinado sujeito que enuncia a partir de uma determinada posição discursiva de sofrimento em função da violência sofrida.

Nossa proposta é, a partir da Análise do Discurso Materialista, fazer uma contribuição social na medida em que, ao propor uma escuta e uma análise de testemunhos que circulam em âmbito, muitas vezes bem restrito, pode-se atuar na divulgação dessas situações de violência social, urbana e do Estado. Daí a importância em analisar discursivamente *Quarto de despejo*.

| 2. Apontamentos teóricos

Análise do discurso e Psicanálise se tocam e se distanciam. Vejamos.

Ao dizer “eu” o sujeito se encontra no “teatro da consciência”, nos termos de Pêcheux (1988 [1975]). O sujeito fala... seja porque já se encontra submetido às ilusões de estar na origem e no controle do que diz, seja porque já se encontra submetido às leis do funcionamento estrutural da linguagem, ou seja, às leis que permitem que ele faça uso de uma língua que é de todos ao mesmo tempo em que se depara com a negatividade que habita a linguagem. Se os sujeitos se encontram submetidos às evidências do que ouvem, dizem, leem ou escrevem (afinal, são falantes!), são submetidos simultaneamente às *discrepâncias* do *ça parle*, o impensado do pensamento. (Pêcheux, 1988 [1975], p. 156-157).

Com a presença da escolarização nos passos sociais e culturais de inscrição numa formação social dada, o processo de individua(li-

zação (Orlandi, 2001a) atua de modo inexorável, movendo o sujeito tanto na explicitação de suas redes de diferenças quanto nas repetições das redes de produção de sentidos já dados. Desse ponto de vista, um analista do discurso compreende que no simbólico, ou seja, na discursividade, aqui entendida como processo de constituição mútua entre o linguageiro e o histórico, podem ser analisados os rituais ideológicos que interpelam o sujeito, tornando-o responsável, na sociedade, na cultura, por seu próprio dizer (Mariani, 2011; Mariani; Guimarães, 2010).

Tomando mais estritamente o ponto de vista da Psicanálise, e re-pensando o já evocado teatro da consciência, deve-se considerar que o sujeito é dividido desde sempre, pois a subjetivação é um processo de inscrição no descontínuo da linguagem. Um sujeito não apenas (se) diz na ilusão de uma plenitude e de um controle do que diz. Para dizer algo, no enunciar das diferenças e das repetições nessa tomada da palavra, já se encontra a divisão subjetiva (Lebrun, 2010). A divisão subjetiva está para todos e é singular no modo como cada sujeito é fizado para a linguagem. Frente ao *eu devo* do social sempre se confronta o *eu sinto* do estilo singular de cada sujeito. Algo entra em contradição, algo desarruma o imperativo categórico do eu devo, indicando a não visível, a não apreensível presença do *eu sinto* (Mariani, 2011).

Antes de prosseguir, uma pequena observação sobre a cultura. Pêcheux tanto criticava a noção de cultura – “figura específica que toma a ideologia dominante quando ela passa pela escola” (Pêcheux, 1969) – quanto a compreendia como algo intrínseco aos processos de assujeitamento no que diz respeito ao *ordinário do sentido* (Pêcheux, 1981, p. 49). Em Mariani (2011), pode-se ler uma retomada do conceito de cultura em Pêcheux e um diálogo com a trilogia subversiva proposta pelo autor, sobretudo na possível relação estabelecida com o campo da psicanálise. Retomando Mariani (2011, p. 48),

pode-se pensar na cultura como uma forma de produção social que aponta para características, ou especificidades, resultantes das relações jurídicas e econômicas entre sujeitos numa dada formação sócio-histórica. Cultura, de uma maneira bastante ampla, é uma resultante de práticas dos sujeitos e entre sujeitos que remetem para um estado de coisas num determinado momento e em um determinado lugar em uma formação histórica; práticas vinculadas a maneiras de se relacionar em sociedade e que encontram na linguagem uma de suas formas de expressão.

Assim, consideramos o que chamamos de cultural como práticas não dissociadas dos modos sócio-históricos que permitem a individua(liza)ção, ou seja, são práticas de entrada do sujeito nas redes de significantes onde se inscrevem os processos sempre contraditórios de produção, reprodução, resistência e transformação dos sentidos. Práticas expostas também à errância e ao não fechamento/completude dos processos de interpelação do sujeito.

Ainda de acordo com o que foi proposto em Mariani (2011), falar de cultura supõe a presença do Outro. Outro, aqui, enquanto termo que promove um entremeio conceitual na trilogia subversiva proposta por Pêcheux. Designamos, assim, a noção de interdiscurso (Pêcheux, 1988 [1975]; Orlandi, 1996) em uma imbricação com a noção de grande Outro, tal como pensada por Lacan, sobretudo no início de sua obra: “... tudo que a linguagem traz em si, que se manifesta nos momentos de criação significativa, e que já está nela em estado não ativo, latente” (Lacan, 1999, p. 121). Em outras palavras, não há prática sociocultural em que o Outro esteja ausente. Pensar a cultura, discursivamente, é, em muitas situações, falar do desejo do sujeito e daquilo que limita este mesmo desejo em nome das relações sociais reguladas pelo jurídico. Em o *Mal estar na civilização*, Freud (1930) relaciona cultura, civilização e neurose ao afirmar que a neurose surge em função da intolerância à frustração imposta pela sociedade a serviço de seus ideais culturais, entendendo como culturais atividades e práticas de utilida-

de para os homens em sociedade. Freud mostra que a cultura, a civilização, surge no embate entre os impulsos do sujeito e as restrições que a Lei simbólica impõe para a sociedade, regulando os laços sociais, submetendo o individual ao social, ao coletivo, em suma, restringindo o gozo.

O que podemos escutar ao ler *Quarto de despejo*? Se tentamos praticar uma “escuta social” com “um sentido análogo à escuta analítica da prática freudiana” (Pêcheux, 1966), devemos exercitar o gesto analítico que um analista do discurso pode exercer para compreender o ordinário de sentido que constitui as tão desiguais relações culturais e sociais brasileiras. E mais, entendemos que no ordinário do sentido inscreve-se também o extraordinário, aquilo que escapa dos ideais e das regulações jurídicas. (Mariani, 2011). Carolina de Jesus inscreve-se neste extraordinário dos sentidos ao furar a bolha de certas práticas sociais que *a priori* excluem moradores de favela da posição de autoria. Carolina ao mesmo tempo em que dá um testemunho sobre sua posição de exclusão social, abre caminho para a construção no simbólico de suas experiências e sofrimentos vividos. Como em Mariani e Fonseca (2021), com nosso gesto de análise, entendemos que em *Quarto de despejo* não se lê apenas o relato de si de um sujeito em situação de desamparo social, mas sim é possível escutar o testemunho de uma urgência que se impõe ao dizer.

| 3. Sobre o testemunho em *Quarto de despejo*

Nas palavras de Mariani (2021, p. 20), podemos compreender os testemunhos como “dizeres que se configuram como necessários e emergenciais, urgentes para sujeitos afetados por uma violência imposta”. Testemunhar, conforme Pierron (1995), envolve risco assumido por aquele que ousa testemunhar quando as razões faltam. Em “Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte

quando vê o seu povo oprimido”, esse risco assumido pela testemunha é condicionante da própria estrutura do testemunho que foi registrado.

Ao mesmo tempo que o testemunho se caracteriza por falar de algo que aconteceu, formulando sentidos possíveis de serem ditos, produz efeito de presentificação, que como gesto de interpretação produz um passado que se perderia não fosse o registro desse testemunho.

Outro aspecto do testemunho é o fato de falar de um mal-estar, de um sentimento de não pertencimento, ideia desenvolvida por Mariani em *Fora do lugar: sujeito, língua, cidades*, de 2018¹. Podemos verificar, por exemplo, esse sentimento, esse mal-estar nos seguintes trechos de *Quarto de despejo*: “Hoje é a Nair Mathias quem começou imprecisar com os meus filhos. A Silvia e o esposo já iniciaram o espetáculo ao ar livre. Ele está lhe espancando. **E eu estou revoltada com o que as crianças presenciam. Ouvem palavras de baixo calão. Oh! Se eu pudesse mudar daqui para um nucleo mais decente**”. (Jesus, 2014, p. 14) e “A pior praga da favela atualmente são os ladrões. Roubam a noite e dormem durante o dia. **Se eu fosse homem não deixava os meus filhos residir nesta espelunca. Se Deus auxiliar-me hei de sair daqui, e não hei de olhar para trás.**” (Jesus, 2014, p. 188, grifos nossos)

Entretanto, o testemunho nem sempre causa o efeito esperado de solidariedade. Esse é um dos riscos que a testemunha assume, o de não ter seu testemunho ouvido e/ou compreendido, já que não se está no controle dos efeitos do testemunho / da sua recepção (Pierron, 1995). O enunciado “o poeta enfrenta a morte” diz desse risco a que o sujeito está submetido; uma morte do esquecimento, do apagamento, da não compreensão, da não escuta daquele que testemunha como forma de lidar com a dor.

O testemunho está centrado no sujeito que enuncia, pois há subjetividade no relatado: o sujeito se compromete com a transmissão e a

1 Artigo incluído na coletânea do livro *Testemunhos de resistência e revolta* (Mariani, 2021).

figura do leitor / ouvinte é igualmente importante (Mariani, 2021, p. 42). A testemunha fala daquilo que viveu e o afirma a partir do memorável (na tensão entre o lembrar e esquecer). O desejo de testemunhar diante do outro se alia à necessidade de esse outro precisar estar atento ao que a testemunha testifica. Assim, no testemunho – realizado em uma via de mão dupla –, a figura da testemunha é privilegiada, mas a do ouvinte/leitor não pode ser desconsiderada. Isso porque o testemunhar é um processo de troca, em que um se propõe a dizer e o outro deseja / se dispõe a receber o que é oferecido.

O sujeito autor de *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada, por meio de seu olhar sensível e incisivo, testemunha a respeito da condição de uma mulher, negra, mãe de três filhos, desassistida, moradora de um casebre, que enfrenta diariamente desventuras sociais e econômicas em uma cidade que cresce, mas não beneficia a todos. É um testemunho a partir do *quarto de despejo* em que residia e da cidade repleta de *casas de alvenaria*, onde a vida parecia – e era – muito diferente. Vale destacar o seguinte registro: “Aqui na favela quase todos lutam com dificuldade para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. Eu faço isto em prol dos outros”, em que Carolina de Jesus (2014) fala da posição social de exclusão a que está submetido um sem número de pessoas. Com o relato do que vivencia cotidianamente, no seu diário, dá testemunho ao transmitir o que é passar por tal experiência, que pode ser significada como um grande sofrimento de buscar todos os dias, sustento na cidade. Uma busca que se repete incessantemente, para tentar matar a fome de cada dia, tanto da narradora quanto de seus filhos, crianças ainda.

Ao longo do testemunho de *Quarto de despejo*, ao destacar a oposição entre a favela e a cidade, o diário de Carolina traz dizeres sobre como a (des)organização do espaço urbano reitera oposições referentes a condições socioeconômicas, traz luz ao antagonismo racial e reforça práticas sociais. Em diversos registros do livro, há a presença de forte oposição. Uma oposição geográfica entre o local onde a autora

morava *versus* o lugar onde buscava seu sustento; o local em que se deparava com a escassez *versus* o local em que se espantava com a exuberante realidade socioeconômica. Em resumo, as oposições explicitadas se baseiam no cotejo entre o *quarto de despejo*, que é a metáfora criada por Carolina Maria de Jesus para dar conta da favela, *versus* as casas de alvenaria, onde há planejamento urbano e infraestrutura.

Tal oposição mostra como a arquitetura e o planejamento urbanos – ou ausência deles – contribui para a produção / manutenção de sentidos que se mesclam aos moradores de cada localidade, atribuindo-lhes também sentidos. Rodrigues e Ferreira (2013, p. 131) destacam que, sob o efeito de evidência que a memória produz, há “sentidos cristalizados sobre a favela e seus moradores: desordem, sujeira, bandidagem”. Como bem lembram Mariani e Fonseca (2021), “a palavra ‘favela’ apresenta uma histórica produção negativa de sentidos que realça e, ao mesmo tempo apaga, justamente, os conflitos e o abandono por parte do Estado. Em um funcionamento discursivo bastante negativo produzido historicamente, favela é uma palavra que concentra sentidos de perigo, de tudo que é fora da lei e, por extensão, seus moradores são todos significados como pessoas que devem ser evitadas, como se todos os moradores fossem bandidos. Tentativas de substituição da palavra ‘favela’ por ‘comunidade’, algo que vem acontecendo nas últimas décadas, mantêm o apagamento das conflituosas relações sociais entre os moradores, traficantes, a sociedade em geral e o poder público.” (Mariani; Fonseca, 2021, p. 62).

Assim, os significantes que circulam socialmente sobre a favela seriam transferidos aos moradores daquele lugar, provocando identificações e contraidentificações. Vejamos as seguintes sequências recordadas de *O quarto de despejo*:

[SD1]_: Saí e fui no empório. Comprei arroz, feijão café e sabão. Depois fui no Açougue Bom Jardim comprar carne. Cheguei no açougue, a caixa olhou-me com um olhar descontente.

-Tem banha?

-Não tem.

-Tem carne?

-Não tem.

Entrou um japonês e perguntou:

-Tem banha?

Ela esperou eu sair para dizer-lhe:

-Tem.

Voltei para a favela furiosa. Então o dinheiro do favelado não tem valor? Pensei: hoje eu vou escrever e vou chingar a caixa desgraçada do Açougue Bom Jardim.

Ordinaria! (Jesus, 2014, p. 151).

[SD2]: [...] os editores do Brasil não imprime o que escrevo porque sou pobre e não tenho dinheiro para pagar. Por isto eu vou enviar o meu livro para os Estados Unidos. (Jesus, 2014, p. 133).

[SD3]: O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se util a patria e ao país. Pensei: se ele sabe disto, porque não faz um relatório e envia para os políticos? (Jesus, 2014, p. 26).

[SD4]: Levantei de manhã triste porque estava chovendo. (...) O barraco está numa desordem horrível. É que eu não tenho sabão para lavar as louças. Digo louça por habito. Mas é as latas. Se tivesse sabão eu ia lavar as roupas. Eu não sou desmazelada. Se ando suja é devido a reviravolta da vida de um favelado. Cheguei a conclusão que quem não tem de ir pro céu, não adianta olhar pra cima. É igual a nós que não gostamos da favela, mas somos obrigados a residir na favela. (Jesus, 2014, p. 42-43, grifo nosso).

[SD5]: Vendo que o Alexandre não parava de falar, eu fui na Delegacia. O soldado que estava de plantão disse:

- Favela é de morte!

Disse-me que se o Alexandre continuasse a perturbar para eu voltar as 6 horas. Voltei para a favela, ele estava na rua insultando. Resolvi fazer café. Abri a janela e joguei um pouco de água no Alexandre.

- Você chamou a Radio Patrulha para mim. Negra fidida! Mas você me paga! (Jesus, 2014, p. 97).

[SD6]: Devido eu estar muito suja, um homem gritou:

- É fome!

E me deram esmola. Mas eu caí porque estava com sono. (Jesus, 2014, p. 97).

Nas sequências, são vários os significantes que materializam esse deslocamento metonímico, em que os atributos da favela – associados a sujeira, desvalor, bandidagem – são transferidos para o sujeito que mora ali – o “favelado”. E a autora traz esse deslocamento para questioná-lo, denunciá-lo. Como afirmamos anteriormente, Carolina de Jesus fura a bolha e se faz escutar.

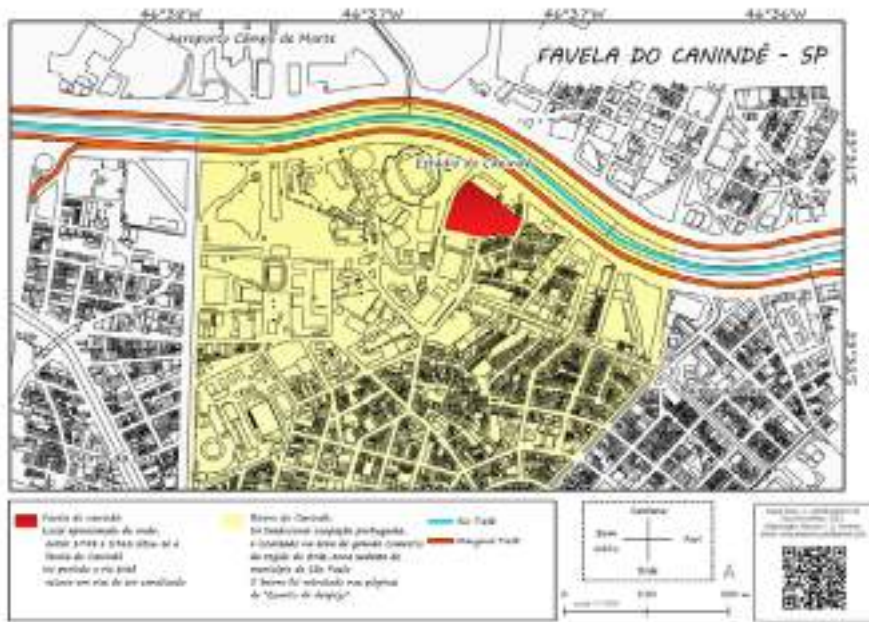
Na SD1 recortada acima, ela se pergunta: “o dinheiro do favelado não tem valor?”. Na SD2, o significante “pobre” textualiza os sentidos que lhe são atribuídos pelos editores brasileiros; na SD3, o significante “delinquir” atualiza a memória dos sentidos da favela associados à bandidagem; nas SD4, SD5 e SD6, são os sentidos cristalizados em relação à sujeira que se atualizam nos significantes “suja” e “fidida”.

Mariani (2018) introduz a perspectiva de que o testemunho pretende, segundo Pierron, transmitir um acontecimento a que não se pode mais assistir. Em *Quarto de despejo*, temos o testemunho dos dilemas sociais e econômicos que afetam uma migrante, mãe solo, ca-

tadora de papel, moradora de favela, com poucos anos de educação formal. Dilemas da cidade de São Paulo e da extinta Favela do Canindé.

Favela que, como o seguinte desenho cartográfico marca, é um lugar para os que estão à margem da sociedade; lugar para marginais. Esse caráter marginal ainda é reforçado pelo fato de a favela ter dado lugar à Marginal Tietê. E é justamente um recorte da produção de sentidos atrelada à (des)organização do espaço urbano que propomos.

Figura 1



Desenho cartográfico elaborado por Marcos V. S. Amaral (2021) para o Minicurso “Geografia e literatura: racismo ambiental, riscos e vulnerabilidade na obra ‘Quarto de Despejo’” (GRAFIAS-UFV).

Vale retomar aqui o sociólogo Gilberto Freyre em *Sobrados e Mucambos*, obra publicada em 1936:

Quando a paisagem social começou a se alterar, entre nós, no sentido das casas-grandes se urbanizarem em sobrados mais requintadamente europeus, com as senzalas reduzidas quase a quartos de criado, as moças namorando das janelas para a rua, as aldeias de mucambos, os “quadros”, os cortiços crescendo ao lado dos sobrados, mas quase sem se comunicarem com eles, os xangôs se diferenciando mais da religião Católica do que nos engenhos e nas fazendas, aquela acomodação quebrou-se e novas relações de subordinação, novas distâncias sociais, começaram a desenvolver-se entre o rico e o pobre, entre o branco e a gente de cor, entre a casa grande e a casa pequena. Uma nova relação de poder que continua, entretanto, a ser principalmente o dos senhores, o dos brancos, o dos homens. Maiores antagonismos entre dominadores e dominados. Entre meninos criados em casa e moleques criados na rua (sem a velha zona de confraternização entre as duas meninices que fora a bagaceira nos engenhos). Entre a dona de casa e a mulher da rua. Entre a gente dos sobrados e a gente dos mucambos (Freyre, 2013 [1936], p. 19).

É possível perceber que esse deslocamento está associado à produção de sentidos, que podem ser pensados, a partir da proposta da Análise do Discurso para as pesquisas sobre cidade e discurso (Orlandi, 1999, 2001b, 2001c, 2004; Lagazzi-Rodrigues; Brito, 2001), como uma mudança de ponto de vista em relação ao espaço, que passa de uma perspectiva meramente geográfica para uma abordagem discursiva.

Desse modo, Lagazzi-Rodrigues e Brito (2001, p. 51) observam que o espaço urbano pode ser entendido como uma configuração administrada de sentidos sociais e políticos. Na cidade, como destaca Orlandi (1999), organização e desorganização estão lado a lado. E não há consenso que não seja imaginário:

Dans l'espace public qu'est la ville, il n'y a pas de consensus qui ne soit imaginaire: le discours social n'est pas ho-

mogène et donne lieu à différents mouvements de discours qui se croisent dans l'espace urbain. En quête du sens, le sujet se dés-organise. La dispersion du discours social, dans cette perspective, se présente comme partie prenante –non directe, ni automatique –de la division sociale (Orlandi, 2001c, p. 107).

Orlandi (2004, p. 149) nos lembra ainda que o discurso do urbano é fruto de um movimento de generalização do urbanista, que busca uma homogeneidade no modo de significar a cidade, e com isso silencia outros sentidos e pretende aprisionar a sua materialidade significativa: “Evitam-se os conflitos, silencia-se o que demanda sentido e evitam-se as transformações” (Orlandi, 1999, p. 5). Podemos pensar, assim, que a favela seria mesmo uma sobra, aquilo que ficou de fora do administrável, e que precisaria ser despejada para fora da pretensa homogeneidade da cidade. É possível, com isso, observar que o diário de Carolina de Jesus resiste a esse silenciamento e ao administrável dos sentidos da cidade, ao testemunhar sobre o que é morar na favela.

Ao tratar da significação da cidade e da favela, a autora estabelece o seguinte processo de significação: “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (Jesus, 2014, p. 32). Faz-se uma oposição entre a favela e a cidade: lugar onde morava *versus* lugar onde buscava seu sustento; onde se deparava com escassez *versus* onde admirava a realidade socioeconômica; enfim, quarto de despejo, significantes trazidos por Carolina Maria de Jesus para dar conta da favela *versus* o ambiente das casas de alvenaria onde há planejamento urbano e infraestrutura.

Destaca-se, ainda, o deslizamento metafórico entre espaços urbanos e as partes de uma casa, o que pode gerar interessantes significações. Ademais, o processo de significação dos termos associados a cada uma das partes que compõem a cidade (sala de visitas e jardim) e a favela (quintal onde jogam os lixos). Ao caracterizar o quintal, associando-o a espaços sujos e destinado ao lixo, parece haver

ainda um deslocamento metonímico de transferência para o sujeito que mora ali.

Vejam as sequências discursivas a seguir:

[SD7]: Depois pensei: eu não saio do quarto de despejo, o que posso saber o que se passa na sala de visita? (Jesus, 2014, p. 80).

[SD8]: Vendi os ferros no Zinho e voltei para o quintal de São Paulo, a favela. (Jesus, 2014, p. 40).

[SD9]: Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas. (Jesus, 2014, p. 85).

[SD10]: O senhor Dario ficou horrorizado com a primitividade em que eu vivo. Ele olhava tudo com assombro. Mas ele deve aprender que a favela é o Quarto de Despejo de São Paulo. E que eu sou uma despejada. (Jesus, 2014, p. 147).

Os dizeres “quarto de desejo”, “quintal onde jogam os lixos”, “voltei para o quintal” e “com suas úlceras” remetem para os sentidos atribuídos à favela; já “sala de visita”, “a cidade é o jardim”, “paraíso” textualizam o sentido de “casa” para a cidade de São Paulo. Entretanto, há cômodos mais nobres que outros e aos pobres foi destinada a parte menos prestigiada. Enquanto a cidade é um jardim para contemplação, um espaço para descontração, com cores e flores que fascinam os olhos, a favela – quintal onde se joga lixo – é uma úlcera; enfermidade causadora de feridas de difícil cicatrização. Enquanto a *ulcera* é algo de que se quer ver livre, tanto no jardim como na sala de visita, em geral passa-se tempo; são locais de permanência.

Vejam outro trecho do texto de Carolina de Jesus em que essa oposição é significada:

[SD11]... Havia pessoas que nos visitava e dizia:

- Credo, para viver num lugar assim só os porcos. Isto aqui é o chiqueiro de São Paulo. (Jesus, 2014, p. 35).

[SD12]: Oh! São Paulo rainha que ostenta vaidosa a tua coroa de ouro que são os arranha-céus. Que veste viludo e seda e calça meias de algodão que é a favela. (Jesus, 2014, p. 146).

Com isso, o dizer da SD12 marca como que um “improviso”, uma contradição também, no *look* da Cidade-rainha que usa “coroa de ouro”, “veste viludo e seda” – tecidos nobres – mas usa meia de algodão nos pés. Destacamos que o algodão – matéria-prima da meia – produz alguns sentidos possíveis: remete a um material têxtil de pouco valor, remete, por extensão, ao pouco valor atribuído aos moradores da favela e, ainda, atualiza a memória referente às plantações de algodão no Estados Unidos, onde se usava mão de obra escravizada. Já na SD11, a favela é textualizada como lugar para porcos (“chiqueiro”). Locais “para inglês ver” *versus* locais para esconder.

Orlandi (1998, p. 59) sinaliza que a “memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos.” Assim, não apenas a língua – a ferramenta imperfeita para a qual há um impossível que lhe escapa – mas também a memória – marcada por faltas e esquecimentos – não dão conta de tudo dizer; existe o que lhes escapa. Nesse sentido, Gagnebin (2006, p. 11) apresenta uma das preocupações de Walter Benjamin: “não esquecer dos mortos, dos vencidos, não calar, mais uma vez, suas vozes – isto é, cumprir uma exigência e transmissão e de escritura.”

Ao longo da obra, Carolina de Jesus testemunha a partir da solidão desse quarto de despejo, que é a favela e se apresenta como uma voz em busca de estar / alcançar outros lugares que não aquele restrito da favela, pondo em circulação dizeres que remetem à resistência do quarto de despejo (favela), resistência que emerge no cotejo em relação à cidade. Assim, observamos tanto a resistência de Carolina, en-

quanto sujeito autor, quanto a das pessoas que vivem naquele espaço nada privilegiado – se é que integrado – à cidade.

E por meio da escrita esse testemunho traz voz à ausência. Voz à ausência de políticas públicas que possam integrar o quarto de despejo (favela) à cidade e voz ao sujeito autor. É a voz da resistência, do testemunho de resistência dando voz ao memorável (Mariani, 2021).

Gagnebin (2006, p. 53) destaca do importante ensaio *O narrador*, de Walter Benjamin, publicado em 1936, a ideia de uma narração nas “ruínas da narrativa, uma transmissão entre cacos de uma tradição em migalhas”. Este é um traço importante do testemunho de Carolina Maria de Jesus, que buscava algum sustento no que era descartado pela cidade. Foi assim que construiu um barraco com as próprias mãos, usando tábuas e materiais tirados da construção de uma igreja como nos conta uma de suas biografias (*A Cinderela negra*). Foi assim que conseguiu folhas e papéis recolhidos das ruas para escrever. Foi assim que conseguiu alimento para sua família.

A ação de “catar” é significativa para o testemunho de Carolina Maria de Jesus. Vejamos as seguintes sequências:

[SD13]: O que é que a senhora faz? Eu cato papel, ferro, e nas horas vagas escrevo. (Jesus, 2014, p. 105).

[SD14]: Depois fui **catar** lenha. Parece que eu vim ao mundo predestinada a **catar**. Só não **cato** a felicidade. (Jesus, 2014, p.81, grifo nosso).

Na SD13, diante da pergunta de uma senhora portuguesa sobre a ocupação do sujeito autor, a resposta oferece demonstração de como (sobre)vive. À pergunta que normalmente se formula para saber a ocupação do outro e a forma como mantém suas despesas em uma sociedade capitalista, a resposta de Carolina é interessante porque ao mesmo tempo que mostra a ocupação pela qual obtém alguma forma de suprir necessidades básicas / o físico, com alimentos, introduz a ocupação que visa atender a um anseio de alma, como se observa em “Quando

fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo”. A resposta para [“o que você faz?”] aponta para o “fazer” como meio de subsistência (catar papel e ferro para vender e obter algum dinheiro), mas também aponta para o “fazer” como meio de resistência. Como Pruinelli (2020, p. 255) destaca, “resistir é aproveitar todas as brechas, rachaduras abertas pela discursividade e, nesses espaços, tecer sentidos/discursos outros possíveis.”

Tanto a SD13 quanto a SD14 textualizam sentidos para o catar. Trata-se a) da catagem de formas de subsistir, b) de material / suporte onde registrar seu testemunho; e c) das histórias dos sem nome e que vivem às margens, atuando como aquela que não permite que dizeres alheios ao discurso oficial fiquem escondidos, esquecidos, sem registro.

Estabelecendo um paralelo entre o narrador de Benjamin e o de *Quarto de despejo*: diário de uma favelada, observamos no diário de Carolina justamente esse movimento em busca de não se deixar esquecer. Gagnebin (2006) retoma a associação que Walter Benjamin faz entre o narrador e duas figuras: a do Justo e a do trapeiro (catador de sucata e lixo). A primeira remete a uma personagem mítica do judaísmo, caracterizada pelo anonimato e a outra, a “esta personagem das grandes cidades modernas que recolhe os cacos, os restos, os detritos, movido pela pobreza, certamente, mas também pelo desejo de não deixar nada se perder” (Gagnebin, 2006, p. 53-54). Voltemos, ainda, a *Quarto de despejo*:

[SD15]: Quando eu digo casa, penso que estou ofendendo as casa de tijolos. (Jesus, 2014, p. 55).

[SD16]: Os vizinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância. Percebo seus olhares de odio porque eles não quer a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da pobreza. Esquecem eles que não morto todos ficam pobres. (Jesus, 2014, p. 55).

Fazendo um deslocamento da promessa-slogan de campanha do presidente brasileiro eleito em 2018 – que propunha a frase-efeito: “mais Brasil, menos Brasília”, em referência ao modelo liberal de redução de investimento a áreas sociais –, o testemunho de Carolina Maria de Jesus fez (faz) ver que existe em nossas terras muito “mais Brasil” (pobreza, fome, omissão) e muito “menos Brasília” (idealizada e fundada por Juscelino Kubitschek em 1960 com a proposta de representar progresso, modernidade e imponência).

Seus escritos tornaram-na a face pobre e marginalizada da moeda do progresso proposto por Juscelino Kubitschek, ao compartilhar seu testemunho, que não dizia apenas de si, mas de um sem-número de migrantes e moradores de periferias à margem do “castelo-cidade” São Paulo.

O testemunho de Carolina traduz-se em tentativa de reverter o “memoricídio” que atinge as favelas (Souza, 2022) – empregando aqui o sufixo de origem latina *-cídio*, que expressa a ação de provocar a morte / extermínio, consideramos que o termo “memoricídio” fala do processo de silenciamento que ainda hoje marca o movimento de apagamento de seu testemunho, que punha em xeque um Brasil das favelas muito diferente do Brasil de Brasília que se pretendia fazer circular nas memórias.

| 4. Vozes que se fazem ouvir

Hoje, momento em que finalizamos este artigo, outras vozes se fazem ouvir. Em 1 de janeiro de 2023, quem entregou a faixa presidencial a Luís Inácio Lula da Silva, presidente recentemente eleito no Brasil, foi Aline Sousa, mulher, negra e catadora como Carolina de Jesus. Ela fazia parte de um grupo de representantes do povo, que subiu a rampa do palácio do planalto junto com o presidente durante a cerimônia de posse. Passados mais de sessenta anos da publicação de *Quarto de despejo*, podemos pensar o quanto e de que modo o testemunho de Carolina pode ter ajudado a produzir uma cena inédita como essa.

Referências

- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 1.ed. digital. São Paulo: Editora Global, 2013.
- GAGNEBIN, Jeanne. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: 34, 2006.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. Originalmente publicado em 1960.
- LACAN, Jacques. **As formações do inconsciente**. Seminário o livro 5. Rio de Janeiro: Zhaar Editora, 1999.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; BRITO, Priscila Salvato. As ocupações dos sem-teto na discursividade da cidade. *In*: ORLANDI, Eni P. (org.). **Cidade atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001.
- LEBRUN, Jean-Pierre. **O mal-estar na subjetivação**. Porto Alegre: CMC editora, 2010.
- MARIANI, Bethania. Uma proposta de arquivo sobre o sujeito da cidade do rio de Janeiro: uma pesquisa sobre o discurso em farrapos. *In*: DI RENZO, Ana; MOTTA, Ana Luiza A. R. da; OLIVEIRA, Tania P. de (org.). **Linguagem & história & memória**. Discursos em movimento. Campinas: Pontes, 2011. p. 43-64.
- MARIANI, Bethania. Fora do lugar: sujeito, línguas, cidades. *In*: ORLANDI, Eni P.; MASSMANN, Débora.; NOGUEIRA, Luciana. (org.). **Linguagem, instituições e práticas sociais**. Pouso Alegre: Univás, 2018. p. 26-40.
- MARIANI, Bethania. **Testemunhos de resistência e revolta**—um estudo em Análise do Discurso. Campinas, SP: Pontes, 2021.
- MARIANI, Bethania; FONSECA, Rodrigo. Lá fora daqui: relatos de si. *In*: BIZIAKI, Jacob dos Santos; PEREIRA, Fernanda; RESENDE-SOARES, Sheila (org.). **Rede de afetos em discurso**: uma homenagem a Mónica Zoppi-Fontana. Campinas, SP: Pontes, 2021. p. 57-78.
- MARIANI, Bethania; MAGALHÃES, Belmira. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. **Linguagem e(m) Discurso**, Palhoça, SC, v. 10, n. 2, p. 391-408, mai./ago. 2010.
- ORLANDI, Eni. **Interpretação**. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni. **A desorganização cotidiana**. Escritos. v. 1. Campinas: Labeurb–Unicamp, 1999. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos1.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001a.

ORLANDI, Eni. Tralhas e troços: o flagrante urbano. *In*: ORLANDI, Eni P. (org.). **Cidade atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001b.

ORLANDI, Eni. La ville comme espace politico-symbolique. **Langage et Société**, n. 96, p. 105-127, 2001c.

ORLANDI, Eni. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. [sous le pseudonyme de Thomas Herbert] Réflexions sur la situation théorique des Sciences Sociales et spécialement de la Psychologie sociale. **Cahiers pour l'analyse**, n. 2, 1966.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, [1975] 1988.

PRUINELLI, Andréia. Resistência. *In*: FERREIRA, M^a Cristina Leandro. (Org.). **Glossário de termos do discurso**. ed. ampl. Campinas: Pontes, 2020. p. 253-256.

RODRIGUES, Andréa; FERREIRA, Lucia. M. A. Acontecimento e(m) Discurso: a disputa de sentidos sobre a ocupação de uma favela carioca em relatos jornalísticos brasileiros e estrangeiros. **Signum. Estud. Ling.**, Londrina, n. 16/1, p. 121-147, jun. 2013.

SOUZA, Aline de O. França de. **Testemunho**: a resistência do/no *Quarto de Despejo* – Diário de uma favelada. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Departamento de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2022.



PARTE III

MÍDIA E A (RE)PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO CAPITALISMO

O NÃO HERÓI NACIONAL: A REPETIÇÃO DO DISCURSO NEOLIBERAL COMO TRAGICOMÉDIAS

Luis Fernando Bulhões Figueira
Universidade Federal do Espírito Santo
Phellipe Marcel da Silva Esteves
Universidade Federal Fluminense

O moderno *ancien régime* é apenas o *comediante* de uma ordem mundial cujos *heróis reais* estão mortos. A história é sólida e passa por muitas fases ao conduzir uma forma antiga ao sepulcro. A última fase de uma forma histórico-mundial é sua *comédia*. Os deuses da Grécia, já mortalmente feridos na tragédia *Prometeu acorrentado*, de Ésquilo, tiveram de morrer uma vez mais, comicamente, nos diálogos de Luciano. Por que a história assume tal curso? A fim de que a humanidade se separe *alegremente* do seu passado. É esse *alegre* destino histórico que reivindicamos para os poderes políticos da Alemanha.
(Marx, 2010 [1843], p. 148-149).

| 1. Otimismo

As condições de produção sobredeterminam as discursividades. Não é diferente no caso deste texto. Ainda que nosso grito de

“Ganhamos” seja preocupado, previamente decepcionado e repleto de antecipações que poderiam ser pessimistas, conjunturalmente preferimos o otimismo. Nos parece ser também a opção de Marx no trecho da *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (2010 [1843]) que escolhemos como epígrafe. Nesse texto, Marx antecipa a fórmula que ficou conhecida n’O 18 *Brumário de Luís Bonaparte*: “Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (Marx, 2011 [1852], p. 25). A preocupação comparativa entre história e dramaturgia não surge apenas como crítica interpretativa do golpe de Estado que Luís Bonaparte dá na França em 1851. Já há antes, em texto em que também dialoga explicitamente com Hegel, na previsão da queda do sistema político-econômico alemão em meados do século XIX, em seu pré-capitalismo aristocrático. Interessa-nos em particular essa passagem porque nos parece que ela sinaliza para a forma como os acontecimentos históricos se materializam, em sua paráfrase, em seu deslizamento, em sua ruptura, no discurso. Se os fatos e personagens históricos são encenados, repetidos, como tragédia e como farsa (e isso é uma interpretação justa, tendo em vista que há uma incessante atualização dos objetos históricos, que vão recebendo sentidos exatamente por terem sido precedidos por objetos interpretados como de valor semelhante antes e alhures), Marx demanda um final cômico, risível, *alegre* para a última fase de uma forma histórico-mundial. E, quando observarmos bem os personagens mais cruéis e macabros dos nossos tempos, concordamos com o fundador do materialismo histórico: os *heróis reais* do capitalismo, seja no poder político seja no poder econômico, já estão mortos. Donald Trump, Viktor Orbán, Jair Bolsonaro, Rodrigo Duterte; mas também Jeff Bezos e Elon Musk, são apenas simulacros mortos-vivos de personagens admirados por sua coragem “antissistêmica”, por sua liderança bélica, por seu enriquecimento empreendedor. Esses sujeitos não ocu-

pam o lugar de destaque nem na cultura ou na história factuais nem na “memória histórica, dos mitos, da relação com a linguagem e com os sentidos” (Orlandi, 2003 [1993], p. 13), ou seja, não são personagens de discursos fundadores. São próteses e nada mais. Apesar de responsáveis pelo sofrimento pessoal de bilhões em seu (apoio ao) espólio desenfreado da mais-valia, emulam fragilmente masculinidades—num sistema heteronormativo e macho e falocêntrico—que não seriam capazes de reproduzir senão como farsa, tragédia ou, em nossa interpretação, tragicomédia. E, nesse sentido, talvez representem o gozo esbaforido, agonizante, de nossa forma histórico-mundial. Neste capítulo, abordaremos como o discurso significa esses personagens, correlacionando o ideológico ao econômico.

Sabemos o quanto é necessário ao modo de produção capitalista (MPC) reproduzir suas próprias condições de produção, isto é, as forças produtivas e as relações de produção. Conforme Althusser: “a reprodução da força de trabalho não exige somente uma reprodução de sua qualificação, mas ao mesmo tempo uma reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, uma reprodução da submissão dos operários à ideologia dominante” (Althusser, 1985, p. 58).

Se, por um lado, o MPC precisa, no plano da infraestrutura econômica, reproduzir suas forças produtivas (meios de produção e força de trabalho), por outro lado, no plano da superestrutura jurídico-político-ideológica, o MPC necessita garantir a sujeição dos trabalhadores à ideologia dominante (capitalista, burguesa).

A análise a seguir¹ expõe um caso exemplar de como o discurso do aparelho midiático, eivado de ideologia burguesa, cumpre o papel de assujeitar os indivíduos à ideologia do (super-)herói capitalista.

1 Esta análise não se inicia aqui. Ela começou a ser moldada na forma de um pequeno boxe em: DELA-SILVA, Silmara; ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva; MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. Análise do Discurso materialista. In: DELA-SILVA, Silmara.; ESTEVES, Phellipe. (orgs.). **Teorias do texto, do discurso e da tradução** (v. 2 da Coleção Estudos de Linguagem). Niterói: Eduff, 2023.

| 2. Não heróis

A fórmula de um regime que “apenas imagina que acredita em si mesmo” capta muito bem a anulação do poder performativo (“eficiência simbólica”) da ideologia dominante; de fato, ela não serve mais de estrutura fundamental do laço social. E hoje, podemos perguntar, não estamos na mesma situação?

(Žižek, 2011, p. 16)

Mesmo minúsculos e alheios às figuras de sujeitos presentes nos discursos fundadores, há personagens que fi(nanci)am simbolicamente esse laço social do capitalismo de que fala Žižek, que também retoma Hegel e Marx. Podemos dizer que as farsas, tragédias, comédias (e tragicomédias)–essas alegorias teatrais hegel-marxianas–são modos de atualizar e realizar os discursos fundadores em acontecimentos contemporâneos. Os Estados Nacionais (e suas unidades metonímicas: regiões, departamentos, estados, municípios, cidades etc.) têm como seus “pais fundadores” simbólicos tanto sujeitos tomados como “revolucionários”, “descobridores”, “exploradores”, “bandeirantes”, “príncipes” etc. quanto como “empreendedores”, “industriais”, “empresários”, “descobridores”² etc. Como afirma Wallerstein (1991 [1988], p. 182), “Dans la mythologie du monde moderne, le bourgeois est le protagoniste numéro un. Héros pour les uns, vilain pour les autres, source et pôle d’attraction pour la plupart, c’est lui qui a façonné le présent et détruit le passé”.³ Para o mesmo autor (idem, p. 190ss), as previsões de Marx estavam certas: o enriquecimento da burguesia seria tal que ela trairia sua tarefa revolucionária, se aristocratizaria, espremeria

2 Ressaltamos que não é todo sujeito recoberto por esses significantes que são tomados como fundadores. Apenas em análise é possível apreender se ocupam ou não essa posição no discurso.

3 Tradução nossa: “Na mitologia do mundo moderno, o burguês é o protagonista número 1. Herói para alguns, vilão para outros, fonte e centro de atração para a maioria, foi ele que moldou o presente e destruiu o passado”.

em tamanho (seria diminuta) e se oporia à outra classe, o proletariado, muito numeroso. É nesse sentido que a burguesia atual não é a burguesia que “moldou” o modo de produção capitalista, mas uma sua sombra, uma sua silhueta: jamais seu reflexo. O burguês de hoje carrega o mesmo nome da burguesia outrora revolucionária, mas fede como zumbi. Mas, e é nesse ponto que o atual capítulo se ancora, é significado em algumas discursividades como herói. Daí Wallerstein afirmá-lo como protagonista da mitologia do mundo moderno. Há, por um lado, nas histórias em quadrinhos e em suas traduções intersemióticas para as telas (de TV, de streaming e de cinema), os burgueses heroicos que salvam o mundo, como Batman e Homem de Ferro. Homens possuidores de muitas virtudes e cujos superpoderes são todos forjados à base do que o dinheiro pode comprar, concretizando as obras de seu intelecto. Por outro lado, há aquelas histórias (também ficcionais) que servem de inspiração para a escrita dessas outras (ainda mais ficcionais).

| 3. Um deles

Vejamos o caso de Eike Batista. Não nos interessa fazer uma biografia factual do homem, considerado em 2012 o oitavo homem mais rico do mundo, mas de entender como o discurso jornalístico (da imprensa de referência) o significou. Para tal, selecionamos algumas sequências discursivas separadas em dois blocos temporais: um anterior à prisão de Eike Batista, e um posterior à prisão do mesmo personagem.

| 3.1. Antes da prisão

A primeira edição da revista eletrônica televisiva *Fantástico*, da Rede Globo, de 1º de janeiro de 2012 elege o empresário e futuro foragido Eike Batista para dar conselhos sobre empreendedorismo. O recorte que apresentamos da sequência discursiva abaixo seleciona como o programa vai fornecendo sentidos de maestria, de exemplo po-

sitivo de Batista. As partes entre colchetes narram o que não pudemos transpor para texto escrito:

SD1: [Chamada na versão on-line do *Fantástico*:]⁴ “Eike Batista dá dicas para quem quer abrir o seu próprio negócio”. [Renata Ceribelli, na chamada, anuncia:] “Olha, se você é empreendedor, quer abrir um negócio próprio em 2012 ou já tem um negócio e quer crescer, prosperar, você não pode perder as dicas desse homem”.

Essa introdução à matéria-homenagem (mistura de reportagem com literatura de autoajuda) de nove minutos significa: “Esse homem”, Eike Batista, é o empresário em quem o *Fantástico*, líder de audiência, confiou para falar sobre planejamento de negócios na abertura do ano. O discurso do empreendedorismo, que atravessa toda a reportagem e que se introduz em “se você é empreendedor [...]”, depende de exemplos. Não se sustenta sozinho, porque a interpelação do interlocutor—note-se que a chamada da jornalista é sempre tecendo uma espécie de intimidade a uma segunda pessoa—só é efetiva se há um caso de muito sucesso. Por que mais alguém se arriscaria a “abrir um negócio próprio”?

A matéria-homenagem-autoajuda é construída de forma a fornecer ao público geral do programa televisivo dicas para se tornar empreendedor, isto é, tornar-se dono do próprio negócio, trabalhando (não para sobreviver mas) para enriquecer. O discurso midiático se constrói como se fosse possível a qualquer indivíduo, independentemente de suas condições materiais (econômicas) de partida, alcançar semelhante sucesso ao do modelo representado por Eike. Esse funcionamento discursivo-ideológico é altamente necessário para a reprodução das condições de produção da formação social capitalista, na medida em que busca produzir sujeitos que enxerguem o capitalismo como

4 Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2012/01/eike-batista-da-dicas-para-quem-quer-abrir-o-seu-proprio-negocio.html>

um mundo de oportunidades abertas a todos, em vez de um sistema de exploração contra o qual se deveria trabalhar para romper.

A reportagem procura construir uma imagem de Eike como um ser humano ao mesmo tempo ordinário (comum, igual a qualquer um de nós) e extraordinário. Apresentar Eike como sujeito comum é o que Žižek chama de “estratégia de “humanização” ideológica” (Žižek, 2011, p. 44). Apresenta-se o personagem extraordinário, a oitava pessoa mais rica do mundo à época, como um de nós, um ser humano como outro qualquer, simpático, que gosta de curtir a vida, cujo objetivo de vida é “ser respeitado” como qualquer outra pessoa “da mais graduada do meu país até o mais humilde”, como ele próprio diz. Esse modo de discursivizar a figura do capitalista/empreendedor coopera para a criação de uma identificação ideológica junto aos telespectadores, como se o discurso midiático estivesse dizendo a eles: qualquer um de vocês pode vir a ser um homem rico de sucesso, desde que seja trabalhador e corajoso para se tornar um empreendedor. Ser trabalhador e corajoso para se arriscar nos negócios seriam as qualidades capazes de transformar o indivíduo ordinário em extraordinário, conforme apregoa o típico discurso empreendedorista. E a fala do megamilionário é repleta de lugares-comuns que não são de fato dicas singulares, mas uma cantilena. Na versão em texto escrito do Fantástico, as duas primeiras perguntas e respostas são:

SD2: [Jornalista] **Quais são as principais dicas para quem quer ser um empreendedor?** [Entrevistado] Você tem que ter disciplina, uma boa ideia e, depois da boa ideia, elaborar um plano de negócios muito detalhado. [Jornalista] **Mas e quem não tem uma boa ideia? Pode ser empreendedor?** [Entrevistado] Pode. Eu falo muito sobre isso, é estudar a possibilidade de uma franquia. O iniciante deveria começar por aí. E daí vai ver que a pessoa vai criando novas ideias. Depois que você começa a tocar

uma lojinha, seja do que for, você tem aquele aprendizado do dia a dia, que vale muito.

Disciplina, ideia, plano de negócios detalhado levariam ao sucesso. E, caso contrário, uma franquia. Nas palavras de Eike, “O iniciante deveria começar por aí”. Fácil para um herdeiro. Franquias, em 2012, já custavam dezenas de milhares de reais. Iniciantes?

Na própria superfície discursiva da reportagem, encontramos elementos cujas significações podem ser compreendidas no sentido de problematizar esse discurso do empreendedorismo. Vejamos o seguinte trecho, no minuto 1’32” do vídeo:

SD3: “Nos anos setenta, o **garoto rico** *não se acanhava de vender seguros de porta em porta na Alemanha onde fazia faculdade de engenharia.*” (destaques nossos)

No trecho, que caracteriza Eike como o “garoto rico” que fazia faculdade de engenharia na Alemanha, nos anos setenta (quando fazer um curso superior era um privilégio ainda maior do que hoje em dia), os elementos da superfície discursiva remetem à historicidade do megabilionário, isto é, não é alguém que começou do nada, que se criou do zero (como Eike afirma no minuto 5’02” do vídeo 1, sobre as nove minas de ouro “que eu criei do zero”). Trata-se, na verdade, de um sujeito que já nasceu em berço de ouro. Esses elementos cooperam para deslegitimar o discurso segundo o qual seria possível a qualquer pessoa enriquecer e se tornar bilionária, independentemente de suas condições materiais de partida. Deslegitimam esses sentidos de “self-made man” presentes também na SD2, quando Eike fala de “iniciante”.

Diante do trecho destacado acima, colocamos ainda uma indagação acerca do pré-construído contido na negação (*não se acanhava de vender seguros*): por que o garoto rico deveria se acanhar de vender seguro de porta em porta? Talvez a primeira parte da resposta esteja no fato de que, por ser rico, o garoto não precisaria se dar ao trabalho

de vender seguros, poderia se poupar disso, afinal não era necessário trabalhar, pois já era rico. A segunda parte da resposta nos remete a pensar no discurso meritocrático de valorização do capitalista/empreendedor, aquele que, mesmo já sendo rico, não se nega a trabalhar, não mede esforços, é trabalhador, incansável, corre atrás dos seus objetivos, e devido a toda essa dedicação tem seus objetivos financeiros alcançados e seus méritos reconhecidos e admirados pela sociedade.

SD4: “Ser rico no Brasil sempre foi uma ofensa sociológica. Eike Batista chegou para acabar com isso. Ele não é só um bilionário desinibido, confiante, assumido. O pai de Thor é também carismático, empreendedor genuíno, obcecado com o cabelo, nosso primeiro Donald Trump” (Malbergier, 19 de janeiro de 2012).

SD5: [...] as coisas estão mudando. Nossos novos ricos, confiantes e desinibidos, desfilam seu sucesso e seu dinheiro como troféus a inspirar os observadores. São principalmente pequenos empreendedores ou grandes profissionais liberais que estão formando uma nova camada de poder que pode ter a força de mudar o Brasil. (Malbergier, 19 de janeiro de 2012).

As SDs 4 e 5 produzem como efeito de sentido o deslizamento da figura do capitalista tradicional (discreto, isolado das massas) para o capitalista contemporâneo “empreendedor” (famoso, boa praça, gente como a gente, modelo de inspiração para o cidadão comum)⁵.

O capitalista tradicional seria aquele que, justamente por saber que a sua riqueza é fruto da exploração do trabalho alheio (daí a ideia de “ofensa sociológica” na SD4), mantém-se prudentemente na sombra, com discrição, longe dos holofotes midiáticos, para não dar mar-

5 Um trecho do vídeo 1 (reportagem do Fantástico) coopera também para o sentido desse deslizamento na relação do capitalista com a exposição midiática de sua imagem: “A história do casamento com a modelo Luma de Oliveira durou 13 anos. Ao lado dela no mundo das celebridades, Eike sempre posava como coadjuvante.”. Eike, até então conhecido apenas como “marido da Luma de Oliveira”, passa a partir de certo momento a exibir seu protagonismo midiático e a se beneficiar disso.

gem a questionamentos e contestações. Já o capitalista contemporâneo (o “empreendedor genuíno”, SD4) seria aquele que funciona sob o modo cínico⁶ da ideologia: ele sabe que extrai riqueza da exploração dos trabalhadores, *e mesmo assim* se exhibe, faz questão de aparecer midiaticamente para o grande público.

Essa exposição é interessante para o MPC na medida em que sua ideologia dominante precisa fornecer a todos a imagem de um modelo de inspiração, um exemplo de sucesso a ser seguido por cada sujeito de nossa formação social (“troféus a inspirar os observadores”, como diz a SD5). Mas tal exposição também é interessante para o capitalista empreendedor, porque é lucrativa: o empreendedor, na condição de celebridade midiática, faz de sua própria fama uma *commodity* e enriquece também com ela e a partir dela: o vídeo 1 diz, aos 4’40”, que “a maior parte do dinheiro para os investimentos de Eike foi levantada na Bolsa de Valores” devido ao conhecimento e à confiança que os investidores tinham nele.

O capitalista contemporâneo, diferentemente do capitalista tradicional (sisudo e envergonhado), é o capitalista sem-vergonha: empreendedor-celebridade, ele é aquele que não tem vergonha de ser rico, não vê razões para se envergonhar, pelo contrário, se orgulha e exhibe midiaticamente a sua posição, fazendo da exposição de sua imagem midiática um mecanismo de retroalimentação da própria riqueza (conquista admiradores, seguidores, enfim, monetiza também sua imagem).

Lado a lado com a faceta de celebridade, a outra faceta do empreendedor contemporâneo é a paradoxal imagem do “capitalista-trabalhador”, que, por ser lido como sujeito trabalhador e que virou celebridade devido aos méritos de seus esforços (fórmula do discurso empreendedorista: *o trabalhado duro é chave para o sucesso*), funciona ideologicamente como modelo de inspiração para outros indiví-

6 Sobre funcionamento cínico da ideologia, ver Baldini e Di Nizo (2015).

duos que queiram enriquecer. Imbuídos dessa crença e identificados com esse lugar do sujeito que alcança sucesso e fama, como reconhecimento pelo seu esforço laboral, muitos trabalhadores reais se assujeitam à ideologia do empreendedorismo capitalista. Observamos na SD 5 os pequenos sujeitos, com s minúsculo, (“principalmente pequenos empreendedores ou grandes profissionais liberais”) que se identificam com o grande Sujeito⁷ da ideologia capitalista, a figura do empreendedor megabilionário, famoso, vaidoso, bem-sucedido, admirado por todos, um super-herói humano/humanizado.

| 3.2. Depois da prisão

Entretanto, o balão murchou. Um acontecimento jornalístico (Dela-Silva, 2016, p. 263ss) se impõe: no dia 26 de janeiro de 2017, os noticiários do Brasil inteiro foram preenchidos por notícias sobre o mandato de prisão preventiva de Eike Batista. O ex-bilionário era alvo de investigação por envolvimento com os possíveis crimes cometidos pelo ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB). Com Eike Batista foragido, tem início uma série de comentários jornalísticos sobre as relações do investigado com partidos políticos. Logo no *Bom dia Brasil*, da rede Globo, o jornalista-comentarista Alexandre Garcia traça uma crítica. Replicando uma afirmação da jornalista-apresentadora Ana Luiza Guimarães de que:

SD6: “O Eike sempre teve boas relações tanto com o ex-governador Sérgio Cabral quanto com o governo federal petista”

O comentarista Alexandre Garcia afirma:

7 “toda ideologia tem um centro, lugar único ocupado pelo Sujeito Absoluto, que interpela, à sua volta, a infinidade de indivíduos como sujeitos, numa dupla relação especular que submete os sujeitos ao Sujeito, dando-lhes no Sujeito, onde qualquer sujeito pode contemplar sua própria imagem (presente e futura), a garantia de que certamente trata-se deles e Dele” (Althusser, 1985, p.102).

SD7: “Excelentes relações, bom dia. Eike Batista foi um modelo para Lula, de empresário brasileiro com nível dos grandes empreendedores do mundo. Acompanhou Lula e Dilma em palanques e era elogiado por eles. Figurou nas listas de grandes bilionários do mundo. Fez livro, deu palestras, sempre como um grande modelo. [...] Agora é modelo do avesso disso”.

Podemos reconhecer alguns padrões de recorrência aí. Já na fala da apresentadora, o que temos é:

“boas relações tanto com o ex-governador Sérgio Cabral **[um nome próprio, silenciando partido político, o então PMDB, hoje MDB]** quanto com o governo federal petista **[privilegiando o nome próprio do partido]**”

Na resposta do comentarista, essa preferência por se mencionar o nome e os membros do partido de centro-esquerda se repete:

“modelo para Lula, [...] acompanhou Lula e Dilma” **[tanto o nome do ex-governador do RJ quanto seu partido político, o centrista PMDB, somem de cena]**

Para dizer X, é necessário apagar Y. Para se criticar mais contundentemente o PT, faz-se necessário não dar realce a outros partidos. Além disso, apesar de Eike ter sido “modelo” para as organizações Globo (e não apenas para Sérgio Cabral Filho ou Lula ou Dilma ou PT ou PMDB) cinco anos antes, o nome da rede é silenciado quando das críticas ao modo como o enriquecimento se deu. Opera aí o silêncio constitutivo, produzindo como evidência a responsabilização a alguns políticos (Cabral, Lula e Dilma) e a um partido específico (PT), ao mesmo tempo em que se livra a cara do discurso midiático que repetidamente elege e produz sujeitos como heróis nacionais. Nesse sentido, o jornalista Luís Nassif antecipa nossa denúncia, já a produzindo dez anos atrás:

No auge, Eike era saudado pela **Veja** como o exemplo do empreendedorismo. A revista **Época** o premiava. Quando soçobrou, a própria **Época** providenciou uma capa dizendo que Eike era símbolo do fracasso estatista; e Jorge Paulo Lehmann, do sucesso de mercado. Lehmann que não ouse cair, se não também será alvo da hipocrisia nacional. Confirma a máxima de que “criança feia não tem pai”. Eike teve dois pais: o mercado e o Estado. (Nassif, 2013; negritos do original, sublinha nossa).

O discurso jornalístico brasileiro, marcado pelo denunciismo, é isento de autocrítica. Na matéria, Nassif relembra, em itens, numerosos prêmios e elogios midiáticos recebidos por Eike Batista. Bastou que o não herói caísse que passou a ser responsabilidade de outrem. E Nassif avisa: quem cair passa a ser alvo da hipocrisia, como se não tivesse sido erguido justamente pela grande mídia. É como concluímos à frente.

4. **Outro deles: o retorno do saber ao pensamento**

O discurso jornalístico (brasileiro) não desiste nunca. Cai um não-herói, surge outro. Um não herói que usa capa (de revista). Não se passam nem seis meses da queda de Eike Batista, e não Lemann, mas outro homem de mesmo sobrenome estampa a capa da revista *Exame*, pertencente a outro conglomerado midiático do oligopólio comunicacional brasileiro, o grupo Abril. Trata-se de Joesley Batista, um dos maiores nomes da gigante multinacional de alimentação JBS... que havia sido denunciada em megasquemáticas de corrupção dias antes. Mesmo diante do escândalo, a *Exame* escolhe designar Joesley “campeão”, e toma suas palavras, sua versão da narrativa, como a “verdadeira história”.

SD8: [capa da revista *Exame* de 7 de junho de 2017]

Figura 1



Fonte: <https://exame.com/edicoes/1139/>.

O discurso jornalístico brasileiro faz retornar esse constante saber ao pensamento: é necessário haver heróis para salvar não o brasileiro, não o empresário, não o trabalhador... mas o capitalismo. Esse modelo de jornalismo é risível como as últimas notas desafinadas de um modo de produção. É cômico e, com todo o seu esforço para promover o capitalismo, parece dizer, assim como o meme: “Amiga, não tenho como te defender! Não tenho como ficar do teu lado, bicha, eu te adoro, não faz isso...” E chora. Haja disposição.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Introdução crítica de José Augusto Guilhon de Albuquerque. 2ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BALDINI, Lauro; DI NIZO, Patrícia. O Cinismo como prática ideológica. **Estudos da Língua(gem)**, v. 13. n. 2, 2015.

DELA-SILVA, Silmara. Do acontecimento jornalístico e do arquivo: efeitos do discurso. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans (orgs.). **A Análise do discurso e sua história: Avanços e perspectivas**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2016, v. 1, p. 257-269.

MALBERGIER, Sérgio. Eike para presidente. **Folha de S.Paulo**, 19 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/sergiomalbergier/2012/01/1036540-eike-para-presidente.shtml>. Acesso em 10 de jun. 2023.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Trad. Rubens Enderle, Leonardo de Deus. Supervisão e notas: Marcelo Backes. 2. ed. revista. São Paulo: Boitempo, [1843] 2010.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. e notas Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, [1852] 2011.

NASSIF, Luis. “Eike e o culto da hipocrisia nacional por Luis Nassif”. Disponível em: <https://www.aldeianago.com.br/artigos/91-dando-o-que-falar/8341-eike-e-o-culto-da-hipocrisia-nacional-por-luis-nassif>. Acessado em 2 de janeiro de 2023.

ORLANDI, Eni. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3. ed. Campinas: Pontes, [1993] 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. “La bourgeoisie: concept et réalité du XIe au XXIe siècle”. In: BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Race, nation, classe: Les identités ambiguës**. Paris: La Découverte, [1988] 1997.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.

FOME NA MÍDIA: A CONSTITUIÇÃO DA NOTÍCIA E A IMAGEM DISCURSIVA DA CRIANÇA¹

Wilton James Bernardo-Santos
Universidade Federal de Sergipe

“No Brasil não falta comida,
falta dinheiro para comprar alimentos”
José Graziano

| 1. Introdução

Ao abordar a fome, quase sempre, a mídia traz sentidos que merecem nosso interesse. Claro, não estamos falando sobre a fome circunstancial que antecede o café da manhã, o almoço ou a janta. Essa é uma fome estruturalmente causada pelas formações sócio-históricas do trabalhismo, pela administração dos corpos em 24 horas. É uma fome disputada pela grande mídia publicitária da indústria alimentícia, pelas propagandas de restaurantes etc. É a fome dos capturados pelas cadeias produtivas. São os momentos do dia em que aqueles que vivem

1 Uma primeira versão deste trabalho foi produzida na disciplina Introdução às Teorias do Discurso (2022.1) para compartilhar processos de análises com os alunos.

nas “franjas da república” tentam “matar a fome!” e dramaticamente, nas grandes cidades, também são afetados pela mídia e suas imagens de suculentos pratos assados e grelhados.

Ao contrário, a partir da Análise do Discurso, nossa questão é a respeito de sentidos circulando na mídia sobre a fome como condição social daqueles que “caíram das franjas” e foram “excluídos” do processo produtivo capitalista. Nesse caso, entram em cena outras regiões de sentido na construção da posição sujeito do discurso. Notemos como é intrigante ver os informes publicitários da organização internacional “Médicos Sem Fronteira” explorando imagens de médicos brancos e de crianças negras nos “lugares esquecidos do mundo”, arrecadando dinheiro para a doação de “Sachês de alimento terapêutico para tratar a desnutrição” (<https://doe.msf.org.br/>).

Não é campanha para “matar a fome” circunstancial. São sentidos do “entre a vida e a morte”. É mesmo uma questão de “fronteira”. São os sentidos da quebra no significante “desnutrição” por onde é construída uma posição das ciências da saúde e entra uma região de sentidos que constitui o sujeito “nutrólogo/nutricionista”. Essa posição é também atravessada por outros discursos: o “humanitário”, o “não governamental”, o “sem fins lucrativos”, a “doação”, o “filantrópico” etc.

O trabalho aborda a fome na imprensa brasileira, discutindo as condições de produção e o funcionamento interdiscursivo para a constituição de duas notícias e dois pequenos textos sobre elas, uma crônica e um artigo. Para tanto, partimos do que é eleito para figurar com o *status* de manchete/título e discutimos a memória/imagem discursiva da criança. As análises têm em vista que a “leitura também é feita a partir das condições de produção do leitor” e “se as condições de produção do texto e da leitura não coincidem, abre-se espaço para que o texto produza não um mesmo sentido, mas diferentes efeitos de sentido” (Indursky, 2010, p. 171).

A deflagração das análises veio a partir de efeitos de sentido da notícia do telefonema de uma criança para a polícia “pedindo comida” em Santa Luzia, Minas Gerais (02/08/2022). Diferentes mídias trabalharam na construção do acontecimento (Pêcheux, 1997): telejornais, impressos, portais de notícias, vídeos etc. O trabalho midiático de repercussão veio dotado de sentidos de “comoção”, sentidos “humanitários”, de “piedade” e “doação”. Essa trajetória nos remeteu diretamente a uma outra notícia diante da condição humana, diante da fome.

2. Mídia, discurso literário e condição humana

É claro que o interesse por esse problema da condição humana nos fez retornar, entre tantos outros, a textos literários como *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos (1938) e o poema “O Bicho”, de Manuel Bandeira (1947). Mas, particularmente, veio a relação entre uma notícia sobre a doação de ração para gatos no espaço público e, “baseado” nessa notícia, uma crônica, “Miau”, de Moacir Scliar, publicada em jornal e, depois, em *Histórias que os jornais não contam* (2010).²

A manchete/título sempre ergue do processo de construção do texto aquilo que pelas formações imaginárias captura o leitor pelo discurso do novo. E, claro, todo o processo é afetado por condições mais amplas, pois estamos lidando com uma indústria que tem como produto: a notícia. Nessas condições, o processo de análise nos fez trazer aqui algumas sequências discursivas. Vejamos:

(01) “Feirante gasta R\$ 800 por mês para alimentar gatos” (2004).

Notemos que o novo na manchete, sequência (01), vem pelos sentidos que atravessam “feirante”, sentidos trabalhistas e de classe social, na relação de ruptura com os sentidos financeiros de “R\$ 800 por

2 O livro reúne crônicas que o autor escrevia na Folha de São Paulo. São textos de ficção “baseados” em matérias publicadas no jornal.

mês” e o sentido de finalidade “para alimentar gatos”. Essa ruptura sustenta a manchete enquanto tal. Ela captura o leitor por esse efeito de contradição a ser esclarecida. A pequena reportagem apresenta uma polêmica, já que é sobre doação de ração e remédios para gatos em espaços públicos, em parques da capital paulista. Um discurso polêmico coloca em relação humanos e não humanos. Vejamos:

(02) “Na comida dos **gatos**, ela inclui anticoncepcional e antibióticos [...] os **bichos** não representam nenhum problema aos **usuários** do parque”.

(03) “Ajudar **pessoas**, especialmente **crianças**, com doações e trabalho voluntário, ajudar os **animais**. E é isso que estou fazendo’, com ração e remédios”.

A “comida”, a “ração”, os “remédios”, a “ajuda” e o “voluntário”, as sequências acima colocam em relação “bichos” e “usuários”. E a questão decisiva é uma fronteira discursiva: “ela reclamava do cheiro da areia”/“Minha neta chegou a ficar doente por brincar em areia contaminada em parques”/“O médico disse que era uma contaminação por fezes de gatos”. Note-se que são construídas divisões pelo “parque”, pelo “cheiro”, pelo “contágio”, pela “doença”. Os sentidos humanos emergem por essa divisão.

Baseado na notícia em questão, vem a pequena crônica “Miau”, de Moacyr Scliar (2004). O autor parece ironizar a preocupação geral com gatos e crianças de classe média em detrimento da precária condição humana. Para tanto, já a partir do título, Scliar constrói uma personagem em franca desumanização. É um menino de rua que mia e “tão autêntico era o seu miado que fazia os cachorros da vizinhança latirem, irritados”. Assim, estamos diante de um discurso da linguagem, adensado pelo fato da nomeação/apelido do menino: “Miau. Era como ele mesmo se apresentava; o nome verdadeiro raramente lembrava”. Note-se que a desumanização já é aberta pelos sentidos do “menino de rua”, não “menino de casa”.

Na pequena trama, “Miau” decide se alimentar da ração doada por certa senhora no Parque Trianon. Os sentidos de “ração” constituem a “cancela” na fronteira entre o humano e o outro. Preocupado com o futuro, o personagem passa a “rosnar” e “reflete”, considerando a possibilidade real de comer camundongos. Em resumo, temos um processo de desumanização que passa pela linguagem: ele mia, não tem nome; come ração (que tem uma contraparte humana), rosna e comerá ratos. Parece mesmo um discurso irônico. É uma ironia estrategicamente construída na tensão entre efeitos de sentido do humor, sarcasmo e da ojeriza da cena do humano comendo camundongos. Além dessa tensão, há um ponto fundamental: trata-se do efeito do discurso da desumanização pela imagem/memória da criança (Pêcheux, 1999; Davallon, 1999).

O interesse por diferentes regiões de sentidos que desumanizam, por diferentes posições/construções e diferentes sentidos sobre a fome no Brasil na mídia, nos fez retornar ao tema/problema real na atualidade, ainda sob fortes efeitos da pandemia do Covid-19. Por esse percurso, vamos à notícia que deflagrou a análise.

3. Discurso da fome: o crime e seu apagamento

Como dissemos, a deflagração da análise veio a partir de efeitos de sentido da notícia do telefonema de uma criança para a polícia “pedindo comida” e a mídia repercutiu intensamente. A partir da manchete, vejamos a pequena reportagem publicada na Folha de São Paulo.

(04) **“Criança liga para a PM para dizer que não tem nada em casa para comer: Menino de 11 anos mora com a mãe e com quatro irmãos em Santa Luzia (MG)”** (02/08/2022).

A manchete traz sentidos do discurso do novo para sustentar a notícia. E o novo é “ligar para a polícia para dizer que não tem nada para comer”. As condições para a constituição da notícia partem do re-

conhecimento de um equívoco, de uma contradição. É um chacoalhar nas redes de sentido que vem pela formulação “criança liga **para dizer que**”, ressoando sentidos como “foi para isso que você veio até aqui?”. O fato é que, por princípio, a Polícia Militar não é “caridosa”, não é uma instituição filantrópica. Essa contradição é parte do novo.

Mas também é parte das condições de produção da notícia o reconhecimento desse “equívoco” como abertura para significar a dimensão da fome no Brasil em uma posição crítica pelos sentidos de um “vejam a que ponto chegamos!”. É um efeito produzido pelos sentidos do meio, do telefone oficial, pelos sentidos do “190”. O “ligar para a polícia” faz entrecruzar outros discursos aos da fome. É abertura para um “pedido de ajuda”, um “apelo”, um “pedido de socorro”, uma “denúncia criminal”, uma “ameaça”.³ Ou seja, essa notícia é constituída por esse entrecruzamento de discursos. É uma relação interdiscursiva entre regiões de sentidos da fome e do crime.

Por outro lado, o acontecimento discursivo constrói a fome como exterior às relações com uma outra instituição ideológica: a família. Observemos que é parte das condições de produção o fato de que o sujeito do discurso “não tem nada **em casa** para comer”, o fato de que ele “**mora com** a mãe e com quatro irmãos”. Não se trata de um “menino de rua”. É uma “criança de casa”. Ou seja, a fome é construída como exterior às instituições em cena (justiça e família), por isso, “**uma via-tura** foi, então, enviada **à casa da família**”.

Atravessado por efeitos de sentidos entre essas instâncias ideológicas, essa relação com o crime trabalha pelo apagamento da fome, já que a fome é notícia e, portanto, é uma novidade, como vemos em: “o policial disse na TV nunca ter se deparado com **um caso de fome desses** nos seus 24 anos de polícia”.

3 O “ligar para a polícia” veio também recentemente em telefonemas de mulheres, mas pedindo um outro socorro por conta da violência de seus “parceiros”, de modo bem particular: pedindo pizza!

A fome é um caso policial, um crime e, como tal, “exige solução”. É por essa discursividade da solução que o pequeno texto/reportagem tem seu “efeito conclusão”. Para tanto, respeitando os protocolos, “após ouvir o relato” e verificando que “não havia qualquer indício de maus-tratos ou abandono de menores na casa”, entra em cena uma outra discursividade para significar a fome como exterior à família, produzindo um efeito “solução do caso”. Como vemos abaixo, é uma discursividade filantrópica:

“Os **policiais fizeram uma vaquinha** e compraram uma cesta básica”.

“Os PMs contaram ao gerente do supermercado **a situação da família**”.

“O **responsável decidiu ajudar** e enviou caixas de leite”.

“**As doações** foram entregues na noite desta terça **na casa da família**”.

“Um telefone foi disponibilizado **para quem quiser enviar doações**”.

Esse efeito conclusão no texto, essa solução para a fome pelo viés filantrópico, além de significar a família – e somente a família – como protegida, essa solução para a “ocorrência” faz deslizar os sentidos filantrópicos também para uma solução do problema geral da fome. Tal como temos na campanha midiática do “Natal sem fome”, por onde o sujeito do discurso “se livra do incômodo” dos sentidos da fome no momento de celebração da comida e da bebida e entra em cena o discurso religioso da caridade, fraternidade, amor ao próximo etc. São sentidos que apagam a fome pela construção de uma posição sujeito benevolente, aquele que é significado como o que “faz a sua parte”.

Na verdade, esses sentidos são parte das condições de produção que elegem discursivamente o fato ao *status* de notícia. Mas, avan-

quando um pouco mais, notemos que a imagem discursiva da criança é fundamental. Diferentemente do “feirante” – sócio historicamente circunscrito, – o significante “criança” vem atravessado por uma memória discursiva do “universal humano”, vem produzindo efeitos de ameaça à “futuridade humana”. Daí decorrem efeitos de sentido que hesitam e jogam com a ameaça de ruptura que constroem o “vir a ser” de um acontecimento (Pêcheux, 1999).

4. Discurso do direito humano e razão gráfica

Passado o “calor” da notícia, em um pequeno artigo jornalístico, “Fome e farda” (26/08/2022), vieram outros efeitos em uma reflexão crítica para apontar o que “se produziu” e o que “não foi tratado”, para questionar o acontecimento, seus princípios e suas orientações gerais em um contexto mais amplo de formações sociais. Vejamos o título/manchete:

(05) “Fome e farda

Ligação de menino para o 190 em busca da garantia do direito fundamental à alimentação é pura calamidade”.⁴

Em uma operação de síntese pela repetição no significante, observemos que o título reúne dois objetos gerais “fome e farda”, produzindo um efeito de distanciamento da notícia. O título é sempre um movimento nas redes de sentido que eleva a essa formulação um efeito de síntese do processo de exposição do estudo, do texto. Mas, imediatamente abaixo, no *subtítulo*, temos uma discrepância, uma quebra naquilo que significa a totalidade (o título) para a entrada da particularidade, a notícia, agora, reformulada em acontecimento. Entre trechos das sequências discursivas 04 e 05, temos então ao menos dois movimentos de sentido:

4 Folha de São Paulo, Caderno Ilustríssima, artigo de Marilene Felinto.

(04) Criança liga para a PM



(05) Ligação de menino para o 190 é pura calamidade.

Como já vimos, na sequência (04), o objeto discursivo é o “equívoco”. São efeitos de sentido produzidos pela “não correspondência” pragmática entre o dizer, o mundo e os locutores. É um trabalho junto à ilusão referencial (Orlandi, 2000, p. 35). Essa não correspondência, esses sentidos do “equívoco” são decisivos para a constituição da notícia e, portanto, para figurar com o *status* de manchete. E é decisivo o fato do equívoco ser explorado, mas não declarado. Já no texto “Fome e farda”, o problema da notícia é explicitado: “o menino telefonou para a PM como quem ligasse para uma autoridade de governo” e há um deslizamento para uma conclusão sobre o equívoco “é pura calamidade”, ou seja, um sentido de ruptura, de destruição. O que nos leva a compreender esse gesto de interpretação como construção do acontecimento. Como parte dessa construção, um outro movimento de sentidos, entre essas sequências discursivas, (04 e 05), traz decisivas memórias discursivas da fome.

(04) Para dizer que **não tem nada** para comer.



(05) Em busca da **garantia do direito** fundamental à alimentação.

Entre os fragmentos acima, vem uma memória da fome pela instância da economia, do capitalismo. Uma memória que apaga a dimensão biológica do ser e reafirma a instância ideológica do “ter/não ter”, por onde vem os sentidos do sujeito e suas faltas: “falta de dinheiro”, “falta de comida”. É o sujeito do consumo da mercadoria.

Por outro lado, vem uma memória da fome pela instância jurídica. Uma memória que também apaga a dimensão biológica do ser e rea-

firma a instância ideológica abstrata do sujeito “em busca da garantia do direito”. Como vemos, esses sentidos oferecem uma interpretação para a notícia e a coloca em um fluxo mais amplo. Nessa direção, o acontecimento discursivo é trabalhado: “a cobertura midiática desse caso, espetaculosa e piegas, não se preocupou em tratar da **outra face da ironia**”, o “telefonema produziu **um curioso paradoxo no teatro** da proteção social e da segurança pública brasileira”.

Consideremos que, por essas figuras de linguagem – ironia e paradoxo – o telefonema e a cobertura midiática são tomados a partir do que é dito para então introduzir a *contradição*, a “outra face”. E esse outro introduzido no “teatro” é “a origem comum do menino e do policial negro”, é “o abandono (pelo Estado e pelos homens) de que são vítimas as mulheres negras pobres”.

O trabalho de reformulação da notícia em acontecimento faz romper no texto três inserções de imagens com títulos e legendas. Duas delas repercutem a notícia: o menino jogando bola e a família sorridente que “recebe doações após pedir ajuda à PM”.

Como vemos, a autoria não se coloca na posição efeito-leitor (Indursky, 2010, p. 172) das notícias e suas repercussões. A autoria não se quer tomada pela notícia. Ao contrário, o sujeito do discurso rompe com a notícia, mas entra em linha de filiação com o objeto da notícia (o menino da ligação). É aberto então um contexto por onde “a fome do menino” junta-se à história da autora nas formações sociais “racista, classista” e de gênero no Brasil. Em um discurso historicista, essa linha de filiação vem em três fomes: “a história se repete como estrutura [...] e atravessa gerações”. Vejamos:

**“A primeira fome é daquele menino de 11 anos”
(02.08.2022).**

“A segunda fome ocorreu há 83 anos, fim dos anos de **1930**, no sertão da Paraíba, por onde a família de minha mãe, retirantes da seca, zanzava em busca do que comer”.

“A terceira fome é a minha, em meados dos anos de **1960**, uma xícara na mão, minha irmã mais velha e eu indo pedir aos vizinhos um tanto de arroz, outro de feijão, que minha mãe não tinha mais o que dar de comer aos cinco filhos pequenos. Passávamos, às vezes, à farinha de mandioca com açúcar”.

Mas, para sustentar essa posição historicista, vem o discurso da “razão gráfica”, no espaço jurídico ideológico do direito, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), como vemos abaixo:

(06) “Contudo, **o artigo 25** da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de que o Brasil é signatário, **define** que Miguel e sua família **têm direito, sim**, “a um padrão de vida capaz de assegurar saúde, bem-estar, inclusive alimentação”.

Esse espaço de onde o sujeito do discurso “define, é signatário e tem direito” traz efeitos de sentido do poder sustentado pelas condições da escrita. Vale lembrar o percurso feito por Sylvain Auroux (1998)⁵, sobretudo, no que toca as relações entre instâncias do poder e a escrita já que “o escrito só aparece (e se mantém) em sociedades fortemente hierarquizadas, e entretém desde a origem (e sobretudo na origem) relações muito estreitas com as diversas instâncias de poder” (p. 68). Para Auroux, seria superficial ligar a escrita simplesmente à opressão. “Ela muda qualitativamente a natureza das ligações sociais e, porque torna possível a escrita da lei e da ciência, ela faz nascer novas formas de liberdade humana” (p. 69).

⁵ Em *A Filosofia da linguagem* (1998), no capítulo 2 (p. 63-96).

De tal forma, essa ordem do definir, do ser signatário e ter direito parece funcionar discursivamente produzindo um efeito performativo. Ou seja, o direito se realiza na instância do dizer, no discurso da razão gráfica. Nessa direção, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um limite, é um horizonte eterno a ser alcançado, e, portanto, um conflito incessante. É o sujeito do discurso eternamente “**em busca da garantia do direito** fundamental à alimentação”.

Desse modo, os sentidos nos levam a um lugar de *contradição* afetado por uma outra instância ideológica, uma ordem política, “é a contradição que instala conflito no centro do dizer [...] contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos” (Guimarães, 2002, p. 17).

Ou seja, a afirmação do direito se basta, funciona como um “efeito bumerangue” no espaço da escrita. A insistência de sua afirmação, “Miguel e sua família **têm direito, sim,**” significa uma resposta a uma negação não formulada no intradiscorso, mas denegada interdiscursivamente pelos sentidos fortes do silêncio das formações ideológicas.

5. Considerações finais: a questão da linguagem

Como vimos, na seção dedicada à crônica “Miau”, o discurso da linguagem é decisivo na construção do sujeito, é uma fronteira nas relações entre os sentidos da fome e da criança, humano/animal. Tanto na notícia/acontecimento como no texto “Fome e farda”, a imagem de uma outra falta pelos sentidos da “criança” recobre, constitui e apaga o problema da fome.

Como parte dessa imagem, a fala, o dizer da criança, que é o centro da notícia, circulou fortemente na grande mídia, foi apresentada em áudio e transcrita nas plataformas digitais. Vejamos:

(06) “Ao ser atendido, ele disse: “Ô seu policial, **aqui, é por causa que, aqui** em casa, não tem nada para a gente comer”.

Esse discurso da língua(gem) pelo tratamento, “Ô seu policial”, por essa sintaxe balbuciante, “aqui, é por causa que, aqui”, não nos coloca diante dos sentidos de uma ameaça ao devir humano interrompido, significado por essas faltas, por essas falhas?

Referências

AUGUSTO, Leonardo. Criança liga para a PM para dizer que não tem nada em casa para comer. Menino de 11 anos mora com a mãe e com quatro irmãos em Santa Luzia (MG). **Folha de São Paulo**, 26/08/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/08/crianca-liga-para-a-pm-para-dizer-que-nao-tem-nada-em-casa-para-comer.shtml>. Acesso: 15 de jun. 2023.

AUROUX, Sylvain. **Filosofia da linguagem**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória. *In*: ACHARD, Pierre. *et al.* (Org.) **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

FELINTO, Marilene. Fome e farda: ligação de menino para o 190 em busca da garantia do direito fundamental à alimentação é pura calamidade. Caderno Ilustríssima, **Folha de São Paulo**, 26/08/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marilene-felinto/2022/08/fome-e-farda.shtml>. Acesso: 15 de jun. 2023.

INDURSKY, Freda. Estudos da linguagem: a leitura sob diferentes olhares. *In*: TFOUNI, Leda. (org.). **Letramento, escrita e leitura**. Campinas, SP, Mercado de Letras, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000.

PÊCHEUX, Michel. (1983) **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória” *In*: ACHARD, Pierre *et al.* (org.). **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes,1999.

SCLIAR, Moacyr. Miau. **Folha de são Paulo**, São Paulo, segunda-feira, 11 de outubro de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1110200402.htm>. Acesso: 15 de jun. 2023.

FEIRANTE gasta R\$ 800 por mês para alimentar gatos. **Folha de são Paulo**, São Paulo, segunda-feira, 04 de outubro de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0410200417.htm#:~:text=E%20%C3%A9%20isso%20que%20estou,problema%20aos%20usu%C3%A1rios%20do%20parque>. Acesso:15 de jun. 2023.



“ADOTE UM BANDIDO!”: VIOLAÇÕES MIDIÁTICAS EM DISCURSOS DE ÓDIO A MINORIAS

Mercia Sylvianne Rodrigues Pimentel
Universidade Federal de Alagoas
Luciano Luiz Araújo
Universidade Federal de Alagoas

| 1. Apresentação

A mídia jornalística exerce um papel fundamental na cobertura de fatos envolvendo direitos humanos. Apesar do poder de capilarização e consumo de fake news, são aos veículos de imprensa que muitos sujeitos recorrem para obter ou confirmar informações sobre os acontecimentos que norteiam a vida em sociedade. A responsabilidade e o compromisso de comunicadores/jornalistas aumentam quando levamos em consideração pautas envolvendo grupos historicamente oprimidos, uma vez que os meios de comunicação atuam na formação de imaginários e representações.

A angulação passada nos programas jornalísticos poderá ser majoritariamente reproduzida pelos sujeitos, sobretudo se esses programas forem televisivos e pertencerem a grupos de mídia hegemônicos, que possuem o espectro para transmissão de conteúdos a milhões

de brasileiros. Diferente do que preconiza a Constituição Federal, em seu Art. 1º, inciso III, que estabelece a dignidade humana como princípio fundamental, vemos o espaço midiático sendo tomado por posicionamentos extremistas e discursos de ódio contra as minorias.

Enunciados do tipo “Adote um bandido!”, “A favor dos direitos humanos das vítimas” e “CPF cancelado!” foram verbalizados por apresentadores de programas televisivos, sobretudo sensacionalistas, violando direitos humanos ao tratar de modo racista e discriminatório pessoas negras e pobres. Considerando essas condições de produção, analisamos a apropriação de discursos de ódio por veículos da considerada mídia, acionando a memória discursiva desses dizeres a partir da compreensão de seu funcionamento interdiscursivo.

Como referencial teórico-metodológico, recorreremos à Análise de Discurso franco-brasileira e dispositivos da área de comunicação. Também apresentamos recortes da Constituição Federal para fundamentação do que se entende por direitos humanos, numa contraposição ao senso comum circulante de que os direitos humanos não são para todos, mas para os merecedores “ditos cidadãos de bem”. Isso posto, tecemos algumas reflexões sobre a prática jornalística de cunho respeitoso e ético engendrada por canais alternativos em busca de um jornalismo mais plural e democrático.

| 2. Fundamentos dos Direitos Humanos

A questão central para o melhor entendimento do conceito de direitos humanos está baseada na compreensão de dignidade humana. Isso porque não há como pensar a pauta sem relacioná-la a condições essenciais de sobrevivência, de forma que sejam respeitadas. Em outras palavras, os fundamentos dos direitos humanos estão apoiados no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, sendo lhes garantido direitos para viver com cidadania, independente de qual seja

seu gênero, orientação sexual, crença, convicções políticas ou quaisquer outras.

Inviolabilidade, inalienabilidade, irrenunciabilidade e imprescritibilidade são algumas das características atribuídas aos direitos humanos. Em resumo, eles não podem ser violados, desrespeitados, renunciados, transferidos para outrem e nem se perdem por decurso de prazo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi o grande marco legal no reconhecimento dos direitos humanos no mundo, depois dela vieram outros tratados e convenções internacionais.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 materializa normas instituídas internacionalmente em defesa da dignidade humana, sendo reconhecida como Constituição Cidadã por garantir direitos sociais, civis e políticos à população. De acordo com o clássico artigo 5º, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 2022, on-line).

Em tese, os direitos individuais estão garantidos na Constituição brasileira e o sujeito que se sentir prejudicado deve procurar a justiça para reavê-los. Entretanto, a realidade social mostra que essa igualdade de que fala o artigo não é isonômica de fato. Sobre isso, Pêcheux (1997, p. 27) destaca a corrente citação de que no funcionamento do direito burguês, [...] “todos os homens são iguais, mas há alguns que o são mais que outros!”.

Não à toa, o próprio campo do Direito considera que na interpretação da lei deva existir a diferença entre igualdade formal e material. A formal diz respeito ao previsto em lei, ou seja, igualdade jurídica no sentido de que todos estão subordinados ao crivo da lei; já a igualdade material significa tratamento diferenciado aos ditos iguais (Goldmeier, 2013). Disso decorre o pré-construído “tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual na exata medida

das suas desigualdades”. Dizendo de outro modo, é por haver desigualdades sociais que os casos devem ser julgados conforme as suas especificidades. Como consta no Guia Mídia e Direitos Humanos:

[...] apesar do desenvolvimento dos direitos humanos no âmbito normativo, ainda há uma distância muito grande entre a norma e sua efetivação na realidade social. Para sair do papel e se tornar algo vivo no dia-a-dia dos indivíduos, os direitos humanos dependem de um conjunto articulado de políticas públicas e órgãos que concretizem e controlem, com participação da sociedade, o que está previsto no ordenamento jurídico (Moura, 2014, p. 14).

No Brasil, os direitos individuais encontram-se no artigo 5º da CF, entre eles estão o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Dispostos no art. 6º da CF, os direitos sociais incluem educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Existem outras categorias de direitos no texto da Constituição Federal, como os civis e políticos, mas vamos nos deter nessa explicação basilar, uma vez que tratamos neste artigo sobre discriminação a minorias sociais, que são as mais afetadas por terem seus direitos violados, sobretudo no âmbito midiático.

3. Violações de direitos no discurso midiático

Embora conste no texto da Constituição Federal que direitos devam ser assegurados sem distinção, o enunciado “direitos humanos para humanos direitos” circula manifestando o sentido de que apenas um grupo de pessoas deve ser favorecido, o dos humanos “direitos”. Na formulação, figura um jogo de palavras no qual o termo “direitos” sai do lugar de substantivo em “direitos humanos” para ser adjetivado em “humanos direitos”.

E a injunção de sentido leva para um lugar de significação onde esses tais sujeitos, os humanos direitos, são autodenominados “cidadãos de bem”, tidos como “corretos” e “ordeiros”; enquanto os que transgridem as leis são “marginais”, perdendo, portanto, o reconhecimento de sua dignidade. Disso decorre outro enunciado interdiscursivamente relacionado, o “Bandido bom é bandido morto”, que tem a anuência de 60% da população brasileira, segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Correio Braziliense, on-line). A reprodução de discursos de ódio dessa natureza, atinge, sobretudo, os grupos desfavorecidos do ponto de vista econômico e racial.

É o caso da notícia de 2014 envolvendo adolescente espancado e amarrado por justiceiros em poste na Zona Sul do Rio de Janeiro (Pragmatismo Político, on-line). A jornalista Raquel Sheherazade comenta o episódio no telejornal do SBT, onde atuava como âncora e comentarista, e incita a campanha “Adote um bandido!”. Disse ela:

SD 1: O marginalzinho era tão inocente que, em vez de prestar queixa contra os seus agressores, preferiu fugir antes que ele mesmo acabasse preso. É que a ficha do sujeito está mais suja do que pau de galinheiro. No país que ostenta incríveis 26 assassinatos a cada 100 mil habitantes e arquivava mais de 80% de inquéritos de homicídio e sofre de violência endêmica, a atitude dos vingadores é até compreensível. O Estado é omissivo, a polícia desmoralizada, a justiça é falha. O que resta ao cidadão de bem, que ainda por cima foi desarmado? Se defender, claro! O contra-ataque aos bandidos é o que chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite. E aos defensores dos direitos humanos que se apiedaram do marginalzinho preso ao poste, eu lanço uma campanha, façam um favor ao Brasil: Adote um bandido!

O rapaz, que é negro, foi agredido sob acusação de furto, sendo preso ao poste com uma trava de bicicleta e sem roupas, uma imagem que remonta à época da escravidão:

Figura 1 – Adolescente amarrado em um poste



Fonte: El país, 2014.

Os termos “marginalzinho” e “bandido” são associados ao adolescente acusado de furto, enquanto aos sujeitos responsáveis pela prática criminosa coube a designação de “vingadores”. Assim, os discursos do “Direitos humanos para humanos direitos” e do “Bandido bom é bandido morto” atualizam-se no “Adote um bandido”, sendo considerado bandido o sujeito negro e pobre; o de classe média responsável pela agressão é isentado, sob o argumento da “legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado”¹.

¹ No que tange ao posicionamento da jornalista Raquel Sheherazade, durante entrevista para o Canal Uol em 2021, ela afirmou que não se arrepende do dito e que a justiça sentenciou favorável a ela em relação às várias ações impetradas no judiciário a respeito da incitação ao discurso de ódio (Uol, 2022). Vale ressaltar que, paradoxalmente, a jornalista mudou seu tom em relação a pautas do movimento progressista, passando a defender algumas bandeiras levantadas pela esquerda brasileira.

Temos nessas sequências a mobilização concomitante da paráfrase e da polissemia, entendidas como relações de substituição, sinonímia e transformação. Em outras palavras, são dois funcionamentos do discurso que se entrelaçam: por um lado, a paráfrase se dá pelo funcionamento “[...] da identidade, da repetição, assegurando a estabilidade da forma lógica do enunciado”; já a polissemia funciona pela mudança, está do lado “[...] da diferença discursiva, da alteração do sentido induzido pelos efeitos de espelhamento e de deriva” (Pêcheux; Léon, 2011 [1982], p. 172).

Essas relações de sinonímia e alteridade também estão presentes no posicionamento do apresentador José Luiz Datena, do programa Brasil Urgente veiculado pela Tv Record. Em setembro de 2021, ele manifesta revolta ao vivo em relação a um caso de latrocínio ocorrido em Itanhaém (SP), no qual membros de uma família e um pedreiro que estava no local foram baleados, levando duas pessoas a óbito.

SD 2: Eu não tenho nada contra direitos humanos. Nada, pelo contrário. Alguns imbecis acham que sou contra os direitos humanos, mas não sou contra. Tenho dois prêmios Herzog de Jornalismo em Direitos Humanos, se vocês querem saber. Então, não sou contra os direitos humanos, só sou a favor dos direitos dos humanos vítimas.

No vídeo de mais de sete minutos, extraído do programa Brasil Urgente e publicado no canal oficial do apresentador, há ainda críticas a políticos e suas “leis frouxas”. Na sequência, Datena diz que “bandido só tem benesses” e finaliza chamando o assaltante de “excremento humano”, “psicopata”, “canalha”, “vagabundo” e “sem-vergonha”. Finalizou com críticas ao regime semiaberto: “vai pra cadeia e daqui a pouco está em progressão de pena na rua”.

Vê-se que a mídia hegemônica, ou grande mídia, trata a situação de maneira dicotômica, separando os “verdadeiros cidadãos” daqueles

“sem cidadania”, como se existissem pessoas naturalmente criminosas e aquelas de boa índole. Como destacam Hulsman e Celis (1997, p. 56), “As produções dramáticas tradicionais e parte da mídia tendem a perpetuar a idéia simples – e simplista – de que há os bons de um lado e os maus de outro”.

Embora Datena insista em dizer que não é contra os direitos humanos, seu discurso demonstra o contrário, porque os direitos humanos não são os de uns em detrimento de outros, como assegura o próprio texto da Constituição. “Os criminosos são concebidos como desprovidos de quaisquer direitos e sob esta ótica são legítimos quaisquer meios usados para proteger a sociedade desta impureza”, refletem Saporì e Souza (2001, p. 186) sobre essa concepção moral de criminoso.

Na fala desses comunicadores, condenados perdem imediatamente sua dignidade, não havendo a possibilidade de se reintegrar à sociedade e recuperar sua autoestima. A solução parece ser a do extermínio da população marginalizada, conforme sugere a expressão “CPF cancelado”:

Figura 2 – Foto de Sikêra Júnior com Bolsonaro e equipe



Fonte: Revista Piauí, 2021.

O jargão “CPF cancelado” é utilizado recorrentemente em casos de execuções feitas por policiais ou grupos de extermínio. O registro fotográfico acima se deu num contexto de comemoração pela morte de Lázaro Barbosa, após cerco policial na cidade de Águas Lindas, em Goiás. Lázaro estava foragido há mais de 20 dias por crimes cometidos em Ceilândia (DF) e sua captura se transformou numa cobertura exaustiva dos veículos midiáticos, sobretudo dos que fazem jornalismo policial.

A foto foi tirada após entrevista do então presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, ao programa Alerta Nacional, que é apresentado por Sikêra Júnior, da Rede TV!. A imagem mostra Sikêra Júnior e Bolsonaro ao centro segurando a placa “CPF cancelado” rodeados dos ex-ministros Milton Ribeiro e Gilson Machado, da Educação e do Turismo, respectivamente.

O apresentador Sikêra Júnior passou por vários programas policiais de filiadas nordestinas até conseguir aparição em programa de audiência nacional. Atualmente, além do Alerta Nacional, na Rede Tv!, apresenta também o Alerta Amazonas, programa local. Em 2016, uma publicação sua na qual “jogava praga contra maconheiros” viralizou nas redes sociais, e hoje seus comentários mais enfáticos contra minorias ainda viram memes na internet. Sua ascensão na mídia coincidiu com a do conservadorismo de grupos de direita e, conseqüentemente, com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018.

“CPF cancelado” é também um quadro do programa Alerta Nacional, no qual convidados são instigados a dizer quem/o que eles “cancelariam”. A analogia a um jargão utilizado para comemorar a morte de alguém demonstra o quanto os direitos humanos são violados num programa televisivo veiculado em rede aberta.

Em Pêcheux (1999, p. 50), lemos que “a memória discursiva deve ser compreendida não em um sentido psicológico de memória individual, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, social e inscrita em práticas”. Acionada, a memória discursiva de “CPF

cancelado” guarda também outras derivações parafrásticas/polissêmicas com os enunciados “Direitos humanos para humanos direitos”, “Bandido bom é bandido morto”, “Adote um bandido”, “Direitos dos humanos vítimas”, dentre outros da mesma matriz de sentidos.

Veículos de comunicação hegemônicos massivos, sejam eles sensacionalistas ou não, violam direitos humanos, dando vazão a discursos de natureza discriminatória esperando retorno da audiência. Em oposição a essa lógica, há esforços de coletivos de jornalistas em busca de uma cobertura mais humana e ética de casos envolvendo minorias. Não ligado a grandes grupos de mídia, esse jornalismo autointitulado “independente” segue uma linha editorial mais plural e democrática, procurando dar voz aos grupos sociais historicamente marginalizados. São produzidos conteúdos para os segmentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBTQIA+), negras e negros, população idosa, pessoas com deficiência, entre outros. São muitos os exemplos de mídia alternativa no país, dentre os grupos mais conhecidos estão Mídia Ninja e Jornalistas Livres.

4. Reflexões finais

Os canais de televisão e emissoras de rádio são concessões públicas e como tais deveriam disponibilizar conteúdos que respeitem a dignidade humana. Entretanto, vimos que são diversos os casos de violação de direitos humanos por parte de veículos midiáticos. Neste capítulo, citamos três exemplos de falas ou atitudes de apresentadores de jornais/programas televisivos que exploram casos envolvendo a pauta dos direitos humanos conforme viés ideológico que reproduz interesses de classes privilegiadas, reforçando a cultura de alijamento de grupos historicamente oprimidos: negros e pobres.

Analisamos os enunciados “Adote um bandido!”, “A favor dos direitos humanos das vítimas” e “CPF cancelado”, compreendendo a correlação parafrástica/polissêmica com outros da mesma família, como “Bandido bom é bandido morto” e “Direitos humanos para humanos direitos”. Essas sequências de discurso vêm de uma memória de pré-

-construídos que ressignifica o sentido de direitos humanos, colocando-o como o direito de mercedores.

Vimos que os enunciados se entrelaçam interdiscusivamente e reforçam a cultura de racismo, discriminação e violência às minorias sociais, sendo também retroalimentados por veículos de mídia hegemônica. Esse discurso de ódio e desprezo às minorias é característico de programas populares, sensacionalistas e policiaiscos, mas também se presentifica em telejornais de cunho informativo, como vimos no caso do Jornal do SBT.

O processo de democratização da comunicação, com a consequente regulação dos veículos midiáticos e o espaço para múltiplas vozes, ainda está distante de sua concretização, mas já temos exemplos de coletivos de jornalistas imbuídos de atuar na educação em direitos humanos e na criação de uma cultura de valorização da diversidade.

| Referências

ADOTE um bandido | Rachel Sheherazade. **Canal da Direita**, 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p_F9NwIx66Y. Acesso em: 17 out. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 nov. 2022.

“BANDIDO bom é bandido morto”, dizem 60% dos brasileiros. **Correio Braziliense**, 2016. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/11/02/interna-brasil,555729/bandido-bom-e-bandido-morto-dizem-60-dos-brasileiros.shtml>. Acesso em: 07 nov. 2022.

BARROS E SILVA, Fernando de. País cancelado: Bolsonaro em um show de tevê exemplar. **Revista Piauí**, Edição 176, Maio de 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/pais-cancelado/>. Acesso em: 17 out. 2022.

BRUM, Eliane. Nós, os humanos verdadeiros: quem estava nu além do menino negro acorrentado a um poste por justiceiros? **El País**, 2014. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/17/opinion/1392640036_999835.html. Acesso em: 17 out. 2022.

DATENA se revolta: bandido só tem benesses! **Canal do Datena**, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6wd1FG3jk1Y>. Acesso em: 08 nov. 2022.

GOLDMEIER, Gabriel. As igualdades formal e material como os fundamentos da justiça. **Revista da Faculdade de Direito da FMP**, n. 8, p. 43-60, 2013.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas perdidas**: o sistema penal em questão. 2. ed. Niterói: Luam, 1997.

JORNALISTAS livres. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

JOVEM negro é acorrentado nu em poste por grupo de ‘justiceiros’. **Pragmatismo político**, 2014. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/02/jovem-negro-e-acorrentado-nu-em-poste-por-grupo-de.html>. Acesso em: 17 out. 2022.

MÍDIA Ninja. Disponível em: <https://midianinja.org/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MOURA, Iara. **Guia mídia e direitos humanos**. São Paulo: Intervezes, 2014.

O MAPA do jornalismo independente. Disponível em: https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/#_. Acesso em: 20 dez. 2022.

PÊCHEUX, Michel; LÉON, Jaqueline. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: ORLANDI, Eni. (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes, 2011 [1982].

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

SAPORI, Luís.; SOUZA, Sila Barnabé de. Violência policial e cultura militar: aspectos teóricos e empíricos. **Teoria & Sociedade**, n. 7, p.173-214, 2001.

SHEHERAZADE diz que não se arrepende de ter dito “adote um bandido”: “justiça me amparou”. **Canal UOL**, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dUzD_ptrxFI. Acesso em: 17 out. 2022.



DO EQUÍVOCO À RESISTÊNCIA: PROPAGANDAS DE GOVERNO EM ANÁLISE

Silmara Dela Silva
Universidade Federal Fluminense
Fernanda Luzia Lunkes
Universidade Federal do Sul da Bahia
Ceres Carneiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

| 1. Considerações iniciais

Nesse escrito, temos como proposta apresentar algumas reflexões teórico-analíticas acerca do discurso publicitário governamental em nossa conjuntura sócio-histórica, tomando como ponto de partida o funcionamento do equívoco no discurso. Assim, iniciamos o nosso percurso propondo breves considerações acerca da noção teórica de equívoco e seu comparecimento na teoria do discurso, proposta por Michel Pêcheux.

Nosso ponto de partida é a tirinha dos *Smurfs*, trazida por Pêcheux, na abertura de sua reflexão em “O discurso: estrutura ou acontecimento” ([1983] 2008). Na tira, aquele que precisa de um “prego”, ao considerar, pelos mecanismos de antecipação, a (in)compreensão sempre outra de seu interlocutor, solicita-lhe uma “cavilha” e acaba recebendo

uma “porca”, o que aponta para aquilo que falha na comunicação; para o sentido que escapa ao sujeito... para o fato de que o sentido sempre pode ser outro.

Em sua análise acerca do acontecimento discursivo de 10 de maio de 1981, na França, Pêcheux ([1983] 2008, p. 28) demarca a sua questão teórica circunscrevendo-a à análise de discursividades que, em seus termos, “trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável [...] e formulações irremediavelmente equívocas”. Ao comentar essa mesma análise de Pêcheux, Lagazzi (2006, p. 84) aponta para o modo como, ao trabalhar com “a incompletude constitutiva da linguagem, a impossibilidade de tudo ser dito, Pêcheux nos mostra a necessidade de perguntarmos pelos sentidos, de colocarmos as interpretações em suspenso, mesmo para o que pode, a princípio, parecer óbvio”. Por consequência, aponta para o equívoco como constitutivo da linguagem, próprio do movimento dos efeitos de sentidos que se dão na inscrição da língua na história. Nas palavras de Lagazzi: “Discutir a equívocidade é abrir espaço para tornar visível a contradição de diferentes interpretações, é se expor às diferentes formas significantes e, no caso específico da linguagem verbal, se expor às palavras” (*ibid.*).

Em sua reflexão a respeito do equívoco como “lugar de encontro entre o impossível e a contradição, entre a língua (e o real que lhe é próprio) e a história”, Leandro-Ferreira (2000, p. 10) nos mostra como o equívoco está na língua, língua que, em seus termos, “não seria então um sistema dedutivo fechado ao abrigo de mal-entendidos, lacunas e excessos, mas comportaria em si a possibilidade de rupturas”. Na última parte de sua reflexão, a autora se volta ao funcionamento do equívoco em propagandas, questão que aqui nos interessa mais especificamente. Segundo Leandro-Ferreira, os anúncios publicitários são planejados sob condições de produção bem definidas, jogando com a estrutura enunciativa dos enunciados de um modo singular que desperte os efeitos de sentido desejados. Neste jogo, assume papel

relevante a materialidade léxico-sintática, de cuja opacidade se valem os redatores para construir jogos metafóricos, brincando com os sentidos das palavras (*ibid.*, p. 115).

Por suas condições de produção, os anúncios publicitários são mesmo pensados e muito planejados, não por um sujeito, mas por equipes inteiras. Conforme descreve Hansen (2013), o discurso publicitário – sustentado pela tríade composta por anunciante, agência publicitária e público-alvo – reserva aos profissionais da publicidade a prerrogativa da “criação” de ideias “inovadoras”, que discursivamente constroem sentidos para produtos, serviços, ideias. Contudo, a pluralidade de sujeitos envolvidos no processo (com profissionais concentrados nas áreas de atendimento, planejamento, produção [gráfica e eletrônica], mídia e criação) e o planejamento exaustivo não impedem o funcionamento discursivo: há sempre a opacidade da linguagem e a possibilidade de deslizamentos de sentidos, de equívoco.

Ao refletir acerca das propagandas de governo e seu funcionamento, Pêcheux (2011 [1979], p. 74, *itálico do autor*) propõe um distanciamento em relação às práticas tradicionais de se pensar tais propagandas em seu tempo, que costumavam considerá-las “evidentemente, um negócio de *psicologia*”. Isso porque, conforme alerta Pêcheux, embora as propagandas sejam feitas de “imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos” (2011 [1979], p. 74), sua abordagem a partir dos efeitos psicológicos que produzem nos sujeitos ou simplesmente partindo-se das técnicas que subjazem sua prática é insuficiente para discorrer sobre o seu funcionamento discursivo, um funcionamento ao mesmo tempo linguístico e histórico.

Deslocando-se em relação às abordagens psychologizantes da propaganda – que se voltam a sua capacidade de manipulação sobre os sujeitos –, e, também, às explicações sobre as técnicas implicadas em sua produção e circulação, Pêcheux (2011 [1979], p. 80) propõe uma visão histórica acerca dessas práticas publicitárias, de modo a pensar

aquilo que entende como sendo uma “história política da propaganda no desenvolvimento capitalista”. A seu ver, as práticas publicitárias, como todas as outras, decorrem do modo de produção capitalista e(m) suas contradições, o que conseqüentemente leva-o a questionar se os efeitos psicológicos e as técnicas concernentes às ações publicitárias não estariam relacionadas às formas históricas de assujeitamento decorrentes do próprio capitalismo, em suas maneiras de “gerir” “os corpos e as práticas” (Pêcheux, 2011 [1979], p. 80), no caso, as práticas de se fazer publicidade.

É nessa perspectiva proposta por Pêcheux que situamos a nossa reflexão, ao propormos pensar a relação entre publicidade e governo historicamente, e considerando as propagandas governamentais enquanto práticas discursivas, ou seja, práticas de produção de efeitos de sentidos que se dão para e por sujeitos, em uma determinada conjuntura sócio-histórica. Entendemos, assim, que as campanhas publicitárias que trazemos para análise, veiculada pelo Governo Federal, em distintos momentos, é discurso e, enquanto tal, deve ser analisada considerando-se a relação entre a sua materialidade específica e sua inscrição na história.

Para este trabalho, recuperamos o *corpus* analisado no artigo *O Brasil não está em crise(?): sentidos em resistência no discurso publicitário governamental* (Dela-Silva; Lunkes, 2020): o *slogan* – “O Brasil voltou, 20 anos em 2” – que fez parte de uma campanha lançada pelo Governo Federal em alusão aos 2 anos do governo de Michel Temer¹. Esse *slogan* comparece em um convite para a comemoração dos 2 anos do governo de Michel Temer, realizada no dia 15 de maio de 2018, no Palácio do Planalto; e era parte de uma campanha em que constava a peça publicitária, em vídeo, na qual um homem se salva de um afogamento para mostrar que o Brasil saía de uma crise enquanto, em complemento, uma narração em *off* afirma: “no fundo você

1 Michel Temer, enquanto vice-presidente de Dilma Rousseff, assumiu o governo, após o golpe que levou ao *impeachment* da presidenta, em 2016.

sabe que melhorou”. A essas materialidades significantes, acrescentamos uma outra, com o propósito de ampliar o *corpus*, refletindo sobre o funcionamento do jogo entre palavras que faz surgir novos sentidos, no deslocamento do *slogan* do governo de Jair Bolsonaro: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” para o meme “Adeus acima de tudo”. Iniciamos por pensar a campanha publicitária no governo Temer e, na sequência, voltamo-nos ao governo de Jair Bolsonaro, com vistas a analisar essas derivas de sentidos e(m) seus efeitos.

| 2. A campanha publicitária no governo Temer

No *slogan* “O Brasil voltou, 20 anos em 2”, temos uma intertextualidade com o *slogan* de campanha do então candidato à presidência da República Juscelino Kubitschek², marcada por dizeres que defendiam um projeto de industrialização e de um consequente desenvolvimento econômico: “50 anos em 5” (Baldini, 2010). A inserção dos dizeres formulados em outras condições de produção tenta, assim, aproximar os eventos ocorridos há 60 anos daqueles registrado na curta gestão de Temer. Ainda que a alusão implícita a um texto outro não tenha sido, necessariamente, evidenciada por muitos brasileiros, essa retomada do *slogan* da campanha publicitária que pretendia levar JK à presidência, ao comparecer no *slogan* comemorativo dos dois anos de Temer à frente da presidência, associa, imaginariamente, a gestão de um à do outro: projeta-se ali a imagem de um presidente (Temer) que fez pelo Brasil o que precisaria de dez vezes mais tempo para ser feito, tal qual a imagem projetada de JK como um presidente que teria feito o Brasil crescer 50 anos em 5.

A opacidade da língua permite que o sentido produzido por um dizer sempre possa ser outro. No caso do *slogan* “O Brasil voltou, 20 anos em 2”, temos elementos que extrapolam o linguístico e que levaram o *slogan* a causar uma crise institucional, e a ser substituí-

2 Juscelino Kubitschek venceu a eleição e governou o Brasil entre os anos de 1956 e 1961.

do, rapidamente, por outro: “Maio/2016 – Maio/2018: **O Brasil voltou**”. Em um contexto imediato, temos a comemoração de 2 anos de um governo impopular e, entendido, por muitos, como ilegítimo, que precisava enaltecer os seus feitos em um ano (2018) de eleição presidencial. Contudo, é pela e na língua que trataremos dos efeitos outros (possivelmente não pretendidos pelos sujeitos-publicitários) produzidos pelo *slogan*, ou seja, dos elementos que derivam da forma de nossa sociedade que, por pertencerem a nossa história, fazem significar diferentemente (Orlandi, 2015): nos referimos, aqui, à conjuntura mais ampla.

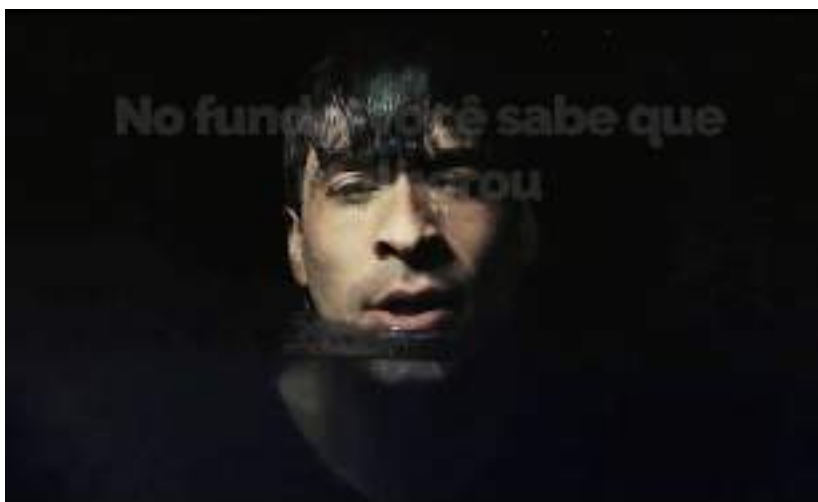
À época do debate acerca da ambiguidade do *slogan* “O Brasil voltou, 20 anos em 2”, a vírgula foi apontada como elemento responsável por alterar semanticamente o enunciado, pois, o Brasil voltou 20 anos em 2 diz de um retrocesso e não de um avanço acelerado como se pretendeu marcar em “O Brasil voltou, 20 anos em 2”. Mas, nos deteremos à presença do verbo “voltar” na formulação para pensarmos a sua retomada no *slogan* substituto. Segundo o dicionário *on-line* Michaelis (michaelis.uol.com.br), “voltar” significa “ir ou tornar ao ponto de onde partiu; regressar; retornar”. Muitas das medidas tomadas por Temer foram na direção de desfazer conquistas de lutas, tais quais a reforma trabalhista e o congelamento de gastos do governo por 20 anos, representando perda substancial para as áreas da saúde e da educação, nos tornando “ao ponto de onde” partimos, portanto.

Historicamente, o Brasil foi marcado por 20 anos (1964-1984) de governos opressores e autoritários, logo, não eleitos democraticamente, mas que, por meio de um golpe, se inseriu em nossa história e nos levou ao cerceamento da liberdade e ao obscurantismo. Temer não foi um presidente eleito pelo povo, ele chegou à presidência por vias outras: a destituição do cargo da presidenta Dilma Rousseff em um processo de *impeachment* bastante questionável. Em “o Brasil voltou”, marca-se esse retorno a um período histórico que não se pretendia referenciar, mas que se referenciou: há algo que se falou an-

tes, em outro lugar, um já-dito sobre ao ponto em que o Brasil volta que é atualizado no *slogan* pelo funcionamento da memória discursiva (Orlandi, 2015). Ao dizer que “o Brasil voltou”, em ambos os *slogans*, diz-se de um “tornar ao ponto de onde partiu” (michaelis.uol.com.br), voltar a um governo imposto ao povo, instalado à revelia do desejo popular. Todos “os sentidos já ditos por alguém, em algum lugar em outros momentos” (Orlandi, 2015, p. 29) sobre governos autoritários, golpes, eleições inscrevem seus efeitos sobre o que dizem ambos os *slogans*.

Como parte da mesma campanha, lançada com o *slogan* sobre o qual nos detemos, também circulou uma propaganda em vídeo, na qual uma cena de afogamento é utilizada com vistas a produzir efeitos de sentidos de saída da crise financeira.

Figura 1 – Poder 360



Fonte: <https://www.poder360.com.br/governo/governo-usa-metafora-de-afogamento-em-campanha-de-2-anos/>. Acesso em 13/11/2022.

Em composição à imagem, trazemos a narração em *off*, que acompanha o vídeo:

“Era mais ou menos assim que o brasileiro estava em 2016: no caos, na desesperança, enfrentando a maior crise financeira de todos os tempos. Os problemas só aumentavam e não havia saída. Aos poucos e com muito trabalho, as coisas foram melhorando, saímos da recessão, a economia já dá os primeiros sinais de recuperação, já tem mais comida na geladeira. O Brasil (pausa) voltou a respirar. No fundo, você sabe que melhorou.” #Avançamos (mãozinha com v).

Na materialidade linguística do vídeo, temos a afirmação da crise – e não qualquer crise, mas “a maior crise financeira de todos os tempos” – como parte do passado, marcadamente, situado em 2016. A narração em *off*, que acompanha o gradativo abaixar da água que provoca o afogamento de um homem, descreve o modo como “as coisas foram melhorando”: “Aos poucos e com muito trabalho”, fazendo ressoar já-ditos que associam trabalho e recompensa em nossa formação social; ao mesmo tempo em que inscreve para este governo, e não outro, a prerrogativa do trabalho.

A afirmação da saída da crise é marcada no emprego do pronome “nós”, que ao mesmo tempo diz do governo (“saímos da recessão”), do brasileiro (“já tem mais comida na geladeira”) e de todo o país (“O Brasil voltou a respirar”), personificado pelo homem que consegue colocar o nariz para fora da água e respirar, ainda que permaneça com a água em nível pouco abaixo da altura de sua boca. Como no *slogan*, a propaganda em vídeo traz a afirmação de uma saída da crise e melhoria da situação econômica do país, mas não sem se sustentar na equivocidade. Discursivamente, funciona em seu dizer a retomada de um já-dito de reprovação do governo Temer, que se marca notadamente na afirmação: “No fundo, você sabe que melhorou”. Ficam evidenciadas em ambas as sequências discursivas, “O Brasil voltou” e em “No fundo você sabe que melhorou”, que os sintagmas verbais marcam a necessidade do Governo de convencer a população de que o Brasil de Temer é melhor do que o Brasil de Dilma.

Temos, no caso da campanha publicitária do governo Temer, a permanência do sintagma verbal “o Brasil voltou” no *slogan* que substituiu o anterior na tentativa de escapar de uma falha na comunicação. Entretanto, ainda que fazendo desaparecer a ambiguidade produzida no primeiro *slogan*, entendemos, que a repetição de “o Brasil voltou”, no segundo *slogan*, segue produzindo o mesmo sentido de retrocesso.

Seguindo o fio discursivo, passamos ao *slogan* produzido na campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, em 2018: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, que diz de um Brasil que volta(rá) a ser que cristão e patriota, para dizer de um país que vivia sob o fantasma do comunismo e da não-religiosidade. É sobre esse *slogan* e(m) seus efeitos de deriva que nos voltamos na próxima seção.

3. A campanha publicitária do Governo Bolsonaro

Desde a campanha eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro se alia às igrejas evangélicas e se coloca como um candidato enviado por Deus, “aquele que tem Messias até no nome”, diziam os internautas mais fanáticos. O *slogan* formulado para atender a sua campanha (“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”) segue, portanto, marcando os quatro anos de seu governo. O bordão “Brasil acima de tudo” teria sido formulado inicialmente, em 1960, em um Manifesto elaborado por um grupo de capitães paraquedistas nacionalistas, segundo o coronel Cláudio Tavares Casali³, e seguiu circulando nos quartéis. O grupo, conhecido como “Centelha Nativista”, buscava, ainda segundo o coronel, trazer de volta os valores

de nacionalismo não xenófobo, de amor ao Brasil e de criar meios que reforçassem a identidade nacional e evitasse a fragmentação do povo pela ideologia e exploração de dis-

3 Entrevista concedida pelo general Cláudio Tavares Casali à Folha de São Paulo, reproduzida pela Gazeta do Povo em 24/10/2022: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/brasil-acima-de-tudo-conheca-a-origem-do-slogan-de-bolsonaro-7r6utek3uk1axzyruk1fj9nas/>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

sensos da sociedade dividindo o povo em termos da velha luta de classes do marxismo (Gazeta do Povo, 2018).

O mesmo movimento de intertextualidade observado em “20 anos em 2”, da campanha publicitária do governo Temer, ocorre no *slogan* que acompanha o governo Bolsonaro desde seu início. Se no primeiro (“20 anos em 2”), o intertexto se dá com o *slogan* da campanha de JK; no segundo, se dá com a “fala dos quartéis”⁴, com um dizer formulado em um período que antecedeu, imediatamente, o golpe militar, colocando generais na presidência da república brasileira por 20 anos. Nesse movimento, o governo direcionado pelo *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” é um acontecimento que, “em seu contexto de atualidade”, reorganiza um espaço de memória que foi convocado (Pêcheux, [1983] 2008, p. 19). O governo de Bolsonaro foi, discursivamente, um acontecimento que se estruturou a partir de dizeres que circula(ra)m em uma formação discursiva nacionalista-cristã, ou seja, a partir do que foi autorizado “em uma conjuntura sócio-histórica dada” (Orlandi, 2015, p. 41).

Se, por um lado, havia pessoas identificadas com os saberes mobilizados pelo *slogan* que deram à pátria e a Deus um estatuto de supremacia; por outro lado, esses saberes foram questionados, postos em suspensão, levaram a contraidentificações. Imediatamente após ter sido declarado o resultado da eleição para presidente em 2022, com sua derrota para o candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), começa a circular nas redes sociais o meme com o dizer “Adeus acima de tudo”.

4 Menção ao título da tese “A fala dos quartéis e as outras vozes” (1993), de Freda Indursky.

Figura 2 – Folha de São Paulo



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/hashtag/2022/10/tchau-querido-e-adeus-acima-de-tudo-veja-reacoes-a-vitoria-de-lula-nas-redes.shtml>.

Acesso em: 13/11/2022.

No sintagma nominal “Adeus acima de tudo”, o processo que leva à produção de sentidos outros que não aqueles produzidos na campanha publicitária governamental “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” se distinguem, conforme discorreremos a seguir. As palavras dispostas no meme derivam de uma reorganização daquelas contidas no *slogan* da campanha (“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”), entretanto, “Deus” é substituído por “adeus”, produzindo sentidos outros, filiando, portanto, tais dizeres em outra matriz de sentidos.

O equívoco aqui não é trazido como uma ambiguidade a ser superada, tal como ocorre na substituição de um *slogan* por outro durante o governo Temer, mas como um “fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (Pêcheux, [1983] 2008, p. 51). O equívoco se dá pela possibilidade de reestruturação de um dizer por outro, resignificando sem apagar o que significou. Esse “tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, [1983] 2008, p. 53) se manifesta, neste caso, pela reformulação de um dizer: o ponto de deriva, assim, se dá pela

possibilidade de formular um discurso (meme) pela reestruturação de outro (*slogan*).

No recorte do sintagma nominal “Brasil acima de tudo”, mantém-se o “acima de tudo” e se desloca o nome Deus do segundo sintagma, agregando-o ao primeiro: “a-Deus acima de tudo”. Etimologicamente, a palavra “adeus” é resultante, segundo o dicionário online Michaelis⁵, da lexicalização da expressão “a Deus”. Adeus, na origem, é um exemplo de *chunk*, “unidade de organização de memória formada pela junção de duas formas linguísticas emitidas em uma ordem rígida tal, que, em função da frequência de uso (“graças a deus”), acaba sendo tomada em bloco” (Gonçalves, 2019, p. 15), mas que sofreu um processo de lexicalização. “Adeus” e “a Deus”, assim, se distinguem na escrita, visto que foneticamente são produzidos da mesma maneira (Gonçalves, 2019, p. 15).

“Deus acima de todos” tornou-se “Adeus acima de tudo”, porque há “essa ligação que as filiações históricas podem se organizar em memórias e as relações sociais em redes de significantes” (Pêcheux, [1983] 2008, p. 53). No deslocamento que manifestou na e pela língua, temos que, nos processos de formulação e circulação nas redes sociais que incide nesse deslocamento houve a quebra na organização dos significantes, evidenciando gestos de resistência desses sujeitos, pois “Adeus acima de tudo” se inscreve em uma matriz de sentidos em que não se inscreve “Deus acima de todos”: “o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades de ausência” (Pêcheux, 1990, p. 08) se constituem enquanto lugar de deslocamento, da possibilidade mesmo de um sentido tornar-se outro, um espaço de resistência.

5 <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/adeus>. Acesso em: 13 nov. 2022.

| 4. Considerações Finais

Na campanha publicitária governamental do governo Temer, composta por textos planejados e muito bem pensados por equipes de profissionais, como já dissemos, buscamos aqui mostrar como o equívoco irrompe e (re)conduz os sentidos, expondo as marcas da inscrição da língua na história. A partir de então, os gestos de análises apresentados permitem pensar o funcionamento do equívoco como gesto de resistência do/no discurso. Como já trouxemos de Pêcheux ([1975] 2009, p. 301), “não há ritual sem falhas; enfraquecimentos e brechas”; no discurso publicitário, (não) jogar com a equivocidade da língua também possibilita dizer o que, a princípio, não poderia ser dito.

Já na campanha publicitária governamental do governo Bolsonaro, trouxemos um meme que derivou do *slogan* de uma peça para pensar no rearranjo de significantes, empreendido por sujeito(s)-eleitor(es) de Lula, como um movimento capaz de configurar um gesto de resistência, e o equívoco se dando pela possibilidade, no interior da própria língua, de tornar uma expressão em uma palavra outra.

| Referências

- BALDINI, Lauro. 50 palavras em 5. *In*: MARIANI, Bethania.; MEDEIROS, Vanise. (orgs.). **Idéias linguísticas: formulação e circulação no período JK**. Rio de Janeiro: FAPERJ; Campinas: Editora RG, 2010. p. 19-31.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre. **Morfologia**. São Paulo/SP: Parábola, 2019.
- HANSEN, Fábio. **(In)verdades sobre os profissionais de criação: poder, desejo, imaginação e autoria**. Porto Alegre: Entremeios, 2013.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e autoria. *In*: ORLANDI, Eni.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas: Pontes Editores, 2006. p. 81-103.
- LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. **Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

LUNKES, Fernanda Luzia; DELA-SILVA, Silmara. O Brasil não está em crise (?): sentidos em resistência no discurso publicitário governamental. In: GRIGOLETTO, Evandra.; NARDI, Fabiele.; DELA SILVA, Silmara. (orgs.). **Discursos de resistência**: literatura, cultura, política. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2020. p. 205-215.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, [1983] 2008.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, Unicamp, n. 19, p. 7-24, [1982] 1990.

PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo que você disse?. Trad. Eni Orlandi. In: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, [1979] 2011. p. 73-92.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Trad. Eni Orlandi *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975] 2009.



É ISSO QUE A GLOBO MOSTRA? OS SENTIDOS DE “ESCOLA” NA SÉRIE AUDIOVISUAL “SEGUNDA CHAMADA”

Matheus Santana Ribeiro
Universidade Federal de Sergipe
Luiz Carlos Martins de Souza
Universidade Federal do Amazonas
Fabio Elias Verdiani Tfouni
Universidade Federal de Sergipe

| 1. Introdução

Esta obra trata da crise estrutural do capital e do aumento da exploração da classe burguesa sobre a classe trabalhadora. A indústria do entretenimento é um aspecto fundamental dessa exploração. Através dela, os exploradores produzem a mercantilização das subjetividades no modo de produção capitalista, e assim, conquistam e reproduzem a hegemonia do seu funcionamento ideológico em nossa formação social.

Como Zizek (2014) afirma, há na linguagem uma violência simbólica intrínseca, que é “a imposição de um certo universo de sentido”. O impacto disso na sociabilidade humana ainda não foi devidamente mensurado, se é que é possível mensurá-lo. Diariamente somos inun-

dados pela imposição de um universo de sentido sem que consigamos nos deter para refletirmos e nos distanciarmos desses sentidos impostos. A indústria do entretenimento move bilhões de dólares com essa finalidade.

Para contribuirmos com o objetivo desta coletânea, propomos entender as **contradições da sociedade capitalista por meio da análise das relações sócio-históricas, mediadas pela sua discursivização em materialidades narrativas audiovisuais. O imbricamento de que tratamos aqui, portanto, é entre o audiovisual, como imagem em movimento e sons, a língua, os sujeitos, suas formas e suas posições, a história e a ideologia.** Visar a uma sociedade para além do capital, implica entender o mecanismo de funcionamento ideológico hegemônico do capitalismo, e o alastramento que provoca pobreza e exploração da maioria do nosso povo, mas contraditoriamente, provoca outros modos de formulação de sentidos que fortalecem a resistência e sua transformação das relações de produção.

2. Aparelho Ideológico de Estado?

Este capítulo lida com um *corpus* sugerido pelo trabalho de mestrado de Santana Ribeiro (2023), ao qual remetemos para uma análise mais acurada, por conta das limitações para um aprofundamento de nossas reflexões aqui. Apesar de nos valermos do mesmo *corpus*, é outra a questão discursiva que nos move.

Em seu trabalho, Santana Ribeiro busca analisar de que forma a primeira temporada da série de TV “Segunda Chamada”, série veiculada pela Rede Globo de Televisão, materializa os sentidos de professor do ensino público brasileiro. Ao se debruçar sobre os personagens que atuam como professores na escola fictícia onde se passa a série, analisa a representação das condições de produções do magistério, o modo de formulação de ser professor, a realidade brasileira da educação, e a realidade social na série.

Nossa questão aqui, entretanto, visa o funcionamento da Rede Globo como aparelho ideológico (AIE) e os sentidos de escola que essa materialidade convoca e aglutina. Há sentidos que se cristalizam em personagens e em seus percursos, sendo bordados por e bordando formações discursivas, mas é preciso entender os personagens como subtextos dentro de um texto maior, formulado dentro do funcionamento de um aparelho ideológico. É isso que nos interessa aqui.

Esse aparelho ideológico é propriamente de Estado? Para respondermos a essa questão, cabe revermos o conceito de AIE que Althusser (1970) explicitou. Ele destaca que há instituições da “sociedade civil” que dominam não pelo uso da força, mas pelo uso da ideologia para manter a classe dominante no poder. Para ele, os Aparelhos Ideológicos do Estado dominante reproduzem “as relações de produção de um modo de produção ameaçada em sua existência pela luta de classe mundial” (Althusser, 2008 [1995], p.272).

Althusser define que os Aparelhos Ideológicos de Estado são “uma série de realidades que se apresentam ao observador na forma de instituições separadas e especializadas” (Althusser, 2008, p. 264). Daí ele propõe uma lista empírica, que deveria ser examinada, testada, corrigida e retrabalhada. Destaca que a maioria dos Aparelhos Ideológicos de Estado se manifesta em uma aparente dispersão, pertencente ao domínio privado. O que interessa é o funcionamento e não alguma característica prévia que os localizaria numa estrutura imutável e estanque. Assim, lista alguns: “igrejas, festas, sindicatos, famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, **empresas culturais** (grifo nosso), etc.” (Althusser, 2008, p. 265). É preciso atentar, para além das categorizações em instituição “pública” ou “privada”, derivadas das manipulações do direito burguês, ao funcionamento ideológico que tais aparelhos operam, reproduzindo as relações de produção da classe dominante.

A nosso ver, apesar de ser regulado e regulamentado pelo Estado brasileiro, o funcionamento de um canal de TV nos mostra que é um aparelho ideológico de sustentação para além de um estado capitalista específico, pois está a serviço do sistema capitalista e de sua ideologia dominante no planeta, no funcionamento da mundialização.

Portanto, o conceito de Aparelho Ideológico de Estado (AIE) explica como os sujeitos se tornam livremente submissos à ordem vigente da ideologia dominante.

Esta constatação nos interessa como analistas de discursividades, já que implica o funcionamento ideológico, o funcionamento do inconsciente e, mais especificamente, o modo de formulação do desejo no inconsciente. O aparelho psíquico se constitui num modo predominante de formulação do desejo, disponível e possível na história de uma formação social. Inconsciente e ideologia estão articulados para que livremente acatemos o que nos é imposto na produção cotidiana de nossa existência.

A mundialização é um fenômeno necessário à reprodução do capitalismo. Marx (1988 [1867]) já havia diagnosticado que a burguesia molda a produção e o consumo de todos os países em bases cosmopolitas, destruindo a indústria nacional, para explorar progressivamente mais mercados. Assim, obriga todas as nações a se apropriarem da forma de produção burguesa. Essa forma de produção burguesa vai sendo imitada e demandada por cada estado nacional, pelos avanços científicos, tecnológicos, pelas demandas de troca, e pela imposição de modos de viver, de produzir, de ser, de se relacionar, de sobreviver, formatando assim os percursos das pulsões do humano e de seu desejo.

Como apontou Mello (2001), o capitalismo é simultaneamente um modo de produção e um processo civilizatório, aplainando as subjetividades, as singularidades e as regionalidades pela mundialização. Portanto, um aparelho ideológico, como um canal de televisão, pode ser melhor enquadrado como um aparelho ideológico a serviço

do modo de produção capitalista e de seu processo civilizatório imposto, e isso implica em processos de institucionalização transnacionais: é necessário que cada Estado tenha determinadas instituições que fazem o serviço de adequação e de regionalização da lógica capitalista. Essa imposição contraditoriamente demanda graus de identitarismo. No caso específico da Rede Globo, vemos que, em seu funcionamento como aparelho ideológico, a emissora regula e balanceia as relações entre as classes sociais e ganha muito dinheiro com isso.

Segundo Althusser (2008), as relações de produção de uma formação social capitalista se reproduzem amplamente através da aprendizagem de técnicas de trabalho, nas quais se embute maciçamente a inculcação da ideologia da classe dominante. E como temos visto, essa inculcação maciça da ideologia da classe dominante, também recobre o entretenimento e o descanso da classe trabalhadora, sobretudo, hoje, no Brasil, através do uso de aparelho celular, e da televisão.

No caso específico da série veiculada, existe o fato de linguagem, que é a série, e existe o real a que esse fato recobre, recorta, referencia, discursiviza e analisa. Discursivamente, essas duas instâncias se determinam mutuamente. O funcionamento ideológico abrange essa relação entre o fato de linguagem e o modo de recortar e reapresentar o fenômeno social ou aparelho ideológico “escola”, direcionando determinados objetos discursivos para o espectador. Há uma imbricação entre discursividade dramatúrgica, audiovisual, visual, sonora e verbal. Estrutura narrativa dramatúrgica se imiscui com imagens, movimentos de câmera e de atores, cores, luz ou falta de luz, modos de enquadrar, ruídos, música, organizados em determinada ordem, com corpos e vozes de determinados atores, para imantar esse determinado real, que é uma escola noturna, de representações, de pensamentos, de informações, de sensações e de percepções. Tais discursividades concorrem para produzir um efeito de totalidade em que os sentidos e as percepções do espectador submergem, o anestesiaram e, pela catarse,

se processa essa técnica de gestão do imaginário¹, que promove a “inculcação ideológica” de que trata Althusser.

Assim, a Rede Globo, o *GloboPlay*, como *streaming*, o cinema, e a série funcionam como aparelhos ideológicos, como “aparatos de informação”, “aparatos culturais”, de lazer e de entretenimento, ao mesmo tempo em que inculcam determinadas regras e quebras de regras possíveis do que desejar, do que fazer, do que sentir, do que interpretar.

| 3. Cinismo ou contradição?

Com a mundialização do capitalismo, as condições de produção de subjetividades contemporâneas se dão mais especificamente por um fetichismo da mercadoria. A sociabilidade é imaginada/produzida numa sociedade cujo laço social se baseia nas relações de consumo.

O esforço para estudar, para obter algum grau de formação, poderia ser uma alternativa para sujeitos periféricos não sucumbirem à depressão, ou ao consumo e ao cinismo atuais (Zizek, 1999; Safatle, 2008). Não é por acaso que a sociedade do consumo é também a sociedade da “falência da crítica” (Safatle, 2008²). Com o cinismo em jogo, a sociedade fetichista tampona o que não quer ver. Uma outra forma de identificação se coloca como alternativa para o sujeito?

Uma forma de cinismo talvez seja justamente a regulação através dos aparelhos ideológicos para colocar em seus termos os sentidos da disputa: ou seja, os aparelhos fingem que estão denunciando algo, quando estão regulando o jogo e acumulando capital ao mesmo tempo. Entretanto, como os sentidos não obedecem a uma lógica ape-

1 Adequamos o termo “técnicas de gestão social dos indivíduos”, usado por Pêcheux em “Discurso: Estrutura ou Acontecimento” (p. 30).

2 Perguntamos se uma forma cínica de falência da crítica não seria o horário em que programas “especiais” como esse são exibidos (quando aparecem na TV aberta)? Pensando de forma caricata, a TV aberta é feita de muito entretenimento e de jornalismo (quase) sem debate e sem o contraditório, além dos programas de auditório. Assim, sobram os horários “tarde da noite” e madrugada para uma programação diferenciada.

nas, essa é a contradição que produz um efeito de resistência e falha, de furo na reprodução *ad aeternum*.

Alguns autores como Zizek (1999) consideram que o cinismo é um aspecto fundamental da sociedade atual:

O sujeito cínico tem perfeita ciência da distância entre a máscara ideológica e a realidade social, mas, apesar disso, continua a insistir na máscara. A fórmula, portanto, tal como proposta por Sloterdijk seria: eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem. A razão cínica já não é ingênua, mas é paradoxo de uma falsa consciência esclarecida: sabe-se muito bem da falsidade, tem-se plena ciência de um determinado interesse oculto por trás de uma universalidade ideológica, mas, ainda assim, não se renuncia ela (Zizek, 1999, p. 312-313).

Um lugar comum, diríamos um já-lá dos sentidos sobre a educação, é a de que é através dela que se abrem mais oportunidades para o sujeito (para trabalhar e ascender socialmente). Assim, a educação é posta de modo estereotipado como solução para as desigualdades sociais. No entanto, o real faz furo: quem se forma como professor no Brasil pode até ser em algum grau “elite cultural”. Mas não é elite econômica e não tem poder, na medida em que o AIE escolar, é o que menos tem poder econômico e *status* social, comparado a outros, como o judiciário.

É assim que os AIE, e a televisão em particular, colocam para o sujeito lugares de identificação, de modo que podemos caracterizar esse funcionamento como cínico, contraditoriamente não vislumbrando uma mudança, realizando a manutenção da reprodução social, ao mesmo tempo que mostra rostos e corpos e subjetividades normalmente excluídos do *mainstream*.

| 4. A escola na série de tv “segunda chamada”

No curso dramático da primeira temporada da série de TV “Segunda Chamada”, a escola, que recebe o nome da poetisa e autora Carolina Maria de Jesus, é o palco principal para o enredo e para os conflitos que envolvem os professores, alunos e seus familiares. Em cada um dos onze episódios da primeira temporada da série, uma nova temática social enreda algum desses personagens selecionados para representar o universo escolar. Há um batimento entre o enredo que se desenvolve nas dependências da escola, e no seio familiar de algum personagem. O nome da escola já nos demanda interpretação, como veremos adiante.

A localização da escola, na trama, também revela principalmente a posição social do alunado e de alguns professores. É situada ficticiamente no bairro de Pinheiros, na cidade de São Paulo, entre duas comunidades carentes. Dessa maneira, a partir da sua arquitetura e estética, isto é, da representação feita pela produção da série, do nome da escola, e, sobretudo, pelos personagens que ali circulam, podemos analisar o funcionamento discursivo desse ambiente escolar representado.

Numa primeira visada, as dependências da escola, principalmente através da abertura oficial da série, já materializam sentidos. Toda a estrutura arquitetônica está bem deteriorada, e a abertura articula-se em uma fotografia cujo efeito de sentido predominante materializa uma memória visual de guerra e de violência, através da técnica fotográfica de cor predominantemente sépia, que destaca e envelhece certos elementos do ambiente, em detrimento de outros, na composição da cena³. Além disso, o nome da série, que aparece em caixa alta à esquerda, também apresenta um desgaste semelhante ao de ferrugem, o que produz um efeito de sentido de deterioração numa estética de violência, de pobreza e de sujeira.

3 Para ilustrar nossa análise, veja o vídeo no link <https://youtu.be/hrbBANz3ZUg> com recortes de frames e de sequências da série.

Nomear a série como “Segunda Chamada” produz um efeito de sentido de outra chance, de um nível de exigência rebaixado para que se inclua, numa seleção, nomes que teriam sido excluídos. Metaforiza-se, assim, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), para alunos que não conseguiram, em um determinado tempo, cursar uma etapa da educação escolar básica e precisaram retornar aos estudos em uma idade divergente da preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394).

Nesse texto audiovisual, um efeito de sentido dessa segunda oportunidade é ideologicamente constituído para produzir uma homogeneização de identidades e de procedimentos de identificação, artifícios e estratégias que funcionam como um modo de gestão do imaginário através do audiovisual: é necessário, para que a realidade imediata faça com que o sujeito se reconheça ilusoriamente no objeto e seja enlaçado na trama, que, entre o texto audiovisual e o telespectador, existam emoções, sentimentos, afetos e percepções que nos signifiquem e que os personagens, o ambiente e os objetos discursivos narrativizados se produzam como efeito metafórico e como significantes nos quais o telespectador se deposita, se reconhece e experimenta o efeito ideológico específicos desse tipo de texto. Aliado ao *glamour*, ao modo de significar e de existir que o poder simbólico de estar numa produção audiovisual da Rede Globo autoriza e outorga.

Nessa direção, há um trecho em que a professora de Língua Portuguesa, Sônia (interpretada pela famosa atriz Débora Bloch), explica aos alunos tanto a justificativa do nome da escola, como o eventual porquê de uma segunda oportunidade dada para eles. Depois de ilustrarem uma situação de homofobia dentro do banheiro masculino com a aluna travesti Natasha, interpretada pela performer travesti Linn da Quebrada, a professora de Português veicula:

SD1: A Carolina Maria foi a primeira mulher negra a publicar um livro no Brasil. Vocês podem imaginar quanto preconceito

ela sofreu? Imagine se ela tivesse desistido diante das dificuldades? A gente teria perdido uma das maiores autoras brasileiras. Eu vou ler um trechinho aqui de uma entrevista dela. Quando perguntaram a ela o motivo para ela escrever um livro, ela respondeu: “Quando não tinha nada para comer, ao invés de xingar, eu escrevia”. Não é à toa que nossa escola chama-se Carolina Maria de Jesus, porque todo mundo que tá aqui já tomou muito “não” na vida. Todo mundo que tá aqui já tomou muita porta fechada na cara. Essa escola pode ser a nossa segunda chance, gente (episódio 1, *timecode*, 27:28–28:49).

Assim, a personagem Lúcia começa uma parte da aula explicando quem foi a escritora Carolina Maria de Jesus e que o livro da autora será estudado pela turma no semestre. A filmagem e a montagem das cenas operam ideologicamente produzindo identidades e identificações. Quando a professora explica na sala de aula que a autora foi “a primeira negra a publicar um livro no Brasil”, Dona Jurema, aluna negra e idosa, é mostrada por meio de um primeiro plano em que interpreta sua atenção à explicação da professora. Em seguida, quando a professora segue a explicação, pergunta: “Vocês podem imaginar quanto preconceito ela sofreu?”, há também um primeiro plano na aluna Natasha e em sua amiga que a defende e a acompanha na escola. Esses enunciados e composições visuais atuam na estabilização de sentidos, na paráfrase de identidades e identificações presentes na memória televisiva e sócio-histórica de negros e travestis. Ao mesmo tempo em que, no texto, produzem vinculações anafóricas e catafóricas entre os elementos das discursividades que o constituem. Imaginário, Simbólico e Real estão imbricados na interpelação e identificação entre sujeito e a forma-sujeito (Lacan, 1975; Martins de Souza, 2019).

Nesse momento da explicação, e recorrendo a um acontecimento presente no livro da autora homenageada e referenciada na série, a professora Lúcia, ao dissertar sobre o porquê de a escola ter o nome

de Carolina Maria de Jesus, também mira o telespectador: “todo mundo que tá aqui já tomou muito não na vida. Todo mundo que tá aqui já tomou muita porta fechada na cara. Essa escola pode ser a nossa segunda chance, gente”. Os roteiristas e diretores se utilizam da ficcionalização para produzir um diálogo com o telespectador. É a realidade brasileira que é visada. Há uma escritora real cuja vida e obra se produz dentro desse universo ficcional como um modelo de existir a ser seguido e imitado. Educação e transformação são tecidas como um paralelo entre sociedade e alunos. Nesse procedimento, há uma redução simbólica, metonímica, da escola para representar toda a sociedade, num único ambiente ideologicamente e ilusoriamente fechado, como se as formações ideológicas não tivessem efeitos de desdobramentos: todos os que estão lá são assim, e, portanto, já tomaram muita porta fechada na cara. Segunda chance que não tem relação apenas com os alunos, mas também com a própria professora, a partir de sua autoinclusão na expressão “todo mundo aqui”, e conosco, como telespectadores, que precisam de acalanto, de sentido, de alívio e, portanto, de catarse.

Como pensar que massas (identidades) podem ser representadas sem contradições? Quais os sentidos, para além da interioridade do texto, de se trabalhar um trecho do livro da autora e poetisa Carolina Maria de Jesus, em uma aula da disciplina de Português, relacionando a sua condição de extrema pobreza com a vida dos alunos dessa ficção? Voltemos à Pêcheux ([1984], 2014) em dois pontos complementares para que possamos explorar mais as impregnações ideológicas no ambiente de trabalho da professora Lúcia: (1) “[...] as massas são precisamente irrepresentáveis” (Pêcheux, [1984] 2014, p. 20); (2) “[...] as ideologias dominadas experienciam a dominação, antes de tudo, no interior delas mesmo e não como um obstáculo puramente exterior [...]” (Pêcheux, [1984] 2014, p. 17).

Desse modo, temos a escola como um espaço simbólico que, através do discurso midiático televisivo, que circunscreve o texto au-

diovisual, evidencia querelas sociais, mas que, ao mesmo tempo, recobre pontos de resistências e bases de revolta nas próprias identidades-identificações. A partir da interpelação materializada através da fala da personagem professora Lúcia, a escola transforma-se em um ambiente onde há uma conjunção entre o sujeito e a forma-Sujeito, o que também faz ressoar um entendimento de Pêcheux ao tomarmos, por exemplo, a metonímia em “todo mundo”, como “uma cadeia de evidências da ordem do fato realizado, cunhadas e articuladas em diversas constatações e injunções carregadas de evidências pré-construídas inculcadas” (Pêcheux, 2014 [1984], p. 8). Um aparelho ideológico discursiviza outro aparelho ideológico para metaforizar uma parte da sociedade e ao apresentá-la, representá-la, evitando, assim, sua disputa por inclusão, domesticando-a, domando-a, dominando-a. Contraditoriamente, um espaço se abre para a resistência.

Há um caráter material do sentido das imagens e dos sons, imbricados com palavras e enunciados, se filiando ao todo complexo de formações ideológicas (Pêcheux, 1995). Tais imagens e sons são também constituídos a partir das “posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico” no qual tais imagens, sons, “palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (Pêcheux, 1995, p. 146).

Diferente do que reflete Orlandi (2005, p. 179) sobre o aniquilamento da memória na televisão, aqui entendemos que ela finge e simula a polissemia para manter a paráfrase. Desse modo, ao fazer isso, contraditoriamente produz a possibilidade de o sentido vir a ser outro na sua historicidade, já que é impossível controlar as suas direções! Há um movimento do social e do político. Esse aparelho ideológico media e intermedia essa memória. Ao insistir sobre o mesmo, faz pulsar o diferente. Como nos diz Pêcheux, onde houver dominação, haverá resistência: “a existência das ideologias dominadas é indissociável das contradições inscritas na dominação ideológica da classe dominante” (Pêcheux, 2015, p. 14). Não há como a ideologia dominante do-

minar sem contradição. A interpelação ideológica é um ritual, como qualquer outro, ritual com falhas, faltas e rachaduras, porque o inconsciente funciona. O lapso e o ato falho produzem a impossibilidade de uma dominação ideológica sem contradição. E é aí que Pêcheux localiza o funcionamento das ideologias dominadas, de modo a tornar impossível um assujeitamento “perfeito” no interior do processo de trabalho. Como Courtine também havia destacado, funciona o primado da contradição sobre os contrários que se enfrentam (Courtine, 1981). A ideologia dominante se apropria do seu funcionamento, de sua referenciação, de como deve ser pensada, categorizada, e por fim, como deve ser significada a escola. Mas aí há resistência.

Em “Segunda Chamada”, a escola é lugar para expressão da sexualidade e dos afetos. As grades e as paredes indicam um microcosmo cercado cujo efeito de sentido em paráfrase e sinonímias se produz na relação com segurança, separação, limite, bordas, violência. Entre os sentidos de escola, ela aparece como um lugar onde se reproduzem as relações e as condições de sobrevivência do proletariado. Ao mesmo tempo em que as relações de trabalho e de interação social é que determinam os conflitos e dramas. O inimigo é visível e é da mesma classe, para que o drama e o enredo se adequem às condições de produção das narrativas e da dramaturgia audiovisual, no funcionamento dessa discursividade.

Ainda assim, ao nos fazer ver essa escola e não a escola do seriado “Malhação”, ou de um bairro de classe média de Los Angeles num filme ou seriado hollywoodiano, esse aparelho ideológico nos propõe contraditoriamente a possibilidade de vislumbrarmos uma nova sociedade. Nos coloca diante do desejo de que a realidade seja outra, de outro modo, com outros valores, com o que falta e o que move os ideais e o desejo dos personagens.

Assim, o funcionamento desse aparelho ideológico assegura a “harmonia”, mas também a desarmonia, filtra e projeta a insatisfação,

produz a catarse, de forma a domesticar o Imaginário e o Simbólico para evitar a reação no Real. Ele deixa escapar um ideal de sujeito interativo, que tem voz, tem participação, tem decisão, tem importância num espaço em que se luta para que a democracia se realize. Desse modo, incorpora o dizer do outro, utiliza suas imagens numa aparente posição de palanque em que o conflito e os obstáculos, na discursividade dramática, se simulam como posições argumentativas e contra-argumentativas, como num combate, numa guerra ideológica. Somos colocados, assim, no lugar do adversário, de um outro, de um desconhecido, de um estranhamento, de uma posição aparentemente muito diferente da que ocupamos, alterando esse lugar e produzindo nos sujeitos modos de se identificar, de se contraidentificar, ou de não poder aderir completamente, de fingir adesão no embate discursivo.

O seriado funciona, dentro do Aparelho Ideológico, para atrair e congrega sujeitos que vivem e que não vivem no universo da escola pública e, ao mesmo tempo, fortalece o processo de assujeitamento, de identificação, do que se deve ou não se deve dizer, mostrar, fazer ver, procurando blindar um núcleo rígido de significação dentro dessas formações discursivas que constituem esse texto, apagando outros dizeres e outras formas de mostrar.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2008.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1970.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**, n. 62, p. 9-128, 1981.

LACAN, Jacques. **Seminário XX: RSI**. Escuela Freudiana de Buenos Aires. Biblioteca y Centro de Documentación, 1975.

MARTINS DE SOUZA, Luiz Carlos. Por um método de análise de obras artísticas: uma proposta na perspectiva discursiva a partir do RSI. *In*: ADORNO, Guilherme; MODESTO, Rogério; FERRAÇA, Mirielly; BENAYON, Flavio; ANJOS, Liliane; OSTHUES, Rômulo. (orgs.). **O discurso nas fronteiras do social**: uma homenagem à Suzy Lagazzi – volume 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

MARX, Karl [1867]. **O Capital**: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MELLO, Alex Fiúza de. **Mundialização e política em Gramsci**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, Eni. Televisão e Memória. *In*: ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

PÊCHEUX, Michel [1984]. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**, v. 1, n. 4, p. 1-22, 2015.

PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

SANTANA RIBEIRO, Matheus. **Magistério e Espetáculos**: Os Sentidos de Professor na Série de TV “Segunda Chamada”. 143 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e Falência da Crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

O2 Filmes e Rede Globo de Televisão. **Segunda Chamada**: confirma a abertura da série. Youtube, 09 de outubro de 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hrbBANz3ZUG>. Acesso em: 23 nov. 2022

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. Trad. Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014. 195 p.

ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. 1. reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

EXTRA-ORDEM-LIXO E OS CORPOS À MARGEM

Nádia Régia Maffi Neckel
Universidade do Sul de Santa Catarina

*“Eu achei que era possível ir até lá
pintar e não me envolver”
Vik Muniz (2010)*

| 1. Introdução: Primeiras Catadas

Dizer que a Análise do Discurso (AD) é uma disciplina de interpretação já é um lugar comum entre os textos de analistas de discurso, diz-se de sua constituição de entremeio que questiona, no interior de seu tripé teórico – materialismo histórico, linguística e psicanálise – abordagens de mão única. Ou seja, a abordagem discursiva trabalha com o processo, e não com o “logicamente estabilizado”. É, portanto, trabalhar com e na subversão “colocando em causa as evidências da ordem humana como estritamente bio-social” (Pêcheux, 1990, p. 45).

Uma abordagem discursiva questiona a ordem e a organização dos dizeres em suas condições de produção. Toma os sujeitos, sentidos e dizeres em sua dispersão, considerando as Formações Discursivas

(FDs) nas quais se inscrevem e pesando também a relação das FDs com a Ideologia.

Em tempos em que essa palavra – IDEOLOGIA – parece estar em evidência nas mídias e nas falas governamentais, é necessário que pensemos sobre ela teórica, crítica e, por que não dizer, politicamente. Teoricamente trazendo-a em sua sustentação vertical no arcabouço do pensamento histórico e filosófico de pensadores que dela foram tirando consequente conhecimento das sociedades ao longo dos tempos. Criticamente tentando fazer frente a “interpretações sem margens, nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto” (Pêcheux, 1990, p. 57) ou seja, partindo justamente de um efeito ideológico elementar no qual o sujeito se coloca como origem. A postura (a discursiva) segundo o autor é uma questão de responsabilidade ética e política. Cabe ressaltar, que tomamos aqui o político com o que lhe é próprio: produto e produção do dissenso, a integração da *Pólis*.

Ideologia é, portanto, da ordem constituída de todo e qualquer discurso, de todo e qualquer sujeito.

Os campos discursivos do capitalismo desenvolvido, por outro lado, principalmente aqueles que se desdobram no âmbito de seu núcleo, “des-locaram” o discurso político: trabalham-se aqui sem fronteiras pré-estabelecidas, uma vez que esse trabalho diz respeito às fronteiras da própria língua, do significado dos enunciados, e da posição sujeito que se deixam inscrever aqui: esses campos “onde o mesmo está inscrito no outro” removem ininterruptamente os pontos discursivos de submissão/assujeitamento ideológicos e os locais a partir dos quais é possível enunciar oposição, sem que a lógica dessa remoção jamais pudesse ser descrita em um sistema fechado [...] (Pêcheux, 2011, p.119)

Para tanto, retomarei a noção de Ideologia que nos é tão cara, a partir desse caminho trilhado por Pêcheux. Lembrando quando

ele nos diz que “todo o dizer, discursivamente é um deslocamento nas redes de filiação (históricas) de sentidos” (1990). O autor nos diz isso, quando da análise das manifestações francesas por ocasião das eleições do socialista François Mitterrand na França dos anos 80 e do famoso enunciado *On gagné*, trazendo-nos outra noção (não menos mais cara), a de acontecimentos discursivo. A noção de acontecimento discursivo para a AD é, como nos ensina Pêcheux, o ponto de encontro entre uma memória e uma atualidade. Nessa esteira, concorda-se com Orlandi (2012, p. 45) quando nos diz que “o discurso é pois, um elemento particular da materialidade ideológica”.

Enquanto gesto analítico, farei nesse texto também outra retomada: um gesto de análise do documentário “Lixo Extraordinário”¹ (2010), de Vik Muniz. Por ocasião do primeiro gesto de análise², busquei como base teórica: Lagazzi (2009) sobre as questões da imbricação material em suas análises de documentários com a mesma temática como, por exemplo, “Boca de Lixo”; em Pêcheux (1990) sobre acontecimento discursivo; em Orlandi (2001) sobre gestos de interpretação; e, em Zoppi-Fontana sobre acontecimento e o político na linguagem (2001-2009), principalmente em seu texto “*O Acontecimento do Discurso na Contingência da História*”, apresentado no III SEAD em 2007.

1 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JLTY7t8c_x0. Acesso em: 29 mar. 2023.

2 Apresentação de trabalho durante o V Seminário de Estudos do Discurso – SEAD – 2011 UFRGS – Porto Alegre RS. Justifica-se uma retomada dessa discussão baseada no seguinte dado: “O Ano era 2010, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) trouxe a esperança de que a gestão pública brasileira, de uma forma geral, iria se redimir dos sucessivos erros no quesito infraestrutura, ao longo de décadas. Mas do papel à realidade, chegamos em 2018, e constatamos que existe uma cultura de inoperância resistente que fragiliza a efetivação dessas mudanças em boa parte dos municípios. A prova está na permanência de cerca de 3 mil lixões ou aterros controlados espalhados pelo território nacional em 3.331 municípios, que recebem cerca de 30 milhões de toneladas de resíduos urbanos anualmente (41,6%). Os dados de projeção fazem parte do documento Panorama de Resíduos Sólidos 2016, da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública (Abrelpe)”. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/575765-2018-lixoes-e-aterros-controlados-uma-realidade-ainda-gritante-no-brasil>. Acesso em: 29 mar. 2023.

Tais retomadas são mais que necessárias nos tempos atuais em que o pensamento parece estar banalizado, conceitos são tomados como evidências e sentidos sempre literais. E, se nos exigem “voltar no tempo”, que seja justamente para combater pensamentos retrógrados de preconceito e de exclusão social.

No gesto de análise que me proponho aqui, colocarei o documentário supracitado em relação a outras duas produções documentais com a mesma temática: “Ilha das Flores”³ (1989) do diretor Jorge Furtado e o também já citado “Boca de Lixo”⁴ (1992) de Eduardo Coutinho.

É percorrendo essas três décadas de olhares sobre o “Lixo” que pretendemos nos perguntar como esses corpos-consumo-trabalho se significam nos “restos”? Esses corpos se significam diferentemente ao longo de três décadas? O que funciona nesse lugar social? Mercado? Estado?

2. Abordagens Teóricas: Catando relações

A autora Zoppi-Fontana faz uma leitura da noção de acontecimento da AD e da noção de encontro em Althusser, sendo que, na noção primeira está imbricada a formulação de memória; já na segunda, a formulação de duração. Ainda segundo a autora, “a noção de acontecimento trouxe para o debate a questão da contingência histórica e de seus efeitos sobre as estruturas que, acreditamos, incentiva uma reflexão produtiva sobre a conceituação do real da história, também considerado na sua relação com o discurso” (2009, p. 133).

Assim, compreendemos o acontecimento discursivo/gestos de interpretação em constante deslocamento e desestabilização, como materialidade discursiva. Segundo o mestre Pêcheux,

3 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eUEfBLRT37k> Acesso em 29/03/2023.

4 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oZcTIC757mM> Acesso em 29/03/2023.

só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetórias: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra (1990, p. 56-57).

Ao tomarmos essa afirmação de Pêcheux a respeito do discurso é preciso que lidemos com a complexidade teórica a qual ela se filia, que é justamente a noção de Ideologia. A grande contribuição teórico-metodológica de Michel Pêcheux fora a de trabalhar a relação do dizer e da exterioridade não tomando essa segunda apenas como acréscimo, mas como constitutiva. Assim, a relação política/ideologia é determinante na constituição dos sentidos. E, no que diz respeito à contribuição metodológica, o que se propõe é o batimento entre descrição e interpretação trabalhando com o funcionamento do discurso.

Compreendemos então juntamente com Orlandi “que a teoria é política e a interpretação é parte da estrutura e funcionamento da ideologia” (2012, p. 34). Ou seja, não há um exterior à Ideologia. Se estamos na linguagem e no laço social somos sempre já sujeitos (dê/à), indivíduos biopsicossociais interpelados em sujeito pela Ideologia. Discursivamente é impossível contornar a relação constitutiva linguagem/ideologia, e, assim estamos no jogo do político.

É, portanto, no interior de uma formação ideológica que se inscrevem as formações discursivas que, por sua vez, determinam o que pode e deve ser dito em uma posição sujeito dada em uma conjuntura dada.

| 3. Gestos de Análise

Minhas questões, frente aos documentários que tematizam o trabalho/sobrevivência nos lixões: “Ilha das Flores”, “Boca de Lixo” e “Lixo Extraordinário” (2010), debruçaram-se justamente sobre a inscrição de sujeitos e os diferentes gestos de interpretação nessas produções audiovisuais tão distintas e ao mesmo tempo tão semelhantes.

“Ilha das flores” nos trazia a relação animalidade/humanidade – consumo/desperdício e nos escancara a hierarquização social fortemente determinada pelas relações econômicas. Chamo a atenção para uma sequência em especial: Temos em plano fechado o dono de um terreno no qual são colocados dejetos orgânicos para alimentar os porcos. O dono/estancieiro paga pelos dejetos/alimento para seus porcos. Do lado de fora da cerca, mulheres e crianças aguardam a refeição dos porcos para que possam entrar (em grupos de 10, organizados pelos funcionários do estancieiro) e recolher os alimentos que possam ser aproveitados para seu consumo. “Ilha das Flores” põe em xeque o funcionamento Estado ausente/ Mercado presente. Há, portanto, a produção de um corpo-consumo.

Em “Boca de Lixo”, já analisado por Lagazzi (2011), a relação que se estabelece é a de corpo-trabalho, segundo a autora, “Na expectativa, ao nos depararmos com o corpo fletido sobre o dejetos, o recusamos enquanto posição constitutiva da organização social, mas não podemos ignorá-lo na reiteração da busca pelo não-lixo, busca reivindicada como trabalho” (2011, p. 407). Reiteradamente as personagens do vídeo atestam suas posições de trabalhadores. Uma personagem, inclusive, se irrita com o cinegrafista e alerta “*Vocês filmam aqui, depois as pessoa pensa que nós come só lixo. E nós não come só lixo.*” Principalmente no início do documentário há uma resistência enorme das personagens quanto a serem filmadas.

Mesmo com a mudança de ênfase pelo aspecto documental de cada filme, considerando suas especificidades estilísticas, assim

como as décadas que os separam, bem como as localizações geográficas, o que permanece concernente a ambos é que o que se coloca na tela é um corpo à margem. Porém, essa margem é relativa. É possível dizer que há uma margem quanto aos direitos básicos de cidadão, por outro lado, mesmo em condições precárias, os sujeitos ali continuam na posição de sujeitos do/ao capital. Há uma alienação da força de trabalho e há comércio de mercadorias, pagas, inclusive, segundo as “leis” do mercado de materiais recicláveis.

Darei mais ênfase agora ao documentário de 2010 – “Lixo Extraordinário”. Nesse “encontro” arte-lixo. Longe de pensar em uma estetização da pobreza (como comumente é acusado Vik Muniz e até mesmo Sebastião Salgado), trata-se antes, na minha opinião, de trazer à visibilidade os “excluídos da história”⁵. Se colocarmos três décadas de documentários sobre o lixo (1989, 1992 e 2010) em conversa, veremos regularidades como a indistinção do humano e os dejetos em um espaço de refugio e trabalho. Morte e sobrevivência sem fronteiras nesse espaço do fora. Fora do social, fora da proteção do estado, fora da sociedade higienizante e higienizada.

Trabalhamos o gesto do artístico como um gesto de interpretação, que pelo funcionamento da intervenção deixa seu traço no mundo.

Ao considerar o funcionamento do artístico, em suas tessituras (pictórica, fotográfica, e cinematográfica) e suas teceduras (artística, ambiental, discursiva), é possível marcar determinadas formas de inscrição? Como o artístico vai produzindo sentidos que ora reforçam dizeres legitimados sobre o laço social, e, ora desestabilizam tais dizeres? O que escapa? O que falha nessa “Ordem extraordinária do lixo”? Como são possíveis certas projeções sensíveis a partir destas imagens?

5 Lembro aqui do livro de Michelle Perrot “Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros” [1988]2017.

A formulação projeções sensíveis foi cunhada por mim, justamente quando na análise de filmes curta metragens, inscritos no Discurso Artístico (DA). Assim, **projeções sensíveis**, inscrevem-se num

lugar de entremeio da arte e da AD. Uma forma de ler, posicionar-se, relacionar-se com a produção artística determinada sócio-historicamente. Trata-se de uma relação de interlocação com a arte balizada na/pela memória discursiva e constituída pelos esquecimentos, mediada pelo sensível (instâncias do real, do imaginário e do simbólico). [...] cabe ressaltar que a separação entre estético-poético e estésico-poiético está no efeito dos processos discursivos da arte, e não na constitutividade do DA, onde a relação é de batimento, de imbricamento (Neckel, 2010, p. 130).

Retomo as noções de Tessitura e Tecedura como funcionamento discursivo da/na ordem da estrutura e do acontecimento do/no *corpus* de análise inscrito no DA. Tessitura como o funcionamento de cada materialidade significativa imbricadas em sua Tecedura, rede de filiação de memória produzindo os efeitos de sentido do/no filme/produção artística.

Desta forma, a perspectiva discursiva na leitura/interpretação de imagens e/ou produção artística é capaz de dar conta produtivamente da compreensão das condições de produção e deslocamentos de sentidos produzidos pelo artístico em seu jogo de polissemia.

“Lixo Extraordinário” não é um documentário sobre o lixo, nem tampouco um documentário sobre arte. Trata-se de uma ressignificação de sujeitos e sentidos do/no lixo e da/na arte.

Minha proposta é pensar que é pela compreensão do acontecimento discursivo e gestos de interpretação nos deslocamentos dessa “ordem-extra” de seus “sujos-eitos”, que se instalam projeções sensíveis, as quais desestabilizam, tanto os sentidos de arte, quanto os sentidos de lixo do/no laço social.

Lixo passa a significar trabalho, e o lixo é feito de terra a ser trabalhado. Por outro lado, Arte deixa de ser um conceito abstrato e longínquo dessa realidade para ser um processo concreto, próximo e apropriativo.

Penso, aqui, na complexidade das materialidades discursivas. Pois, ao desestruturar/reestruturar o lugar da arte e o lugar do lixo durante o processo criativo proposto, há uma “mexida”, um deslocamento da/na rede de filiações sócio-históricas e ideológicas dos diferentes discursos que os atravessam e os constituem.

É preciso considerar que havia uma “ordem” estabelecida na proposta do artista, e, uma “ordem” no trabalho dos catadores. É na relação de confronto, de “encontro” que tais ordens são desestabilizadas na/pela contradição.

As formulações da narrativa fílmica vão marcando tais desestabilizações e, ao mesmo tempo, instalando outros confrontos, próprios da contradição do Discurso. Dos dizeres e sujeitos em curso. O artista “cata” material, os catadores se significam arte: “*o que é aquilo? Filme?*” (Vik) “*essa aqui é a Mona Lisa*” (Suelen). Tais inscrições/interpretação são possíveis nessas condições de produção: Arte/Lixo.

Não se trata de “estetizar” o lixo, mas trata-se de mostrar diferentes posições sociais e políticas frente a tais imagens. Afinal, qual imagem não é política?

Ao pensarmos no acontecimento discursivo como gesto de interpretação é incontornável compreender os modos de inscrição dos sujeitos e seus gestos de leitura. Segundo Pêcheux, “momentos de interpretação enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (2006, p. 57).

Nas falas das personagens ao longo do documentário posições como: “*eu achei que poderia ir até lá, pintar e não me envolver*”; “*fui eu que*

fiz o ferro, lembra?”; “a gente se acha tão pequeno e os outros nos põe tão grandes e bonitos”; “eu nunca pensei em virar obra de arte” e tantas outras falas que vão textualizando diferentes formas de inscrição.

Coloco-me, assim, frente ao corpus, também como catadora. Se buscarmos no dicionário de língua portuguesa o verbete “cata”, temos: “1. Ação ou efeito de catar; busca, procura. 2. Separação de grãos enegrecidos e mirrados do café. 3. Escavação mais ou menos profunda, conforme a natureza do terreno, para mineração. À *cata de*: à procura de, em busca de.” (Melhoramentos, 1994, p. 205). Penso que é na posição de catar que estamos, nós, Vik, os Catadores de Gramacho, e os espectadores.

No documentário “Lixo Extraordinário” de/sobre Vik Muniz e o Aterro do Jardim Gramacho, temos importantes deslocamentos a considerar, tomando como recorte o acontecimento discursivo e os gestos de interpretação da/na arte contemporânea. Pois, é no terreno da contemporaneidade que é possível pensar em múltiplas materialidades significantes, na mestiçagem e na não linearidade. Nesse sentido, o conceito de imbricação material de Lagazzi (2004, 2009⁶) em seu percurso de análise em filmes e documentários, propõe o trabalho analítico discursivo na “intersecção de diferentes materialidades”, na “imbricação material significativa”.

Em um corpus como o audiovisual, é preciso considerar as diferentes materialidades em seu entremeio. Ou seja, as tessituras da imagem, da fala, da sonoridade, do gesto em meio à tecedura de suas redes de memória, do artístico e do documental.

Por isso, as condições de produção do DA são constituídas a partir desse jogo polissêmico de tessituras e teceduras, sobretudo dos dizeres artísticos contemporâneos como é o caso da poética de Vik Muniz e também da tessitura documental do filme Lixo-Extraordinário.

6 Texto inicialmente apresentado no III SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

O documentário se constitui ao mesmo tempo em discurso sobre arte e o discurso da arte, uma vez que estamos jogando com o processo criativo. É no espaço do processo criativo, que lixo e arte implodem suas fronteiras. Sem, contudo, abandonar completamente suas ordens.

Num primeiro momento, o filme textualiza o lixo em uma narrativa sobre a vida de pessoas que vivem do/no lixo. Há, portanto, uma “ordem” na narrativa fílmica. A tentativa de um gesto de leitura sobre um modo de vida calcado na exploração dos corpos em uma economia a margem, nos restos do capital em sua face mais cruel.

Gramacho subverte a ordem de uma sociedade higienizada e higienizante, de uma sociedade de “saneamento” que torna “*salutar, higiênico, próprio para a cultura, reconstitui para o estado normal*”. Por sua existência, os catadores subvertem a ordem de “trabalho” e a ordem da “dignidade humana”. Subvertem a ordem, na medida em que apresentam uma nova ordem à desordem aparente. No discurso sobre, o lixo é lido como caos. Na fala do catador, no funcionamento do lixão é lido de outro modo. Há uma ordem, uma seletividade, uma hierarquia. Há uma organização social, cultural e econômica etc.

É no encontro com essa “ordem extraordinária” que é subvertida, também, a “ordem” do projeto e de produção do filme. E é nessa subversão que temos um acontecimento discursivo, “um confronto de uma memória e de uma atualidade”. Temos, aqui, pré-construídos e deslocamentos.

E, nessa aproximação entre acontecimento e encontro, Zoppi-Fontana nos lembra que: “O encontro é fortuito, é fruto do acaso, é puro acontecimento, é contingência, porém, para que haja um mundo, alerta-nos Althusser, é necessário que o encontro dure o suficiente para que os átomos que colidem entre si, grudem, isto é, para que se dê liga, que haja ‘pega’, para que um mundo venha existir” (2009, p. 136). E, segue a autora: “se o encontro é da ordem do acaso, a duração (“a pega”) não o é”.

Por isso, estamos olhando/catando o documentário pela noção de acontecimento discursivo (duração/pega). O encontro Artista/Catadores/Espectadores é o filme enquanto produto. Mas a “pega”, o acontecimento discursivo é o que vaza, é a duração, é a extraordem.

O modo de inscrição dos catadores no projeto do artista perverte a ordem do discurso *sobre*, e, nem mesmo o filme recupera mais. Não recupera porque há “imprevistos”, encontros e desencontros, contradição.

| 4. Considerações Finais: a reciclagem

A narrativa documental pode textualizar um certo efeito de fechamento dos filmes enquanto produtos. No caso de “Ilha das Flores” se estrutura como um documentário científico, procurando ensinar o sentido de Homem que teria superioridade frente aos demais seres (tomates e porcos), por ter (cito parte do enunciado fílmico)

“O telencéfalo altamente desenvolvido permite aos seres humanos armazenar informações, relacioná-las, processá-las e entendê-las. O polegar opositor permite aos seres humanos o movimento de pinça dos dedos o que, por sua vez, permite a manipulação de precisão”.

A partir dessa informação repetitiva à exaustão no vídeo, por meio da montagem e da exposição das imagens a questão que o filme vai deixando é: há humanos, mais humanos que outros? Em que medida o conceito de humanidade tem aliado a capacidade de consumir e deter modos de produção? A narrativa “educacional” e informativa da voz em *off* opera a contrapelo das imagens estarrecedoramente reais de pessoas que valeriam menos que porcos e tomates.

O “Boca de Lixo” foca sempre o sujeito tema, buscando identificá-lo a partir da posição-sujeito-catador, enfatizando a relação de trabalho e produção. Como nos disse Lagazzi, “a formulação visual con-

centra tensão e contradição” (2011, 407). Tensão porque nos sentimos instados enquanto sujeitos e atores sociais a pensar nessas condições de vida – trabalho – sobrevivência. Poucas coisas mudaram entre 88 e 92. “Boca de lixo” ainda nos fala da relação lixo-consumo. E, no conjunto de paráfrases que nos aponta Lagazzi em suas análises temos também a relação lixo-desperdício-fome. Outro personagem em comum também aparece em “Boca de lixo”, o porco. Não mais criado pelo “dono do terreno”, mas pelos próprios catadores. Já não há cercas, apenas conjunto.

Em “Lixo Extraordinário” (quase uma década depois), temos um filme que inicia e termina numa entrevista de um programa televisivo. Um filme que fora indicado ao Oscar na categoria documentário (premiações que também obedecem uma “ordem”).

As ordens pré-estabelecidas são desestabilizadas do/no acontecimento discursivo. Não há como sair impune do processo criativo. O artista “escolhe” os catadores como um tema do seu projeto. Os catadores não “escolhem”, são envolvidos no processo, porém, “tomam” a palavra, fazem, tornam-se “artistas”. Tal processo mostra ricamente a diferença de inscrição e escolha. A diferença de uma posição enunciativa (do sujeito empírico) e uma posição discursiva (sujeitos do discurso).

O funcionamento discursivo conta com a inscrição e não com escolhas, justamente porque é duração. Acontecimento enquanto gesto de interpretação, justamente porque a inscrição escapa da escolha, o acontecimento discursivo conta com o que falha. “*Só há causa naquilo que falha*”, por que há “*pega*”.

Apesar da prévia proposta artística ou documental, é no movimento do discurso que as inscrições desestabilizam, os papéis se invertem, que somos catados, “pegos”. Pegos em nossa hierarquização social, pegos pela falta do estado, pegos pela exploração do mercado. Pegos em nossa impotência política.

Quanto ao funcionamento do discurso artístico, a inscrição é, no caso dos catadores, a apropriação do processo criativo é o tecer do processo discursivo leitura/interpretação. É a cata. É o acontecimento discursivo.

O gesto de interpretação dos sujeitos-eitos na extraordem, do lixo, da arte e do discurso. Somos, então, catadores e catados, sujeitos-eitos na/pela errância dos sentidos na (des)ordem dos dizeres em curso.

Concluo então que nessas três produções, permanecemos com corpos à margem. Mesmo no último, que procura se marcar pela potência social da arte e mostrar os trabalhadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas⁷, há ainda, uma ordem e uma lei, há ainda, a normatização dos meios de produção econômicos. Nossa forma-sujeito histórica continua a ser a do Capital. O que muda historicamente são as formas de alienação. A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos por sua forma-material-histórica do sujeito capitalista. E não há contorno possível à Ideologia, pois ela é constitutiva e não uma “escolha”. Somos sempre sujeitos de linguagem e sujeitos à linguagem. Portanto, não há um exterior da Ideologia.

Atualmente vivemos em uma profunda crise política que resulta no aumento de desemprego e que acentua ainda mais a ausência do estado. As maiores vítimas de uma disputa pseudoideológica – uma vez que a Ideologia é incontornável e constitutiva – continua a ser os corpos à margem. Na lógica neoliberalista que avança no planeta, somos todos potencialmente, corpos à margem.

7 É preciso ressaltar que, entre 2001 e 2010, o Brasil teve inúmeros avanços na economia, nas políticas públicas e no reconhecimento de cooperativas como alternativas para que milhões de trabalhadores saíssem da informalidade. Havia um projeto de redução da pobreza e da fome. Porém, um país de proporções geográficas continentais também concentra inúmeros problemas sociais. “Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) mostram que a proporção de pobres no País caiu de 23,4% em 2002, último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, para 7% em 2014. Em números absolutos, são 26,3 milhões de pessoas a menos vivendo abaixo da linha de pobreza – uma redução de 40,5 milhões de pobres para 14,2 milhões em 12 anos”. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,combate-a-pobreza-foi-o-maior-feito-do-pt,10000050641> Acesso em: 29 mar. 2023.

Referências

BOCA DE LIXO. Eduardo Coutinho. Curta. Brasil 1992. Disponível na plataforma Youtube <https://www.youtube.com/watch?v=oZcTlC757mM>. Documentário 48 minutos. Colorido.

ILHA DAS FLORES. Jorge Furtado. Curta com o gaúchos. Brasil 1989. Disponível plataforma Youtube <https://www.youtube.com/watch?v=eUEfBLRT37k> . Documentário 13 minutos. Colorido.

LAGAZZI, Suzy. O recorte significativo na memória. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (org.). **O Discurso na Contemporaneidade**. Materialidades e Fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009.

LAGAZZI, Suzy. O recorte e o entremeio condições para a Materialidade Significante In: BRANCO, Luíza *et al.* **Análise de Discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre, uma homenagem a Eni Orlandi**. Campinas: Editora RG, 2011.

LIXO EXTRAORDINÁRIO. Registro do trabalho do artista plástico Vik Muniz no Jardim Gramacho, Duque de Caxias, Rio de Janeiro. 2011 (Brasil) Direção: Lucy Walker. Produção: Fernando Meirelles, Angus Aynsley, Hank Levine. Disponível na plataforma Youtube https://www.youtube.com/watch?v=JLTY7t8c_x0 Documentário Longa 1 hora e 35 minutos. Colorido.

NECKEL, Nádia Régia Maffi. **Do Discurso Artístico à percepção de diferentes processos discursivos**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Programa de Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

NECKEL, Nádia Régia Maffi. **Tessitura e Tecedura: movimentos de compreensão do artístico no audiovisual**. Campinas, SP: Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP, 2010.

ORLANDI, Eni. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. Campinas SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: Estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi São Paulo: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas SP: Unicamp 1988/2006.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

PÊCHEUX, Michel; DAVALLON, Jean; ACHARD, Pierre; DURRAND Jacques; ORLANDI, Eni. **Papel de Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

RAMOS, Fernão Pessoa (org.). **Teoria contemporânea do cinema**. v. II. São Paulo: Ed. Senac, 2005.

ZOPPI-FONTANA, Monica Graciela. O acontecimento do discurso na contingência da História. *In*: INDURSKY, Freda.; LEANDRO FERREIRA, M^a Cristina.; MITTMANN, Solange. (orgs.). **O Discurso na Contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 133-144.

SOBRE AS ORGANIZADORAS E O ORGANIZADOR

| Belmira Magalhães

É professora titular da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL-Ufal), atuando na Linha de Pesquisa: Discurso, sujeito, história e ideologia na área de Análise do Discurso (AD). Coordena o Grupo de Pesquisa Discurso e Ontologia Marxiana (Gedon). Interessa-se pelas temáticas de gênero, política, mídia e literatura. Publicou e organizou vários livros e tem artigos publicados em revistas nacionais e internacionais.

E-mail: brcmagalhaes@gmail.com

| Helson Flávio da Silva Sobrinho

É professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutor em Linguística na área de Análise do Discurso (AD) pela UFAL e pós-doutor em Linguística pela Unicamp. Bolsista produtividade CNPq. Atua na graduação em Letras e no Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL-Ufal) e, também, no Profletras. Desenvolve estudos sobre discurso, sujeito, história, ideologia e materialismo histórico. É vice-líder do Grupo de Pesquisa Discurso e Ontologia Marxiana (Gedon). É integrante do Coletivo de Trabalho Discurso e Transformação – Contradit. É autor do livro “Discurso, velhice e classes sociais”. Possui também publicações de capítulos de livros e artigos em diversas revistas especializadas na área de Linguística e Análise do Discurso.

E-mail: helsonf@gmail.com

| **Luciana Nogueira**

É professora adjunta no Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar. Possui doutorado e mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágio na Université Paris 13 (PDSE-Capes). Pós-doutorado na Universidade do Vale do Sapucaí (Univás) (PNPD-CAPES). Desenvolve pesquisas em Análise de Discurso, História das Ideias Linguísticas e Semântica da Enunciação. É integrante do Coletivo de Trabalho Discurso e Transformação – Contradit. É autora do livro “Discurso, Sujeito e Relações de Trabalho na Contemporaneidade”.

E-mail: luciana.nogueira@ufscar.br

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

| Aline França de Souza

É Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Bacharel e Licenciada em Letras Neolatinas pela UFRJ (Português-Espanhol), desenvolveu pesquisas em Linguística Textual. Durante 7 anos, lecionou em um tradicional curso pré-vestibular carioca. Desde 2012, atua como Redatora em uma casa legislativa no Estado do Rio de Janeiro e devido ao contato com os falares políticos, descobriu os (per)curso da Análise do Discurso. Desenvolve pesquisa em AD e é membro do grupo de pesquisa NELID (Núcleo de Estudos em Língua e Discurso)–FFP-UERJ.

E-mail: alinefrancasouza@gmail.com

| Amanda Cavalcante de Macêdo

É graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Cesmac. É mestra em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e doutora em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Ufal. Atualmente é professora Adjunta da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), atuando no curso de graduação em Enfermagem e no Programa de Pós-graduação em Saúde da Família da RENASF/UNCISAL/FIOCRUZ. Também é líder do Grupo de Pesquisa Noraci Pedrosa (GENPE-UNCISAL); coordenadora do Projeto de Extensão Saber + Saúde (UNCISAL); e membro da diretoria da Associação dos Professores da UNCISAL (APRO-UNCISAL), Gestão 2023-2024.

E-mail: Amanda.macedo@uncisal.edu.br

Ana Paula dos Santos Oliveira

Possui mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Docente no Instituto Federal de Roraima (IFRR). Integra o Grupo de Estudos Discurso e Ontologia Marxiana (Gedon-Ufal) e lidera o Grupo de Pesquisa Formação docente, diversidade sexual e de gênero na Educação Profissional e Tecnológica (GP-FDdisEPT/IFRR). Desenvolve pesquisa em Análise do Discurso.

E-mail: ana.oliveira@ifrr.edu.br

Andréa Rodrigues

É professora na graduação em Letras, no Mestrado Profissional em Letras, e na Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPLIN) da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É doutora em Letras pela PUC-Rio, com estágio de doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (França) e Pós-Doutorado na UNIRIO. Fez Mestrado em Linguística (UFRJ) e Graduação em Letras (UFF). Líder do grupo de pesquisa NELID–Núcleo de Estudos em Língua e Discurso.

E-mail: andrearodrigues.letras@gmail.com

Andréia da Silva Daltoé

Graduada em Letras (Unisul); Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa (Unisul) e Especialista em Gestão do Ensino Superior (Unisul-FGV); Mestre em Ciências da Linguagem (Unisul); Doutora em Letras (UFRGS); Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul; Líder do Grupo de Pesquisa Relações de Poder, Esquecimento e Memória (GREPEM-CNPq/Unisul) e do Coletivo Pró-Educação (Tubarão/SC); Integrante do Grupo de Estudos Pecheutianos (GEP-CNPq/Unipampa), do Coletivo Testemunho e Ação da Sig Intervenções Psicanalíticas de Porto Alegre/RS e do Instituto de Memória e Direitos Humanos (IMDH-UFSC). Desenvolve pesquisas em Análise de Discurso de linha materialista, investigando temas como discurso político, ditadura e educação democrática.

E-mail: andreiadaltoe@gmail.com

| **Belmira Magalhães**

É professora titular da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL-Ufal), atuando na Linha de Pesquisa: Discurso, sujeito, história e ideologia na área de Análise do Discurso (AD). Coordena o Grupo de Pesquisa Discurso e Ontologia Marxiana (Gedon). Interessa-se pelas temáticas de gênero, política, mídia e literatura. Publicou e organizou vários livros e tem artigos publicados em revistas nacionais e internacionais.

E-mail: brcmagalhaes@gmail.com

| **Bethania Mariani**

É professora titular no Departamento de Ciências da Linguagem da UFF. Atua na Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, nas linhas 2 (Estudos do Discurso, texto e tradução) e 3 (História, historiografia e política linguística). Desde 2018 é Editora Chefe da revista Gragoatá, do programa de Pós-Graduação em Linguagem. Em 2022 tornou-se Coordenadora do Fórum de Editores de Periódicos Científicos (FOCO) da UFF. É bolsista nível 1B CNPq e Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ. Criou e organizou a Enciclopédia Virtual do Discurso <www.encidis-uff.com.br>. Seu livro mais recente é *Testemunhos de resistência e de revolta*, Editora Pontes, 2021.

E-mail: bmariani@id.uff.br

| **Ceres Carneiro**

Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF), é professora adjunta do Setor de Linguística, do Departamento de Estudos da Linguagem, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando também no Programa de Pós-graduação em Letras. Coordena um projeto voltado para formação docente e outro para extensão universitária, ambos no âmbito dos estudos do discurso. Desenvolve pesquisa relacionando a Análise de Discurso de base materialista ao Feminino e à Mídia. Integra o grupo de Pesquisa MiDi – Mídia e(m) Discurso.

E-mail: cerescarneiro@gmail.com

Débora Massmann

Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) e do curso de Letras da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Líder do Grupo de Pesquisa “Discurso, Sentidos e Sociedade” (DISENSO/CNPq). É Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) (2009), Mestre e Graduada em Letras (português-francês) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2005 e 2002). Realizou estágio Pós-doutoral em Semântica no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2014). Tem experiência em teoria e análise linguística principalmente na área de semântica, análise de discurso, retórica e argumentação.

E-mail: debora.massmann@fale.ufal.br

Diego Lacerda Costa

Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Mestre em Linguística pela mesma instituição. Licenciado em Letras–Língua Portuguesa, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL). Membro pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa Discurso e Ontologia Marxiana (Gedon/Ufal). Atua como professor de Língua Portuguesa da rede pública municipal de ensino de Maceió-AL (SEMED) e da rede estadual de Alagoas (SEDUC-AL). Possui interesse nas seguintes áreas de pesquisa: Análise do Discurso, Gênero e Sexualidade, Ensino de Língua Portuguesa, Movimentos Sociais, Dissidências Sexuais e Movimento LGBTQIA+.

E-mail: d.lacerdacosta@gmail.com

Élcio Aloisio Frago

É professor adjunto no Departamento Acadêmico de Línguas Vernáculas (DALV/UNIR) e atua no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGML/UNIR). Possui mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Fez estágio de Pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em LETRAS/CAP/UFSM. Desenvolve pesquisa em Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas. Lidera o GRPesq Conhecimento, História e Língua (GPeCheli-CNPq/UNIR).

E-mail: elciofrago@unir.br

Fabiano Duarte Machado

Graduado em História (Ufal), Mestre em Educação brasileira (Ufal) e Doutor em Linguística na linha de Pesquisa Discurso, Sujeito, História e Ideologia (PPGLL-Ufal). Professor do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). É membro do Grupo de Estudos em Discurso e Ontologia Marxiana (GEDOM-PPGLL/Ufal) e coordena o Observatório Alagoas do Sul (IFAL). Suas pesquisas e produções acadêmicas são desenvolvidas na linha de pesquisa em Análise do Discurso Pêcheutiana com destaque para a Educação Profissional Tecnológica, Mundo do trabalho, Meio ambiente e Formação histórica de Alagoas.

E-mail: fabiano.duarte@ifal.edu.br

Fabio Elias Verdiani Tfouni

É doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Docente do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Membro do grupo de pesquisa LED (Linguagem, Enunciação e Discurso: para o ensino da língua portuguesa), cadastrado no CNPq. Pesquisa na área de Análise do Discurso (AD).

E-mail: fabiotfouni@hotmail.com

Fernanda Luzia Lunkes

É professora adjunta da Universidade Federal do Sul da Bahia e professora colaboradora do Mestrado Profissional em Letras (Profletras) da Universidade Estadual de Santa Cruz. Possui licenciatura em Letras-Português pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, mestrado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá e doutorado em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense. É vice-líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) MiDi-Mídia e(m) Discurso e integrante do NEPLEV-Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (UFPE). Suas principais pesquisas filiam-se à análise de discurso materialista, com ênfase nos discursos da/na mídia.

E-mail: flunkes@gmail.com

Flavio da Rocha Benayon

É professor adjunto de Linguística e Língua Portuguesa na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor e mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É membro dos grupos de pesquisa: “O discurso nas fronteiras do social” (Unicamp), “Discursividade, Língua e Sociedade” (UFF), “GEDisCO” (UNEMAT). Filia-se à Análise do Discurso materialista, pesquisando sobre movimentos sociais e funcionamentos constitutivos do Direito.

E-mail: flavio.benayon@ufms.br

Helson Flávio da Silva Sobrinho

É professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutor em Linguística na área de Análise do Discurso (AD) pela UFAL e pós-doutor em Linguística pela Unicamp. Bolsista produtividade CNPq. Atua na graduação em Letras e no Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL-Ufal) e, também, no Profletras. Desenvolve estudos sobre discurso, sujeito, história, ideologia e materialismo histórico. É vice-líder do Grupo de Pesquisa Discurso e Ontologia Marxiana (Gedon). É integrante do Coletivo de Trabalho Discurso e Transformação – Contradit. É autor do livro “Discurso, velhice e classes sociais”. Possui também publicações de capítulos de livros e artigos em diversas revistas especializadas na área de Linguística e Análise do Discurso.

E-mail: helsonf@gmail.com

Juciele Pereira Dias

É professora Adjunta no Departamento de Línguas e Literatura do CAP-UERJ e atua no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – PPLIN da FFP-UERJ. Bolsista Prociência-FAPERJ. Possui doutorado em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com estágio na *Université de Franche-Comté* (PDEE-Capes). Pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense (PNPD-CAPES) e Pós-Doutorado Sênior na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PDS-Faperj). Desenvolve pesquisas em Análise de Discurso, História das Ideias Linguísticas e História da Educação. Participa da liderança do GRPesq História, Conhecimento e Língua (GPeCheLi-UNIR) e do GRPesq O cotidiano na história das ideias linguísticas no Brasil (CoLHIBri-Unicamp).

E-mail: jucieledias@gmail.com

| Juliana Tereza de Souza Lima Araújo

É doutora e mestra em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/Ufal). É professora de Língua Portuguesa na rede pública de ensino do estado de Alagoas. Integra o Grupo de Estudos em Discurso e Ontologia Marxiana (GEDON-UFAL). É autora do livro *O processo de (re)significação da aposentadoria na sociedade brasileira: discurso, trabalho e capitalismo* (EDUFAL, 2019). Desenvolve pesquisas em Análise do Discurso, com ênfase nos discursos sobre Educação, Docência e Novo Ensino Médio.

E-mail: jtlima@gmail.com

| Karla Janaína Alexandra da Silva

Doutoranda em Linguística (UFPE). Professora do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). É membro do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV/UFPE) e também do Grupo de Estudos em Linguagens e Práticas e Sociais (GELPS/IFPE). Produção acadêmica filiada à Análise do Discurso de linha pecheuxtiana.

E-mail: karla.silva@pesqueira.ifpe.edu.br

| Lavoisier Almeida dos Santos

Licenciado em Filosofia e em Letras, Mestre em Educação e Doutor em Letras e Linguística. É professor de Língua Portuguesa das redes estaduais de educação de Sergipe e de Alagoas (SEE-SE/AL) e pesquisador do Grupo de Estudos em Discurso e Ontologia Marxiana (Gedon-Ufal), tendo interesse por questões inerentes ao Discurso, à Ideologia, ao Sujeito e à História no tocante a políticas públicas educacionais, à literatura brasileira e ao ensino de Língua Portuguesa.

E-mail: lavoisierdealmeida@hotmail.com

| Luciana Iost Vinhas

É professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFRGS, onde atua nos cursos de graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras. Também é docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPEL. Possui Doutorado em Letras pela UFRGS e Mestrado em Letras pela UCPEL. É líder do grupo de pesquisa Ordinário do Sentido e

Resistência (OuSaR/CNPq). Desenvolve pesquisa sobre a relação entre corpo, mulheres e prisão.

E-mail: luciana.vinhas@ufrgs.br

| **Luciana Nogueira**

É professora adjunta no Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar. Possui doutorado e mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágio na Université Paris 13 (PDSE-Capes). Pós-doutorado na Universidade do Vale do Sapucaí (Univás) (PNPD-CAPES). Desenvolve pesquisas em Análise de Discurso, História das Ideias Linguísticas e Semântica da Enunciação. É integrante do Coletivo de Trabalho Discurso e Transformação – Contradit. É autora do livro “Discurso, Sujeito e Relações de Trabalho na Contemporaneidade”.

E-mail: luciana.nogueira@ufscar.br

| **Luciano Accioly Lemos Moreira**

Possui graduação em História (licenciatura) pela Universidade Federal de Alagoas (2000), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (2005) e doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2010). Pós-doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). Atualmente é professor adjunto 2 da Ufal. Tem experiência na área de Educação, Marxismo e Psicanálise. Atualmente em formação em Psicanálise na Escola Toro de Psicanálise de Maceió.

E-mail: luciano.almoreira@gmail.com

| **Luciano Luiz Araújo**

É técnico em Assuntos Educacionais (TAE) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), mestre e doutor em Linguística na área de Análise do Discurso (PPGLL-Ufal). Integra o Grupo de pesquisa Discurso e Ontologia Marxiana (Gedon/Ufal) e atua nos seguintes temas: desejo, sujeito, mídia, ideologia e discurso. Atualmente é graduando do curso de Jornalismo da UFAL.

E-mail: lucianojornalismopoetico@gmail.com

| Luís Fernando Bulhões Figueira

É doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Lidera o Grupo de estudos sobre Discurso e Ideologia (GRUDI) e é colíder do grupo Discurso e Transformação em Diferentes Práticas (DTDP). Membro do coletivo de trabalho Contradit. Desenvolve pesquisas na área de Análise Materialista de Discurso.

E-mail: luisfernandobf@gmail.com

| Luiz Carlos Martins de Souza

Doutorou-se em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 2012), com estágio doutoral na *University of California*, Los Angeles (UCLA/EUA, 2010), e pós-doutorado em Linguística (UFRJ, 2019). É professor na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM). Lidera o Laboratório de Análise e Criação Multimídia (LACRIMU/UFAM), desenvolvendo trabalhos sobre identidades amazônicas e sobre as interfaces e relações entre linguagem verbal, audiovisual, novas tecnologias, psicanálise, discursividades e ideologias. Também atua como cineasta.

E-mail: lucamartins@ufam.edu.br

| Maria Cleci Venturini

Doutorado em Letras pela UFSM (2008) e pós-doutorado na Universidade de Coimbra (2017). Docente da UNICENTRO e dos PPGs em Letras da UNICENTRO e da UFPR. Coordena a área de Linguística, Letras e Artes (Fundação Araucária/PR). É vice-coordenadora do GT de Análise de Discurso da ANPOLL e líder do Grupo de Pesquisa Interinstitucional UNICENTRO-UFPR “Estudos do Discurso: entrelaçamentos teóricos e epistemológicos – GPTD”.

E-mail: marialeciventurini@gmail.com

| Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante

Graduada em Letras, com Mestrado e Doutorado em Linguística na área de Análise do Discurso, é professora dos cursos de Pós-Graduação em Linguística e Literatura – PPGLL/Ufal e do Programa de Pós-Graduação em Educação

– PPGE/Ufal. É pesquisadora do Grupo de estudos Discurso e Ontologia Marxiana, desenvolvendo pesquisas no âmbito da educação e da linguagem. Participa também como pesquisadora do Projeto Interinstitucional “Nós falas pretas e indígenas em escuta discursiva”, Coordenado pela Profa. Dra. Gesualda dos Santos Rasia, da Universidade Federal do Paraná.
E-mail: mdoaac@gmail.com

| Maria Virgínia Borges Amaral

Professora Titular da Universidade Federal de Alagoas; Doutora em Linguística/Análise do Discurso pela Universidade Federal de Alagoas; Graduada em Serviço Social; Docente do Curso de Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e da Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL). Pesquisadora (PQ) do CNPq. Líder do Grupo de Estudos em Análise do Discurso. Membro do TORO–Escola de Psicanálise.
E-mail: maria.virginia@fssso.ufal.br

| Matheus Santana Ribeiro

É professor efetivo da SEDUC/AL e mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduou-se em Letras (inglês) também pela Universidade Federal de Sergipe.
E-mail: matheussr92@gmail.com

| Mercia Sylvianne Rodrigues Pimentel

É professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), mestre e doutora em Linguística, na área de Análise do Discurso. Integra os grupos de pesquisa Discurso e Ontologia Marxiana (Gedon-UFAL) e Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV/UFPE). Desenvolve pesquisas nas áreas de mídia, educação e discurso. É autora dos livros *Política e mídia em discurso* e *Morte-mercadoria à venda*.
E-mail: mercia.pimentel@ichca.ufal.br

| Nádia Régia Maffi Neckel

Uma das mães do Lucas Rodrigo e da Bruna Valentina, dada aos afetos das gentes, dos bichos e das artes... Sempre às voltas com o Discurso Artístico e as produções sensíveis do Corpo Poético-Político. Preocupada com a divisão social do trabalho e a preservação do planeta. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (Linha de Linguagem e Cultura) e do Curso de Cinema e Audiovisual da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul/SC). Licenciada em Artes Cênicas (UFSM); Mestre em Ciências da Linguagem (Unisul/SC) e Doutora em Linguística (Unicamp/SP); Pós-doutorado igualmente pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Membro dos grupos de pesquisa ÉPOCA (Estética e Política na Contemporaneidade) e líder do grupo Discurso, Cultura e Mídia/ (CNPq).

E-mail: nregia75@gmail.com

| Patrícia Cristina Brasil

Mestre e Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, pesquisadora colaboradora na Universidade Estadual de Campinas (LABEURB–Unicamp). Área de pesquisa: Análise de Discurso–Democracia e Discurso parlamentar.

E-mail: patcbr@gmail.com

| Phellipe Marcel da Silva Esteves

Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense. Jornalista (UFRJ), mestre em Letras (Língua Portuguesa – Uerj) e doutor em Estudos de Linguagem (UFF, com estágio de doutorado-sanduiche na *Université Paris 13*). Egresso do programa de residência em pesquisa da Biblioteca Nacional, fez uma história discursiva das enciclopédias brasileiras. Pesquisador do Laboratório Arquivos do Sujeito, vice-coordenador do Grupo Arquivos de Língua e coordenador de projetos que inter-relacionam História das Ideias Linguísticas, Análise do Discurso e História do Livro.

E-mail: phellipemarcel@gmail.com

| **Samuel Barbosa Silva**

Doutor em Linguística (Ufal). Professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE). É membro dos seguintes grupos de pesquisa: 1) Grupo de Estudo e Pesquisa em Análises de Discursos (GEPAD -UPE); 2) Grupo de Análise de Discurso (GrAD-UFAL); 3) Grupo de Estudos em Discurso e Ontologia Marxiana (GEDON-UFal). Suas pesquisas e produções acadêmicas são desenvolvidas na linha de pesquisa em Análise de Discurso Pêcheutiana, com ênfase nos estudos sobre classe, gênero, sexualidades, raça, religião e política.

E-mail: samuelbarbosa@ifce.edu.br

| **Silmara Dela Silva**

Doutora em Linguística pela Unicamp, mestre em Estudos de Linguagem pela Unesp-São José do Rio Preto e bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Unesp-Bauru. É professora Associada do Departamento de Ciências da Linguagem da UFF e docente do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem. É líder do grupo de pesquisa MiDi – Mídia e(m) Discurso e pesquisadora do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS). Desenvolve pesquisa em análise dos discursos da/na mídia.

E-mail: silmaradela@gmail.com

| **Sóstenes Ericson**

Doutorado em Linguística pela Ufal (2014) e pós-doutorado em Linguística pela Unicamp (2017). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura/Ufal. Líder do Grupo de Estudo em Análise do Discurso (GrAD/CNPq) e do Grupo de Estudo Trabalho, Ser Social e Enfermagem, (GETSSE/CNPq), coordenando a linha de pesquisa Enfermagem em Discurso.

E-mail: sericson1@hotmail.com

| **Suzy Lagazzi**

É professora colaboradora aposentada do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp, onde atua no PPGL. Formada em Letras pela Unicamp, tem mestrado e doutorado em Linguística, pela mesma instituição. Desenvolve pesquisas em Análise do Discurso e lidera, no CNPq, o grupo O discurso nas fronteiras do social: diferentes

materialidades significantes e tecnologias de linguagem, em parceria com Guilherme Adorno de Oliveira.

E-mail: slagazzi@gmail.com

| **Valci Melo**

Licenciado em Pedagogia e em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Educação. É professor adjunto do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas e pesquisador do Grupo de Estudo *Políticas Públicas: História e Discurso*–GEPPHeD (Cedu-Ufal), atuando com os seguintes temas: Pensamento, linguagem, conhecimento e ideologia; Análise do Discurso; Políticas educacionais e Formação de subjetividades anticapitalistas.

E-mail: melovalci@gmail.com

| **Verli Petri**

Possui doutorado em Letras pela UFRGS (2004) e pós-doutorado na Unicamp (2011). Atualmente é Professora Titular da UFSM. É pesquisadora do Laboratório Corpus (PPGL- UFSM), do Centro de Documentação e Memória e coordenadora do Grupo PALLIND – Palavra, Língua, Discurso. Atua nas áreas de Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas. É coordenadora do GT Análise de Discurso da ANPOLL. É Bolsista de produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-mail: verli.petri72@gmail.com

| **Wilton James Bernardo-Santos**

Possui licenciatura em Letras e bacharelado em Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe. Mestrado em Linguística Aplicada e Doutorado em Linguística pelo IEL/Unicamp. É professor do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe e lidera o grupo de pesquisa LED – Linguagem, Enunciação e Discurso para o ensino da língua portuguesa. Suas pesquisas são desenvolvidas em Análise do Discurso e Linguística Aplicada.

E-mail: wilton@academico.ufs.br

